

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VITOR DE MORAES

A DISPUTA TERRITORIAL E O CONTROLE DAS POLÍTICAS NO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ: A
PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O PAPEL
DO ESTADO

Presidente Prudente
2013

VITOR DE MORAES

A DISPUTA TERRITORIAL E O CONTROLE DAS POLÍTICAS NO
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ: A
PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O PAPEL
DO ESTADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT UNESP, *campus* de Presidente Prudente, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

Presidente Prudente

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Moraes, Vitor de.

M824d A disputa territorial e o controle das políticas no território
Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná: a participação dos movimentos
socioterritoriais e o papel do estado / Vitor de Moraes. – Presidente Prudente:
[s.n.], 2013

315 f.

Orientador: Clifford Andrew Welch

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Território Cantuquiriguaçu. 2. Políticas Públicas e Estado. 3.
Movimentos socioterritoriais. Moraes, Vitor de. I. Welch, Clifford Andrew.
II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III.
Título.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. **CLIFFORD ANDREW WELCH**
ORIENTADOR



PROFA. DRA. **MARLENE LUCIA SIEBERT SAPELLI**
(UNICENTRO)



PROF. DR. **CARLOS ALBERTO FELICIANO**
(UNESP/FCT)



VÍTOR DE MORAES

Presidente Prudente (SP), 12 de dezembro de 2013.

RESULTADO: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Este espaço de agradecimento passa ser de extrema importância principalmente quando se trata de quem jamais imaginava estar concluindo um mestrado em Universidade, quanto mais terminar um curso de mestrado como este na UNESP/SP. Porque digo isso. Pela constatação histórica de minha família camponesa de avós, pais, irmãos sem acesso, ou os que tiveram pouco acesso a educação formal. Minha mãe e meu pai nunca tiveram acesso à escola e o fato de eu estar concluindo o mestrado são marcas de uma luta travada contra todas as impossibilidades de eu poder estudar. Portanto, não tenho dúvida de agradecer em primeiro lugar aos meus pais.

Meu pai Salvador de Moraes (*in memorium*), minha mãe Jardelina Lemes Barboza de Moraes. Meu pai de origem simples humilde, minha mãe não é diferente. Exemplo de mulher camponesa, lutadora, sonhadora, sorridente, sendo sempre um alento para a família. Não tenho palavras para agradecer ao meu pai e minha mãe, a eles devo todos os bons valores adquiridos, oriundos de uma criação sincera, honesta e esperançosa, apesar das extremas dificuldades da vida na roça junto com meus nove irmãos. Ao meu pai saudades, tanto anos se passaram de sua morte, mas sua forma de viver encarar a vida, deixa sempre presente! “Salvador de Moraes, pai, presente”! A minha mãe agradeço por ter emprestado a simpatia, o sorriso fácil e a arte do diálogo, do amor ao próximo, do companheirismo, do exemplo! Falo de uma mulher simples, camponesa batalhadora e sem escolarização e com muitos saberes. Pai, mãe, vocês foram e sempre serão o meu exemplo de vida.

Agradeço a minha companheira Francieli Regina da Silva que sempre compreendeu e instigou as lutas, estudos, juntos enfrentamentos a busca para a concretização desse trabalho. Muito obrigado Francieli, mulher, companheira, amiga e lutadora.

Agradeço a minha filha Evelyn Kris de Moraes e ao meu filho Vitor de Moraes Filho e a minha netinha Gabrielly. A eles expressei os sentimentos mais singelos e dizer que minha ausência foi em prol da construção de caminhos e possibilidades para o povo, da qual certamente eles e toda a comunidade serão beneficiados. Empresto o tempo que deixei de conviver com eles a uma utopia de um mundo melhor e que esse seja o meu exemplo. De que mesmo nas dificuldades individuais, econômicas, mesmo assim nunca abandonei as causas

sociais populares e quero que isso seja o meu legado aos meus filhos. Acima de um individualismo pensar que podemos contribuir para uma sociedade melhor, mesmo que nossa ação seja como a de um beija-flor em um incêndio. Podemos levar nossa contribuição na elevação cultural social e de uma vida de qualidade de nosso povo.

Agradeço a todos os meus parentes: irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, dentre outros, e também aos amigos e amigas que com certeza compartilham muitos momentos e irão continuar a compartilhar uma vida com sentido histórico e que deixamos nossa marca na roda da história.

Obrigado a todos e todas que ajudaram na efetivação desse trabalho que não é só meu, é de todos nós.

Aos Movimentos socioterritoriais

Agradeço de forma muito especial ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no qual me sinto honrado em ser militante, pude aprender a viver de forma coletiva, participar, contribuir e receber inúmeras contribuições, sendo o mestrado uma delas. Sem dúvida, essa é mais uma das lições do MPA que articula de forma progressiva e permanente a preparação de seus quadros. Uma utopia que está num horizonte cada vez mais próximo, graças à ação coletiva de seus sujeitos que compõe o coletivo do MPA aqui no Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil, mesmo com todas as contradições impostas pelo capitalismo agrário. “MPA: Cultura, movimento, organização, produção, alimentação, soberania e utopia”.

Agradeço à Via campesina que faz o contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial. Essa articulação ganhou centralidade nas lutas antiglobalização, pois além das questões específicas da agricultura, as organizações-membro da Via Campesina como MPA, MST, MMC, MAB, enfrentam os organismos internacionais capitalistas e defendem um projeto alternativo popular, que se materializa na proposta da luta no e pelos territórios, soberania alimentar, autonomia e emancipação dos povos.

Agradeço à turma de mestrado, oriunda da Via Campesina da qual faço parte. Foram muitos os aprendizados, tanto nos debates em sala de aula como na vivência coletiva e educativa na organicidade de cada dia. Muito mais que uma turma, companheiros de luta. Muito aprendi com todos e todas. A luta continua camaradas, agora mais qualificada.

Ao apoio institucional

Agradeço à UNESP/SP pela formação da turma de mestrandos oriundos da Via Campesina, aos sujeitos que movimentaram internamente o processo da criação dessa turma, para que essa realidade se materializasse.

Agradeço a todos os professores da UNESP e outras instituições e que estiveram trabalhando com a gente. Sem dúvida, tivemos a oportunidade apreensão de novos conhecimentos bem como do debate qualificado, dos avanços e da criação de novas possibilidades.

Agradeço de forma especial ao governo do estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED), pela liberação para que eu pudesse realizar essa etapa de formação. Com certeza, essa formação poderá contribuir para o desenvolvimento educacional, tanto a nível pessoal, quando de que posso contribuir na formação de educandos (as), educadores (as) das redes: estadual de educação e municipais.

Agradeço ao Conselho de desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), pelo acesso as informações, pelas entrevistas por amostragem dos sujeitos que fizeram e ou fazem parte do conselho.

Por fim e especialmente, agradeço ao Orientador Prof. Cliff, que não mediu esforços para contribuir no meu desenvolvimento pessoal e na pesquisa. Muito mais que um professor, um educador, um militante das causas populares. Muito obrigado professor Cliff, aprendi muito com sua forma de ver, refletir e agir. Espero retribuir toda essa dedicação aos povos do campo, que esperam que muito mais que uma dissertação a pesquisa sirva como instrumento formativo e de luta.

Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la. "Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – Isso é natural! Diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza, não digam nunca: Isso é natural, a fim de que nada passe por imutável."

Bertolt Brecht

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**. 2013. 320p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia, *campus* de Presidente Prudente.

RESUMO

A referida dissertação explicita a disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu/PR, a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Aborda o processo de colonização no Estado do Paraná, explicitando as desigualdades e contradições presentes na geo-história específica do Território Cantuquiriguaçu. Analisa o Território Cantuquiriguaçu a partir da construção de seu plano diretor, lançado em 2003, e as atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), explicitando as contradições do modelo de desenvolvimento implantado no território e as disputas entre o campesinato e o agronegócio para influenciar suas políticas. Destaca como representação do campesinato a atuação dos movimentos socioterritoriais no território, com ênfase na participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo análise, o MPA e o MST foram especialmente importantes na materialização da resistência e luta camponesa por território e políticas públicas. Através de entrevistas com lideranças, a dissertação apresenta as contradições e conquistas na voz dos sujeitos envolvidos na luta por políticas públicas como conselheiros no CONDETEC. Conta também nas informações quantitativas sistematizadas a partir de estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos censos de 1991, 2000 e 2010, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), estatísticas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARANA, 2012), dos censos agropecuários do IBGE 1995/96 e 2006, reunidas para melhor examinar as mudanças e permanências que os municípios do Território Cantuquiriguaçu passaram nos últimos tempos. O último capítulo compara as metas estabelecidas no plano diretor em 2003, com os avanços até 2010. Por ser um território iminentemente rural, a pesquisa visa explicitar a luta e resistência dos movimentos socioterritoriais frente ao agronegócio, de forma especial o MPA e as políticas e práticas de uso da terra são abordadas como foco central da obra.

Palavras-chave: Território Cantuquiriguaçu; Políticas Públicas e Estado; Movimentos socioterritoriais.

ABSTRACT

This master's thesis reviews the geo-history of the colonization process in the state of Paraná, Brazil, explaining the inequalities and contradictions specific to a microrregion known of as the Cantuquiriguaçu Territory. In particular, it analyzes the geographical and historical formation of the Cantuquiriguaçu Territory from the construction of its master plan, launched in 2003, through the activities of the Cantuquiriguaçu Territory Development Council (CONDETEC, in its Brazilian acronym), to the present day contradictions of a territorial development model shaped by disputes between the peasantry and agribusiness. The leading protagonist of this account is the Small Farmers Movement (MPA, in its Brazilian acronym), which performs in the region as an influential representative organization for the peasantry. According to our analysis, the MPA has been especially important in channeling peasant resistance toward the struggle to achieve better public policy for small farmers and agrarian reform settlement farmers. Through interviews with CONDETEC members, many of them peasant movement activists, the thesis presents the contradictions and achievements voiced by those most affected by regional policy. This study also counts on the support of quantitative information from statistics produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the demographic censuses of 1991, 2000 and 2010, data from the *Atlas of Human Development* (PNUD, 2013), statistics of the state government's Institute of Economic and Social Development (2012), IBGE's 1995/96 and 2006 agricultural censuses, all combined together with the interview results to better examine the changes and continuities experienced by Cantuquiriguaçu Territory municipalities. The final chapter compares the goals established in the master plan with the most recent data to evaluate the territory's "progress" since 2003. As an eminently rural region, this study emphasizes the conflict between peasants socio-territorial movements and agribusiness interests as a central influence over the shape of land use policies and practices in the region.

Keywords: Cantuquiriguaçu Territory, State and Public Policies; Socio-territorial movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização e Municípios que compõem o território Cantuquiriguaçu.....	41
Figura 2 - Produção: Campesinato x Agronegócio.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Composição do CONDETEC em 2013.....	63
Quadro 2 - Plano Camponês - MPA Brasil	91
Quadro 3 - Teses sobre o Campesinato debatidas pelo MPA.	93
Quadro 4 - Dimensão Territorial e Econômica - Plano Diretor Cantuquiriguaçu (2003)	122
Quadro 5 - Dimensão Social e Cultural - Plano Diretor Cantuquiriguaçu (2003)	123
Quadro 6 - Dimensão Político Institucional - Plano Diretor (2003).....	124
Quadro 7 - Proposta do Plano Safra Territorial 2010-2013 (PST), Cantuquiriguaçu/PR.	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Populacional 2010.....	127
Gráfico 2 - População rural e urbana do Território Cantuquiriguaçu - 2000 a 2010.	127
Gráfico 3 - População do Território Cantuquiriguaçu – Urbana e Rural – 2000 e 2010.....	128
Gráfico 4 - População Rural no território Cantuquiriguaçu/PR e Brasil entre 2000 e 2010. .	128
Gráfico 5 - IDHM do Território Cantuquiriguaçu/PR e Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	130
Gráfico 6 - IDHM educação, Longevidade e renda, 1991, 2000 e 2010.....	133
Gráfico 7 – Índice de Analfabetismo: 2000 e 2010.....	134
Gráfico 8 - Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.....	139
Gráfico 9 - Mortalidade infantil 1991, 2000 e 2010.....	141
Gráfico 10 - População extremamente pobre no território da Cantuquiriguaçu.....	142
Gráfico 11 - População pobre na Cantuquiriguaçu 1991, 2000, 2010.	143
Gráfico 12 - Renda <i>Per capita</i> 1991, 2000 e 2010 no Território Cantuquiriguaçu.....	143
Gráfico 13 - Pobreza relativa 23, 12% do Total da População em Pobreza ou Indigência. ...	145
Gráfico 14 - Concentração de Renda no território.	146
Gráfico 15 - População economicamente ativa – Rural e Urbana.....	147
Gráfico 16 - Ocupação formal no Território Cantuquiriguaçu 2010.....	148
Gráfico 17 - Origem das riquezas geradas no território Cantuquiriguaçu.....	150
Gráfico 18 - Índice de desempenho municipal (IPDM) - 2010 - Emprego, Renda, Produção Agropecuária Educação e Saúde.	152
Gráfico 19 - Tamanho das Propriedades em 2006.	155
Gráfico 20 - Estabelecimentos da Agricultura Familiar em 2006.	156
Gráfico 21 - Número de estabelecimentos por área.	157
Gráfico 22 - Ocupação na Agricultura familiar e não familiar: comparativo Cantuquiriguaçu e Paraná.	159
Gráfico 23 – Agricultores Familiares Assentados até 2006.	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Território Cantuquiriguaçu – Urbana e Rural – 2000 e 2010.	125
Tabela 2 - Comparação do IDHM do Território Cantuquiriguaçu entre os anos de 1991 a 2000 e 2000 a 2010.....	129
Tabela 3 – IDHM educação, Longevidade e renda, 1991, 2000 e 2010.	131
Tabela 4 – Taxa de Analfabetismo - 2000 e 2010.....	133
Tabela 5 – Área (km ²), Densidade Ranking 2010, posição no Paraná e ranking 2010 Posição no Brasil.....	135
Tabela 6 - Relação de Vulnerabilidade com Educação 2000 e 2010.	137
Tabela 7 – Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.....	138
Tabela 8 - Mortalidade infantil 1991, 2000 e 2010.	140
Tabela 9 - Renda, pobreza e extremamente pobres 1991, 2000 e 2010.	141
Tabela 10 - Percentagem de Pobreza na Cantuquiriguaçu.	144
Tabela 11 – Renda média e pobreza relativa 20 % das pessoas mais pobres do território.....	145
Tabela 12 – Taxa de atividade e Taxa de Desocupação 2000 e 2010.	147
Tabela 13 – Ocupação por setor 2000 e 2010.	149
Tabela 14 - Índice de Desempenho Municipal (IPDM) – 2010. Referente à emprego, Renda, Produção Agropecuária, Educação e Saúde.	150
Tabela 15 – Agricultura Familiar e Uso da Terra – Hectares Censo Agropecuário 2006.....	153
Tabela 16 - Estabelecimentos Rurais Censo agropecuário 2006.....	154
Tabela 17 - Estabelecimentos Agropecuários do Território Cantuquiriguaçu.	156
Tabela 18 - Número de Estabelecimentos por Grupo de Área dos estabelecimentos agropecuários do Território Cantuquiriguaçu Censo agropecuário 2006.....	157
Tabela 19 - Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários - de 14 anos a mais Agricultura familiar e Agricultura Não familiar.....	158
Tabela 20 – Assentamentos, Área e Titulação: Incra 2009.	159
Tabela 21 - Produção Agrícola 2010.....	162
Tabela 22 - Investimentos federais, do programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais PRONAT no território Cantuquiriguaçu 2003 – 2010 - Projetos Contratados em 2003.	164

Tabela 23 - Projetos Contratados em 2004.....	164
Tabela 24 - Projetos Contratados em 2005.....	165
Tabela 25 - Projetos Contratados em 2006.....	166
Tabela 26 – Projetos Contratados em 2007.....	167
Tabela 27 - Projetos Contratados em 2008.....	169
Tabela 28 - Projetos Contratados em 2009.....	170
Tabela 29 - Projetos Contratados em 2010.....	172
Tabela 30 - Investimentos no território: PRONAT e PROINF - 2003 a 2013.....	172
Tabela 31 – Orçamento e Plano Safra Cantuquiriguaçu 2010-2013.....	175

LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACAMCOP - Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste do Paraná

ARCAFAR-SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil

APPA - Associação Paranaense de Pequenos Agricultores

APAES - Conselho Regional – Inclusão de Pessoa com Deficiência

ASS. QUILOMBOLAS - Comunidade Indígena de Rio das Cobras, Associação dos Quilombolas de Despraiado – Cândói PR

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Brigada militar

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CACICOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais de Centro Oeste do Paraná

CANTU - Associação dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agro ecológico

CEBRAC - Centro Brasileiro de Cursos

CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional

CEFAS - Casas Familiares Rurais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CFR - Casa Familiar Rural

CLT - Consolidação das leis do Trabalho

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COORLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CORLAFES - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRESOL - Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DTR - O Desenvolvimento Territorial Rural

EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETA - Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro Americano

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FAU - Fundação da Unicentro

FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do PR

FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

.FMI - Fundo Monetário Internacional

INSS - Instituição Nacional do Seguro Social

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano municipal

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IFPR - Investimentos para fortalecimento da cadeia produtiva do leite; Escola Técnica Federal

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INGRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social

IPDM - Índice de Desempenho Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC - Ministério da Educação

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MS - Movimentos Sociais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NRE - Núcleo Regional de Educação

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONG - Organização não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PACF - Pequenos agricultores camponeses e familiares

PD - Plano Diretor

PDMC - Plano Diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE - Programa nacional de Alimentação Escolar

PPP - Poder de paridade de compra

PROINF - Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONAT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PST - Partido Social Trabalhista

PT - Partido dos Trabalhadores

RIMISP - Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção

RNB - Renda Nacional Bruta

RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico da região Centro Oeste do Paraná

SDT - Secretaria de desenvolvimento territorial

SEAB - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná

SEDS - Secretaria de estado de defesa social

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SR - Sociedade Rural

SRB - Sociedade Rural Brasileira

STR's - Sindicados dos Trabalhadores Rurais

UDR - União Democrática Ruralista

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do PR

UNICENTRO - Universidade do Centro Oeste do Paraná

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 UM OLHAR GEO-HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA	20
1.1 A COLONIALIDADE DO PODER: UM LONGO CAMINHO	21
1.1.2 A colonização do Estado do Paraná	26
1.1.3 Da Colonização à Contemporaneidade: a materialidade da desigualdade	31
1.2 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ.....	40
1.2.1 Contextualização e Histórico das Disputas Territoriais	40
1.2.2 Cantuquiriguaçu: Um Marco do Desenvolvimento Territorial no Paraná	46
1.2.3 A Construção do Plano Diretor da Cantuquiriguaçu	53
1.3 O CONDETEC E O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	63
1.3.1 As Contradições do Desenvolvimento e Disputas Agrárias: Uma Análise por Meio do Território da Cantuquiriguaçu	70
2 CANTUQUIRIGUAÇU: UM TERRITÓRIO EM MOVIMENTO	83
2.1 O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU PARANÁ	83
2.1.1 O MPA e o seu Dinamismo na Formação do Território Cantuquiriguaçu.....	86
2.2 UMA INCURSÃO NOS DEBATES SOBRE O CAMPESINATO.....	95
2.2.1 Limites e Possibilidades no Território Cantuquiriguaçu: a voz dos sujeitos.....	102
3 TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: DEZ ANOS DO PLANO DIRETOR, 2003 - 2013	120
3.1 DA UTOPIA EXPRESSA NO PLANO DIRETOR À REALIDADE DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	120
3.2 DIMENSÕES EXPRESSAS NO PLANO DIRETOR EM 2003: O FUTURO DESEJADO PARA O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU.....	122
3.3 POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	125

3.4 INDICADORES: EXPRESSANDO AS CONTRADIÇÕES E A REALIDADE DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	129
3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	129
3.4.2 Taxa de Analfabetismo no Território Cantuquiriguaçu	133
3.4.3 Espacialidade dos Municípios do Território Cantuquiriguaçu	135
3.4.4. Educação e Vulnerabilidade Social	136
3.4.5 Índice de Gini	138
3.4.6 Mortalidade Infantil	140
3.4.7 Renda e Pobreza no Território Cantuquiriguaçu	141
3.4.8 População economicamente ativa e desocupada no Território Cantuquiriguaçu: Dados Econômicos e Sociais	147
3.4.9 Índice de Desempenho Municipal (IPDM)	150
3.5 O USO DA TERRA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	152
3.5.1 Famílias assentadas no território Cantuquiriguaçu	159
3.5.2 Base da Produção Agrícola no território Cantuquiriguaçu	162
3.6 DESAFIOS PENDENTES: EM RELAÇÃO AO SONHADO NO PLANO DIRETOR EM 2003 E A REALIDADE EM 2013	163
3.6.1 Investimentos Federais 2003 – 2010	164
3.7 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: COMO PROPONENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO

A presente dissertação explicita a disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu/PR, a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Apresenta ainda, o processo de colonização no Estado do Paraná, destacando as desigualdades e contradições presentes na geo-história específica do Território Cantuquiriguaçu. Diante disso, faz-se uma análise geo-histórica da localidade a partir da construção de seu plano diretor lançado em 2003, e das atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), apresentando os avanços, as contradições do modelo de desenvolvimento implantado bem como as disputas entre o campesinato e o agronegócio para influenciar suas políticas.

Destaca-se como representação do campesinato, a atuação dos movimentos socioterritoriais na localidade, com ênfase na participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST). Dessa forma, o MPA e o MST têm sido especialmente importantes na materialização da resistência e luta camponesa por território e políticas públicas, juntamente com os demais movimentos socioterritoriais.

A fim de alcançar melhor compreensão das informações foram realizadas cinco entrevistas com militantes, que ao mesmo tempo estiveram (e alguns ainda estão) no Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu. Para tanto, faz-se uso de informações estatísticas, quantitativas sistematizadas a partir de estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos censos de 1991, 2000 e 2010, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), estatísticas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARANÁ, 2012), dos censos agropecuários do IBGE 1995/96 e 2006, reunidas para melhor examinar as mudanças e permanências que os municípios do Território Cantuquiriguaçu passaram nos últimos tempos.

O capítulo I explicita, de forma concisa, a colonização brasileira, abordando as desigualdades e contradições presentes na geo-história da colonização do Brasil, Paraná e no Território Cantuquiriguaçu.

O capítulo II apresenta a atuação dos movimentos socioterritoriais no território Cantuquiriguaçu de forma mais específica, analisando a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na materialização da resistência e da luta camponesa por território e políticas públicas para os camponeses. Nesse capítulo serão mencionadas as

contradições e as conquistas pela voz dos sujeitos, que representam coletivos de movimentos socioterritoriais e que estiveram envolvidos na luta por políticas públicas como conselheiros no Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC).

No capítulo III, por sua vez, apresenta-se de forma sintetizada a caracterização dos municípios pertencentes ao Território Cantuquiriguaçu, por meio de dados comparativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1991, 2000 e 2010. A análise expressa os dados concretos da realidade de cada município em particular, podendo servir como instrumento de formulação de políticas tanto em âmbito municipal, territorial, estadual e federal.

O último capítulo apresenta uma análise comparativa, estatística, por meio de dados, entrevistas, estudos teóricos e da construção de um conjunto de informações que reunidas explicitam a realidade do Território Cantuquiriguaçu. A base de análise é o estudo de três dimensões do “Plano Diretor” do território, elaboradas em 2003. Essas dimensões são a do “Territorial e econômica,” do “Social e cultural” e do “Político-Institucional”, como foram integrados no plano. A partir disso, pretende-se avaliar e procurar entender os avanços do território em cada uma dessas dimensões, utilizando como base os dados do IBGE, conforme os anos supracitados, dados do Atlas IDHM (2013), IPARDES 2012 e censos Agropecuários do IBGE 1995/96 e 2010.

Por ser um território iminentemente rural, muitas lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais são frente ao agronegócio, por isso as políticas e práticas de uso da terra são abordadas de forma mais contundente. Faz-se uma análise do Território Cantuquiriguaçu na sua especificidade geo-histórica, na construção do Plano Diretor do território em 2003, e do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Essa análise leva à explanação das contradições do modelo de desenvolvimento implantado no território bem como das relações com o campesinato e com o agronegócio.

O estudo ocorreu dentro do território Cantuquiriguaçu, mesorregião centro-sul do Estado do Paraná, o qual se destaca em um primeiro momento, como território de disputa, histórico, mas também de governança, e dentro dele, se materializam as já citadas dimensões, na totalidade da materialidade, histórica e em constante movimento.

Dimensões que se encontram sistematizadas no plano diretor em 2003, múltiplas dimensões do território, já que as coisas não acontecem de forma isolada, como afirma Coca (2011, p. 02), “o Território Cantuquiriguaçu é definido como um grupo de municípios, ou seja, o território é formado pelos espaços de governança”. Nesse trabalho, o território é interpretado como aquilo que vai além do espaço de governança. Contudo, é importante

destacar, que o espaço de governança é o ponto de partida para analisarmos as demais relações que geram os outros territórios, as disputas dentro e fora do Território Cantuquiriguaçu.

1 UM OLHAR GEO-HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

O capítulo I versa sobre a colonização brasileira, como foi colonizada ao longo da história, após a invasão dos europeus, especificamente pelos Portugueses, no século XVI. O estudo verificará principalmente a colonização no Estado do Paraná, explanando as

desigualdades e contradições presentes na geo-história de colonização do Brasil, Paraná e no Território Cantuquiriguaçu.

Realizar-se-á a análise inicial do Território Cantuquiriguaçu na sua especificidade geo-histórica, na construção do Plano Diretor do território em 2003 e do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC). O objetivo inicial também é de explicitar as contradições do modelo de desenvolvimento implantado no território e as relações com o campesinato e agronegócio.

Portanto, fica explícita a relação da colonialidade histórica, construtora de um território empobrecido, pela morte de milhares de indígenas em sua defesa, devido à necessidade do homem branco de construir seus desejos materiais de acordo com a modernidade europeia, do extrativismo, da apropriação e exploração da natureza pela elite dominante, da construção de grandes latifúndios. Esse capítulo mostra a realidade atual, contraditória e com a possibilidade de desenvolver o que historicamente foi negado ou expropriado dessa população.

1.1 A COLONIALIDADE DO PODER: UM LONGO CAMINHO

Em decorrência da colonização, a nação brasileira, formada por povos indígenas, africanos trazidos como escravos e imigrantes de diferentes continentes, apresenta múltiplas características culturais, sociais e econômicas. Porém, sempre houve negação da participação desses povos originários na constituição social brasileira por conta da colonização europeia¹.

A ocupação do território agrário brasileiro teve os mesmos elementos da ocupação sobre todo território latino-americano, salvo as especificidades. Essa ocupação foi primeiramente feita pelos portugueses, e em seguida, por outros povos europeus. Desse modo,

O discurso eurocêntrico da modernidade fez com que a diferença específica da América, sua colonialidade, se diluísse, tal como formulada pelo discurso eurocêntrico. Esse discurso não consegue ver a colonialidade que lhe é constitutiva e, assim, não vê as clivagens, a opressão e a tragédia que lhe são coetâneas. Deste modo, continua-se oferecendo modernidade para superar as mazelas da modernização num ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz amplamente como capital por meio de injustiças, devastações e tragédias nesse sistema-mundo moderno-colonial que nos governa (PORTO GONÇALVES, 2006, p.3).

¹ Conforme Martins (1944); Carneiro (1995); Silveira Neto (1995); Wachowicz (1972); Westphalen (1969).

A coroa portuguesa instalou seu governo no Brasil, impondo sobre os povos originários um profundo massacre cultural e uma desterritorialização permanente. Em consequência disso, a lógica colonizante foi predatória sobre a natureza, a diversidade cultural, impondo a cultura europeia, a negação da existência de povos neste território, a subordinação e, por fim, a morte de milhões de povos originários.

Os portugueses mantiveram suas relações com o Brasil (período pré-colonial) com o principal objetivo de expropriação da matéria-prima brasileira, tanto mineral quanto vegetal, a fim de ampliar seu comércio na Europa. Enquanto isso, os holandeses e franceses ficaram na esfera de negociações com os povos indígenas, gerando expectativas negativas, como perda da posse por parte dos portugueses. Porém, a situação do Brasil era diferente em relação aos países europeus mercantilistas, pois não havia demanda por produtos, visto que não existiam relações econômicas capitalistas nos povos indígenas.

A institucionalização dos territórios dos povos originários começam no Brasil, quando o governo português instala 15 capitanias hereditárias doadas à elite de Portugal. E estes receberam como documento, uma carta com o título de doação da terra com a denominação de capitão donatário. O processo durou duas décadas, e após esse período, o rei de Portugal o trocou pelo sistema de governo geral, que durou aproximadamente três séculos.

De acordo com Prado Júnior (1989), no início da colonização as terras foram doadas por meio do processo das sesmarias, o rei distribuía terras às elites dominantes (1532 a 1821). As sesmarias tinham três léguas de frente por 06 léguas de fundo. Como sua área era grandes, poucos proprietários conseguiam cultivá-las em toda sua extensão. Antes de D. Fernando I expedir a primeira lei de sesmarias, já era antiga a praxe de retirar dos donos as terras inexploradas e entregá-las a quem se dispusesse a lavrá-las e semeá-las. O costume, conhecido em Portugal desde os tempos de D. Afonso II, converteu-se em lei escrita, no dia 26 de maio de 1375. Seu objetivo era obrigar o proprietário a trabalhar na terra, por si ou por terceiros, pagando à Coroa, a sexta parte dos frutos, chamada na época de sesma, dando origem ao termo sesmarias.

Nesse contexto, chega ao Brasil em 1808, a Família Real de Portugal, intensificando o comércio com as nações europeias. Sobre isso, Prado Júnior (1989) afirma que:

Aqui ainda, Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos, neste terreno, são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era

preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do séc. XV, os portugueses sempre aparecem como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus menores detalhes. Espanhóis, depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em suas águas; mas navegaram tão bem, que acabaram suplantando os iniciadores e arrebatando-lhes a maior parte, se não praticamente todas as realizações e empresas ultramarinas (PRADO JÚNIOR, 1989, p.5).

Até aquele momento no Brasil, não existia uma lei de terras e o rei podia doá-las conforme seu interesse, mas ao mesmo tempo, acabava ocorrendo uma ou outra apropriação direta. Alguns homens livres, mas sem possibilidades de manter uma grande propriedade, instalavam-se em terras menores, com o intuito de produzir alimentos para o mercado interno.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1989, p.5).

Na Constituição Brasileira de 1824, os privilégios e as injustiças em relação à posse de terra foram mantidos, embora houvesse algum avanço nas discussões sobre a terra.

Somente em 1850 é criada a lei geral de terras no Brasil, após sua independência do governo português. Essa lei continha normas agrárias e fundiárias, a qual estabeleceu a compra como única forma de acesso a terra, abolindo o regime das sesmarias. Nesse sentido,

A lei nº 601, denominada Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, e regulamentada em 1850, encerrou formalmente, mas não resolveu o regime jurídico de posses no país, tal como era praticado. Ela proibiu a ocupação de terras devolutas, só se admitindo compra a dinheiro. Permitiu também a revalidação das sesmarias que se mantivessem cultivadas ou com início de cultivo e morada habitual do sesmeiro, concessionário ou seu representante. Ao tentar corrigir os equívocos do regime de sesmarias, a lei visava ainda uma consolidação formal das posses (SERRA, 1998, p.238).

Para Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), a classe latifundiária dominante, que controlava o parlamento, resistiu à aplicação da Lei até o final do século XIX. Os agentes

imperiais tentavam fazer coincidir suas demandas àquelas da Monarquia Inglesa, acomodando as necessidades do país num sistema político-econômico liberal. Sob a pressão britânica para abolir a escravidão, compuseram a “*Lei de terras*”, procurando valorizar a propriedade da terra, regulamentando a sua comercialização e atraindo trabalhadores imigrantes com todo tipo de promessa (SILVA, 1996, p. 127-39).

Costa (1966) apresenta a sociedade colonial rural como aquela formada por uma poderosa oligarquia, ou seja, uma minoria que se defrontava com o grupo de mercadores e funcionários da Coroa e que se levantava sobre um pequeno número de trabalhadores livres, artesãos, agregados e grande população de escravos. Nesse contexto, a justiça era feita nos limites das fazendas onde a vontade do senhor era soberana. A religião era cultuada nas capelas dos engenhos e em igrejas das vilas e povoados que dependiam, em grande parte, das doações senhoriais. Essa situação favorecia a criação de fortes vínculos entre o clero e a camada senhorial. Comprar terras e escravos constituía os valores básicos dessa sociedade.

Essa forma organizacional do Estado possibilitou, em todos os períodos históricos, vários conflitos e deu origem à próspera indústria da grilagem que perdura até os dias atuais. Para Costa (1966), “a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do estado moderno na Europa ocidental”. Conflitos e lutas de longa duração envolvem as mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea, no desenvolvimento do capitalismo, o Estado absolutista e a política mercantilista foram repudiados.

A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional. A partir das novas condições, a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante, passando a ser alvo da crítica dos novos grupos sociais menos comprometidos com ela (COSTA, 1966, p.2).

Assim, igualmente importantes foram as mudanças ideológicas e as lutas políticas do período, as quais, por sua vez (sempre é bom lembrar), só podem ser entendidas à luz das transformações econômicas e sociais (COSTA, 1966). O advento da concepção que afirmava os direitos do homem, a economia liberal clássica, condenando as práticas mercantilistas e

reafirmando a superioridade do trabalho livre apresentou os argumentos que levaram à condenação da escravidão.

Com a abolição da escravidão em curso, nos demais países latinos americanos, os grandes proprietários efetivaram por meio da lei, a posse do território brasileiro, inibindo qualquer possibilidade de posse dos escravos e imigrantes empregados das grandes fazendas.

A partir disso, as terras só poderiam ser ocupadas por intermédio de ações de compra e venda ou por autorização do rei. Todos os que já estavam nela, receberam o título de proprietário, porém, tinham que residir e produzir nessa propriedade. As demais terras passaram a ser da coroa imperial sendo, posteriormente, leiloadas aos grandes fazendeiros por processos nem sempre explicados, os quais excluíram os povos originários, escravos fugidos (quilombolas), escravos libertados, imigrantes e mestiços.

Para BARROS (2008, p.39), somente em 1946 é que houve uma nova Constituição, considerada democrática, quando foi atribuída uma nova função a terra, que é o interesse social. Conforme o Art. 147 da Constituição de 46, “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social”.

No Estado do Paraná, uma ação do estado brasileiro, ocorre entre os anos 1930 e 1960, com a colonização do norte do estado. A princípio, as terras eram cedidas aos colonizadores e para isso foram criadas as companhias de terras. Durante o governo militar foi elaborado o Estatuto da Terra, que coloca a reforma agrária como necessária, sendo posteriormente inibida pelo código civil, que revogado em 2002, e garantida hegemonicamente pelos interesses da elite e da implantação da revolução verde no Brasil.

Apesar do passado colonizante, existe a possibilidade da luta contra-hegemônica para o desvelamento de como foi construída, no imaginário das sociedades, uma história contada e legitimada pela classe dominante, classe dos vencedores. Sob essa abordagem, faz-se necessária, neste trabalho, a desmistificação das lutas e dos conhecimentos já existentes no território amplo da América Latina e do Caribe sobre os conhecimentos recebidos de forma consolidada, como se fosse, não um processo histórico, e sim, uma norma pré-estabelecida, o comentarista argentino Walter Mignolo chama de “colonialidade dos saberes”.

Para tanto, o estudo é realizado a partir da análise de como se deu a ocupação agrária no território da Cantuquiriguaçu, mesorregião central do Estado do Paraná. Os apontamentos e as indagações surgiram por meio da constituição e da formação histórica, da realidade concreta do território, que colocou de um lado, os colonizadores e de outro, os povos originários.

1.1.2 A colonização do Estado do Paraná

A construção dos relatos históricos é feita sob a perspectiva crítica, não pelo olhar da classe dominante, mas sim por um olhar crítico para o estudo do território e da realidade que o constituiu.

Para isso, ideias de pensadores como Coutinho (2011) são bases sólidas para uma análise do passado e do presente de nosso país, com projeções para o futuro, também chamadas de “imagem do Brasil”. O autor afirma que é necessária uma visão total da realidade, “na tentativa de compreender a gênese histórica e de identificar tendências contraditórias que ela comporta no presente e que apontam para o futuro”.

O colonizador e a concepção capitalista destroem a cultura, o conhecimento e a vida do povo indígena para construir outro conhecimento, outra forma de viver num mundo, a partir das bases capitalistas de produção e vê, portanto, os povos indígenas, camponeses, quilombolas, dentre outros, como atraso ao desenvolvimento das forças de produção do modo capitalista.

Nos primórdios da colonização do Paraná, séculos XVI e XVII, o Cacique Guairacá² foi o primeiro homem a defender a pátria Brasil contra os espanhóis.

Em 1541, D. Álvar Nunez Cabeza de Vaca vem assumir a governação do Paraguai, segue por terra, de Santa Catarina ao Paraguai, pelo interior do Paraná. Sua expedição era composta de 250 homens e 26 cavalos (Cabeza de Vaca, 1995) e demorou quatro meses para chegar ao destino. Também passou pelos caminhos percorridos por Aleixo Garcia. Passou pelo rio Iguazu, pelos campos de Curitiba, pelos caminhos do Peabiru, chegando ao rio Tibagi, ao Piquiri e novamente ao Iguazu. O que chama a atenção é que sua expedição foi acompanhada por centenas de guaranis que recebiam, em troca da ajuda, machados, contas, etc. Outro ponto interessante é que contornaram o território dos índios Kaingangs denotando, com isso, que entre indígenas de etnias diferentes havia, provavelmente, guerras e disputas (CHAGAS; MOTA, 2007, p.11).

Contudo, podemos observar contradições nos relatos históricos sistematizados no início da colonização da região, como afirma Shallenger (2005) que:

² O Cacique Guairacá, que segundo Aguilar (2002), “Cacique cujo nome seria a abreviação de Guairacay, Guayracay ou Guayracay que lutou contra os governos do Paraguai e conquistadores, nome encontrado em documentos de conferimento de encomiendas”. como indica a sua etimologia, ou guayracay, terra que tem dono, como denominavam em suas anuas os jesuítas, numa alusão a um poderoso cacique – Guairacá -, que vivia na região, conforme registro do provincial dos jesuítas Nicolas Duran, em 12 de novembro de 1628: “... a província que chamamos do Guairá tomou este nome do cacique que antigamente a tinha em sua possessão” (SCHALLLENBERGER, 2005, p. 54).

Os registros feitos por Pero Hernandez, escrivão de Cabeza de Vaca, também dão conta da boa receptividade dos Carijós, que conduziram o enviado espanhol e sua comitiva da Ilha de Santa Catarina até a região de Campo, ou seja, os Campos Gerais do atual Estado do Paraná, onde encontraram os primeiros povoados guaranis. A primeira impressão lavrada dá conta da grande extensão de área que ocupam, da prática de uma língua só, das suas habilidades agrícolas, verificadas através do cultivo do milho e da mandioca, e da criação de galinhas e patos. Contrastando com as impressões, de Nóbrega afirma que ‘Gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa, que come carne humana e tanto pode ser dos índios seus inimigos, dos cristãos ou de seus próprios companheiros de tribo’. No curso de sua viagem foram anotadas impressões que indicam a boa receptividade dos guaranis que, não conhecendo cavalos, espantaram-se ao vê-los, mas que, seguros, trouxeram suas mulheres e filhos e ofereceram-lhes mel, patos, galinhas, milho, farinha e outras coisas (SCHALLLENBERGER, 2005, p. 54).

Segundo a pesquisa realizada pela empresa Turismo Entre Rios, nos campos de Guarapuava, o português Aleixo Garcia, em 1521, foi o primeiro colonizador a percorrer o caminho do Peabiru, rota de comércio entre nativos do Brasil, da Bolívia e do Peru (Incas). Em 1541, o conquistador Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca iniciou o processo de colonização da Província de Guayrá - nome dado pelos espanhóis em referência ao cacique Dorin Guairacá (lobo dos campos, em tupi-guarani), cujos relatos de 1601 indicam sua existência. Era temido pelos estrangeiros e pelas tribos rivais, devido à sua valentia e também ao seu fiel companheiro Guarapuava (lobo valente, em tupi guarani. Lobo órfão que foi adotado e criado pelo Cacique).

Ainda há no site, uma descrição de que até 1633 os espanhóis exerceram domínio sobre a região, quando os portugueses decidiram conquistar as terras do interior do Paraná, que haviam se desenvolvido muito com a instalação de vinte Reduções Jesuíticas que catequizaram as tribos nativas Guaranis, Kaingangues, Camés, Votorões, e Dorins Essa “catequese” ensinou às tribos a criação de gado bovino e ovino, agricultura, exploração comercial da erva-mate, extração de pedras e metais preciosos. Porém, a reação dos espanhóis foi destruir completamente as povoações para não deixar qualquer benfeitoria para os portugueses (TURISMO ENTRE RIOS, 2013).

O português Antonio Raposo Tavares comandou a expedição bandeirante no Paraná. Desocupada a partir de 1633, essa região voltou a ser dominada pelas tribos nativas, quando em 1770, uma expedição portuguesa tentou, sem sucesso, povoar a região do terceiro planalto. Foi somente em 1810, que uma nova expedição militar comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal e pelo Capitão Antonio da Rocha Loures, teve êxito ao construir uma

“atalaia” (fortificação de madeira) e conseguiu resistir aos ataques das ferozes tribos indígenas (TURISMO ENTRE RIOS, 2013).

No Território Cantuquiriguaçu, de acordo com o diagnóstico,

[...] o início do século XIX é marcado pela guerra declarada aos indígenas, sob a alegação de que estes impediam a fixação e o trânsito de pessoas. O aldeamento dos índios Camés, Votorões e Dorins teve início em 1810, porém as resistências eram constantes em relação ao brutal recrutamento em pequenas áreas de terra por parte da forma de invasão do território indígena pelas frações da burguesia dominante em relação ao estado brasileiro (CANTUQUIRIGUAÇU, 2007, p.05).

Segundo Santos (2001), no século XIX, quando os tropeiros percorreram os caminhos para as Missões no Rio Grande do Sul, passando por Guarapuava e Palmas, a região Centro-Sul do terceiro planalto, Guarapuava era o principal polo econômico de todo o oeste paranaense. Guarapuava tinha uma vasta área de terra, era o maior município do estado com 175.000 Km², chegando até Foz do Iguaçu e parte de Santa Catarina. Apesar de ter sua extensão territorial reduzida, ainda é o maior município do Paraná.

Ainda de acordo com o autor,

As pesquisas e análises regionais revelavam inquietudes para a região, pois se tratava: 1. De uma econômica de tipo periférica, baseada, inicialmente, na agricultura de subsistência e na pecuária e, após, na produção e exportação do mate pelo Porto de Paranaguá; 2. De uma sociedade campeira, onde conviviam o trabalho escravo e livre, dirigido pro clã de famílias isoladas; 3. De uma sociedade ervateira marcada pela burguesia comercial, mas sujeitas as crises provocadas pelas oscilações da econômica internacional; 4. de uma região sem autonomia política nem administrativa, ainda comarca de São Paulo, cuja emancipação só foi conquistada em 1853. De um poder rural decrescente, face ao desenvolvimento urbano, diante das novas formas de produção e de organização social imposta pela modernidade europeia (SANTOS, 2001, p.15).

No século XX, o processo de colonização de expropriação dos territórios indígenas, bem como da dizimação da maioria dos povos que habitavam essa região para formação das fazendas, dos latifúndios, do extrativismo da madeira, da erva mate e da extração de pedras preciosas, resulta nesse território, ao qual hoje se situa o espaço geográfico de Cantuquiriguaçu e que possui a menor densidade demográfica do Paraná. Em contraposição à dada colonialidade, estão os povos originários do continente latino-americano, com seus

modos de vida, sua forma específica de reprodução e produção histórica como sujeitos, lutando, resistindo e buscando afirmações e formas sociais de base não capitalista.

Em Guarapuava, cidade polo da região centro do estado do Paraná, na qual o território Cantuquiriguaçu está inserido, foi construída em 1976, uma estátua do líder indígena. No entanto, a existência da estátua na entrada da cidade não está enaltecendo a cultura indígena, a luta desses povos contra os invasores europeus, contra a prepotência do estado brasileiro que não demarcava seus territórios, mas simboliza o poder e a força dos militares na ditadura militar de 1964 que só termina no início da década de 80.

Portanto, ficam explícitas duas questões, sendo uma velada pela história oficial, que coloca o cacique como símbolo da defesa da pátria na guerra contra o Paraguai e outra não contada pela história oficial, que é da defesa dos territórios pelos povos indígenas e que aqui fica evidente quando da leitura da frase: “Essa terra tem dono”, escrita no monumento em Guarapuava, a qual demonstra a noção de território visto como novo, por exemplo, “o território da cidadania”, um equívoco que, além do mais, possui a identidade indígena. Isso não foi diferente em relação aos outros povos indígenas que habitavam o Brasil e em particular o território Cantuquiriguaçu, no qual o processo de colonização provocou quase que a dizimação total de sua população.

O símbolo que evoca a oligarquia emergente em Guarapuava é o busto de Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, erigido em 1953, na gestão do prefeito José de Matos Leão. Na inscrição pode-se ler: “Antônio de Sá Camargo. Visconde de Guarapuava. Inscrição: 1853 – 1953. Homenagem do município de Guarapuava ao Visconde de Guarapuava” (LACHESKI, 2009, p.104).

É uma constante a elite local utilizar dos seus antepassados para nominar ruas, praças, bairros, dentre outros. Conforme Oriá (2000 apud LACHESKI, 2009, p.107), “basta que estejamos atentos para ler o traçado de suas ruas, a denominação dada a elas, as estátuas, bustos e monumentos que estão localizados nas praças públicas e parques”.

Em relação aos povos originários que habitavam a região, o ideário europeu passou a usar como símbolo de força e de luta, o monumento do índio Guairacá em defesa da pátria Brasil, mas não retrata a história de defesa dos povos indígenas do seu território.

Quanto ao monumento do índio Guairacá erigido em Guarapuava, o jornal Folha do Oeste esclarece que [...] ‘trata-se do projeto da construção por parte da Prefeitura local, do monumento consagrado à memória do intrépido Cacique Guairacá, soberano absoluto, em priscas eras, defensor das terras que hoje constituem a vasta região territorial do Oeste paranaense, cujo

pórtico de entrada situava-se na alcandorada Serra da esperança, como um marco altaneiro, da soberania Guairacaense'. (*Folha do Oeste*, 1976, *apud*, LACHESKI, p.107, 2009).

A ideia materializada pelo jornal retrata o que a elite reproduz no seu cotidiano. No contexto da ditadura em 1976, o *Folha do Oeste* considerou o monumento construído em homenagem ao índio Guairacá “uma ideia feliz, oportuna, patriótica”, em consonância com as ideias da campanha de “integração nacional” projetada pelo regime militar. Na inscrição do monumento pode-se ler: “Coivi oguerekô yara” (esta terra tem dono), frase atribuída ao cacique, mas comemorado no contexto de maneira totalmente cínica. Continuam as legendas nas placas na base da estátua, Cacique Guairacá “índio líder do Brasil e do Paraná”, sendo isso tudo apresentado como “Homenagem do povo de Guarapuava e do Paraná”. XIXIV – MCMLXXVIII. Original de J. Turim. Modelagem de J. Aquino. (FOLHA DO OESTE 1976, *apud*, LACHESKI, 2009, p.107).

Essa reflexão em relação ao Cacique Guairacá a partir da estátua, berço da construção dos territórios “Centro no Paraná” e “Território da Cantuquiriguaçu”, faz pensar a formação do território e da identidade cultural coletiva a partir da luta pela terra e suas representações. A legenda do monumento faz parte do território imaterial e provoca debate em sua relação dialética com o território material, por contribuir para justificar a territorialização da região pelos colonos descendentes dos europeus, que consideravelmente descartaram a ocupação indígena da região em nome do progresso, e dos supostos benefícios da modernização que implantaram [porque não apresentou os paradigmas]. Confirma-se assim o que alguns geógrafos dizem, destacando que “o processo de controle socioterritorial e dominação passa pelo discurso” (CUBAS, 2009; SOUZA, 2006; VILLAÇA, 2010), ou seja, a linguagem também é usada para manipular e/ou persuadir.

Os povos invasores dos territórios indígenas construíram no imaginário social, uma realidade imposta a partir de um ideário constituído em outra, a realidade europeia. Baseando-se em civilizações que tinham outros mitos, outros deuses, outros valores, outras formas de ocupações do espaço, outra cultura e que impunham sobre os colonizados o seu modo de vida de explorar. De acordo com Lacheski (2009),

A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de

valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente no processo da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, [...], em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (LACHESKI, 2009, p.104).

Isso tudo determina um novo comportamento no novo território, que antes era ocupado pelos povos indígenas e agora, invadido pelos europeus cria diferentes valores, normas e condutas. Além disso, a nova ordem estabelecida constrói no imaginário social um novo conjunto de símbolos e de significados oriundos dos povos europeus, sendo que os mais estáveis dos símbolos estão amarrados em necessidades profundas e acaba por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos são constituídos no imaginário social não só por meio das experiências dos sujeitos sociais, mas também a partir das suas intencionalidades. Nesse sentido, a construção do novo imaginário social a partir dos colonizadores está também simbolizada nos monumentos.

1.1.3 Da Colonização à Contemporaneidade: a materialidade da desigualdade

Martins (1995) aponta que os relatos históricos sinalizam para o pensamento dos colonizadores cuja visão acerca das nações indígenas em relação à modernidade é de atraso e, por isso impediam o desenvolvimento do território. Essa história foi legitimada e repassada de geração em geração com força e utilização de todos os meios que impusessem na formação do povo uma história de cima para baixo, da Europa para a América, dos ricos para os pobres, dos modernos para os atrasados, dos que conhecem para os que não conhecem.

A história pode ser contada pelos vencidos e, talvez hoje, para o capitalismo, os povos indígenas sejam vistos como o “lixo da modernidade”. Sistematizar o novo sobre o que é território pode ser a mesma coisa que já foi apresentada concretamente pelos povos originários no passado. A questão agrária marcará a América Latina pelos processos do capitalismo agrário, em primeiro lugar pela colonização e depois pela tática profunda de liberalização do continente com grandes estruturas de controle.

O espaço já ocupado pelos povos, culturas e modos de vida próprios não é um espaço único, está marcado de elementos territoriais. Desse modo, o que ocorre é a apropriação da natureza, das forças produtivas e dos produtos pelo capital, assim, o trabalho fica condicionado e subordinado, passando a ser resultado da lógica do capital. No entanto, existe uma capacidade transformadora em relação ao capital, os territórios se reconstróem e

tornam-se uma transterritorialidade, sendo isso condicionado pelas relações sociais. Segundo Fernandes (2009),

[...] transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por Ceceña (2007), e territorialidades de resistência, como estudados em Fernandes (2008) (FERNANDES, 2009, p. 3).

Quando se realiza um estudo sobre território, depara-se com esse conceito, o qual logo remete a pensar que possivelmente a compreensão de território como espaço de relações de poder já esteve presente historicamente na Cantuquiriguaçu, e percebe-se que ainda existe uma relação de poder e de luta por território, mesmo que isso não esteja explicitado oficialmente.

O termo território deriva de “terra” e aparece nos tratados de agrimensura com o significado de “pedaço de terra apropriada”. Essa terra pertence a alguém, uma vez que é apropriada, mas não possui necessariamente o sentido de propriedade (PEDON, 2009, p. 221). Território é, além de uma propriedade particular, também expressa as multidimensões da natureza e da realidade social dos sujeitos que ali vivem.

Raffestin (1993) apregoa que território é visto como algo indissociável do poder e realiza uma crítica à concepção de território fundado exclusivamente no poder estatal e o denomina de “geografia unidimensional”. Para Pedon (2009), na perspectiva Raffestiniana:

O território é concebido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas, determinadas em diferentes graus pela presença de ações e estruturas concretas e de informação que são as ações e estruturas simbólicas, ou seja, territorialidade como conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais (PEDON, 2009, p. 222).

Ainda segundo Raffestin (1993) território é também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. O território como construção é resultado de uma produção histórica, em diferentes contextos e escalas como a nível global, nacional, regional, dentre outras. Nessa perspectiva, o território apresenta várias e diferentes perspectivas – geográfica, antropológica, cultural, sociológica, econômica, jurídica-política, entre outros que o percebem, cada qual, segundo abordagens específicas. Considerando

Território como espaço de relações de poder, Raffestin (1993), claramente baseado no pensamento de Michel Foucault observa que

[...] o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; [as] relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; e onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Na abordagem de Fernandes (2005), o território é multidimensional, constituindo-se numa totalidade e está compreendido no espaço, que pode ser geográfico, mas também das relações entre os seres humanos. O espaço social é a materialização da existência humana, dessa forma, o espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade (LEFEBVRE, 1991, p. 102 *apud* FERNANDES, 2005). Em outra abordagem, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1996, p.50).

Para Santos (1996), essa concepção mostra o espaço geográfico como espaço no qual se realizam todos os tipos de relações, as quais formam sistemas de ações e de objetos que são contraditórios e solidários. As relações sociais produzem os espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotômicos, fracionados e também conflitantes. Dessa forma, percebe-se que o conceito de território é amplo, alicerçado nas diversas ciências do conhecimento. Assim,

[...] enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza, a concepção de Estado); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p.37).

A construção do território brasileiro sempre foi pautada nos interesses dos grupos dominantes e na luta dos trabalhadores rurais e urbanos. Segundo Martins (2008), a “cidadania regulada” foi a marca de meio século, compreendendo os anos de 1930 a 1980.

Se tomarmos como período de análise o longo processo entre os anos 1930 da era Vargas aos anos 1980, que abarca o governo ditatorial, pode-se identificar que, a proteção social e os direitos de cidadania, ocorreram estreitamente vinculados ao mercado formal de trabalho, sendo considerados cidadãos de direito àqueles que possuíam carteira assinada e contribuíam com o sistema” (MARTINS, 2008, p.12).

Isso mostra a diversidade encontrada no “novo continente”. No entanto, a prática dos movimentos que ocorrem na Europa da modernidade cria na colonização a dicotomia campo-cidade, em que o moderno deve prevalecer sobre o rústico ou “atrasado”. Esse fator, sendo carregado da base mercantilista, capitalista, da expropriação dos recursos da natureza, utiliza de forma direta o trabalho escravo.

Dessa maneira, a privatização da natureza, a construção dos estados acontece, não pela base social, mas por uma relação de poder do capital, tem a função de submeter os povos originários e os negros escravizados e comercializados no continente a uma condição de subalternidade. Essa condição interioriza a conquista biológica, depredadora e de destruição, sabendo que, a condição biológica, fora central para o momento histórico do Renascimento e do Iluminismo.

Em decorrência disso, acontece a imposição no continente, sendo dominado por uma série de doenças, morte de milhões de pessoas, além da inserção de alguns produtos como o trigo e a uva, elementos que simbolizam a Igreja Católica. Desmancha-se assim, a heterogeneidade e se constrói a homogeneidade modernizante, destruidora da diversidade biológica.

No entanto, o que se percebe é que os povos originários vivem na contradição de espoliados de seus territórios, de parte de sua cultura e conseguem, numa relação dialética, deixar suas marcas e elementos na reconstrução do território da América. Como exemplo, pode-se citar a resistência e a manutenção da cultura, refletidos na linguagem, na música e nas artes, dentre outras. Conforme Escobar (2012), houve um avanço da espacialidade do capital, mas esta não ocorreu de forma ingênua e natural, isso levou à morte de milhares de sujeitos dos povos originários.

Para impor as novas formas de colonialidades sobre o território latino-americano pelo capitalismo, é construída uma estrutura de poder com instituições, leis e forte repressão e aparato jurídico, tudo com o objetivo de subalternizar as culturas dos povos originários. A governabilidade é estatal e o povo fica fora da governança, com isso, do homem latino, também é expropriada sua cosmovisão, pois a natureza e o homem estão juntos, se relacionando e reproduzindo.

Após muitas lutas e com uma constituição um pouco mais progressista, promulgada em 1988, legitimou-se a desapropriação da terra para fins de reforma agrária, embora isso não tenha se configurado na prática. De acordo com Fernandes (2010), somente a partir de 1993, com a aprovação da lei 8629, passou-se a existir certa regulamentação para a desapropriação da terra, no entanto, os ruralistas defensores do agronegócio conseguem segurar e impedir a sua efetividade.

Diante disso, conforme Martins (2008), na conjuntura brasileira, sobretudo durante a década de 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), proclamou-se a necessidade de rever a Constituição, realizar os ajustes fiscais, enxugar as funções do Estado, estabilizar a moeda e adequar o país no contexto da “nova ordem mundial” do neoliberalismo³. Houve ainda, a necessidade de adequar as mudanças de papel e funções do Estado proclamadas, especialmente por Thatcher e Reagan, as quais passaram a compor as orientações dos organismos internacionais também para os chamados países do “Terceiro Mundo” ou de capitalismo periférico.

Os governos neoliberais organizaram o Estado Brasileiro para uma nova forma de governo. Nesse contexto,

[...] era a partir da ideia de uma sociedade regulada pelo mercado que a defesa de um ‘Brasil moderno’ baseava-se. Estas novas ideias serão denominadas como ‘neoliberais’ nos anos de 1990. O neoliberalismo representaria um suporte ideológico, que servia de base para as intervenções de órgãos como o Banco Mundial e, principalmente, o FMI, nas economias dos países capitalistas centrais e também nos de periferia. [...] As ideias neoliberais foram, nos países de economias centrais, a base para as políticas de desmonte do *Welfare State*⁴, da década de 1980 e, no caso dos países de periferia, foram à base para a intervenção dos órgãos mundiais através dos ajustes estruturais de 1990. O eixo dos ajustes era a privatização das Estatais.

³ Embora o termo tenha sido cunhado em 1938, pelo sociólogo e economista alemão, **Alexander Rüstow**, o **Neoliberalismo** só ganharia efetiva aplicabilidade e reconhecimento na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1970, orientando políticas públicas nos anos 1980 na Inglaterra e os Estados Unidos. Nesta época, houve um grande crescimento da concorrência comercial, muito em função da supremacia que o capitalismo demonstrava conquistar sobre o sistema socialista. Mesmo ainda no decorrer da Guerra Fria, as características do conflito já eram muito diferenciadas das existentes nos anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. A União Soviética já havia se afundado em uma grave crise que apontava para o seu fim provável. Enquanto isso, o capitalismo consolidava-se como sistema superior e desfrutava de maior liberdade para determinar as regras do jogo econômico.

⁴ Os Sistemas de Proteção Social, o “estado do bem-estar Social”, emergidos nesse período e sob as características apontadas, desenvolveram-se como resposta às incertezas que afloravam nas economias modernas e desenvolvidas que na Europa foram denominadas de “*Welfare State*”, ou “Estado Social”. Na América Latina, e consequentemente no Brasil, já é consenso que as diferentes propostas de “*Welfare State*” não tiveram espaço para se desenvolver, seja em função do processo de constituição do capitalismo, as características de sua economia, seja em razão da forma de organização do Estado e de suas relações com a sociedade.

Com a venda destas, o Estado não teria mais de gastar com as mesmas e ainda arrecadaria o dinheiro das vendas (BALTAR, 2009,p.35).

Ao analisar os estudos de Martins (2009), constatamos que o crescimento comercial era o único objetivo naquele período, prioritariamente para enfrentar a concorrência, sendo o Reino Unido e os Estados Unidos os atores intelectuais. A principal medida foi a redução dos investimentos na área social, cortando drasticamente os investimentos na educação, saúde e previdência social. Essa política tomou como base os princípios, a prática da privatização das empresas estatais, colado à perda de poder dos sindicatos dos trabalhadores (as).

O Estado atualmente tem como característica a sua não intervenção na economia, deixando-a funcionar livremente e considerando as características do novo momento, uma releitura da forma clássica do Liberalismo. Por conta disso, essa forma de ação não deixa de ser uma intervenção para a livre efetivação e avanço do capitalismo no mundo.

A conduta política do neoliberalismo tem seu marco histórico e sua ascensão com o Consenso de Washington, em 1989. Na ocasião, a primeira Ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, e o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, propuseram os procedimentos do Neoliberalismo a todos os estados-nação, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser realizados e praticados pelas empresas.

Para o neoliberalismo, essa prática seria fundamental para movimentar a economia e, conseqüentemente, gerar melhores empregos e salários. Ainda no Consenso de Washington, houve uma série de direcionamentos na economia e na forma de desenvolvimento, especialmente dos países pobres, dentre elas, a redução de gastos governamentais, a diminuição dos impostos, a abertura econômica para importações, a liberação para entrada do capital estrangeiro, privatização e desregulamentação da economia.

Para Gasparetto Junior (2013), o objetivo do Consenso de Washington foi, em certa medida, alcançado com sucesso, pois vários países adotaram as proposições feitas. No entanto, muitos países não tinham condições de arcar com algumas delas, o que gerou grande demanda de empréstimos, derivados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o autor, logo surge um sistema de privilégios aos países desenvolvidos, pois as medidas neoliberais eram fixadas sob o monitoramento do FMI e toda essa abertura econômica favorecia claramente os países ricos, capazes de comprar as empresas estatais e de investir dinheiro em outros mercados.

Ainda assim, o argumento de defesa do Neoliberalismo diz que a abertura econômica é benéfica, porque força a modernização das empresas. Entretanto, é preciso lembrar que muitas dessas empresas não tinham condições de se modernizar com tamanha rapidez e com

tanto investimento, o que resultou em muitos empréstimos, incapacidade de pagamento, dívidas em crescimento, falência e desemprego.

Por essa razão, os governos neoliberais do Brasil, em cumprimento à agenda internacional do Banco Mundial, como demonstra o documento do Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC), elaborado pela Comissão Técnica do IPEA (1994), afirmam que o recurso emprestado pelo banco Mundial “Empréstimo 2727-BR”, concedido em 1986, era destinado à aquisição/instalação de equipamentos, financiamento de assistência técnica, projetos de pesquisa e de estudos especiais voltados ao desenvolvimento do setor agrícola brasileiro.

O Governo Brasileiro assinou em 15 de junho de 1986, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD, um Contrato de Empréstimo que tomou a denominação "BIRD 2727 - BR", intitulado "Projeto de Reforma de Crédito e Comercialização", no valor de US\$ 500 milhões. Esse empréstimo tinha o objetivo de financiar a promoção do processo de redução de subsídios ao crédito rural, além de implementar a reforma das políticas comerciais e de determinação de preço para mercadorias agrícolas consideradas fundamentais (CEBRAC/IPEA, 1994, p. 16).

Os governos neoliberais do Brasil, na década de 80, iniciando com o Presidente da República, senhor José Sarney em 1985, não conseguiram implantar a reforma agrária, mesmo com a pressão feita pelo MST. Desse modo, a ocupação do movimento era a única forma de pressionar esses governos para a desapropriação da propriedade. Ademais, o MST não lutou sozinho contra a implantação do neoliberalismo no Brasil, nesse momento, teve a participação em mobilizações do partido dos trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e muitas outras organizações populares.

Portanto, fica explícito que a meta do neoliberalismo não era implantar a reforma agrária. O debate da época foi de colocar a reforma agrária na constituição, que foi uma conquista da CONTAG, CPT, ABRA, MST, dentre outros movimentos socioterritoriais e organizações dos trabalhadores rurais.

Nesse mesmo período entre as décadas de 80 e 90, a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), lutavam para proteger a necessidade de compensar os donos dos meios de produção, das grandes áreas de terras, os latifundiários e “donos” dos poderes nos estados, regiões e municípios. O objetivo então, era manter uma legislação que privilegiasse a construção de legislações e políticas para a manutenção das grandes propriedades privadas nas mãos de poucos proprietários.

Em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza-se como movimento, quando ocorreu o primeiro encontro do movimento em Cascavel, no Paraná, numa tentativa de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária, que desde então se confunde com a história do movimento no Brasil. O Brasil vivia uma conjuntura de duras lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades.

Como parte desse contexto, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Além disso, contou com a participação de representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo (MST, 2013).

Naturalmente, o MST não é o primeiro movimento de luta pela terra. Na história do Brasil, há vários relatos de revoltas camponesas. Todos os movimentos anteriores, contudo, permaneceram limitados à região em que surgiram. A ação das Ligas Camponesas nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências. O mesmo aconteceu com Canudos, no final do século XIX, e com o Contestado, no começo do século XX, que ficaram restritos ao nordeste da Bahia e ao oeste catarinense.

Além disso, tanto em Canudos quanto no Contestado, os revoltosos eram animados por aspectos messiânicos e místicos, e ansiavam mais por um retorno ao passado do que por uma transformação do presente⁵. Outra característica importante é o destaque para o MST dentre todos os movimentos anteriores de luta pela terra: trata-se, portanto, do primeiro movimento que identifica como seu principal adversário o governo federal, e não os grandes proprietários de terras.

Faz-se necessário lembrar, que o MST não é o único movimento de luta pela reforma agrária, existem atualmente dezenas de outros movimentos, inspirados no MST ou dissidências dele, como os próprios nomes sugerem, por exemplo, o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à Social Democracia Sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), ligado a segmentos da esquerda, e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical.

⁵(CANDIDO, 1998; CUNHA, 1979; MARTINS, 1995; MONTEIRO, 1974; QUEIROZ, 1965, 1977).

Os dados reunidos por Fernandes (1999) mostram que o MST é responsável por apenas um terço das ocupações de terras realizadas no Brasil desde 1996, e representa aproximadamente dois terços das famílias acampadas recenseadas desde aquele ano. Esses outros movimentos de luta pela terra disputam, portanto, o mesmo espaço político que o MST. A leitura cotidiana do noticiário político revela que o maior adversário do governo nesse campo é o MST (COMPARATO, 2001, p.106).

Ainda com todas essas contradições do estado neoliberal, para que, com a exclusão da população do acesso às políticas, a fim de mantê-la em situação de acomodação, houve algumas concessões do Estado brasileiro. Coutinho (1995) indica que houve nesse período progressivas conquistas, especialmente com a expansão dos direitos sociais, impondo-se assim ao Estado a “reformulação de sua antiga pauta de seletividade” (*ibid.*, p. 54).

Isso implica à tese marxiana de que algo mudou na natureza do Estado. No passado, com a limitação da carga horária aos trabalhadores e, nesse momento, com os direitos sociais, cabe dizer que “o Estado já não representa apenas os interesses comuns da burguesia, ele é obrigado pela pressão de baixo a se abrir também para outros interesses, provenientes de diferentes classes”. Dessa forma, Martins (2009) afirma que o capitalismo, ao pactuar com os trabalhadores, transfere ao Estado parte das responsabilidades com a manutenção da vida social, cedendo aos interesses da classe subalterna.

Porém, o Estado contemporâneo continua a ser capitalista por mais ampliado que seja, e mesmo que nele estejam colocados os interesses de todas as classes, continua seletivo pela sua natureza de criação. Para Coutinho (1989), o Estado atua na manutenção de uma economia privada, fora do alcance político, sendo essa separação entre política e economia, a natureza capitalista do estado moderno. Ainda existe o pressuposto de que, num sistema hegemônico, o Estado capitalista tem de fazer concessões, mas qual é o limite para tais concessões? Ou ainda, qual é o limite para a expansão de políticas sociais no interior da sociedade capitalista?

É possível perceber, por meio de análises, estudos bibliográficos e por meio da percepção da realidade, muitos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais, que resultam do modelo capitalista, numa relação de subordinar os povos indígenas, camponeses, agricultores, desconsiderando que os recursos naturais são esgotáveis, e por isso, geram conflitos. A classe dominante predomina no âmbito do conhecimento produzido, difundindo suas ideias de tal forma que nos parecem universais e são reproduzidas no conjunto da sociedade (GUIMARÃES, 2011, p.24).

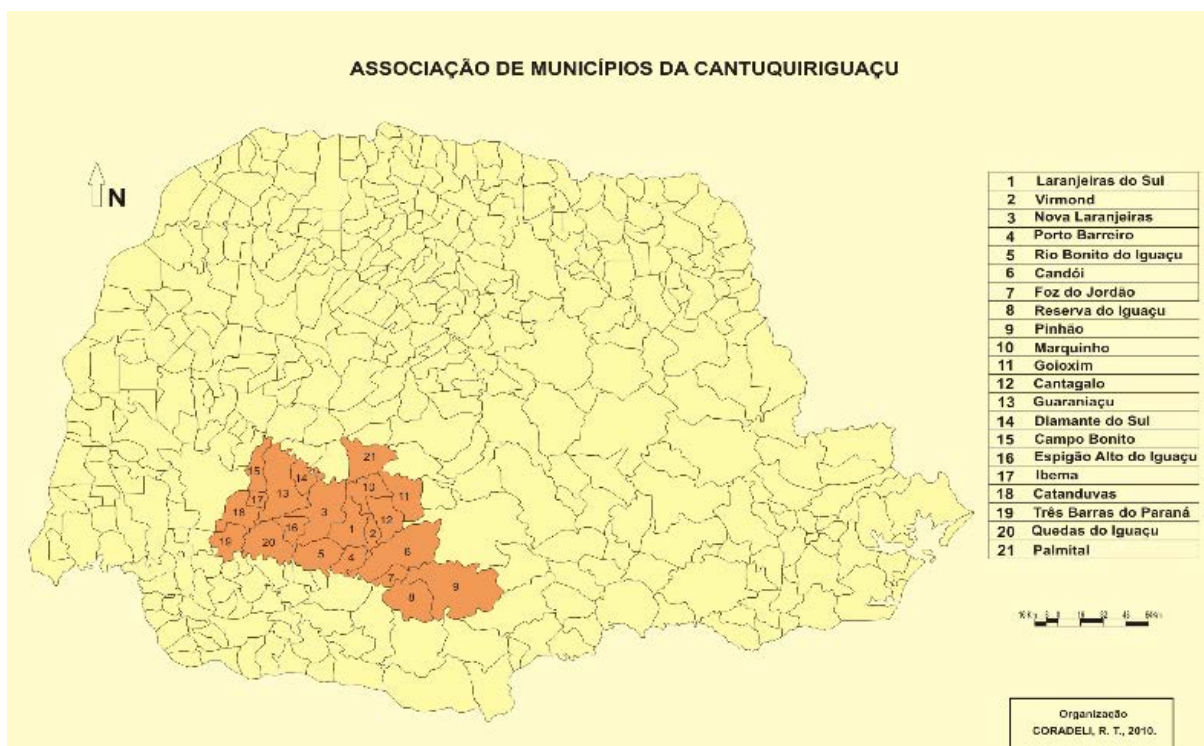
Nesse contexto, ao fazer referência ao Cacique Guairacá e à formação dos territórios, remontamos uma nova perspectiva da história oficial, que deixa de lado a história dos vencidos, dos povos que habitavam esse território e denuncia que se pode reescrever o processo histórico de colonização e de exploração. A partir dessas “novas” interpretações e informações sobre a luta contínua dos povos, é possível relatar uma história recheada de lutas, resistências, sofrimentos e vitórias, muitas vezes contra inimigos, nem sempre visibilizados, como é o caso da luta pela produção da vida, do território, sem, de fato, ter a mesma concepção de território que os estados e os organismos oficiais que legitimam um processo de cima para as populações sendo que, muitas vezes, essas populações nem cabem nesse processo.

1.2 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ

1.2.1 Contextualização e Histórico das Disputas Territoriais

Cantuquiriguaçu é uma mesorregião, localizada no Centro Sul do estado do Paraná, composto pelos municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Marquinho, Goioxim, Cantagalo, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Ibema, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu e Palmital (cf. Figura 01).

Figura 1 - Localização e Municípios que compõem o território Cantuquiriguaçu



Fonte: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU (2010) *apud* CORADELI (2010).

O território da Cantuquiriguaçu começou a receber essa denominação em 1984. Em 07 de agosto de 1984, Valmir Gomes da Rocha Loures, prefeito de Laranjeiras do Sul e João Ceccura, prefeito de Palmital, fundaram a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, sendo João Ceccura nomeado o primeiro presidente. O nome do território foi escolhido em virtude dos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003). Essa região foi assim denominada, a partir de 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, (MDA) de Território da Cidadania. Segundo Brasil (2013):

Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2013, p.1).

Nesse território há a maior concentração indígena do Paraná, com 2.397 habitantes, vivendo em uma área de 18.862 hectares. Essa reserva indígena recebe o nome de Reserva Indígena Rio das Cobras (Decreto 290/91), formada por remanescentes de dois povos, Guarani Mbya e Kaingang. Isso desmistifica algumas ideias, que na época era de que a região

seria um deserto a ser desbravado, reconhecendo assim as populações que aqui viviam. Conforme Chagas e Mota (2007),

[...] é possível, por meio do estudo, demonstrar que havia grande interesse dos europeus em dominar este espaço, a qualquer custo, lugar que para eles estava pronto para ser conquistado e explorado. Os estudos arqueológicos sobre a ocupação humana no Brasil e nas Américas como tendo ocorrido pelo menos há 1200 anos, com evidências de inúmeros períodos de presença humana, é anterior à colonização europeia, e deixam claro que essa conquista se dará por meio de muitos conflitos e destruição (CHAGAS; MOTA, 2007, p.3).

Para o melhor entendimento far-se-á uma análise a partir das dimensões territorial, econômica, social, cultural e político-institucional, com a devida contextualização em termos geo-históricos, apontando as características físicas, geográficas e históricas da região.

Para demarcar a história, a pesquisa faz referência às populações indígenas, quilombolas e para mostrar que a história não começa e termina da forma como é contada pela classe vencedora dominante, mas que, ao contrário do que se afirma, outros povos originários aqui habitaram, travaram suas lutas, resistiram e construíram a sua história que, na maioria das vezes, só é repassada oralmente de geração para geração, sem sua sistematização.

A região definida como Território Cantuquiriguaçu é cortada pela rodovia BR 277 e pela Ferroeste, possui relevo acidentado e com muitos rios, o que de certa forma, dificultou a concentração da terra e facilitou a sustentabilidade dos pequenos agricultores camponeses em pequenas propriedades. Apesar do estabelecimento de algumas das usinas hidrelétricas mais importantes do estado, a região apresenta uma infraestrutura precária, que repercute na qualidade de vida da população, pois há municípios em que, menos da metade dos estabelecimentos rurais possuem energia elétrica. Além disso, o percentual de domicílios com rede de abastecimento de água e esgoto sanitário é inferior em relação à média do Estado.

Na região, há um déficit de habitação, tanto urbana quanto rural e presença de favelas e loteamentos irregulares na maioria dos municípios. A infraestrutura associada à habitação, cultura e ao lazer é incipiente, 30% dos municípios não contam com biblioteca pública e 25% não possuem livraria (IPARDES, 2007).

O território participa com menos de 2,3% do valor da economia paranaense. Do total de riquezas geradas, o setor agropecuário produz 40%, a indústria produz 50%. O setor de comércio e serviços que, na Cantuquiriguaçu, responde por 10% da riqueza gerada, no Estado é responsável por 50%. Os 14.447 empregados formais da região encontram-se trabalhando, principalmente em quatro atividades: administração pública 36,82%, indústria de madeira

15,71%, comércio varejista 14,24% e agropecuária 10,83%. Em torno de seis mil trabalhadores da região vivem de serviços eventuais, prestados, inclusive, em outros estados. A renda *per capita* no ano 2000 era de R\$ 164,00 - , quando comparada à média do estado, que era de R\$ 202,03 (IPARDES, 2007).

A região da Cantuquiriguaçu responde por 6% do valor bruto da produção agropecuária do estado. Com destaque para o milho, soja, bovino, suíno, madeira, aves de corte, trigo, feijão das águas, fumo, batata das águas, erva mate, mandioca industrial e milho safrinha. Essa diversidade de explorações se deve, principalmente à qualidade dos solos e ao clima da região. A concentração do acesso a terra na região é maior do que a média estadual, ainda assim, preponderam os estabelecimentos familiares que representam 93% da população que reside no campo, porém ocupam somente 90% da área total.

Todavia, um em cada três agricultores da região, não é proprietário da terra onde trabalha decorrente do elevado percentual de terras sem titulação. O sistema de produção agropecuário vigente na região denota contrastes entre o mais tecnificado ao de agricultura primitiva. Entre as razões desse fato, pode-se citar o acesso limitado ao crédito, à assistência técnica, à capacitação, à comercialização, a terra, dentre outros recursos mencionados no Plano Diretor, de 2003. A região também apresenta carência na quantidade, na especialização de profissionais e na capacitação destes em todos os níveis.

A falta de visão sistêmica regional impede a formulação de estratégias de desenvolvimento e de otimização no uso dos recursos internos. As oportunidades que se apresentam à região referem-se ao aproveitamento de sua infraestrutura física e dos recursos naturais; ao compartilhamento de experiências em políticas locais; ao momento político (federal e estadual); à atuação integrada da região; e ao fomento às agroindústrias, assentamentos planejados e o Plano Diretor, como instrumento de negociação de recursos.

A pobreza, a falta de oportunidades de trabalho e as características do meio rural, onde reside a maioria da população, se refletem nos principais indicadores de educação e saúde da região. Mesmo após os projetos federais “Brasil Alfabetizado”, o projeto estadual “Paraná Alfabetizado”, e projetos articulados aos movimentos socioterritoriais como o MPA, que trabalhou junto à alfabetização de adultos camponeses, o Cantuquiriguaçu tinha em 2001, 16,78% da população adulta analfabeta frente a 11,5% do estado. No Paraná, em 2001, o coeficiente de mortalidade infantil foi de 17,39/1000 nascidos vivos, enquanto na região da Cantuquiriguaçu foi de 23,57/1000 recém-nascidos.

Em 2000, o território possuía um total de 232.729 habitantes, reunindo os 20 municípios, onde 120.413 (52%) destes viviam na área rural. Possui 20.528 famílias de

agricultores familiares e camponeses. A população, em 2010, passou a 232.551 com uma redução de 178 pessoas em 10 anos (- 0,08%). Mesmo com o êxodo das populações dos municípios pequenos para as grandes metrópoles, o território manteve o número de habitantes praticamente inalterado sua população. Devido ao movimento de reterritorialização pelos assentamentos do MST na luta pela terra, 4.216 famílias foram assentadas na região, também pelo movimento da luta e de reconhecimento de três comunidades quilombolas, dos reassentados atingidos pelas barragens e da resistência e permanência de duas áreas de terras de populações indígenas. Nesse contexto, os habitantes viviam em média 67 anos, em 2000, enquanto no Paraná a idade média era de 69 anos (CANTUQUIRIGUAÇU, 2010).

Os documentos base que apontam a realidade do território da Cantuquiriguaçu são: o Plano Diretor e o Cantuquiriguaçu (2003), o qual se tomou como ponto de partida para elaboração do Plano Diretor e o Senso IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 1991 e 2000, nos quais constam o Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM).

O índice de desenvolvimento humano (IDH) estava inferior ao do estado do Paraná (0,786), com uma taxa de crescimento populacional inferior a do estado que é de (1,12%) e uma densidade demográfica de 19,84 habitantes/km², perante o estado de 47,54. Dos 232.729 habitantes da região, 112.332 (48,27%) residiam na área urbana e 120.397 (51,73%) no campo (IBGE, 2000).

Esses dados expressam uma realidade marcada pela desigualdade e pobreza que levou as lideranças à concretização do Plano Diretor da Cantuquiriguaçu em 2003. A realidade dos dados apontava que o IDH refletia o quadro social desigual e concentrador no plano econômico em que a região vivia, assim, fez-se necessário pensar por meio desses indicadores. Desse modo, 25 % dos habitantes da Cantuquiriguaçu encontravam-se abaixo da linha da pobreza, aproximadamente 55.508 pessoas, ou seja, pessoas que tinham renda inferior a 25% do salário mínimo por mês (R\$ 65,00) (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003).

A organização dos sujeitos de forma coletiva em movimentos socioterritoriais com luta e resistência, como foco na territorialização de suas famílias, de suas utopias, na busca pela construção da emancipação humana e política permite, mesmo com as contradições, manter-se na terra. Nesse ínterim, na busca de parcerias para a efetivação de direitos e os movimentos sociais, começaram a ocupar o CONDETEC, que a partir de 2008 passou a ser o colegiado do território da Cidadania, com o intuito de pautar e acompanhar a política pública do governo federal, com perspectivas de disputas por políticas públicas emancipatórias, por parte dos movimentos socioterritoriais. Entretanto, não há dúvida ao afirmar que muitas ações

oriundas dessa participação provocaram certa melhoria na qualidade de vida de grande parte dos sujeitos que vivem no território.

Os movimentos socioterritoriais, para Fernandes (2005), são sujeitos coletivos ou grupos sociais, que se organizam para desenvolverem uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com o objetivo de transformação da realidade. Os movimentos e organizações da agricultura camponesa familiar representam os assentados da reforma agrária, acampados em processo de luta pelo acesso a terra, agricultores familiares, camponeses, quilombolas e indígenas que primam por políticas públicas emancipatórias, que garantam o acesso a terra, saúde, direitos sociais, bem como o acesso a créditos para produção e educação, que culminam com a efetivação de projetos e programas.

O processo de formação da identidade do território da Cantuquiriguaçu teve sua primeira configuração em 1984, quando os prefeitos dos municípios do território começaram a se articular e criaram, naquele mesmo ano, a Associação dos municípios da Cantuquiriguaçu (IPARDES, 1997). Nesse sentido, o referido estudo dá ênfase na compreensão de como foi se estabelecendo, a partir de 1984, a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, inicialmente com sede em Curitiba (IPARDES 2007). Sobre isso, Martins (2001), afirma que:

[...] a noção actual de autarquia local [...] aparece mais recentemente em estreita ligação com a legitimação democrática do poder de Estado e com a dialéctica centralização-descentralização subjacente ao desenvolvimento da organização territorial do Estado Moderno é (re)centrar o debate onde ele efectivamente deve estar: a definição do poder local há de resultar do que quisermos que o Estado seja, no fundo, o que está verdadeiramente em causa é o modelo de organização política e administrativa da sociedade (democrática, participativa) em que vivemos (MARTINS, 2001, p.18).

Em 2002, a sede da Associação muda, de Curitiba para Laranjeiras do Sul e, dessa forma, fica mais presente no espaço territorial. Esse novo formato de participação territorial de articulação política dos prefeitos, possibilitou a eles pensarem na possibilidade da inserção da sociedade civil no processo de desenvolvimento territorial. Então, deu-se início a um amplo processo de debate para a elaboração de diretrizes políticas para o território. Esse debate coletivo que envolveu todas as organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais do campo, culminou em 2003, com a elaboração do primeiro Plano Diretor.

A referida pesquisa enfoca a disputa territorial, abordada de forma mais explícita por meio das dimensões da questão agrária e das políticas públicas implantadas no território.

Nesse sentido, houve destaque para as políticas de educação do campo, a fim de verificar em que medida elas perpassaram as dimensões contidas no Plano Diretor, atingindo o desenvolvimento dos municípios do território Cantuquiriguaçu. Esse plano fora elaborado por um conjunto de representantes governamentais, entidades e movimentos sociais em 2003, a partir das diferentes dimensões como territorial e econômica, social e cultural e político-institucional.

Para tanto, a análise se deterá em comparar a realidade encontrada em 2003, a partir dos debates promovidos, dos dados do censo 1991 e 2000 que foram subsídios para a concretização do Plano diretor em 2003 e ao mesmo tempo fazer uma relação e comparação da realidade com dados do censo IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) (2006) e dados do censo IBGE (2010) e do Atlas IDHM (2013).

Também foi realizado um estudo acerca da implantação do Território Cantuquiriguaçu e da relação campesinato – agronegócio. Ou seja, as lutas, os embates, a intervenção do Estado e as disputas por políticas públicas no desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu. Além disso, há uma análise para explicitar como os sujeitos conseguem direcionar na luta, as políticas públicas e como o “estado de classe” usa suas artimanhas para “driblar” o povo e fazer como quer e para quem quer.

1.2.2 Cantuquiriguaçu: Um Marco do Desenvolvimento Territorial no Paraná

Dentre as políticas conquistadas e implantadas no território Cantuquiriguaçu, podemos destacar aquelas que foram resultado da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista e a efetivação de diversas ações. Podemos citar como o primeiro marco da Educação do Campo no território, que foi também, marco na Educação do Campo no Paraná, a II Conferência Estadual por uma Educação do Campo, realizada em 2000, no município de Porto Barreiro, que saiu o Plano de Ação, documento final chamado de “Carta de Porto Barreiro”. Essa conferência foi fruto das diversas lutas travadas pelos movimentos sociais e sindicais, que perceberam a necessidade da educação como dimensão indispensável na luta de resistência a terra e pela terra.

Antes da conferência já ocorria no território, a formação de lideranças no campo pelo projeto “Terra Solidária” que, conforme o Projeto Político Pedagógico, “Terra Solidária” (2001), era coordenado pela FETRAF-SUL/CUT, Escola Sindical Sul e Deser, com

abrangência nos três Estados do Sul, construído pelos agricultores familiares e suas organizações desde 1999. Essas organizações tinham o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e solidário, com base na consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, na geração de trabalho e renda, bem como buscar o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos.

A Educação do Campo, com princípios pedagógicos e curriculares diferenciados em relação à formação tradicional, apresentava princípios a partir dos trabalhadores (as) do campo, como a democracia, a integralidade do ser humano, como instrumento de reflexão crítica e de libertação, contra as discriminações, com dimensões ideológicas, políticas e técnicas e “Especialização em Educação do Campo (2006)”, que foi desenvolvida com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A implantação da primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, (UNICENTRO), ocorreu em 2010 tendo sua conclusão em 2013.

Efetivada especialização em Educação do Campo na (UNICENTRO) em 2009, já com duas turmas concluídas e outras duas com início provável para março de 2014. Nesse aspecto, merece destaque o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecológico (CEAGRO), com gestão dos Movimentos Socioterritoriais que compõem a Via Campesina e com a implantação de cursos vinculados ao desenvolvimento do campo na perspectiva da pequena propriedade. Outros fatores especiais que contribuíram nesse período de formação do território, foram a conquista de algumas prefeituras nas eleições de 2004 e 2008 que seriam governadas pelo PT (Partido dos Trabalhadores), nos municípios de Porto Barreiro, Rio bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Uma coligação em Candói possibilitou ao PT ocupar a Secretaria Municipal de Educação, no governo do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e em Laranjeiras do Sul, ocupando as secretarias de agricultura e educação também num governo do PMDB.

Ainda é de relevância, destacar o projeto “Saberes da Terra”, pioneiro no Paraná, gestado pela Associação dos Prefeitos do território, por meio da câmara Setorial de Educação e de Agricultura do CONDETEC, em parceria com onze prefeituras, tinha o intuito de qualificação social e profissional para o trabalho na pequena propriedade, com currículo adequado de acesso ao conhecimento local, ao conhecimento historicamente produzido e articulá-lo à prática efetiva na qualificação da propriedade e da criticidade dos sujeitos. Para Costa (2010),

O Programa Saberes da Terra é um Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrado com a qualificação profissional para Agricultores Familiares/ camponeses que tem como objetivo desenvolver uma política de Educação do Campo que possibilite a esses/as Jovens e Adultos/as, trabalhadores/as agrícolas excluídos/as do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização, na modalidade de Jovens e Adultos, integrando ensino fundamental e qualificação profissional e social (COSTA, 2010, p.88).

Costa (2010) enfatiza que o Projeto Saberes da Terra no Território Cantuquiriguaçu teve sua execução pautada em três pilares fundamentais, concernentes aos aspectos de gestão 39. A parceria ocorreu entre o MEC, a Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu (proponente) e as Prefeituras municipais que se envolveram no Projeto através das Secretarias de Educação. Contudo, a sua materialização só foi possível por meio da articulação de diversos profissionais da educação e de outras áreas, gestores e dirigentes políticos, líderes de Movimentos Sociais Populares Camponeses da região, que organizaram uma frente de articulação para dar conta dos desafios de implementar esse processo educativo nos onze municípios e nas treze turmas. Ainda para Costa (2010),

O Projeto Saberes da Terra surgiu para o Território como intuito de superar algumas dificuldades enfrentadas pelos/as agricultores/as familiares em suas atividades de produção, abrindo assim, espaços e possibilidades concretas da afirmação de novos referenciais capazes de dialogar com a prática desses agricultores/as na busca de um aprofundamento no conhecimento técnico científico e de desenvolver melhores possibilidades para esses sujeitos darem respostas práticas às necessidades básicas para a sua existência (COSTA, 2010, p.131).

Outro avanço ocorrido nesse âmbito se dá a partir das escolas do/no Campo, o exemplo principal é o Colégio Iraci Salete de Rio Bonito do Iguazu, exemplo de luta e resistência, funcionando dentro de um assentamento, sendo escola base das nove escolas itinerantes do MST no estado do Paraná. A escola atua com uma proposta pedagógica diferenciada, com ciclos de formação humana, conselho de classe participativo, classe intermediária, diálogo e início da implantação dos Complexos de estudo, dentre outras especificidades que coloca o educando como ser humano, e não meramente como um aluno receptor do conhecimento racional tradicional apresentado pelo Estado sem dialogar com a realidade.

Nessa perspectiva, um dos marcos mais significativos desse movimento de disputas por políticas públicas emancipatórias foi a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* universitário conquistado pela luta do movimento organizado e articulado dos sujeitos orgânicos dos movimentos sociais camponeses. Essa luta, de certa forma,

constituiu uma base que possibilitou a inserção de praticamente de toda sociedade na luta pela universidade, inicialmente o movimento Pró-Universidade Popular, mas que em seguida, em virtude da legislação brasileira para o ensino universitário, acabou por ser uma universidade dentro das regras pré-estabelecidas do estado nação. Nesse sentido, Mohr Et Al (2012) afirma que

[...] esse debate iniciou-se ainda no primeiro semestre do ano de 2005, intensificando-se com reuniões periódicas de um coletivo com representações das prefeituras de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Candói e Laranjeiras do Sul e representantes dos movimentos sociais e entidades citados acima. No primeiro semestre de 2006, porém, a partir de articulações com representantes da Via Campesina, observou-se que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina também acontecia forte mobilização em torno da conquista de uma universidade federal pública e gratuita para a mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Optou-se então por agregar estes esforços em torno do movimento pró-universidade nos três Estados do Sul, compondo assim um movimento maior e mais completo (MOHR Et Al, 2012, p.797).

No entanto, o fato de a universidade ser em um assentamento, ter sido conquistada pelos movimentos sociais e ter tido participação na elaboração dos cursos diferenciados, com cunho de desenvolvimento territorial, se coloca como crucial e de esperança do desenvolvimento do território.

Também se destaca no território, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, doravante designado CEAGRO, com o papel de auto-organização e de pesquisa na formação dos técnicos no CEAGRO, na perspectiva da construção da socioeconomia solidária e da agroecologia nos assentamentos e demais comunidades onde estes atuam. Também ocorreu no período de 2005 a 2007 uma especialização em Educação do campo, por meio de parcerias entre os municípios de Candói, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul, PRONERA/UFPR, foram formados 50 educadores (as) com mais de 640 horas de formação específica em currículo, e princípios pedagógicos vinculados à Educação do Campo.

Como base para efetivação da formação dos sujeitos que atuam na realidade educacional do campo, foi realizado, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Curso de Especialização em Educação do Campo. Durante quase dois anos os educadores (as) desses municípios se reuniram para debater, estudar e encaminhar estudos e tarefas relativas à educação do campo. A Especialização em Educação do Campo no Território iniciou em dezembro de 2005 e teve encerramento em novembro de 2007. Além disso, existe a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo do Paraná, parceria

dos movimentos camponeses, algumas prefeituras do território e UNICENTRO/PR, a formação por área do conhecimento que se insere num novo território universitário criando novos debates e tensões, a formatura da primeira turma será no final do ano de 2013.

Dentre as conquistas, está a Casa Familiar Rural- CFR, que tem formado filhos de camponeses (as) para atuar na propriedade sem deixar de lado o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. É uma política da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) e do governo do Paraná em parceria com os municípios, mas o conselho tem tido uma participação efetiva na sua ampliação e manutenção no território. A ARCAFAR-SUL,

fundada em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo sudoeste do Estado do Paraná, [...] está instituída como uma associação cultural e beneficente, que tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade. Pretende, assim, oferecer condições para a inserção desses jovens na sua comunidade e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade. Hoje, a ARCAFAR SUL abrange 204 municípios em todo o Sul do Brasil. São 70 Casas Familiares Rurais e 02 Casas Familiares do Mar, sendo que, cada uma abrange em torno de três municípios. No Paraná, são 42 CFRMs, divididas em três setores; em Santa Catarina são 22 e o Rio Grande Sul compreende 08 CFRs (ARCAFAR SUL, 2013, p, 01).

Segundo a ARCAFAR SUL o seu objetivo principal é a formação dos jovens camponeses, nesse sentido, a instituição

[...] busca levar aos jovens do campo a melhoria dos conhecimentos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, visando formar as pessoas, e com isto estimulando sua formação integral e profissional, de acordo com a realidade em que vivem. Tem na sua essência a construção de princípios norteadores das relações interpessoais, do bem comum e esses são valores que regem e acompanham os sujeitos imbuídos da Pedagogia da Alternância, que com dedicação procuram vivenciá-los na prática educativa. A ARCAFAR SUL desde a sua fundação, sempre buscou desenvolver trabalho coerente, tendo como principal objetivo coordenar o trabalho filantrópico, a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores familiares e pescadores artesanais a formação integral através da Pedagogia da Alternância. Isso possibilita destacar os pontos fortes e os pontos fracos, as ameaças e oportunidades que a ARCAFAR SUL tem no desenvolvimento das suas atividades. Tem desempenhado importante papel na união e fortalecimento das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, possibilitando a expansão e a boa aplicação dos princípios que norteiam a Pedagogia da Alternância nas diferentes realidades dos Estados do Sul do Brasil. Está sempre presente junto às famílias possibilitando a elas formação, assim, as mesmas serão comprometidas com a Pedagogia da Alternância. E isso

possibilitará a elas qualidade de vida, sustentabilidade do sistema produtivo e participação efetiva na sociedade (ARCAFAR SUL, 2013, p.2).

Ainda no âmbito educacional, realizaram-se diversos seminários, simpósios, conferências e encontros de educação do campo, em nível de região sul, estadual, territorial e outros a nível municipal, de comunidades e de escolas.

Diante disso, pode-se afirmar que se não fosse a visão de mundo dos movimentos socioterritoriais não seria possível pensar nessas conquistas, pois comumente elas não fazem parte da prática hegemônica, antes disso, jamais se poderia pensar em cursos de graduação em Educação, especialização em Educação, Universidade, Projetos de Assistência técnica, a partir dos pequenos agricultores, educadores (as), jovens e crianças do território.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com um *campus* no Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul é mais um exemplo do protagonismo dos movimentos socioterritoriais e mostra como é possível, por meio da luta, fazer a territorialização do campo, também no campo educacional. Essas políticas podem estar ainda carregadas de heranças de um desenvolvimento funcional do neoliberalismo, no entanto, arrisca-se a dizer que na sua concretude isso se mostra de forma contraditória, várias políticas pensadas a partir dos sujeitos provocaram seu acesso a direitos ainda lhes negados.

Essa afirmação de que tudo é oriundo do neoliberalismo aparece no estudo sobre desenvolvimento de Montenegro (2012), quando afirma que “não há grandes mudanças na via institucional do desenvolvimento” (*ibid.*, p. 47). O Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) é pouco mais do que um desenvolvimento local retocado, exercendo o mesmo papel funcional do neoliberalismo, porém, dentro de outra forma de regulação que mantém certo “re-escalamento” do Estado.

Todas as conquistas implantadas no território Cantuquiriguaçu sob o viés da classe trabalhadora, remete ao questionamento de como isso se torna possível. Nada aconteceu de forma espontânea, muitas lutas foram e estão sendo travadas contra o capitalismo e com o governo, no âmbito de modificar as ações do Estado e resistir as imposições do capitalismo globalizado. Como afirma Coca e Fernandes (2013), o território,

Caracteriza-se como um espaço onde se dão relações de poder, essas relações de poder são estabelecidas pelo conflito entre as classes sociais que tentam se apropriar de porções do espaço. O espaço é entendido como uma espécie de ‘matéria-prima’, a qual é transformada em território pela ação dos atores sociais (COCA; FERNANDES, 2013, p.13).

Esse espaço ocupado pelos sujeitos possibilita avanços, e os avanços se concretizam na realidade histórica vivenciada dentro dos limites do modelo capitalista que visa apenas ao lucro e ao desenvolvimento econômico em detrimento das demais dimensões como a social e humana.

Essas lutas e conquistas possibilitaram um maior número de sujeitos vinculados aos movimentos socioterritoriais, contribuindo no CONDETEC, e possibilitaram a hegemonia e o controle das cadeiras e das discussões dos recursos encaminhados ao conselho, como exemplo o recurso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Além disso, configura-se como um espaço que propiciou a esses sujeitos coletivos buscarem alternativas além daquelas propostas pelos governos.

Dessa forma, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais no Território Cantuquiriguaçu como: a conquista do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a hegemonia na condução do CONDETEC, 4.600 famílias assentadas, CEAGRO, Licenciaturas em Educação do Campo, Especialização em Educação do Campo, dentre outras conquistas, é um diferencial em termos comparativos com outros territórios que ficaram apenas esperando recursos do MDA e reforma agrária de governo.

Essas conquistas, sem dúvida foram alicerçadas pelas lutas do MST, em que a luta pela terra fora um marco crucial no território para a reterritorialização dos camponeses materializando a posse dos territórios camponeses pelos assentamentos, antes grandes latifúndios improdutivos. Isso implica a luta por políticas públicas como direito provocados pela concepção de agricultura e desenvolvimento rural a partir da questão agrária. Nesse sentido,

[...] a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato a sua destruição e recriação (FERNANDES, 2003, p.3).

No entanto, as políticas públicas emancipatórias contribuíram para a autonomia dos sujeitos que se constroem nas relações conflitantes, sendo na luta de classe que se determina a realidade e se constrói autonomias.

A partir de 2008, o território da Cantuquiriguaçu passou a ser denominado Território da Cidadania pelo governo federal, por meio de uma política do MDA. A designação significou o início de uma nova forma de utilização dos espaços criados pelo Conselho como instrumento de legitimar as políticas compensatórias do Governo Federal. Os territórios

instalados pelo Governo Federal para implantação de políticas atendem aos órgãos oficiais de economia e estes estão em disputa, podendo ser “concebido a partir da implicação de múltiplas relações de poder nas relações econômicas; ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 74).

Porém, a partir dessa análise verificamos várias indagações, dentre elas, como é possível, mesmo com a visão parcial dos governos, em relação à totalidade material e imaterial e ainda assim construir políticas públicas de fato emancipatórias? Será possível e como fazer, a partir da compreensão do modelo capitalista que atua sobre os territórios, buscar condições objetivas para a transformação social? Como relacionar a preservação da vida humana e da natureza no capitalismo? Isso é possível?

Sob esse questionamento, compreende-se conforme Santos (2000) que na produção do território, os elementos naturais e humanos se relacionam, compondo dimensões territoriais indissociáveis, as dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais. Trata-se de apropriação e dominação ao mesmo tempo. Portanto, com ou sem respostas, os movimentos socioterritoriais tem travados no seio da sociedade capitalista, movimento contra hegemônico na luta pela existência humana e da natureza, relações essas, quase sempre tensas e conflituosas.

1.2.3 A Construção do Plano Diretor da Cantuquiriguaçu

A constituição do território, bem como da construção de um plano diretor se deu em função da análise pelos sujeitos políticos, dos dados do IBGE de 2000, do estudo da realidade, por meio de entrevistas, questionários, dos debates coletivos em oficinas, seminários, conferências. O momento histórico era de um governo neoliberal no estado do Paraná, Jaime Lerner tinha assumido como governador no estado em 1995 e conduziu as políticas do estado até 1º de janeiro de 2003. Portanto, esse período foi marcado por políticas sociais mínimas, e um governo totalmente articulado à elite latifundiária e industrial.

Ao analisarmos os documentos produzidos pelo CONDETEC é possível a compreensão do processo político que foi se constituindo ao longo da primeira década de 2000 e os motivos que levaram à constituição desse coletivo, bem como das dimensões que foram tomadas ao longo dos anos até a presente data.

O envolvimento desses municípios solicitou à Associação dos Municípios do Paraná e ao governador do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB),

do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a elaboração do Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios do Território (CANTUQUIRIGAÇU, 2003). Fica evidente, nesse primeiro momento, a intenção de fortalecer os municípios, ou seja, os governos municipais por meio de um coletivo, articulado com prefeitos respaldados pela sociedade civil, inclusa no Plano Diretor que ajudou a construir. No entanto, em uma análise mais profunda evidencia-se que a concepção de estado do governo estadual desse período, delega a responsabilidade do estado novamente ao povo.

Uma realização de destaque em relação à organização territorial criada nos anos 80 foi a de propor ao Governo do Estado uma parceria com vários órgãos, dando início ao Plano Diretor (2001). Nessa ação, um conjunto de sujeitos dos órgãos governamentais e lideranças do território levantaram um diagnóstico amplo da região e um prognóstico da mesma.

Na análise histórica, entre as ações iniciais de destaque da Associação dos prefeitos interessados em promover o desenvolvimento do Território, é possível citar a transferência do escritório, inicialmente com sede em Curitiba, para Laranjeiras do Sul, em 2002, sendo o presidente da Associação Claudir Justi, prefeito de Laranjeiras do Sul. Em seguida, a composição do quadro técnico dos municípios que, após treinamento, tinham a missão de articular os líderes locais com o intuito de identificar as potencialidades e limitações da região.

Desde a sua instalação, a associação tinha como objetivo organizar um plano de desenvolvimento do território, culminando no final dos anos 90 e início de 2000. A ideia de ter um diagnóstico do território vai sendo materializada após um período de intenso trabalho, por meio das entidades governamentais e de lideranças locais, material que foi denominado de Plano Diretor, concluído em 2003.

O Plano Diretor estabelece as diretrizes e as estratégias de como agir, partindo do propósito de instigar o desenvolvimento territorial, abarcando elementos comuns dos 20 municípios que compõe o território. Esse documento pode ser um instrumento de formulação de projetos estratégicos para promover a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios da Cantuquiriguaçu e orientar a tomada de decisão dos gestores públicos e privados em função de sua consistência, decorrente da grande participação dos segmentos sociais e econômicos na sua geração (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003).

As estratégias do Plano Diretor são oriundas do forte debate organizado para elaboração do plano, o processo se deu a partir do levantamento de dados já existentes sobre o território, e de um processo de capacitação de gestores locais, da realização do 1º e 2º

Seminário de Desenvolvimento Regional. Ainda ocorreram reuniões com gerentes dos órgãos do governo estadual, oficinas de integração dos técnicos municipais, curso de capacitação de gestores de processos de desenvolvimento local e pesquisa de opinião sobre o futuro desejado para a região (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, P. 12).

O Plano Diretor contempla por meio desse intenso diagnóstico, a apresentação de dez pontos cruciais de pauta, sendo: o resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas, a geração de postos de trabalho e renda, educação e alfabetização de jovens e adultos, capacitação em todos os níveis e setores, atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos, etc.), integração intersetorial dentro dos municípios e na região, parcerias e consórcios intermunicipais, parcerias com entes externos à região (Governos Federal, Estadual e ONGs); fomento à agroindustrialização na região, à otimização no uso da infraestrutura e aos recursos regionais (FERROESTE, USINAS, LAGOS e BR 277).

O Plano Diretor da Cantuquiriguaçu (2003) conta que o documento foi elaborado a partir da demanda colocada pela Associação dos prefeitos do território e que começou a se materializar com a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento Regional em julho de 2002, que teve como objetivo divulgar o processo e sensibilizar as lideranças para a participação.

Nesse primeiro seminário foi assinado um termo de compromisso dos prefeitos, como se fosse um pacto de desenvolvimento regional e de gestão participativa. No termo de compromisso, segundo a Cantuquiriguacu (2003), os prefeitos assumem o compromisso de:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Cantuquiriguaçu, por meio da abordagem equilibrada da dimensão econômica, humana, ambiental, cultural e social, com ações na área de saúde, emprego, renda, educação, saneamento básico, habitação, segurança e lazer. [...] Comprometidos com a qualidade de vida de todas as pessoas de nossa comunidade: atuais e as que virão da cidade e do campo, as que constituem minorias, as mulheres e os jovens. Buscaremos integrar a todos em processos participativos que visem construir nosso desenvolvimento, respeitando nossa cultura, características e vontades locais. Fomentaremos as mudanças sociais, respeitando a vontade das pessoas de nossa comunidade, buscando construir um projeto coletivo. É nessa perspectiva que apoiamos e aderimos ao processo que deve gerar o Plano para o desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu e partilhamos da responsabilidade na sua gestão (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 112).

O Plano Diretor do território passou a existir e tomar corpo por meio da interlocução política dos prefeitos junto às entidades governamentais do governo do estado do Paraná e com as organizações do território de 2001 a 2003. A associação dos prefeitos da Cantuquiriguaçu, juntamente com órgãos do governo do estado do Paraná, daria todo o suporte e coordenação na elaboração do Plano Diretor, doravante denominado de PD. De acordo com CANTUQUIRIGUAÇU (2009), a sua construção foi possível por meio de um convênio de cooperação técnica firmado entre o governo do Paraná e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Nesse ponto, faz-se uma ressalva no sentido de pensar qual a proposta e quais são os intelectuais do plano de desenvolvimento para os países periféricos, no qual a América Latina e Caribe se enquadram, como aponta Montenegro (2012),

[...] a escala Latino-Americana do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), como já apontamos em outro momento (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.313-341), ganha uma formulação característica na escala da América Latina. Nessa região, a articulação de diversas instituições (como Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural - RIMISP, entre outras), diversos antecedentes teóricos (distritos industriais, *clusters*, desenvolvimento local etc.) e uma rede de *experts* estreitamente articulada (Alejandro Schejtman, Julio Berdegué, Ricardo Abramovay, Sergio Sepúlveda, Rafael Echeverri ou Manuel Chiriboga, para citar alguns nomes) vem forjando uma formulação do que seria o DTR, que se expande hegemonicamente por toda a região, com o Brasil no duplo papel de aluno e promotor avantajado (MONTENEGRO, 2012, p. 43).

No entanto no território, a construção do PD, conforme Cantuquiriguaçu (2003), fora produzido por meio de um “processo participativo”, com a presença de lideranças locais, contando com uma equipe técnica das entidades governamentais estaduais. Dentre essas entidades como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), (EMATER), núcleos de órgãos do Estado como, Regionais de Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura e trabalho, Participação também de técnicos das secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e professores.

O plano se orientou na perspectiva local e dos atores externos, presentes no processo numa correlação de forças e ideias, sendo representado, em sua maioria, por políticos oriundos de cargos eletivos como os prefeitos dos municípios do território. No entanto, a

presença de lideranças locais e dos técnicos das prefeituras foi decisiva para manter um olhar mais aprofundado da realidade do território e para deixar de pensar somente por município e inculir a ideia de pensar no território como um todo e como espaço de luta e poder.

O PD foi elaborado por várias entidades governamentais, ONGs, movimentos sociais e entidades ligadas à agricultura e ao desenvolvimento territorial, apresentando o futuro sonhado para a região. Para tanto, as diretrizes e estratégias foram pensadas por meio de um diagnóstico levantado através de várias oficinas e das entrevistas de 440 lideranças, sujeitos esses do território, seminários, grupos de estudos dentre outras atividades de tabulação de dados e sistematização.

O PD teve início a partir da percepção dos prefeitos de que a região vinha sofrendo um esvaziamento demográfico e sistemático nos últimos anos, o que ficou evidente quando o IBGE publicou os primeiros dados do censo de 2000. A associação dos municípios solicitou apoio ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB que, por meio do - IAPAR e a EMATER. (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003).

O ponto de partida da concepção do desenvolvimento territorial rural foi a elaboração em conjunto de um diagnóstico socioeconômico do Território, capaz de se tornar um lastro empírico e quantitativo acerca da percepção existente quanto à pobreza e às condições econômicas do Território. Para isso, foram realizadas pesquisas em todos os municípios, contemplando todos os segmentos produtivos e identificando os principais gargalos, de onde foram retiradas as diretrizes básicas para o funcionamento de um plano de desenvolvimento. Foi então que tiveram início, nacionalmente, as primeiras políticas de apoio aos Conselhos de Desenvolvimento Rural (FAVARETO, 2010, p.162).

Ao início das discussões havia o entendimento de que o território atenderia à expectativa de resolver os problemas locais, municipais, sem necessariamente vincular as ações defendidas com os interesses territoriais. O amadurecimento do processo fez com que essa postura fosse superada (FAVARETO, 2010, p.163).

Conforme destacado no relato sobre a formação do Território Cantuquiriguaçu, a prática de planejamento, nacionalmente instituída em 2003, já vinha sendo gestada no âmbito da Associação de Municípios do Território com maior vigor a partir dos anos 90 e resultou, em 2001, na organização de um Primeiro Plano Diretor, conforme demanda da referida associação. Mesmo assim, os atores locais julgam a prática atual pioneira, por impulsionar uma forma mais avançada de organização dos municípios que compõem o território e superar a forma inicial truncada de constituição e estruturação da associação nos primeiros momentos,

quando prevalecia uma lógica de intervenção local em detrimento da ação territorial (FAVARETO, 2010, p.169).

O plano estabeleceu as diretrizes para a formulação de projetos estratégicos que promovessem a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios. Ademais, o documento constitui um instrumento que orienta a tomada de decisão dos gestores públicos e privados tendo em vista sua consistência, decorrente da participação nos segmentos sociais e econômicos na sua geração.

Para Cantuquiriguaçu (2003) e Favaretto (2010), os pontos considerados preponderantes foram o trabalho e o estudo, recursos naturais explorados de forma sustentável, agricultores com acesso aos meios de produção e ao mercado; áreas públicas de lazer; saneamento básico e energia elétrica em 100% das residências; serviços de saúde e cultura acessíveis a todos; todas as crianças em idade escolar estudando; moradia digna para todos; analfabetismo eliminado; coleta seletiva e reciclagem do lixo. Além disso, todos os imóveis rurais regularizados; vias rurais em boas condições; rodovias, ferrovia e usinas hidrelétricas integradas à região; conselho regional de desenvolvimento operando; ética na política; municípios atuando articulados; e profissionais qualificados atuando na região.

As lideranças do território, por meio do PD e de acordo com Cantuquiriguaçu (2003), definiram dez diretrizes que devem orientar as ações estratégicas e os projetos para que a região da Cantuquiriguaçu se desenvolva, são elas:

[...] resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas - Destacam-se as ações relacionadas ao provimento de documentos pessoais, titulação de terras, acesso ao crédito, aos programas de renda dos governos Federal e Estadual (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação) e aos benefícios da previdência social (aposentadoria, pensões, etc.); e erradicação do trabalho infantil. Geração de postos de trabalho e renda, com destaque para a capacitação, apoio aos pequenos empreendimentos, agregação de valor aos produtos primários, notadamente os da agricultura familiar (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 86).

Também foi enfatizada a necessidade de dar atenção especial para a educação e alfabetização de jovens e adultos. Apesar das particularidades de cada município, destacou-se a necessidade de melhoria das estradas, da qualidade do transporte escolar, e, ainda a formação e a remuneração dos professores e a melhoria das condições físicas das escolas. Havia demanda por políticas efetivas de alfabetização de jovens e adultos, capacitação em todos os níveis e setores. Houve também, a necessidade de ações de formação/qualificação, e atualização profissional para a mão de obra regional em todas as

áreas, desde a capacitação e atualização de gestores públicos em áreas como cultura, assistência social, saúde, orçamento e planejamento, até a capacitação continuada para todos os conselheiros dos municípios.

Outra demanda do PD era a atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos, dentre outros) e, além de capacitar seus profissionais, a região deve empreender esforços no sentido de atrair outros. Para isso, deveria haver a adequada remuneração, planos de carreira e valorização profissional que são fundamentais. A região deve negociar com o Governo Estadual o preenchimento das vagas dos seus órgãos na região.

No campo da integração intersetorial dentro dos municípios e na região, houve ações compartilhadas entre departamentos e secretarias municipais. No planejamento, consta o acompanhamento e a execução das ações municipais, realizando o cruzamento de diagnósticos e a troca de informações entre diferentes áreas e profissionais para aprimorar o trabalho. Cita-se a construção coletiva da agricultura com a educação, agricultura com a saúde, saúde com educação, dentre outras parcerias e consórcios intermunicipais. A implantação de serviços e de algumas estruturas físicas que eram inviáveis de serem implantadas individualmente por um município, sendo mais racional, a atuação cooperada entre grupos de municípios, em prol de serviços como os consórcios de saúde, de serviços sociais e notadamente ainda carece de outras ações coletivas, como na área sanitária, contratação de profissionais de saúde, educação especial, agricultura, planejamento e gestão, dentre outras.

Também há importantes políticas públicas sendo desenvolvidas nos municípios da região, as quais poderiam ser compartilhadas entre todos, melhorando o desempenho das administrações. Além disso, promoveria o acesso a parcerias efetivas com órgãos dos governos estaduais e federais, ONGs (organizações não governamentais) e até organizações internacionais de apoio a projetos de desenvolvimento local. Nesse sentido, há espaço para o estabelecimento de parcerias no setor de energia elétrica, conservação de solos, alfabetização de jovens e adultos, saneamento, combate à pobreza, preservação do meio ambiente, dentre outros. A otimização com relação ao uso dos recursos desses organismos externos, vai ocorrer à medida que a região estiver articulada internamente e com as prioridades condensadas entre os atores do território.

Outra dimensão a ser destacada é o fomento da agroindustrialização na região. A carência de indústrias faz com que muitos produtos saiam da região sem agregar nenhum valor, gerando empregos e tributos em outros lugares. Há necessidade de projetos de

industrialização, no caso do leite e de suínos e, para isso, é preciso planejar a cadeia produtiva como um todo, de forma a integrar os distintos segmentos.

Nesse sentido, faz-se necessário aperfeiçoar o uso da infraestrutura e recursos regionais como a Ferroeste, as usinas, lagos e BR 277. Supostamente, essas infraestruturas, assim como o planejamento da integração da ferrovia, da BR 277 à região, permitiriam dinamizar a economia local. Do mesmo modo, a região poderia negociar com as geradoras e transmissoras um acesso mais amplo e privilegiado à energia gerada na região. Uma vez gerado o Plano, as entidades que atuam na região decidiram estruturar o CONDETEC.

Em Cantuquiriguaçu (2003), na composição do Conselho, responsável pela gestão do Plano Diretor, procurou-se dar ampla representação das forças coletivas da região, ou seja, nele tem assento os representantes de todas as entidades ou segmentos que reivindicaram sua cadeira. Desse modo, procurou-se distribuir equitativamente os cargos entre os municípios, bem como articular as formas de participação e de representação já existentes nos municípios, a fim de garantir o equilíbrio entre os agentes públicos e atores sociais e econômicos do território da Cantuquiriguaçu.

O Conselho se constitui junto à Associação dos Municípios, contando com uma Secretaria Executiva, com Câmaras Técnicas de Agricultura e de Meio Ambiente; Saúde e Desenvolvimento Social; Educação e Cultura e Infraestrutura, que funcionam como assessoria de planejamento para o CONDETEC.

Segundo os dados da Cantuquiriguaçu (2013), a Associação dos prefeitos do território é mantida exclusivamente com recursos das mensalidades repassadas pelos municípios. A Associação tem como propósito, liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, buscando o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em virtude dos índices de desenvolvimento preocupantes.

Não há como negar que o processo histórico de organização territorial na região é anterior à boa parte dos novos territórios criados em parcerias com o governo federal e organismos internacionais. Ele nasce de uma necessidade de buscar políticas públicas para a população do território em virtude do baixo IDH, presente no território, uma população com um território empobrecido pela forma de ocupação, em que fica evidente a desigualdade social. Enquanto isso havia poucas famílias com alta concentração de terras e riquezas em detrimento da imensa maioria da população pobre.

Esse fato instiga a refletir que as estratégias dos prefeitos⁶ da Cantuquiriguaçu era pensar uma organização coletiva, proporcionando buscas articuladas por políticas comuns aos municípios do território, ou seja, políticas que viessem a atender ao conjunto da população. Entretanto, se percebe também que isso é uma disputa de poder com municípios os maiores que cercam o território, como Cascavel e Guarapuava, onde basicamente o eleitorado é muito maior e que, pela forma de currais eleitorais, os deputados acabam enviando recursos públicos justamente para os municípios com maior número de votos.

Assim, pensaram os prefeitos que articulados, também teriam esse resultado para servir de moeda de troca junto aos representantes governamentais. Nesse contexto, outro elemento forte é a forma patrimonialista e coronelista dos prefeitos da época, que não tendo seu espaço em municípios maiores, buscam se afirmar economicamente e com poder, usando para tal os espaços públicos e tornando-se figuras públicas, como vereadores e prefeitos, a fim de afirmar seu poder frente à população. Vale dizer, que alguns se tornaram grandes latifundiários.

Uma das teses é que, esses prefeitos tinham a intenção de poder se eximir de responsabilidades, transferindo-as de volta para os governantes estaduais e federais. Era muito comum na época, os prefeitos, quando indagados pelo povo sobre o porquê da não concretização dos projetos de campanha, utilizarem uma resposta também em forma de pergunta para o povo, afirmando que estes, deveriam cobrar atitudes dos presidentes, governadores de estado e deputados, e que o povo era o responsável, porque votaram e os elegeram.

Dessa forma, quando os prefeitos devolvem a culpa aos trabalhadores, aos sujeitos que habitam o território, pelo território empobrecido, a elite governante esconde as reais causas do empobrecimento da região, que tem como principal agravante a exploração exacerbada da natureza, pelo extrativismo desenfreado das matas e do solo. Ao mesmo tempo, eles escondem que os projetos que, de fato se efetivam no município, têm uma relação direta

⁶ Fonte: Cantuquiriguaçu (2003, p. 05). Prefeitos do período da construção do Plano diretor (2001,2003). Onirio Wilmar Fries, Campo Bonito; Elias Farah Neto, Cândói; Matheus paulino da Rocha, canta Galo; Olimpio Moura, catanduvas; Ives ribas,Diamante do Sul; José Nilson Zgoda, Espigão Alto do Iguaçu; Olivio Albino Amancio, Foz do Jordão; Luiz Ravanelo, Goioxim; Ana Neoli santos, Guaraniaçu; Adelar Antonio Arrozi, Ibema; Claudir Justi, Laranjeiras do Sul; Luiz César Baptistel, Marquinhos; Nelci da Rosa, Nova Laranjeiras; Osvaldo Lupepsa, Pinhão; José Croti, Porto Barreiro; Vitório Revers, Quedas do Iguaçu; Elias farah Junior, Reserva do Iguaçu; Sezar Augusto Bovino, Rio Bonito do Iguaçu; Valdir Bernardino Martinazzo, Três Barras do Paraná e Osmar Luiz palinski, Virmond.

entre o combinado, prefeito e deputados, os quais determinam que recursos devam vir para o município, onde serão aplicados, bem como, com que intencionalidade.

Vale destacar, que as ações dos prefeitos eram para serem realizadas no sentido de pensar a governabilidade dos municípios e ações pontuais e por outro lado o povo organizado ou não em entidades e movimentos sociais tinham outros anseios. Podemos destacar aqui a demanda da agroecologia, oriunda da realidade imposta pelo capitalismo agrário de uso intensivo de agrotóxicos pelo agronegócio. Por isso, a agroecologia vem no sentido de se contrapor a ele.

Essas ações tiravam totalmente o povo da participação e decisão. Altieri (1999) questiona o modelo do capitalismo agrário e afirma que a agroecologia é uma alternativa ao agronegócio, pois fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis. Dessa maneira, seria como um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pelo capitalismo e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42).

Por conseguinte, a agroecologia se contrapõe ao modelo tecnológico hegemônico que é, em nível mundial, a base de sustentação do agronegócio e também num processo de expropriação dos camponeses que nunca deixou de existir. Por esse viés, a questão agrária situa-se no núcleo das relações de produção e de dominação. A agroecologia, para Altieri (1999), propicia a conservação e amplia a biodiversidade dos ecossistemas tendo em vista o estabelecimento de numerosas interações entre solo, plantas e animais, ampliando a autorregulação do agroecossistema da propriedade.

Nessa perspectiva, a agroecologia se coloca como uma ciência que pode contribuir com o projeto da classe trabalhadora camponesa porque articula ciência, produção e trabalho familiar, havendo certo cuidado para não cair nas garras do mercado capitalista, como afirma Caporal & Costabeber (2002):

[...] enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica, que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma agricultura ecologizada, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não

garante sua sustentabilidade no médio e longo prazo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.81).

A agroecologia, portanto, tem sido a referência tecnológica pelos movimentos socioterritoriais tanto no aspecto da produção como também uma proposta pedagógica nas escolas e universidades. Para os movimentos socioterritoriais, sem educar o povo para uma mudança radical na forma de produzir o planeta terra não terá futuro. O CEAGRO tem sido uma referência no território no sentido de pensar ações de agroecologia, agora incorporado pela UFFS. Para os movimentos socioterritoriais a agroecologia deveria ser central nos debates do CONDETEC sobre matriz tecnológica de produção.

No entanto, percebe-se que nesse emaranhado de intencionalidades, de interesses da elite local arcaica e conservadora, que busca apenas seus próprios interesses patrimoniais e de poderes, surge uma possibilidade concreta de articular os municípios pelo território, não somente os prefeitos, mas envolvendo a participação da sociedade civil. Ou seja, somente a associação dos municípios não conseguiria ser o sujeito coletivo do território, sendo necessária a criação do Conselho de desenvolvimento territorial, com a participação de entidades e movimentos sociais.

1.3 O CONDETEC E O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

O Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu (CONDETC) foi criado em 2004, por meio das ações desenvolvidas na efetivação da política de desenvolvimento rural a partir do convênio realizado com a FAO e o Governo do Paraná com o intuito de dinamizar o território por meio de políticas de desenvolvimento rural sustentável, visando incorporar a participação social no processo de gestão pública. Já na sua criação, o CONDETEC foi criado com atributos de ser um “colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo da política de desenvolvimento territorial” (CANTUQUIRIGUAÇU, 2004).

Conforme Cantuquiriguaçu (2013), o colegiado do Conselho de Desenvolvimento Territorial está composto atualmente da seguinte forma como demonstra o quadro 01 a seguir:

Quadro 1- Composição do CONDETEC em 2013

Coordenação do CONDETEC
Coordenador

Vice-Coordenador
Secretária
Vice-Secretário
Assessor Técnico

Composição do CONDETEC

I. Entidades Governamentais	II. Entidades Não Governamentais
<p>CANTU - Associação dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU; ACAMCOP - Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste do Paraná; COPEL - Companhia Paranaense de Energia; EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; NRE – Núcleo Regional de Educação; SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná; UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul; UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UNICENTRO – Universidade do Centro Oeste do Paraná; Câmara Setorial de Agricultura; Câmara Setorial de Educação; Câmara Setorial de Infraestrutura; Câmara Setorial de Desenvolvimento Social;</p>	<p>APPA – Associação Paranaense de Pequenos Agricultores; ASS. QULOMBOLAS – Associação dos Quilombolas de Despraiado – Cândói PR; CACICOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais de Centro Oeste do PR; Câmara Setorial de Agricultura; CEFAS – Casas Familiares Rurais; Câmara Setorial de Educação; Câmara Setorial de Desenvolvimento Social; Câmara Setorial de Infraestrutura; CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia; Comunidade Indígena de Rio das Cobras; Conselho Regional – APAES; COORLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar CRESOL – Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária; FETAEP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do PR; FETRAF SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;</p>

Fonte: CONDETEC, organizado por MORAES, Vitor. 2013.

Conforme mostra o quadro 01, o conselho é composto pelas organizações da população do território, sindicais, movimentos sociais e representantes governamentais dos diferentes entes governamentais que atuam no território. Já as câmaras técnicas são constituídas por um conjunto de técnicos e sujeitos dos governos, das organizações e

movimentos sociais que estudam, pesquisam, definem, constroem projetos de forma mais específica, em relação à demanda da devida câmara técnica. Também organizam e executam ações no território sempre em consonância com todo o CONDETEC.

Quando se pensa em desenvolvimento, logo se remete ao processo de cima para baixo, imposto pelas nações dominantes aos países periféricos. No entanto, por meio da experiência do território da Cantuquiriguaçu, podem-se pontuar vários avanços do formato inicial proposto, desde os organismos internacionais como a FAO, em consonância com o governo brasileiro e, especificamente, a Cantuquiriguaçu, com o governo do estado do Paraná, e das prefeituras municipais dos 20 municípios que compõem o território. O protagonismo dos movimentos socioterritoriais no território possibilitou a concretização de ações que nem sempre estavam em consenso pelos órgãos que sugeriram a criação da estrutura.

O jogo da disputa territorial quase sempre tensa e conflituosa se deu num embate permanente entre as forças da burguesia local contra as lutas dos movimentos socioterritoriais e, ainda o Estado, tentando incutir nas lideranças locais a efetivação de suas políticas compensatórias, pensadas a partir dos organismos internacionais. Isso tudo provoca o acirramento e, ao mesmo tempo, a articulação das entidades e movimentos socioterritoriais na busca pela efetivação daquilo que fortalece as bases culturais, sociais e econômicas do território.

Esse processo acabou unindo os diferentes sujeitos coletivos do campesinato e da agricultura familiar como o Movimento Sem terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicados dos Trabalhadores Rurais (STR's), Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CORLAFES), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Casas Familiares Rurais, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Quilombolas, lideranças Indígenas, dentre outros. Sobre isso, Fernandes (2008) afirma que

[...] temos, então, uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Em 2008, foi realizado um seminário com os Conselheiros para definir a missão do território. Após uma série de debates e oficinas, ficou estabelecida a frase que revela as

utopias das lideranças do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, que é “Promover o Desenvolvimento Integral do Território Cantuquiriguaçu”.

O CONDETEC é resultado de um processo histórico, iniciado em 1984, quando da criação da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, que em virtude das demandas e necessidade eminentes da participação popular, bem como do modelo de descentralização dos organismos internacionais. Nesse processo, culminam com a criação de municípios, conselhos, fóruns, com o objetivo de legitimar os discursos dos organismos, atores intelectuais do capital internacional e contraditoriamente da necessidade de os sujeitos terem espaços para lutar pelos seus direitos.

Contudo, esse instrumento criado e ocupado pelos movimentos socioterritoriais, na busca da produção da existência de seus sujeitos, seus coletivos passam agora, pelo meio pedagógico do CONDETC, para debater, de forma coletiva o ato de pensar, articulando-o à construção de políticas públicas emancipatórias. A dinâmica que move cada movimento social do campo passa a apresentar elementos comuns por meio da disputa territorial das políticas públicas.

Vale ressaltar, que essa dinâmica não fez com que os movimentos socioterritoriais deixassem o foco de atuação de lado. O MST continuou na luta pela terra, na organização, na mobilização, na ocupação dos latifúndios improdutivos do território e focado também na educação, saúde e capacitação técnica dos sujeitos acampados. O MPA está focado no fortalecimento dos pequenos agricultores, educação, qualidade de vida, desenvolvendo projetos de liberação de créditos para a produção e programas de habitação.

Os sindicatos dos Trabalhadores Rurais, num primeiro momento, contribuíram com os movimentos sociais, porém, seu objetivo principal passou a ser a representação dos trabalhadores rurais, a luta e efetivação de políticas públicas bem como alternativas para o desenvolvimento rural, envolvendo assistência, saúde e social. Apesar de apresentarem avanços das políticas e das lutas sociais essas ações, sempre apontavam para a fragmentação dos trabalhadores e para o enfraquecimento da luta, sem vislumbrar uma perspectiva mais transformadora.

Entretanto, os elementos da prática militante das lideranças dos movimentos, foram decisivos para a inserção dos movimentos no Conselho de Desenvolvimento Territorial, bem como a posterior capacidade de articular as políticas públicas que viessem ao encontro da população do campo. Segundo Coca e Fernandes (2012), as políticas públicas executadas num determinado território

[...] levam em consideração a conflitualidade e a diversidade. Esta tendência também é observada nas políticas públicas, os territórios tem sido alvo de vultosos investimentos por parte do Estado, porém, em muitos casos, eles são confundidos com as microrregiões geográficas, o que impede que se leve em consideração os territórios que existem no território. Um exemplo destas políticas públicas voltadas para os territórios é o programa do Governo Federal ‘Territórios da Cidadania’ que tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais no meio rural por meio de políticas territoriais (COCA; FERNANDES, 2012, p.2).

Ao analisar o território como espaço de governança, não se pode minimizar o território de conflito, de disputa, de poder. Com esse entendimento, as lideranças dos movimentos passaram a estabelecer maior grau de coletividade e de diretividade nas políticas públicas no e para o território. Esta foi a primeira estratégia, sempre na perspectiva de que novas políticas públicas fossem sendo disputadas, construídas e pensadas pelos movimentos sociais e que, de fato viessem a atender as suas necessidades e as necessidades coletivas, e, efetivamente, desenvolver o território e potencializar outros. Nessa perspectiva,

[...] transterritórios é um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades, pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por Ceceña (2007), e territorialidades de resistência, como estudados em Fernandes (FERNANDES, 2009, p. 03.).

Fica evidente que a atuação dos movimentos sociais vai contribuindo de forma significativa na transformação do território, o *locus* das políticas públicas e o público beneficiado. Se os olhares forem direcionados para a composição do Conselho de Desenvolvimento Territorial no PD, elaborado em 2003, para a composição do conselho em 2010, percebe-se um avanço radical na participação, bem como no direcionamento e tencionamento das políticas públicas.

No relatório das atividades do território, denominado de “Estratégias para o Desenvolvimento II (2009)”, percebe-se que a participação das entidades não governamentais são, em sua maioria, representações dos movimentos e entidades camponesas, como Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Casas Familiares (CEFAS), Comunidade Indígena de Rio das Cobras, Associação dos Quilombolas de Despraiado – Candói - Pr (ASS. QUILOMBOLAS), Associação Paranaense dos Pequenos Agricultores (APPA), Cooperativa de Leite (COORLAF), Cooperativa Central Base de

Serviços com Interação Solidária (CRESOL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF SUL), Movimento dos pequenos Agricultores (MPA).

A participação ocorreu em função da relação entre os movimentos e da necessidade quase sempre tensa, de busca por políticas públicas que possibilitassem a produção da existência de vida e de sinalização de futuro no espaço rural do território eminentemente marcado pela expropriação dos povos indígenas e camponeses pobres.

Nesse âmbito, cabe evidenciar a relevância da participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Fundação para o Desenvolvimento Econômico da região Centro Oeste do Paraná (RURECO), da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Isso mostra uma considerável superioridade de representação de entidades e movimentos diretamente ligados à agricultura camponesa da pequena propriedade, seja na luta pela terra, pela educação, produção, crédito ou comercialização. Esse fato contribuiu significativamente para as articulações na busca e na efetivação de políticas públicas.

Na análise das disputas territoriais, por meio do CONDETEC, bem como das demais lutas pela identidade, autonomia, pelo acesso à terra, pela política pública emancipadora, existe no território uma correlação de forças significativas. De um lado, o movimento dos sujeitos do agronegócio e de outro o movimento social popular da agricultura camponesa e familiar. O agronegócio articulado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pela Sociedade Rural (SR), os pequenos agricultores rurais organizados em entidades e movimentos sociais.

Com relação aos grupos sociais dos pequenos agricultores, destaca-se no território o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); o Movimento dos pequenos Agricultores (MPA); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF SUL); Fundação para o Desenvolvimento Econômico da região Centro Oeste do Paraná (RURECO); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's); CEFAS – Casas Familiares Rurais; dentre outros movimentos sociais populares ligados à Via Campesina como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar FETRAF e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O projeto do agronegócio é individualizado em poucos latifúndios e, na luta pela dinamização da agricultura camponesa e familiar, no sentido de transformar as pequenas unidades familiares em unidades produtoras de monocultivos. Arrisca-se dizer que essa

concepção e atuação no espaço rural têm empobrecido e levado um grande número de famílias camponesas para as áreas urbanas.

No processo de qualificação da propriedade, utilizando as tecnologias do capital, precisa-se de créditos não subsidiados para pagar as dívidas. Dessa forma, o pequeno agricultor que realizou o financiamento acaba vendendo a sua área de terra ao agricultor mais empreendedor do agronegócio que já possui área maior, e bem equipado com maquinários como, colheitadeira de grande porte, tratores, pulverizadores, dentre outras infraestruturas que, na maioria das vezes, são adquiridas com recursos “públicos”, dos quais grande parte é alocada para a prática das monoculturas da agricultura capitalista.

No entanto, percebe-se um avanço na produção e na motivação para a produção, por meio da implantação dos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem contribuído para agregar renda à unidade familiar, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população rural.

O programa de aquisição de alimentos (PAA) foi instituído pelo art. 19, da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de julho de 2003. O programa é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Assim, constitui num mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas com risco alimentar. O programa tem como principal objetivo, incentivar os agricultores camponeses e familiares (BRASIL, 2013).

Com a aprovação da Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% do valor destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, deverá ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar dos pequenos agricultores camponeses e familiares. Cabe destacar, que a redação da lei não inclui o conceito camponês, utilizado por vários sociólogos, historiadores, geógrafos e movimentos socioterritoriais populares do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que utiliza o conceito “camponês” para designar os pequenos poliprodutores que vivem da e na terra. Essa lei tem como objetivo, incentivar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.

A agricultura camponesa familiar contribui de modo significativo para alimentar a população do território e ainda atender ao mercado externo. Assim, enquanto 90% de sua produção da agricultura camponesa e familiar são para alimentação, 95% da produção do agronegócio são para exportação (MPA, 2013).

No território Cantuquiriguaçu, a maioria da população economicamente ativa é da agricultura camponesa familiar. A agricultura camponesa familiar contribui expressivamente para o desenvolvimento territorial, mas ao sinalizar futuro no território, temos que refletir sobre como os povos vão se constituindo territórios ao longo da história, sabendo que como já foi dito, a noção de território já era usada pelos povos indígenas (CANTUQUIRIGUAÇU, 2010).

Apesar das contradições e de muitas políticas serem apenas compensatórias, o protagonismo do CONDETEC propiciou a formação de uma identidade territorial, pela luta orgânica e conquistas, das quais podemos destacar a efetivação do Conselho de Desenvolvimento do território da Cantuquiriguaçu (CONDETEC).

1.3.1 As Contradições do Desenvolvimento e Disputas Agrárias: Uma Análise por Meio do Território da Cantuquiriguaçu

Ao pensar a dinâmica do território, a disputa territorial, a construção de políticas públicas emancipatórias, requer pensar o “desenvolvimento”, seu surgimento, suas contradições, concepções e possibilidades. A invenção do modelo de desenvolvimento capitalista provocou a criação de um campo institucional, a partir do qual, os discursos são produzidos e postos em circulação por intermédio da profissionalização e da institucionalização de um formato de desenvolvimento.

Essa circulação adentra todos os níveis, desde a multiplicação de organizações internacionais e nacionais de planejamento até agências de nível local como a criação de conselhos, comitês comunitários de desenvolvimento, órgãos de voluntários privados e agências não governamentais. Desse modo, o desenvolvimento para Escobar (1995),

[...] foi e continua a ser em grande parte - uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso (ESCOBAR, 1995, p. 44).

Essa afirmação aponta para desafios imensos quando se fala no assunto sobre desenvolvimento local, desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial. Outra questão, extremamente pertinente é como a materialização do desenvolvimento acontece por meio do

estado-nação, como agente dos organismos internacionais dos EUA e da Europa. Sobre isso, Abramovay (2003) assevera que

[...] como tal, o Estado não tem mais o protagonismo; no entanto, ele não desaparece do cenário, tal qual a proposta novo-desenvolvimentista com matizes que ora enfatizam sua maior participação, ora evocam a importância do mercado (global) para consecução de objetivos nacionais primordiais (Bresser-Pereira, 2006). Noutro ponto, sem descartar que a presença estatal é matricial, fórmulas de articulação descentralizada avaliam positivamente a emergência de atores sociais locais, tornando relevantes os processos territoriais de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003, p.37).

Nesse sentido, a forma de desenvolvimento mencionada tem causado estranheza aos sujeitos originários e aos movimentos socioterritoriais das entidades ligadas à agricultura camponesa e familiar. Vale dizer que essa estratégia teve sua gênese a partir dos anos pós-guerra em 1945, no entanto, muitos eventos e conferências anteriores já demonstravam esse caminho de cima, dos países dominantes para os países da periferia do mundo. De acordo com Mendonça (2009),

[...] os objetos com os quais o desenvolvimento começou a lidar no pós-1945 eram numerosos e variados. Alguns estavam claramente postos - pobreza, insuficiência de tecnologia e capital, práticas agrícolas arcaicas, etc. Enquanto outros foram introduzidos de forma sub-reptícia, mormente atitudes culturais, valores, além de fatores religiosos, geográficos e étnicos associados ao 'atraso'. Tudo era objeto do olhar dos novos especialistas - economistas, demógrafos, educadores, agrônomos, etc. Problemas seriam continuamente identificados, originando renovadas categorias de 'clientes'. O desenvolvimento, ademais, procedia através da criação de 'anormalidades', o 'analfabeto', o 'subdesenvolvido', o 'pequeno lavrador' que assegurassem a necessidade permanente de reformas. Igualmente vulgarizou-se uma representação do Terceiro Mundo como criança a ser guiada, tornando-se a infantilização da América Latina peça fundamental para a elaboração de uma 'teoria da salvação' (MENDONÇA, 2009, p.164).

Assim, pode-se citar como exemplo de disseminação das políticas dos EUA no Brasil, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro Americano (ETA) criado pelos EUA, que funcionou no pós-guerra no Brasil, com a finalidade de consolidar o projeto de agricultura capitalista no País. A criação do ETA é paradigmática da reorientação imprimida à política de "cooperação" internacional norte-americana, calcada na ressignificação da própria noção de "Educação Agrícola" e inaugurada na década de 1950, quando, segundo alguns autores, é "descoberto" o conceito de "desenvolvimento" (ESCOBAR, 1995, *apud* MENDONÇA, 2007). Os especialistas no desenvolvimento concebiam-no como algo a ser atingido mediante

a aplicação correta de saberes, investimentos e aumentos de produtividade, de forma mecanicista e fragmentária. Sob essa abordagem,

[...] as práticas associadas às ‘novas modalidades educativas’, disseminadas e financiadas por uma agência binacional específica, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), que funcionou no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964. O ETA no campo difundiu um ‘modelo’ de desenvolvimento que, através de Missões Rurais, Extensionismo, Clubes Agrícolas Escolares e Associações de Crédito Agrícola Supervisionado, consolidaram o projeto hegemônico estadunidense junto aos grupos agroempresariais brasileiros, beneficiários do deslocamento por ele promovido dos conflitos de classe da cena real para o plano de uma simbólica dicotomização entre produtores ‘arcaicos’ *versus* ‘modernos’ (MENDONÇA, 2009, p.165).

Essa perspectiva de desenvolver aqueles sujeitos que não estavam envolvidos, que eram analfabetos e subdesenvolvidos, reafirma a continuidade da colonização por uma nova forma de colonizar que se fixava pelas ideias, pela forma da subalternidade imposta pela modernidade dos EUA e eurocêntrica. Isso acontece de forma mais contundente no pós-guerra, nitidamente o interesse dos EUA era de forma hegemônica, patriarcal, etnocêntrica e ideológica, para evitar o avanço das ideias do bloco soviético. Nesse sentido, Mendonça (2009) afirma que

[...] outros discursos históricos influíram na configuração das representações do desenvolvimento, como o do comunismo, por exemplo. Num sentido similar, patriarcado e etnocentrismo, igualmente influenciaram a forma assumida pelo desenvolvimento. Populações tinham que ser ‘modernizadas’ e formas de poder pautadas nos termos de classe, gênero, raça e nacionalidade, encontraram lugar na teoria e nas práticas desenvolvimentistas, concebidas que o foram, não como processos culturais, mas como um sistema universalmente aplicável, mediante intervenções técnicas (MENDONÇA, 2009, 143).

Para a implementação dessa visão ideológica de mundo, de práticas de um modelo de agricultura e de envolvimento dos sujeitos a fim de que possam melhorar suas condições de vida, há o envolvimento de uma rede de agentes e agências, representando interesses político-econômicos que, muitas vezes, transcendiam o espaço agrário. Esse modelo de desenvolvimento passou a ser uma fábrica de lucros. Como aponta Mendonça (2009), as instituições criavam programas conferências, serviços internacionais de consultoria, pareceres

de extensão local, para serem desenvolvidos nos países ditos subdominados do terceiro mundo, isso tudo foi a gênese de um verdadeiro "negócio do desenvolvimento".

Ainda para o autor, a pobreza, o analfabetismo e a fome se tornaram a base de uma lucrativa indústria de planejadores, especialistas e funcionários. O desenvolvimento forneceu um caminho para conceber a vida social como problema técnico a ser executado por pessoas "os profissionais do desenvolvimento" especializadas num conhecimento supostamente qualificado sobre sua "missão". Nesse sentido, esse desenvolvimento foi a chave para a expansão do capitalismo nos países subdesenvolvidos. A ideia de desenvolvimento era, para os capitalistas, a instalação nos países pobres de condições de efetivar ações dos países ricos sobre esses usando princípios capitalistas.

Ao analisar os estudos de Escobar (1995, 2011), percebe-se que o modelo de desenvolvimento implantado nos países periféricos do terceiro mundo, provocou um rompimento dos sujeitos com o lugar. Ocorreu, dessa forma, um processo de desculturalização e inculturalização de novas culturas de outros povos dominantes. Ao mesmo tempo, reafirma-se um novo dinamismo dos movimentos sociais ao não aceitarem o modo capitalista e de resistência e luta para reconstruir o mundo, a partir de uma perspectiva de práticas a partir do local.

A contradição das práticas de desenvolvimento do capitalismo que se expande e exclui, causa o aparecimento de inúmeros conflitos, seja na luta por espaço, território, modo de vida, para a reprodução da sociedade ou para a manutenção do ambiente natural e das relações sociais originárias. Já para o capitalismo, a destruição das relações sociais, bem como do ambiente natural para a produção é naturalizado com discursos de superação da pobreza e produção de alimentos, utilizando para isso fundações e organizações para legitimar o discurso. Contudo, o objetivo do desenvolvimento capitalista é aumentar a produção de mercadorias, bens e serviços, direcionados pelo mecanismo da troca, para a demanda efetiva e lucro. Com isso, a globalização provocou a morte das formas de economias não capitalistas e as subordinam ao capital.

Segundo Escobar (2011), o modelo de desenvolvimento capitalista disseminado pelos organismos internacionais fere os quatro direitos fundamentais dos sujeitos, que habitam os territórios dos estados nações em desenvolvimento: a sua identidade, o seu território, a sua autonomia política e a sua própria visão de mundo e de desenvolvimento. Uma das "saídas" são os grupos locais e juntamente com os movimentos socioterritoriais, que não atuam como meros sujeitos passivos e receptores de modelos de desenvolvimento, mas

dialogam e lutam no sentido de avançar na perspectiva de um desenvolvimento autônomo e solidário.

Nesse sentido, o autor propõe que nossas pesquisas considerem o lugar como crucial, ao avaliar o impacto que a pesquisa exerce sobre ele e as questões mais amplas como a relação do lugar com as economias regionais e transnacionais, o cruzamento de fronteiras, o híbrido e o impacto da tecnologia digital, particularmente a Internet. Para Escobar (2011, p. 147), o lugar pode ser construído como um projeto para converter o imaginário, baseado no lugar, em uma crítica radical do poder e assim, alinhar a teoria social com uma crítica do poder por meio do lugar. Dessa forma exige que outros terrenos sejam aventurados, uma vez que o saber local não é puro, nem livre de dominação, os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até mesmo de terror. São históricos e estão conectados ao mundo através de relações de poder e de muitas maneiras estão determinados por elas.

No entanto, o que se está em disputa é a vida, as “coisas” das quais o governo de populações encarregam-se, são seres humanos inseridos num campo de variáveis materiais, que não são riquezas, mas “recursos”, meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc. O governo, por sua vez, diz ter respeito às coisas, entendidas como a imbricação de homens e coisas dispostas em um âmbito de atuação, que engloba, virtualmente, o mundo (FOUCAULT, 1999a, p. 282). Quando estudamos os mapas-múndi medievais, passamos a *Orbis Universalis Christianus*, ocorre uma significativa mudança na concepção dos povos e do espaço. À medida que foram desenhados os mapas, descritos os povos e estabelecidas as relações entre conquistadores e conquistados, foi emergindo um novo modelo de poder (TORRES, 2010, p. 414).

Esse modelo de poder consiste num sistema de classificação, as pessoas são ordenadas segundo três linhas diferentes, mas articuladas numa estrutura global pela colonialidade do poder: trabalho, etnia e gênero. Também há o controle da produção de recursos de sobrevivência social e controle da reprodução biológica da espécie, em que o primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos “naturais” e se institucionaliza como “propriedade”. E, o segundo implica o controle do sexo e dos seus produtos (prazer, descendência), em função da propriedade. A “raça” foi incorporada no capitalismo euro-centrado em função de ambos os eixos e o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder, assim configuradas (QUIJANO, 2007, p. 115). Nesse aspecto, a raça tem um papel maior na colonialidade do poder do que a classe na América Latina.

Os desenvolvimentistas no Brasil dos anos de 1950 apresentam a consolidação do capitalismo industrial moderno, “com a subordinação da agricultura em andamento” de modo distinto aos autores socialistas do mesmo período. Os pensadores socialistas como Florestan Fernandes e Caio Prado Junior conceberam a industrialização a partir da perspectiva revolucionária, como “via de desenvolvimento das forças produtivas”. Para os intelectuais socialistas, a transição para o socialismo requereria a superação do imperialismo, ou seja, das relações feudais e neocoloniais com que as potências estrangeiras subjugavam o Brasil.

A eliminação do monopólio da terra e do imperialismo é apontada pelos autores socialistas como condição necessária para o livre desenvolvimento das forças produtivas. Apontavam para a construção de um desenvolvimento nacional popular, em que a industrialização estaria baseada no capital nacional, no controle da evasão de divisas via remessas de lucro das empresas internacionais, a fim de travar uma luta anti-imperialista. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 181).

Sobre isso, Prado Júnior (1999) apregoa que o proeminente intelectual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), avaliou que o rápido crescimento da indústria no país após 1947 aconteceu desordenadamente. Ou seja, com fundamentos precários e com “artificiais facilidades oferecidas e estímulo imediatista de um lucro fácil e rápido”, sem passar pelo crivo da seleção e concorrência, resultando em “uma indústria mal estruturada, de baixo nível tecnológico e financeiramente precário, que não atenderá ao objetivo da substituição das importações e da economia de divisas” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 116).

Para esse mesmo autor, a manutenção das estruturas históricas de inferioridade socioeconômica das classes populares e trabalhadoras, submetidas a baixos padrões culturais, materiais e de consumo, resulta em um mercado consumidor interno restrito. A industrialização, por sua vez, visava a esse mercado “de alto nível, relativo e excepcional no conjunto brasileiro”. Dessa forma, o que se verificou foi um progresso industrial não sustentado, voltado à produção de bens de consumo final em detrimento de bens de produção de base. Essa política industrial vigorou em detrimento de outras atividades, tais como o setor agrário. (PRADO JÚNIOR, 1999).

Em 1940, ao romper com a monocultura cafeeira, desenvolveram as culturas algodojeiras e da cana-de-açúcar, além de outras, rompendo se assim naquele período histórico com a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo surgiam ou desenvolviam-se outras atividades produtoras [...] as crises da cafeicultura provocaram o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil (IANNI, 1984, p. 36).

No Brasil, para Ianni (1984, p. 37), “a democracia nunca chegou ao campo. Os latifúndios e empresários sempre impuseram os seus interesses, de forma mais ou menos brutal”. No entanto, hoje se percebe certo movimento do campo brasileiro, visto que são os sujeitos, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses que gritam por direitos que historicamente a modernidade excludente os negou.

Nesse sentido, fica evidente que a problemática do desenvolvimento apresenta duas vertentes principais: uma do processo de desenvolvimento capitalista e outra do processo de desenvolvimento socioterritorial, na perspectiva da questão agrária. Por isso, o olhar para a realidade concreta do território permite visualizar como as dinâmicas do processo se evidenciam por meio das forças de produção e das relações de produção. Esse desenvolvimento explica a transformação na estrutura de produção e de relação social, isto é, processo de transformação de um modelo a outro. Como exemplo no território, cita-se o processo da Reforma agrária, que traz consigo um conjunto de valores tradicionais sociais, como é o caso do coletivismo.

Todas essas questões contrapõem-se à modernização, que focaliza na tecnologia e na expansão das forças da produção do sistema capitalista e, na prática, o que se tem é um sistema que se expande como nenhum outro sistema na história. Os custos dessa ordem de progresso também são imensos, alguns ganham, porém, a maioria perde. O fenômeno que tem ocorrido fortemente é que, mesmo com muita resistência, várias famílias de camponeses precisam abandonar o campo e se transformar em proletários. Em uma leitura leninista, o sentido do desenvolvimento da agricultura é a expropriação dos meios de trabalho do camponês pobre, reduzindo-o apenas a uma força de trabalho, que seria ofertado ao mercado de trabalho rural ou urbano, tornando-se assim, um assalariado.

A estrutura de desigualdade tem outros elementos como os étnicos e em relação aos camponeses também. Para compreender o desenvolvimento, temos que observá-lo na totalidade das dimensões da realidade, pois os impactos do modelo de desenvolvimento são diferentes, dependendo da classe a que as pessoas pertencem, tendo outras dimensões, que também denotam políticas diferenciadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, como além da classe, trabalho, gênero, étnica, capital, tecnologia, terra, alta produtividade.

É importante observar o impacto do atual modelo de desenvolvimento nas pessoas, no modo de vida e de agir sobre si e sobre a natureza, para que de fato, o desenvolvimento enquanto projeto de sociedade se concretize. Desse modo, atingindo o modo de como melhorar as condições sociais e promover mudança estrutural, perseguida por uma estratégia para beneficiar supostamente a todos. Porém, nesse modelo, há sempre perdedores e

ganhadores e os impactos sociais são desiguais, existe uma classe que absorve as riquezas e para os demais, um modelo de desenvolvimento, que preconiza políticas públicas compensatórias.

Outro elemento fundamental para difundir as ideias foi a busca da consolidação da ideologia do capital, utilizando a educação como base de desconstrução social e ideológica, já antes dos anos de 1950 e de forma mais contundente no pós-guerra. Nesse sentido, estabelecendo um contraponto à ideologia dominante, entende-se a educação como central para desenvolver o econômico e o social, educação enquanto processo de envolvimento e de construção, de uma base contra hegemônica.

A busca constante por reduzir as desigualdades sociais também é realizada com políticas de cunho capitalista, e deve ser realizada, por mais contraditório que possa ser, visto que um país pode ser rico e não ter desenvolvimento. Contudo, podemos identificar as políticas neoliberais em âmbito geral, para compreender como o desenvolvimento atua no contexto atual. Também é importante fazer o debate, sobre o posto da semiproletarização dos camponeses, debatida pelos marxistas, e sobre o modelo de pós-desenvolvimento, agora por meio da pluriatividade e multifuncionalidade.

Como se sabe, o meio rural passa por transformações no tocante à reestruturação produtiva, sendo que uma delas, e talvez a principal, trata-se do que alguns autores, dentre os quais Abramoway (2003), Carneiro (2008) e Veiga (1999) denominam pluriatividade ou multifuncionalidade. Para Candioto (2009),

A partir do início da década de 1990, cresce o fenômeno da pluriatividade no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades para agrícolas que agregam valor aos produtos in natura e processados. Esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural (CANDIOTO, 2009, p.3).

Para os camponeses mais pobres, a pluriatividade não é estratégia de desenvolvimento e sim, de subsistência. O novo desenvolvimento não capta as mudanças no meio rural, prioriza o atendimento as dinâmicas do sistema capitalista, tem enfoque limitado e o exemplo disto é a dicotomia campo-cidade, uma nova realidade sem análise da luta de classe. Nessa perspectiva, a multifuncionalidade tem forte ligação com as propostas iniciais de desenvolvimento sustentável vinculada à construção de atividades não agrícolas no campo.

Novas oportunidades de acumulação capitalista que transforma todos os bens materiais, toda a natureza e todos os simbólicos históricos e culturais em mercadoria.

O espaço rural, que durante o fordismo restringia-se a cumprir funções produtivas agrícolas, incorpora novas atribuições e surge como *locus* de múltiplas atividades produtivas. Entre as novas funções do espaço rural, estaria o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, gastronomia) e serviços (ecoturismo, turismo rural, atividades ligadas à preservação ambiental) (MARSDEN *apud* CANDIOTO, 2009, p.15).

Portanto, ao pensar a dinâmica do desenvolvimento territorial e rural, para que, de fato, provoque mudanças significativas, é pensar a partir de toda classe trabalhadora, que é explorada pelo trabalho escravizado ou falta de trabalho, na formação de multidões de reservas, articulando trabalhadores urbanos, povos originários e os camponeses familiares.

Nesse sentido, pensando a identidade, o território, a autonomia, coloca-se a luta por território e a reforma agrária como fundamental, pela contradição das dinâmicas de desenvolvimento capitalista, que expulsa milhares de famílias do campo, e que se ajustam ao modelo “urbanocêntrico”. A luta pela terra tem sido muito forte na América Latina, onde a classe trabalhadora parece permanecer em desvantagem na correlação de forças, os camponeses, povos originários perderam territórios, identidades, porém, alguns conseguiram avançar mais, mas não o suficiente.

A expectativa criada na última década no Brasil, com a eleição dos governos Lula e Dilma, não se consolidou na efetivação das pautas dos movimentos socioterritoriais como identidade, território, autonomia. O que se verifica é a continuidade das políticas compensatórias e do avanço das políticas neoliberais dos anos 1990, a partir do imperialismo que implanta o capitalismo no Brasil, como um subimpério latino-americano, o que se consolida, e a agricultura que mobiliza práticas produtivas no campo pelo modelo do agronegócio capitalista.

Por isso, destaca-se que as diferenças são gritantes dos governos Lula e Dilma com os “implantadores” do neoliberalismo no Brasil. O governo de Lula e de Dilma deu ênfase a programas sociais voltados à erradicação da pobreza e da fome, enquanto que os governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e de seus antecessores da década de 1990, foram excelentes no que tange à privatização, desmanche do estado, estado a serviço das elites, estado mínimo para os pobres e a disposição do capital internacional.

O campesinato, que não faz parte do pacote das políticas do agronegócio, tem uma tarefa que é a produção de alimentos. Assim, essas políticas do desenvolvimento das forças de

produção acirram um sistema de alimentação mundial, que coloca a pluriatividade como chave. Entretanto, as políticas criadas pelos governos em consonância com o BM e demais organismos internacionais como a FAO E CEPAL têm fortalecido a produção de monoculturas e a organização dos agricultores camponeses familiares pelo trabalho, capital e tecnologia.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de agir para assegurar a capacidade de alimentação e distribuição nas crises alimentares, que não existe a falta de alimentos e que o que de fato ocorre é a forma de distribuição pelo mercado, que está organizado para a venda e, a partir do preço, não das demandas da falta de alimentos. Aliás, a carência de alimentos é necessária ao capitalismo agrário para que se possa aumentar o preço dos produtos, pois a oferta em demasia sugere preços baixos, ou seja, quem regulamenta a distribuição é o mercado de capital, não a realidade da necessidade de alimentos dos sujeitos. Desse modo, elevam-se os preços e dificulta a capacidade de conseguir alimento.

Então, como assegurar a alimentação que satisfaça as necessidades básicas? O mercado é livre, os governos poderiam intervir para assegurar as compras e distribuir à população. No entanto, o direito ao trabalho, à comida, à água, à liberdade fica cada vez mais escasso no capitalismo. Água, terra e ar são transformados em mercadoria pelo capitalismo, tudo é uma conversão tecnológica do sistema de produção mundial que objetiva não o fim da fome, da miséria, mas sim, visa o lucro a todo custo da classe trabalhadora e da natureza.

Os movimentos socioterritoriais da agricultura camponesa familiar são formados por povos camponeses, originários ou reterritorializados, que são atingidos diretamente pelas políticas e pressões da imposição do capital, sobre os territórios rurais para a produção de commodities, sua distribuição, produção de energia, apropriação da terra e dos recursos naturais.

Sobre as disparidades socioeconômicas, Guimarães (2011, p 27) afirma que a heteronomia é da dependência na formação social brasileira, a qual não apenas mantém e aprofunda as disparidades econômicas e sociais no país, como também engendra um modo particular de dominação política e subsunção ao capital internacional.

A estratégia adotada pelos movimentos socioterritoriais é manter os enfrentamentos ao capital internacional, resistir e manter a postura de luta na perspectiva de um campo com dignidade humana, soberania, solidariedade, respeito às diferenças, à cultura e à natureza, possibilitando uma vivência articulada entre ser humano e meio ambiente. Dessa forma, para passar do modelo capitalista para um desenvolvimento emancipado, faz-se necessária a articulação e a participação efetiva da sociedade para a concretização de um novo modelo de

produção, distribuição e de desenvolvimento que contemple a biodiversidade e a presença do homem no campo, com dignidade humana, solidariedade e emancipação. Para Fernandes (2003),

[...] a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato a sua destruição e recriação (FERNANDES, 2003, p.3).

Nesse sentido, para que haja a sobrevivência do campesinato latino-americano bem como da humanidade, é necessário pensar na construção histórica de outro modelo, que se diferencie do modelo capitalista, porque da forma como este está organizado e atuando, extinguirá a vida e todos os recursos naturais do planeta. Ademais, sabe-se que para a sua reprodução, o capital requer trabalho, natureza, porém nessa contradição do próprio capital, os sujeitos que se constituem nas relações de conflitualidades e na luta de classes podem determinar a realidade, construir formas emancipadas e soberanas de produção da existência humana e das condições de vida no planeta.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Tudo isso compreende dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p.23-24).

Com base na citação, pode-se dizer que o modelo capitalista de produção vem ganhando força por meio da exploração e da expulsão de pequenos agricultores de suas terras. Muitas vezes, os pequenos produtores são engolidos pelos latifundiários que, ao invés de produzirem alimentos, produzem monoculturas para a exportação.

Da intervenção, por meio das políticas territoriais, conclui-se que a intervenção com Políticas Públicas territoriais, em qualquer dimensão, não deverá perder de vista nunca o objetivo central que é a refundação de uma nova forma de conceber o social humano e político, que possibilita a regulação social, capazes de evitar as concepções demagógicas do desenvolvimento capitalista. Essa visão não é consoante ao ponto de vista de “dicotomizar” o tipo de Estado bem como sua articulação com o mercado, Estado e comunidade, ainda menos.

São os entes federados, Estado-nação, estados e município, impondo anteriormente à necessidade da construção de um modelo de desenvolvimento no seio do território nacional, articulando os territórios locais, regionais, nacionais e supranacionais.

A partir dessa análise, destacamos algumas indagações: Como é possível a partir de uma visão de totalidade material e imaterial construir soberania? Como se constroem nacionalidades de base popular? E uma nacionalidade internacionalizante na perspectiva da soberania e emancipação dos povos? A partir da compreensão do modelo capitalista avassalador sobre os territórios latinos, americano e brasileiro, como buscar condições objetivas de transformações? Como buscar no Brasil pontos que instiguem a luta camponesa e em relação a que base de Estado?

Também se indaga sobre as políticas públicas emancipatórias, qual o tipo de estado que dará condições de efetivar a reforma agrária de fato e de base popular com soberania e emancipação humana e política dos sujeitos? Como pensar o conceito de nação a partir do bloco histórico instalado no Brasil, que por meio de consensos entre as classes e não com as classes, instala os programas globalizantes e colonizantes do modelo capitalista?

Como a classe trabalhadora transformará a superestrutura no sentido de um novo tipo de sociedade? Indaga-se ainda, em relação à crise que passa o capitalismo e a partir dessa análise, como construir estratégias, considerando a resistência histórica dos povos, rumo à superação do atual modelo e construir hegemonia, para construir relações sociais transformadoras, com o controle da terra, da força de trabalho, dos meios de produção e do “mercado”? Precisa-se numa sociedade justa manter o estado?

Sobre essas questões, Guimarães (2011) faz alguns apontamentos, dizendo que:

Gramsci considera a necessidade de organização da classe para a construção de uma nova hegemonia, entendida aqui como a direção e o consenso ideológico que uma classe exerce sobre a sociedade. Para tanto, elabora estratégias anticapitalistas com o objetivo de levar a classe trabalhadora a ascender ao poder político, como por exemplo, a guerra de movimento e a guerra de posição. A primeira se constitui como um enfrentamento direto ao poder do Estado, enquanto a segunda se caracteriza por conquistas graduais de espaços de direção ideopolíticos. Para Gramsci, a construção de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa ‘preparação ideológica das massas’, um trabalho de construção de uma nova concepção de mundo (GUIMARÃES, 2011, p 22).

Após tais considerações, anuncia-se que esse debate é necessário, no sentido de desvelar a realidade, ocultada historicamente pela classe dominante.

Na sequência, o capítulo II trata das análises acerca das ações concretas dos movimentos socioterritoriais na contraposição ao movimento do capital. Para melhor compreensão da realidade do território da Cantuquiriguaçu, serão apontados e discutidos os dados da realidade do território nos capítulos III e IV, demonstrando o sonho de um território mais desenvolvido, fazendo o estudo comparativo no território partindo de sua realidade social, política e econômica, até o embasamento teórico, das entrevistas e dos dados do censo de 1991 e 2000, os quais embasaram a construção do Plano Diretor do território Cantuquiriguaçu em 2003, junto aos dados do censo agropecuário IBGE (2006) e aos dados do ATLAS IDHM (2013).

2 CANTUQUIRIGUAÇU: UM TERRITÓRIO EM MOVIMENTO

Este capítulo apresenta a atuação dos movimentos socioterritoriais no território Cantuquiriguaçu, e de forma mais específica analisa a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na materialização da resistência e luta camponesa por território e políticas públicas para os camponeses. Em dado momento serão apresentadas as contradições e conquistas na voz dos sujeitos, que representam coletivos de movimentos socioterritoriais e, que estiveram envolvidos na luta por políticas públicas como conselheiros no Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC).

2.1 O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU PARANÁ

Neste capítulo será explicitada a possibilidade de estado ampliado e a formulação de políticas na correlação de forças entre as classes não somente por meio de políticas públicas compensatórias, mas também por políticas públicas emancipatórias.

Essa abordagem busca analisar os modelos que não se aplicam somente a políticas públicas para a classe dominante, mas na disputa para a classe trabalhadora. Apresenta-se ainda, a participação dos movimentos sociais por território bem como seu envolvimento no (CONDETEC), além do protagonismo dos movimentos sociais do campo na disputa territorial e as conquistas no campo agrário e na educação do campo, e o dinamismo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no território, explicitando os avanços e limites dessas participações.

Esse capítulo apresenta de maneira breve um apanhado histórico sobre a gênese dos movimentos camponeses no Brasil, como as Ligas Camponesas e o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963. Nesse sentido, também são realizadas reflexões acerca de como, apesar da CONTAG ser uma entidade de classe, não ocorreu a representação efetiva e por isso a materialidade dos movimentos camponeses. Ao analisar os “Cadernos do Cárcere” de Raimundo Santos e Carlos Nelson Coutinho, fica explícita a relação de dominação e subalternidade dos camponeses.

Um ponto importante trabalhado é o protagonismo do MPA no Paraná, a sua sede estadual no território Cantuquiriguaçu e o seu dinamismo de lutas e conquistas, como projetos

de alfabetização de adultos, organização dos camponeses para buscar créditos, organização para as lutas, criação da cooperativa camponesa, dentre outras ações do MPA no território. A outra abordagem será a Educação do Campo como dimensão fundamental na disputa territorial.

Desse modo, analisa-se a experiência da integração do MPA no CONDETEC em 2004 e os questionamentos que norteiam as possibilidades de um movimento socioterritorial ter um papel significativo na implantação das políticas públicas. O relato histórico acerca da participação dos movimentos socioterritoriais aponta para outros sujeitos coletivos como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, MST, Federação de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Sul (FETRAF-Sul) na formação do território Cantuquiriguaçu.

Ainda destacam-se as disputas dos movimentos socioterritoriais presentes no território Cantuquiriguaçu, como a luta pela terra nos acampamentos, nas comunidades tradicionais e nas indígenas, quilombolas e outras comunidades camponesas que lutam, resistem e buscam na organização e na política pública a melhoria de sua qualidade de vida.

Portanto, este capítulo apresenta a disputa territorial na luta pela terra, pela produção da existência, espelhando-se por um passado de resistência camponesa no estado e na região como a Guerra do Contestado; a Guerra de Porecatú; o Levante do Sudoeste do Paraná; os reassentamentos dos atingidos pela Itaipu em 1984; na comunidade da Península do Cavernoso em Candói; a criação do Assentamento São João Batista, terra com plantações ilegais, que foi desapropriado e transformado em assentamento de sem terras que culmina em 1996; o MST, com a maior ocupação de terras já vista nesse país; a ocupação da fazenda Giacometti com 83 mil hectares. Toda essa materialidade contribuiu como base para a construção do Território Cantuquiriguaçu.

Uma das marcas do território da Cantuquiriguaçu é a luta social do campesinato, características muito fortes que definiram os rumos da ocupação dos espaços geográficos e a construção de territórios camponeses.

Em 1984, o primeiro assentamento no Território Cantuquiriguaçu, originou-se no município de Candói, em uma fazenda desapropriada que era usada para o plantio de maconha, hoje, comunidade denominada assentamento São João Batista. Nesse mesmo ano, houve o reassentamento dos Ilhéus do Rio Paraná na Ilha do Cavernoso, interior do município de Candói e que, de certa forma, foi decisivo para novos assentamentos no território porque muitas lideranças que estavam fazendo frente à luta pelas oito mil famílias que perderam suas terras quando da construção da Usina de Itaipu e a transformação das Ilhas do Rio Paraná em

Parque Nacional, vítimas do modelo de desenvolvimento capitalista, se organizaram e começaram a lutar.

Muitas famílias foram alocadas no assentamento da Ilha do Cavernoso, de forma intencional para retirar as lideranças de cena porque a comunidade ficava há mais de 120 km distante da sede do município e com 30 km de estradas de chão em péssimo estado de conservação.

Porém, essa contradição serviu para que a indignação das lideranças fosse maior ainda para continuar a lutar não só pela melhoria da qualidade de vida das famílias do assentamento, da infraestrutura da comunidade, mas para se tornarem lideranças referenciais no território como é o caso de Antônio Tavares (*in memória*), assassinado pela polícia militar do PR no ano de 2000, na BR 277 quando se dirigia com milhares de Sem Terra para reivindicar as infraestruturas dos assentamentos do Paraná.

Esses fatos, somados às demais demandas do território, mostram um território empobrecido pelo extrativismo desenfreado promovido pelas oligarquias rurais locais, a maioria de Guarapuava, que extraíram da natureza quase 100% das madeiras, erva mate e uso extremo do solo com produção por meio de monoculturas da soja e da criação de gado.

Para a população pobre restou às margens dos rios, terrenos acidentados e isolados, fato esse que colaborou para a efetivação das comunidades camponesas. Essas comunidades são ameaçadas pelo avanço das monoculturas e também pela necessidade de terrenos pelo agronegócio para a criação de gado que também utiliza os terrenos irregulares e íngremes para pastagem e deixa as demais para as monoculturas.

Outra dimensão a destacar é da educação do campo, os movimentos socioterritoriais começam a ocupar os espaços formais da educação, a fim de lutar por direitos historicamente negados à população rural. A educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. Mesmo com as conquistas já efetivadas, há necessidade de manutenção e ampliação da luta coletiva dos movimentos camponeses, das entidades, dos setores mais progressistas das universidades articulados à reivindicação e luta para a implantação definitiva da Educação do Campo como política pública, com leis e orçamentos específicos em todas as esferas, federal, estadual e municipal, e assim, fazer a diferença na vida dos sujeitos do campo e na realidade do campo brasileiro (PARANÁ, 2006).

Porém, a construção de políticas públicas requer um compromisso político com os trabalhadores (as) camponeses e uma construção coletiva a partir dos sujeitos e da realidade

do campo. A pauta continua aberta, a realidade apresenta contradições enormes nas políticas propostas pelos governos federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, é imprescindível a luta pela garantia de orçamentos próprios para subsidiar e manter programas de formação continuada, licenciaturas, especialização, mestrado e doutorado em Educação do Campo, produção de material didático, infraestrutura dentre outros, porém, sempre pautado pela classe trabalhadora camponesa e articulado a um projeto de desenvolvimento territorial popular com reforma agrária, tecnologia, pequena propriedade, produção familiar e agroecológica.

Ao pensar a prática hegemônica, jamais poderia se pensar em cursos de graduação e especialização em Educação, muito menos na conquista de uma Universidade, na realização de projetos de assistência técnica, ambas pensadas por e para os pequenos agricultores, educadores, jovens e crianças do território.

Quando se analisa dados do IBGE/IPARDES/PST é possível perceber que os indicadores expressam a contribuição da agricultura familiar e camponesa no processo de desenvolvimento do território. No entanto, muitos dados e informações não são mensurados pelo senso, como o território material e imaterial criado e gestado pelos movimentos e organizações camponesas. É esse território de luta que vem sendo determinante na efetivação de políticas públicas, que vinculadas aos movimentos sociais têm criado um novo movimento no território que é da manutenção do povo no campo e no território e agora, com perspectiva de vida e de conquistar ou manter sua pequena propriedade.

As contradições ainda são inúmeras porque o território não é uma ilha isolada, faz parte da sociedade global. No entanto, possibilita uma utopia de conquistas que sinalizam mudanças significativas. Por isso, Ribeiro (2010) afirma que é preciso ter coragem o suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano e que essas contradições impedem o homem de ir adiante.

2.1.1 O MPA e o seu Dinamismo na Formação do Território Cantuquiriguaçu

O MPA destaca-se no território a partir de 2004, quando ocorre sua consolidação como movimento de luta dos camponeses pela produção, educação e organização. Vale ressaltar que o MPA não é único movimento do território, que tem essa característica de luta e de enfrentamentos por territórios e por políticas públicas, mas também o MST, MAB, FETRAF-SUL dentre outros.

Os camponeses tiveram suas bases de formação política e luta primeiramente baseadas nos sindicatos rurais municipais e em seguida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e posteriormente o MAB. O MPA enquanto sujeito político e social tem promovido estudos e debates com as universidades a partir das demandas dos pequenos agricultores camponeses familiares.

A partir dos conceitos sobre o camponês, agricultores familiares, colonos, trabalhadores do campo, dentre outros, estão cada vez mais ampliados principalmente em virtude da disputa “academicista” das áreas da Sociologia, História, Geografia, Filosofia e outras. Portanto, o olhar do MPA é para uma realidade concreta dos sujeitos, dos pequenos agricultores camponeses que utilizam pequena ou média unidade familiar para produzir a sua existência, qualidade de vida atrelada ao contexto global de tecnologias tanto para a produção quanto para melhorar a qualidade de vida.

Este trabalho apresenta uma análise do MPA e busca organizar, produzir, alimentar em contraposição à conjuntura atual, em que a grande maioria dos pesquisadores e dos intelectuais aponta para um determinismo genérico. Nesse determinismo tudo está dado e determinado pelo modelo capitalista, pelo fim do período da modernidade onde o capitalismo não conseguiu dar as respostas esperadas por seus pares, muito menos à “nova era” denominada de pós-modernismo.

Nesse sentido, será possível perceber e compreender como um movimento de luta, como o MPA cuja práxis busca a autonomia dos camponeses, possui ou busca condições dignas de qualidade de vida, soberania, afirmação e controle do território camponês, e, por outro lado a contradição, onde percebemos o avanço cada vez mais frenético do modelo capitalista hegemônico que condiciona a sociedade ao seu bel prazer.

Isso remete a pensar, dentre várias questões, pelo menos três urgentes: o MPA vai se enquadrar no modelo, porque entende ser a única possibilidade possível da inserção dos camponeses no modelo capitalista de produção e existência? E se isso for a única possibilidade, como fazer para se enquadrar ao modelo capitalista e ao mesmo tempo garantir a pauta de luta dos camponeses? Porém, se o modelo capitalista não dá conta de atender às necessidades dos camponeses, quais são as saídas para o campesinato e quais estratégias para alcançá-las?

Essas inquietações nesse período histórico em que estamos vivendo nos movem a pensar quais são as estratégias necessárias para que o movimento continue sendo a vanguarda dos camponeses, bem como aumentar sua ação práxis. Da mesma forma, é preciso contextualizar o que é o MPA, suas convicções e práticas, para poder entender em que

medida o movimento está se imbricando e concatenando com o modelo capitalista e/ou como o movimento está buscando alternativas e autonomia frente ao modelo.

Dessa maneira, o MPA é caracterizado como um movimento socioterritorial e socioespacial, que busca construir um plano camponês para o Brasil que vise à formação, organização, produção, qualidade de vida e controle do território camponês, por meio dos princípios da diversidade: a soberania e a agroecologia, em contraposição às teorias que marcam o fim do campesinato.

O MPA apresenta como pilares da agricultura camponesa, produzir de tudo para o autoconsumo, livrando-se dos agrotóxicos; respeitar a natureza; recuperar as sementes crioulas; produzir adubos e defensivos; recuperar as sabedorias de cura por meio das ervas medicinais; ser ecologicamente sustentável; ser socialmente justa, economicamente viável e culturalmente aceito. O Movimento coloca como estratégia vários eixos que compõem o que é chamado de Plano Camponês, produzido e divulgado pelo MPA em 2007.

Ao analisar, buscar compreender e protagonizar as mudanças e a afirmação dos pequenos agricultores camponeses e familiares observa-se vários elementos cruciais, dentre eles o principal é a resistência e a luta na construção do território camponês. O território camponês tem resistência, lutas, espaço de vida e de produção, disputa e construção do poder popular e espaço de enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio.

A manutenção do território é a manutenção da vida dos camponeses e ao mesmo tempo, a manutenção da produção familiar, da produção de alimentos da proteção do meio ambiente, da governabilidade social e política, unificada da base camponesa. De acordo com Silva (2012), “lá a gente come, lá a gente vive, lá nossos filhos estudam, lá a gente produz, lá a gente enfrenta o agronegócio”. O território camponês passa a ser a expressão da presença camponesa e da forma de vida e de produção camponesa nas mais variadas regiões do país.

Segundo o MPA (2007), o que mantém a família camponesa ligada a uma determinada comunidade não é simplesmente uma questão econômica, pois são diversos os elos que se vinculam a uma comunidade, a um movimento, a um grupo social, enfim, a um território como podemos citar a escola na comunidade, agroindústria, banco de sementes, áreas de lazer, cultura e recreação, grupo de base, celebrações religiosas e festivas, renda estável, posse da terra, costumes locais, culinária. Ainda nesse sentido, existem as tradições populares, relações de vizinhança, compadrio e parentesco, história da comunidade e da família, vínculo com os entes queridos, gosto pela vida no campo, a amplitude do espaço que proporciona liberdade, convivência com a natureza. O território permite unidade entre as pessoas e gera poder soberano para atuar sobre ele, território e projeto dão unidade política à

diversidade camponesa, luta para manter e conquistar o território no processo de reterritorialização.

Para o MPA (2007), é crucial a manutenção das características essenciais e concretas para o controle do território como a valorização do local por meio dos vínculos afetivos, vizinhança, parentesco, administração direta de nossas experiências produtivas; acompanhamento técnico e político pelo MPA; organização de base, comunicação, educação, onde a escola possa articular o conhecimento científico produzido e sistematizado com os conhecimentos da realidade, soberania territorial: agrária, genética, econômica, hídrica, energética, cultural.

Nesse âmbito, a família e a comunidade têm o papel principal na construção da autonomia. Autonomia, que por sua vez, se manifesta de diferentes formas como: de produção de alimentos estratégicos para formação de massa, base, militância e de quadro, capaz de afirmar a identidade social, uma visão de mundo própria do campesinato que fortaleça a compreensão de que camponês e capitalismo são mundos distintos, pois o primeiro procura trabalhar por ou a partir de valores e princípios coletivos.

Nesse sentido, a identidade territorial se materializa na realidade pela luta por políticas públicas estruturantes, ações coletivas e metodologias participativas como meios de construir a unidade política nos territórios camponeses, valorizar as experiências espontâneas que surgirem na base, desenvolver a cooperação nas suas mais variadas formas, mas articuladas através da organicidade política do movimento e que tenham instrumentos de gestão econômica que garantam a industrialização, acesso a mercado, tecnologias adequadas, acompanhamento técnico (MPA, 2007).

O controle do território não é só geográfico, é controle cultural, ideológico, afetivo, territorial. Além desses, a água, a energia e sementes e materiais para o controle do território, da política, da ideologia, da cultura, da religiosidade, dos símbolos, das festividades, são as bases para o controle de território (MPA 2007), por isso, as permanentes disputas, lutas e conflitos por direitos civis. Como forma colocada para apresentar as dimensões do agrário, da constituição dos territórios camponeses, o MPA organizou a produção, comercialização com o que denomina de “Sistemas Camponeses de Produção”. São sistemas de produção altamente diversificados que têm como base social as famílias e as comunidades camponesas que integram produção animal e vegetal (agrícola pastoril e florestal).

Para o MPA, esses sistemas também priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local, que preservam os recursos ambientais estratégicos como a água e biodiversidade, que combinam plantios anuais com plantios perenes, que utilizam ao máximo,

insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a sustentabilidade geral do sistema, que buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegrem o sistema.

O MPA apresenta os sistemas camponeses altamente diversificados com a intencionalidade de articular os policultivos com agroindústrias, ou seja, a forma de eliminar os atravessadores e as grandes corporações multinacionais transnacionais, atuando não só na produção, mas também na comercialização e industrialização em pequenas e médias agroindústrias na lógica da produção camponesa. Outro elemento relevante na formação do MPA é que o sistema de produção é que define a implantação de indústrias e não o contrário.

Nesse sentido, o conceito e a implementação de sistemas camponeses de produção é contraditório em relação ao conceito e à concepção de agronegócio, o qual utiliza o conceito de cadeia produtiva para articular a compra da matéria prima produzida pelo camponês, por meio do atravessador que entrega, às vezes, a outros atravessadores gerando um mercado gigantesco no Brasil de comercialização como a indústria, onde o produto chega ao trabalhador urbano por preços elevadíssimos. Essa forma de negociação é denominada pelos atores intelectuais do agronegócio como *cadeia produtiva*.

Outro conceito trabalhado pelo MPA explicita elementos de dependência dos camponeses ao modelo capitalista ou contraditoriamente pode ser a produção de sua autonomia, que consiste na soberania alimentar e energética, o conceito de *alimergia*. Para melhor compreensão, Silva (2012) afirma que *alimergia* é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica (as energias dos vários tipos de produção se alimentam entre si a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental).

A alimergia visa à soberania alimentar e energética das comunidades, dos territórios e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível por meio de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a Agroecologia, o que implica em sistemas complexos de policultivos.

Essa concepção de agricultura procura unir em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo jeito de ver e atuar no mundo, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais, para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro.

Segundo MPA (2007), este mesmo movimento, construiu estrategicamente uma plataforma de afirmação camponesa de forma a aprofundar os debates bem como potencializar os trabalhos dos camponeses nessa perspectiva, conforme explicitado no quadro 02 exposta abaixo, denominado de Plano Camponês.

Quadro 2 - Plano Camponês - MPA Brasil

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camp. de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.
		Agroindustriais	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores.
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local
		Universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses.
		Informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.
	Vida de Qualidade	Moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho.
		Esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.
		Cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos, etc.
		Lazer	festas, bailes, torneios, encontros,
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.
	Comunidade de Camponesa	Elos Unific. Fator de Resistência	alguma estrutura comunitária escola na comunidade. troca de dias de trabalho, mutirões
		Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida, produzir de tudo um pouco, sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental.
	Energética	Produção, controle e auto consumo de energia	

Soberania		Mudança na matriz energética Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
	Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento Divulgar as experiências já existentes
	Hídrica	Recuperar nossas nascentes Implementar técnicas de coleta e armazen. de água Desenvolver pequenos sistemas de irrigação Recuperar as matas ciliar
	Territorial	espaço de vida Material e espaço produção Imaterial e espaço disputa
Contradição	Agronegócio	Multinacionais Latifundiários Estado Brasileiro

Fonte: MPA (2009) organizado por Silva (2009, p. 54).

De acordo com MPA (2007), o movimento tem focado na ampliação de sua atuação junto aos camponeses sempre buscando fortalecer a base camponesa com organização dos camponeses em grupos de bases, que por sua vez, são articulados em níveis regionais, estaduais e nacionais. Essa organicidade permite que os sujeitos orgânicos do movimento possam debater a realidade em âmbitos locais, regionais, estaduais e nacionais.

Por sua vez, o lugar tem para os camponeses um sentido simbólico, mas que carrega outros sentidos que é produção da vida, a estrutura, a localização, isso significa que a perspectiva tem que ser localizada e articulada às questões socioeconômicas e políticas globais. Portanto, isso remete a pensar que mesmo em relação às fortes contradições e teorias que o campesinato vai desaparecer ou que a única saída do campesino é sua inserção no modelo capitalista, o MPA desde sua base concreta que são os camponeses e seus territórios, acredita e aponta para outra perspectiva.

Ainda define o debate e as lutas contra o capitalismo, contra o agronegócio e com propostas firmes para resistir e fortalecer o campesinato, com metas que estão apontadas na tabela 01, e que se alicerçam no debate sobre a matriz energética, as energias renováveis, os

agrocombustíveis, verificando as possibilidades das organizações camponesas construírem na prática, projetos alternativos.

Formulam projetos de produção de alimentos saudáveis e energias renováveis, como forma de resistência camponesa e de enfrentamento da classe, contrapondo o projeto do capitalismo agrário, utilizando a estratégia do debate, do diálogo, da organização e da luta, consolidando e socializando projetos em andamento. Como afirma a Direção nacional do MPA (2007):

O MPA tem como indicativo coletivo lutar por recursos e políticas de estado. Organizar pauta de reivindicações e lutas de massa, para garantir e implementar projetos camponeses de produção consorciada de alimentos saudáveis e energias renováveis, bem como propor e lutar por estruturas que deem suporte a um projeto de campo com camponeses, diversidade de produção, com a agroecologia, a autonomia e soberania do território camponês. (MPA, 2007, p.79)

Nesse sentido, o grande desafio do movimento tem sido buscar políticas públicas que possam potencializar suas lutas e a vida com qualidade dos camponeses. Todavia, as contradições aparecem porque na maioria das vezes, as políticas acabam sendo apenas paliativas e não surtem o efeito esperado, mas isso não é o maior objetivo do movimento e sim, serve como pequenas ações necessárias para ir criando condições para um projeto de transformação da sociedade capitalista em uma sociedade mais solidária com justiça social e humana. Podemos visualizar as teses defendidas pelo MPA na tabela seguinte:

Quadro 3 - Teses sobre o Campesinato debatidas pelo MPA.

Teses sobre o Campesinato		
O fim do Campesinato	Metamorfose Camponesa	Fim do Fim do Campesinato
Agronegócio	Agricultura Familiar Agronegócinho (700 mil famílias no Brasil)	Agricultura Camponesa (8 milhões de famílias no Brasil)
Cadeia produtiva	Grande parte da produção está na lógica da cadeia produtiva, a propriedade é um misto das duas lógicas	Sistemas camponeses de produção
Latifundiários	Family Farmers	Camponeses/as

D-M-D”	(Agricultores Familiares) Mistura a lógica camponesa com a lógica capitalista	M-D-M
Agronegócio	Agricultura Familiar	Agricultura Camponesa
Monocultivos	→ ←	Diversificação
Latifúndio	←	Pequena propriedade
Máquinas pesadas	←	Máquinas leves e tração animal
Sementes Híbridas e Transgênicas	→ ←	Sementes crioulas
Exportação	→ ←	Abastecimento popular
Mão de obra contratada	→ ←	Mão de obra familiar
Fome	→ ←	Alimentos
Multinacionais	→	Trabalho familiar

Fonte: MPA (2011) organizado por Silva (2007).

O MPA tem a sua sede estadual no território da Cantuquiriguaçu, por considerar ser um território eminentemente camponês de municípios pequenos, o que efetivamente contribuiu para que o movimento instalasse suas bases regionais e municipais na maioria dos municípios. Além disso, o MPA acabou sendo um dos sujeitos coletivos mais atuantes na resistência e na luta pela manutenção do território camponês, por políticas públicas por uma vida com qualidade.

Esse é o caso das políticas agrárias por cooperativa camponesa, associações camponesas, patrulhas agrícolas, participação nos conselhos de desenvolvimento municipais e também nas políticas de Educação do Campo como os “Saberes da terra”, alfabetização de adultos, Movimento Pró-Universidade Popular e nas políticas de desenvolvimento rural, territorial e no CONDETEC.

O MPA trabalha com os princípios de que a Unidade Econômica Camponesa tem autonomia e se realiza com a sua capacidade de trabalho e as necessidades da família, tem um modo de ser, de viver e de produzir próprios do campesinato. Portanto, é um modo não

capitalista, embora inserido na economia capitalista. A família camponesa se baseia não na dimensão biológica, mas nas pessoas que convivem na mesma unidade, podendo ser composta por vários casais de diferentes gerações.

A Unidade Econômica Camponesa tem um limite produtivo natural e seu nível máximo é estabelecido pela capacidade total de trabalho com um extremo de intensidade e o seu limite mínimo estabelecido pelas necessidades mais básicas de existência. A luta no campo político se dá por direitos exclusivos à produção, mas à produção de uma vida de qualidade, inserindo-se nas dimensões do lazer e da cultura.

A forma de comércio camponês é baseada na circulação simples de mercadorias, ou seja, as famílias camponesas vendem sua produção para comprar aquilo que necessitam, vendendo para comprar, enquanto a lógica capitalista é de comprar para vender e obter lucro. A produção camponesa pode ser apresentada de duas formas: a produção de manutenção e a produção de reserva.

Dessa maneira, o nível de intensidade da força de trabalho da família é delimitado pela força de trabalho necessária para atender às necessidades de manutenção da família e dos meios de produção e por outro lado pelo nível de reserva que estabeleceu produzir. Segundo MPA BRASIL (2007), a eficiência da unidade camponesa se dá pela relação entre o trabalho efetivamente realizado e as necessidades atendidas. Esta eficiência apresenta variações que produzem um estado de incertezas e para minimizar essa variação, as famílias camponesas apostam na diversificação.

2.2 UMA INCURSÃO NOS DEBATES SOBRE O CAMPESINATO

Os debates sobre o campesinato e o capitalismo no campo apontam contradições e estas, por sua vez, dão origem a novas hipóteses. Essas hipóteses se manifestam principalmente em abordagens sobre o fim do campesinato e a sua metamorfose no capitalismo agrário, bem como o fim do campesinato na sua reprodução na disputa por uma base científica alternativa como a agroecologia.

Para MARIN et all. (2009), o campesinato sobrevive às teorias radicais como a “Teoria do fim do Campesinato” voltado para os estudos de Kaul Kautski, no livro *Questão Agrária* (1968 tradução em língua portuguesa), agora apresentada por Abramovay como a “Teoria da Metamorfose Camponesa”, que apresenta como única alternativa para o

campesinato, sua inserção no modelo da agricultura proposta pelos organismos internacionais com a concepção de capitalismo agrário. Abramovay (1998) apresenta ao camponês as tecnologias e a formação com base no “empreendedorismo rural” na capacidade do agricultor de se formar para utilizar na prática o pacote do capitalismo rural tendo suporte no uso desmedido de agrotóxicos e lavouras em forma de monoculturas. No entanto, existe outra corrente que pesquisa o MPA e o MST, e aponta a teoria do “Fim do fim do Campesinato”, apresentado principalmente pelo pesquisador Bernardo Mançano Fernandes (2008). Ou seja, o campesinato tem protagonizado muitas lutas, resistido historicamente e se reterritorializado pelos assentamentos.

A hipótese do fim do Campesinato aponta como o próprio nome diz, para o fim do campesinato em duas vertentes: uma que perde os meios de produção e se “proletariza”, isto é, os pequenos agricultores camponeses e familiares passam a vender sua força de trabalho mesmo no campo ou indo embora para as cidades; e outra que amplia seu acúmulo nos meios de produção, passando a “proletarizar” parte daquelas famílias que perderam os meios de produção. Na análise dessa pesquisa, a maioria dessas famílias fica dependente de apoios sociais e políticas públicas e passa a habitar os bairros e as favelas das médias e grandes cidades.

A proposta para a agricultura tem por base a teoria hegemônica em curso no mundo e, que de certa forma, é a base para os financiamentos públicos, porque o agricultor necessita obrigatoriamente ter a nota fiscal do agrotóxico para comprovar o seu financiamento. É o que se conhece como modelo do agronegócio com base no latifúndio, máquinas pesadas, sementes híbridas e transgênicas, uso intensivo de insumos químicos e venenos, produção de *commodities* para a exportação, problemas ambientais, concentração da renda e da riqueza em detrimento da distribuição da riqueza e renda e da produção de alimentos. Esse modelo promove o endividamento do pequeno agricultor camponês e familiar que se vê obrigado a vender suas terras e acaba colaborando para a concentração de terras.

A teoria da Metamorfose Camponesa que vai desde o pequeno agricultor camponês ao agricultor familiar apresenta-se como uma espécie de terceira via, e diz que a mão de obra familiar não vai desaparecer, mas a forma camponesa sim. Desse modo, o camponês terá que sofrer uma metamorfose e se transformar em um agricultor familiar, ou seja, assumir a tecnologia do capital, se especializar em algum ramo da produção, ser empreendedor e integrado ao comércio e a indústria.

A concepção da metamorfose do camponês em agricultor familiar apresenta a concepção do camponês como um sujeito pobre, atrasado, desqualificado e que não tem

alternativa que não seja ser inserido no capitalismo agrário. Nessa concepção, o agricultor familiar é tido como moderno, conforme explica Carvalho (2005).

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo (CARVALHO, 2005, p.34).

Também o intelectual orgânico do MPA, Valter Israel da Silva (2012), apresentou a distinção da proposta de agricultor familiar frente ao capitalismo agrário. De acordo com ele,

[...] a agricultura familiar só seria viável através da especialização em alguma forma de produção e pela integração à indústria. Assim, a família camponesa passa a ser mera compradora de insumos e fornecedora de matéria prima. A indústria passa a ganhar ao fornecer estes insumos e ao processar a matéria prima, agregando valor e colocando no mercado. Todos os riscos do processo de produção ficam por conta da família camponesa e as principais possibilidades de lucro ficam nas mãos das indústrias. No Brasil existem inúmeras indústrias das mais diversas cadeias produtivas operando com esta lógica, entre elas podemos citar a indústria do fumo, do arroz, do leite, do frango, do porco entre outras (SILVA, 2012, p.23).

As pesquisas apontam que o conceito, bem como a concepção de agricultura familiar, foi introduzido no Brasil nas últimas décadas e reproduz o sistema de agricultura familiar empresarial comum nos EUA. Muitas vezes, as cooperativas são instrumentos da materialização de uma concepção de agricultura.

Quando adeptas à lógica da agricultura familiar, as pessoas aceitam a tese da metamorfose camponesa. Nela, as famílias camponesas buscam especializar-se em uma linha de produção e ficam mais dependentes de insumos externos, como trazer energia de fora. Nesse caso, a cooperativa passa a ser agente do capital ao fazer o papel de fornecedora desses insumos.

Conforme aponta Silva (2012), as principais características dessa proposta são a especialização, o monocultivo ou a monoprodução, a tecnologia externa, a integração à indústria, o uso de mão de obra familiar, adubos químicos e agrotóxicos, gerando dependência da indústria e lucro para as multinacionais. Esse sistema de integração faz com que as famílias camponesas se integrem às indústrias e passem a ser uma espécie de empregados das indústrias sem direitos trabalhistas, mas utilizando os seus meios de produção, correndo todos os riscos e sem direito ao fundo de garantia, décimo terceiro, férias, etc. É um sistema que

permite o maior nível de exploração das famílias camponesas pelas indústrias, através da externalização dos custos.

O que vemos dentro do governo bem como nas universidades em geral, são políticas e pesquisas que priorizam essa concepção de agricultura. Silva (2012), mostra que foi criado um sistema que engloba pesquisa, educação, assistência técnica, política de créditos e uma campanha de desvalorização e ridicularização da lógica camponesa de produção.

Isto pode ser percebido através das manifestações da cultura na concepção hegemônica como as festas juninas, das músicas e outras formas de expressão da cultura de massa. As escolas preparam a juventude camponesa para as cidades, trazendo debates descolados sobre a realidade alheia e afasta a juventude de sua realidade primeira. Desse modo, percebe-se que o projeto hegemônico do capitalismo agrário não prevê a permanência de famílias no campo, mas somente a presença de produção por meio de monoculturas da soja, da cana, do eucalipto, do pinus, da criação de gado dentre outras. A escola só é uma dimensão dentre tantas que o capitalismo se apropria objetivamente e subjetivamente para impor seu projeto.

Por sua vez, o sistema de crédito exige a nota fiscal da compra da semente híbrida e do adubo químico, forçando a família camponesa que buscou apoio no Estado a aderir a esta lógica. A EMBRAPA tem contratos com a empresa multinacional Monsanto para pesquisar sementes de soja transgênica e não tem recebido recursos públicos para estudar as sementes crioulas e outras tecnologias camponesas. O Estado brasileiro prioriza as empresas de biotecnologia que fazem modificações genéticas e conquistam patentes sobre aquilo que há milhões de anos o campesinato vem conservando.

Por conseguinte, Silva (2012) apregoa que o capital internacional busca alternativas de sua recriação. Nesse sentido, recentemente foi implementada uma proposta de reforma agrária privada com especialização e integração à indústria sendo aplicado por meio de investimentos da empresa multinacional Brasil Eco Diesel que levou milhares de famílias ao monocultivo de mamona para a produção de biodiesel.

Para o MPA (2013), a empresa instalou assentamentos onde 90% das terras eram para o plantio de mamona com uso intensivo de máquinas e adubos químicos. Isso levou a uma queda rápida e drástica na produção, o que inviabilizou o assentamento. A empresa se retirou, deixando as famílias com suas casas no meio do terreno árido. A dívida social resultante desse projeto ficou para o estado brasileiro resolver.

Também vemos o avanço do monocultivo da cana de açúcar para a produção de etanol e o monocultivo de eucalipto e pinus e das monoculturas para a produção dos

biocombustíveis. Esse modelo para a agricultura familiar, segundo Silva (2012), prevê a permanência de 700 mil famílias no campo no Brasil. O problema é que hoje temos cerca de 8 milhões de famílias no campo, e o questionamento é sobre o que vai acontecer com essas famílias, para onde irão e o que farão, com que políticas públicas irão sobreviver.

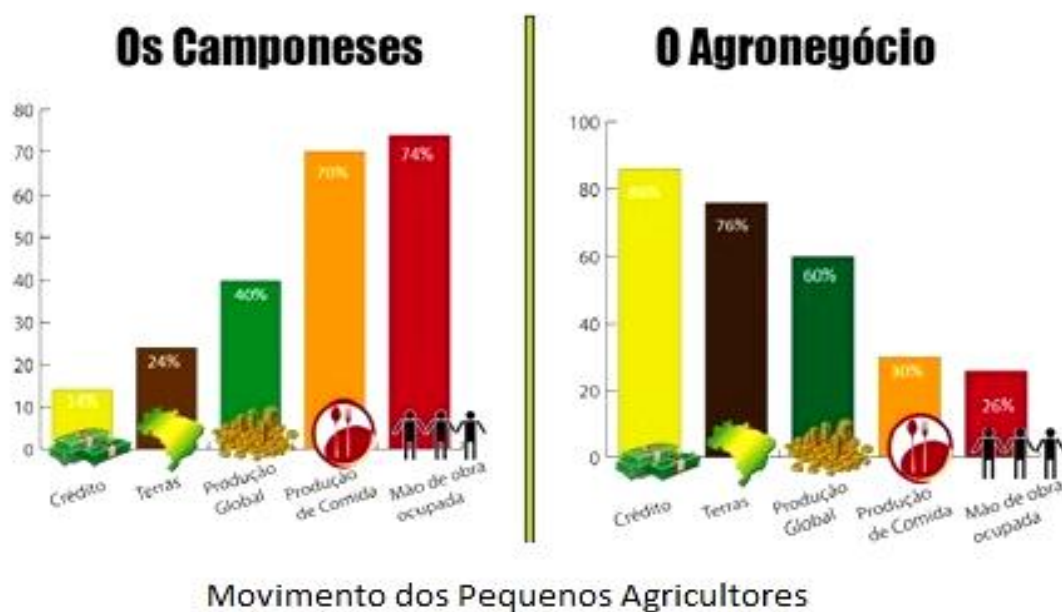
Os projetos que têm essa concepção de agricultura são amplamente financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) que apresenta na sua base o agronegócio como o mentor intelectual do desenvolvimento do campo brasileiro e de principal gerador de *commodities* e saldo na balança comercial do Brasil. Conforme o BNDES (2012):

Além de dinamizador da expansão produtiva, o agronegócio desempenha outro papel de extrema importância para a economia brasileira: o de principal gerador de saldos comerciais para o País. Por isso, o BNDES oferece mecanismos de apoio à agricultura e à pecuária. Alguns projetos financiáveis dentro do agronegócio são bovinocultura de corte, formação ou reforma de pastos (BNDES, 2012).

Diante disso, o campesinato encontra formas de cooperação e cria um espaço próprio dentro do capitalismo e, por isso resiste e persistiu durante várias formas e concepções de governos, de estado e organização da sociedade, tribal, feudal, dentre outras. A tese do fim do campesinato apresenta uma forma de desenvolvimento de afirmação do campesinato.

A Figura 2 aponta que mesmo com todas as contradições impostas ao campesinato, a agricultura camponesa e familiar continua sendo a principal produtora de alimentos.

Figura 2 - Produção: Campesinato x Agronegócio.



Fonte: Site do Movimento dos Pequenos Agricultores, 2013.

Para a sobrevivência da vida no campo, essa teoria aponta para um campesinato com características bem definidas como a produção diversificada de alimentos para abastecer o mercado local e nacional em primeiro momento. Da mesma forma, o trabalho nas unidades familiares que são pequenas propriedades com base na produção orgânica e agroecologia utiliza-se de tecnologias para a produção, controle, manutenção das sementes crioulas, adubos verdes e orgânicos, defensivos naturais, infraestrutura de máquinas adaptadas às pequenas propriedades, ao trabalho familiar, reduzindo a “penosidade” do trabalho e gerando, um menor custo de produção, usando mão de obra familiar e não escrava, promovendo a autonomia, a cidadania e a emancipação dos pequenos agricultores camponeses e familiares.

Para Silva (2012), por meio dessa proposta, a propriedade camponesa é vista como um sistema complexo e interligado. Numa análise de 2007, o MPA ofereceu uma definição dos sistemas camponeses de produção:

[...] são sistemas de produção altamente diversificados, tendo como base social as famílias das comunidades camponesas que integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal), que priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local, que preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade combinam plantios anuais com plantios perenes, utilizam ao máximo insumo de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação buscam a sustentabilidade geral do sistema, buscam a autonomia genética e

tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema (MPA, 2007, p.17).

A agricultura camponesa prima pela diversificação na produção, e para isso, combina produção animal com produção vegetal, e faz agricultura e criação de animais o ano todo. Dado o nível de diversificação e o aproveitamento dos subprodutos de uma produção para outra, pode-se afirmar que são propriedades camponesas familiares com perspectiva agroecológica ou em transição para a agroecologia.

Nesse contexto, Silva (2009) aponta para a necessidade de se estruturar uma rede de agroindústrias capazes de transformar um amplo leque de matérias primas, e colocar uma cesta de produtos no mercado. Isso levará as famílias de pequenas propriedades a diversificarem a produção, a recuperar a lógica da produção camponesa e a diminuir a entrada de energia externa ao sistema camponês de produção. Para o autor, que é militante do MPA:

há mais de um século as teses sobre o fim do campesinato, sobre sua adaptação e sua permanência veem sendo formuladas. O certo é que mesmo com as análises de economistas demonstrando a inviabilidade econômica da unidade de produção camponesa, o Campesinato permanece vivo e a cada ano ganhando mais visibilidade. Esta divergência entre a análise e a realidade se dá por conta de que analisam o campesinato e a unidade econômica camponesa na lógica capitalista e não na lógica camponesa (SILVA, 2011, p. 13).

Nesse sentido, o MPA afirma que esse movimento acredita na sobrevivência do campesinato e ainda reafirma o modo de vida camponesa como alternativa ao modo de produção capitalista que já produz, na sua essência, relações não capitalistas, apesar de contraditoriamente o modelo hegemônico ser capitalista, buscar a todo tempo inserir o camponês nesse modelo. Para Carvalho (2005):

O campesinato, mesmo que inserido no modelo capitalista não é capitalista: O Campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista (CARVALHO, 2005, p. 371).

Para Silva (2011), a lógica camponesa é buscar atender a uma vida de qualidade, um projeto de campo que atenda às necessidades da família, com base na circulação simples de mercadorias enquanto a lógica capitalista é a produção de mais valia. Nesse sentido, em

relação às ideias iniciais instigadas nesse trabalho, aponta-separa uma realidade em que ao mesmo tempo que o campesinato busca uma vanguarda de possibilidades, possui elementos que podem fazer a diferença na perspectiva de um mundo mais solidário e humano do que o mundo capitalista. Essa utopia se faz realidade quando se enfrenta as contradições inúmeras impostas pelo modelo capitalista hegemônico. É a guerra da formiginha que é o campesinato contra o elefante que é o capitalismo. Enquanto o campesinato produz vida (alimento), o capitalismo produz morte (agrotóxicos).

2.2.1 Limites e Possibilidades no Território Cantuquiriguaçu: a voz dos sujeitos

Para o desenvolvimento deste trabalho, as pesquisas foram realizadas por meio de entrevistas a indivíduos que participaram do processo de desenvolvimento territorial, seja no Conselho de Desenvolvimento, seja em ações concretas de melhoria na qualidade de vida, com a intenção de averiguar os sistemas campesinato e agronegócio por meio da disputa territorial e o controle das políticas públicas no território Cantuquiriguaçu.

Quando indagados sobre os **motivos** que os levaram à participação no Conselho de Desenvolvimento do Território, os **conflitos** e as **utopias** obtivemos os seguintes resultados:

O presidente da CONDETEC, Elemar Sezimbra, em entrevista concedida ao autor da presente pesquisa realizada no município de Candói-Pr, no dia 01 de março do ano 2013, destaca que:

Primeiro há uma preocupação com o desenvolvimento dentro dos movimentos sociais, quando surge a articulação dos territórios como organização e política pública, os movimentos começam a participar. No começo há muito atrito com as organizações públicas em seus vários níveis de representação, pois pretendiam ter o domínio dos fatos e do conhecimento, havia também muito preconceito em relação aos movimentos sociais, mesmo que houvesse menos debate político e até de conteúdo e de visão de desenvolvimento. Os primeiros anos são conflituosos, depois os movimentos ganharam hegemonia e na prática conseguiram romper com grande parte dos preconceitos e até a ganhar os outros setores para uma visão mais popular do desenvolvimento e ser respeitados como sujeitos e não como meros coadjuvantes: [...] (Elemar Sezimbra – Liderança do MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Ainda de acordo com Sezimbra:

A questão toda está em que as proposições dos governos a nível federal e principalmente estadual com menor ação, não têm uma estratégia mais popular de desenvolvimento e mais ampla, fica em ações pontuais, de curto

alcance e que não vai longe, é uma política de muita conversa e blá-blá e enrolação, que penso logo começará a esvaziar os conselhos (Elemar Sezimbra, Liderança do MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Já para Valter Israel da Silva, entrevistado também no município de Candói-Pr, no dia 12 de março de 2013, existe a necessidade de os camponeses organizados manterem uma relação com o Estado. Ou seja,

[...] uma organização camponesa como o MPA precisa se relacionar com o estado, pois ao defender os direitos das famílias camponesas, busca construir e facilitar o acesso a políticas públicas. Além disso, um espaço como o CONDETEC é um espaço de debates de ideias, onde tem o contraditório, onde precisamos afirmar nossas concepções. Estes dois elementos é que nos levaram a participar. No caso do CONDETEC, como é um território onde o MPA e o MST são fortes, tem algumas prefeituras de esquerda e o movimento sindical também se alinha, temos uma incidência muito forte no conselho. Não sentimos tanto a força do poder público, como ocorre em outros territórios (Valter Israel da Silva, Liderança MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Seguindo com as entrevistas, no dia 22 de abril de 2013, o militante da MPA e conselheiro do CONDETEC, senhor Isaías Amaral das Neves, afirma que

Nossa participação no CONDETEC se deu desde a origem do debate, mesmo antes da existência do ‘Território da Cidadania’ criado pelo Presidente Lula e no momento abandonado pela presidente Dilma. Já existia uma preocupação das lideranças do território e foi em 2001 que iniciou o debate que culminou com o primeiro esboço que chamamos de “Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial”. Depois passamos a participar por indicação do Movimento dos Pequenos Agricultores (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Isaías ainda aponta o peso dos movimentos sociais no CONDETEC, na correlação de forças, dizendo que

As discussões são realizadas de forma equilibrada, devido ao equilíbrio de forças dentro do Colegiado, onde os Movimentos Sociais tem peso com atuação qualificada, muitas vezes superior aos representantes do poder público e do setor privado. As representações das Prefeituras são oscilantes, dependendo do volume de recursos que está em discussão. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi o único Ministério que colocou recursos para que o Colegiado definisse o destino dentro dos objetivos do Plano Diretor Territorial. (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Para o representante da ONG RURECO do CONDETEC, senhor Altair dos Passos, que foi entrevistado no dia 24 de abril de 2013, no município de Candói, há uma potencialização de forças na articulação das entidades e movimentos sociais no CONDETEC. Para ele,

Este é um espaço em que diversas organizações tanto públicas, privadas e da sociedade civil se encontram para pensar ações que possam somar forças. Outro aspecto é o esforço de orientar as políticas públicas desenvolvidas no território a fim de que tenham maior sintonia com as demandas do desenvolvimento da região (Altair dos Passos, Liderança RURECO/CONDETEC 24/04/2013).

Também em resposta à entrevista realizada no mesmo município, no dia 15 de março do ano de 2013, Ana Cristina Hammel, professora do Colégio Iraci Salete Strozak, mostra que a participação efetiva dos sujeitos da educação não é tão constante, mas destaca a participação dos movimentos sociais e as disputas e conflitos.

Minha inserção no Conselho de concretiza de maneira pontual, nas organizações dos seminários e encontros. Porém a participação dos movimentos sociais no conselho é significativo, o presidente atual é um dirigente/militante da via campestre e do MST. As negociações e pautas e mesmo a indicação de nomes para composição da direção não são tranquilas, prevalece um jogo de interesse e acabam sendo favorecidos aqueles que têm mais peso político, mesmo assim o conselho tem se configurado como um importante espaço para pautar demandas sociais para todo o território (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Ainda sobre o assunto, no dia 1 de março, Elomar Sezimbra, militante do MST e professor da Universidade Federal Fronteira Sul, afirma que nas questões acima já ficaram claras as causas da desmobilização e da descrença. O governo brincou com os movimentos sociais de fazer consenso, mas não assumiu as contradições e tratou de esvaziar todos os espaços de participação popular ao perceber que não é possível enrolar e avançar na brincadeira quando se lida com movimentos populares politizados.

Os movimentos sociais não são os clubes de serviço para a pequena burguesia brincar de caridade, nem governos, nem clubes de lazer e faz de conta, para esvaziar o que começou com muito ânimo e disposição de ir adiante. Nesse sentido, as organizações populares participam e precisam participar de todas as brechas que se abrem, e quando entra um governo que é de origem popular, faz proposições e chama o povo à participação, é natural que algo que os movimentos ajudaram a desenvolver receba um voto de confiança, mesmo que já arranhados por algumas trombadas.

Dando prosseguimento às entrevistas, no dia 12 de março de 2013, o senhor Valter Israel Silva afirma que: O que motiva a participação é a possibilidade de debater e planejar de maneira articulada, o que nos causa desânimo são algumas discussões baseadas apenas em recursos e projetos, com pouca construção estratégica. Já para Isaías Amaral Neves,

[...] um fator de desestímulo e o entendimento de alguns prefeitos que o Conselho e concorrente da Associação de Prefeitos no território e só aparecem ou enviam representação quando há verbas em disputa. Outro fator e a visão bairrista dos representantes pensam muito no seu campo de interesse, principalmente local. Também a falta de equipe para realizar bons estudos de viabilidade dos empreendimentos a ser realizada por meio dos projetos aprovados pelo Conselho, isso faria a diferença no território, bem como o acompanhamento da execução dos mesmos. Fator importante de desestímulo e a dependência que temos para manter um articulador territorial. Precisamos de recursos do governo federal, que no momento abandonou as políticas territoriais (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Para Ana Cristina Hammel, que foi entrevistada no dia 15 de março de 2013, a ação do conselho é limitada, cada gestão que assume, assume um enfoque, um jogo de interesse entre os prefeitos que se revezam na associação da Cantu, porém é com certeza, um importante instrumento para agilizar os processos e pautar interesses regionais.

Cleusa Francesquet, em entrevista dia 19 de agosto de 2013, atuante na liderança da região e atualmente do CONDETEC, destaca os dados do CONDETEC:

[...] desde o início do processo de organização do Território que se iniciou em 2002 com a elaboração do Plano Diretor, os movimentos sociais participaram amplamente. Este foi um processo participativo, com a participação dos movimentos sociais, sociedade civil organizada e poder público. Como conquistas desta participação podemos destacar: elaboração do Plano Diretor; Estruturação do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu CONDETEC; Núcleos Dirigente e Técnico, Câmaras Setoriais, Grupo de Assesores; Elaboração de Projetos; Projeto FAO; Redes de Referência IAPAR/ EMATER – Cadeia do Leite; Realização de eventos técnicos no Território; Relevância do trabalho do Conselho; Espaço de formulação de políticas públicas; Captação e alocação de recursos financeiros; Solução de problemas e incremento de potencialidades; Normativa para elaboração de projetos; Instalação do Núcleo Regional da Educação; Instalação do Núcleo Regional da SEAB; Instalação da Unidade avançada do INCRA; instalação do Escritório Regional da EMATER; Centro Estadual de Educação Profissional / CEEP; Instalação do Escritório Regional da SEDS; Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS; Investimentos e fortalecimento das Casas Familiares Rurais e do CEAGRO; Investimentos para fortalecimento da cadeia produtiva do leite; Escola Técnica Federal / IFPR; Federalização da PRT158; Curso de Saúde Ambiental, parceria FIOCRUZ; Como perdas neste período podem ser citados os recursos para a construção do terminal de Calcário em Cantagalo, a perda do recurso para plataforma de leite em

Laranjeiras do Sul e o recurso de custeio para capacitação de produtores de leite pela FAU – Fundação da Unicentro. Também podemos destacar o enfraquecimento do MDA/SDT que não dispõem de pessoal suficiente para atender as demandas dos território e os investimentos que estão reduzindo a cada ano, além da morosidade de tramitação dos projetos, que é uma consequência desta desestruturação. O que me motiva a participar do CONDETEC é a oportunidade de participar das decisões que contribuem para o desenvolvimento da região. Este é um direito e dever de todo cidadão. A decisão das entidades que compõe o Conselho foi tomada em assembleia geral e a cada ano é realizada a avaliação para, de acordo com o regimento interno, manter ou retirar os que não estão participando. Isto se dá de forma harmônica e a decisão da maioria da plenária é que prevalece (Cleusa Francesquet Gowacki, Liderança CONDETEC, 19/08/2013).

Quando os sujeitos foram indagados sobre se acreditam nessa base de políticas de desenvolvimento territorial os sujeitos se posicionaram da seguinte forma:

Cleusa Francesquet Gowacki destaca o seguinte: Acredito e pelos resultados alcançados em nosso território posso dizer que é a melhor forma de alcançarmos o desenvolvimento sustentável e solidário.

Já para Elemar Sezimbra, os movimentos estão fazendo a sua parte, no entanto, o Estado não tem interesse de fomentar o efetivo desenvolvimento com emancipação humana e política da população. De acordo com ele:

[...] se fosse mais sério e consequente por parte do Estado, poderia avançar muito o desenvolvimento nos territórios, mas quando o povo pelas suas organizações participa pra valer o governo não aguenta, pois pensa pequeno e só no mercado como está aí, por isso do jeito que está não acredito que teremos grandes avanços. Vira apenas um espaço de ações táticas onde podemos fortalecer um pouco as organizações sociais populares, que não devem isolar-se da participação, mas tampouco devem jogar todas as cartas nos conselhos dos territórios, visto que pela heterogeneidade dos participantes e com interesses, muito contraditórios os possíveis avanços não vão muito longe (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Ainda sobre essa questão, Valter Israel Silva afirma que existe uma forma contradição sobre esse tema:

Acredito em parte. A lógica de pensar um território ao invés de um município está correta, é mais lógico, dá mais força, tem uma capacidade maior de pensar estrategicamente, de fazer investimentos estratégicos, de articular um volume maior de produção, um mercado consumidor maior, uma estratégia abrangente na educação (universidade), uma força política maior (movimentos, prefeitos, deputados, conselho), uma população mais beneficiada e envolvida diretamente. Estes elementos nos levam a acreditar no processo. Porém, tem muitos limites, pois o estado brasileiro não está

organizado para trabalhar territorialmente, então os investimentos são feitos através dos municípios. Dentro dos territórios de governança existem diversos territórios: território camponês, indígena, quilombolas, agronegócio, etc. Então o território Cantuquiriguaçu não é homogêneo, isso também traz limites. Contudo, o debate territorial tem um potencial importante para a evolução da análise coletiva e da articulação de forças (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Para o militante do MPA e conselheiro do CONDETEC, Isaías Amaral aponta que essas ações ainda estão no começo. Segundo ele,

[...] nossa experiência é muito nova. Enfrentamos muita rotatividade de membros no colegiado, isso tem dificultado o debate estratégico necessário e a formação de uma identidade territorial que possibilite a formação de grandes consensos para que haja mais forças para impor aos governantes do Estado e União a inversão pesada de recursos na região. Pelo lado dos prefeitos vemos que tem visão focada para o próprio umbigo. Olham para seu município somente e se satisfazem com as migalhas de emendas parlamentares, quando poderiam criar consórcios para resolver problemas comuns, produzir políticas territoriais como um Sistema Territorial de Inspeção para facilitar a circulação de produtos das pequenas agroindústrias do Território, focar o apoio a formação superior para aquelas cadeiras que os municípios realmente precisam de profissionais para seu desenvolvimento (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Ana Cristina Hammel, em entrevista concedida ao autor, destaca que a criação do CONDETEC foi positiva. Para ela,

[...] a criação do Conselho possibilitou diagnosticar o quadro geral da situação socioeconômica dos municípios que o compõem, buscarem soluções conjuntas para as problemáticas identificadas, buscar parcerias e, sobretudo, a criação de consórcios intermunicipais, o que tem ajudado a acessar recursos com maior facilidade e agilidade (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Em relação aos avanços, questionou-se sobre quais foram e são as contribuições, das políticas de desenvolvimento territorial, conquistas alcançadas por meio do CONDETEC, os sujeitos entrevistados tiveram as seguintes opiniões:

Para Cleusa Francesquet Gowacki, existe um incentivo:

Nos anos iniciais houve grande incentivo por parte do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, com a viabilização do articulador e recursos para custeio das atividades, além de recursos para projetos. Atualmente este apoio diminuiu significativamente e o MDA está com deficiência de profissionais para agilizar os processos. A morosidade e a redução de recursos investidos no

território refletiram fortemente nas atividades do Território. Para fortalecer a política de desenvolvimento territorial precisamos aumentar os investimentos e garantir o custeio das atividades. (Cleusa Francesquet Gowacki, Liderança CONDETEC, 19/08/2013).

Já Elemar Sezimbra, fala da precarização e das políticas apenas como compensação e do descaso do estado perante o território:

As políticas territoriais não ajudaram quase nada para desenvolver são como iscas muito pequenas isso que os governos propõem o que de fato fez desenvolver foi as lutas de massas empreendidas pelos movimentos sociais que arrancaram algumas políticas públicas. Com o atual governo do PT pouco se avançou nas políticas territoriais, pois os setores do campesinato em geral mais empobrecidos que estão nos ditos territórios da cidadania, foram os que menos obtiveram conquistas e apoios de fato para se desenvolver. “No caso da Cantuquiriguaçu, onde é forte a presença da luta pela terra, foi o pior período, pois a reforma agrária está paralisada, perde de longe para o período do FHC, por incrível que pareça. Os setores mais empobrecidos nos territórios da cidadania foram cheios de promessas, confiaram, envolveram-se nos conselhos dos territórios, mas foi pura frustração, estamos no aguardo que as promessas se cumpram como diz o povo a esperança é última que morre. E sobre o conselho, hoje penso que com as políticas públicas que estão aí de migalhas e enrolações, nunca qualquer conselho de desenvolvimento será determinante para o desenvolvimento com as políticas que estão aí. Os movimentos sociais até vitalizam os conselhos e ajudam para uma sociabilidade de alguma concessão, mas sem lutas de massa e de classes é uma piada o desenvolvimento territorial. Talvez isso tenha um caráter de avanço caso haja um governo democrático popular de reformas de base firmes e decididas, onde não se queira enrolar as organizações com participação que não leva a quase nada (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Valter Israel Silva afirma que mesmo com todas as contradições, o CONDETEC cumpriu e cumpre um papel de destaque na região:

Estou afastado da região há dois anos, por isso não tenho uma análise deste momento conjuntural, mas ao menos nos anos anteriores, em minha opinião, o CONDETEC cumpria um papel de sujeito ativo no território, capaz de provocar debates importantes e desenvolver experiências que se tornavam exemplos citados e utilizados nacionalmente, como foi o caso do Saberes da Terra (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Por sua vez, Altair dos Passos reforça a importância do CONDETEC e mostra as dificuldades, o desdém em relação ao conselho das empresas multinacionais como do setor elétrico, porém aponta conquistas:

[...] já foram feitos diversos esforços no sentido de superação da visão individualista, mas um problema é a rotatividade das pessoas representantes em especial do poder público, que muda a maioria a cada quatro anos. Mais ou menos, se olharmos algumas ações foram apenas paliativas, mas se reconhecermos a liderança decisiva do CONDETEC no movimento em prol da instalação do campus da UFFS em nossa região, eu diria que foi uma ação estruturante para o desenvolvimento da região. Mas se olharmos o setor hidrelétrico, por exemplo, ainda as empresas do setor participam com a visão que podem patrocinar alguns pequenos eventos com migalhas dos lucros que extraem daqui, e o pior é que as novas pequenas hidrelétricas que estão sendo construídas são todas construídas com financiamentos públicos e que beneficiará a iniciativa privada, com exceção da usina de Virmond que é da Copel (Altair dos Passos, Liderança RURECO/CONDETEC, 24/04/2013).

Ainda sobre isso, Ana Cristina Hammel destaca que as políticas foram significativas:

Sem dúvida, as políticas territoriais foram e são significativas, a própria política nacional tem priorizado as organizações territórios e olhando com mais ênfase onde o quadro econômico e social é de risco como no nosso caso. O conselho é composto de 20 municípios, o sistema de representatividade é frágil e com limites de inserção de fato nos problemas sociais regionais, isso deve ao perfil do estado nacional que não rompe com a exploração e com os benefícios apenas a classe dominante (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Quando questionados sobre a concepção e base de desenvolvimento territorial os entrevistados expuseram suas opiniões conforme pode ser notado a seguir:

Cleusa Francesquet Gowacki comenta que “o desenvolvimento tem que acontecer em todos os aspectos para ser sustentável, e só acontece se for econômico, social, ambiental, humano, enfim, em todas as dimensões”.

Já Elemar Sezimbra afirma que o que está em jogo é um projeto popular de nação e que os movimentos sociais devem lutar permanentemente, em contraposição ao atual modelo hegemônico, na construção de uma emancipação plena dos sujeitos.

Quando falamos em desenvolvimento territorial, falamos em poder popular em construção e para isto é preciso que haja movimentos sociais com perspectivas de luta pelo poder, do contrário, é pura enrolação. Depois desenvolvimento territorial implica todos outros aspectos da vida social rumo a uma emancipação humana onde o conhecimento, a cultura, o esporte, o lazer, o folclore, o crescimento econômico o meio ambiente, a sociabilidade entre as pessoas, etc. sejam fatores de construção e desenvolvimento (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Valter Israel da Silva aponta para a necessidade de atingir as especificidades do povo, afirmando que ao pensar desenvolvimento territorial, precisamos pensar no território

com suas diversas faces, como citei acima: território camponês, quilombola, indígena, do agronegócio, urbano, na educação, na saúde, na economia, desenvolvimento integral. Ainda sobre essa questão, Altair dos Passos comenta que

[...] devemos lutar no território em especial pela distribuição de renda, pois nosso território é considerado pobre, mas se for discutir a renda que está sendo produzida e o potencial do território, ele pode ser considerado um território rico, mas infelizmente os recursos naturais e a renda ainda encontram-se bastante concentradas (Altair dos Passos, Liderança RURECO/CONDETEC, 24/04/2013).

Por sua vez, Ana Cristina Hammel chama a atenção para o fato de que o CONDETEC deve lutar por todas as dimensões.

Com certeza, mas também em educação, cultura, esporte e lazer, o que compõem o social, nosso território é carente de políticas públicas nesse âmbito. Não há investimento em cultura e esporte, a maioria das cidades não dispõe de estrutura para atividade física e cultura, assim muito há que se conquistar nesse âmbito e o território timidamente têm feito esse debate (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Quando os cidadãos foram indagados sobre a existência de um protagonismo dos movimentos socioterritoriais para o desenvolvimento do território da Cantuquiriguaçu, os sujeitos avaliaram de modo diferente, como pode ser notado nas respostas expostas a seguir:

Para Elemar Sezimbra, os movimentos socioterritoriais foram extremamente decisivos no desenvolvimento do território, para ele

[...] os movimentos contribuíram conforme sua especificidade: MST, com a reforma agrária, passando de 5 mil famílias assentadas no território e com a organização de associações, cooperativas, comunidades no meio rural, criação de muitas escolas e da contribuição para proposta da educação do campo, com a dinamização da economia no meio rural e nos pequenos municípios e inclusão social de um vasto contingente de sem terras. E no conselho do território marcou presença nos debates, nas articulações e no funcionamento inclusive ajudando na organização, há ainda a presença das organizações dos pequenos agricultores, STRs, MPA, FETRAF, FETAEP que além da participação, ajuda nos debates e organização, são responsáveis pela criação de muitas associações, cooperativas, e contribuíram para a proposta da educação do campo, etc. Os indígenas também participam, nos debates, como membros efetivos, fazendo-se reconhecer e respeitar como povo indígena no território. E ainda praticamente como um movimento a parte, participando também, estão as organizações de mulheres e o movimento da educação do campo, que passam por dentro dos sindicatos e do MST e MPA, mas constituem articulações a parte e ajudam a dinamizar o território (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Sobre o tema, Valter Israel Silva reafirma o protagonismo dos movimentos populares do campo no território.

Penso que os movimentos sociais, por suas características de contato direto com a base camponesa, são capazes de promover um debate qualificado e mais próximo da realidade dos territórios. Pautando aquilo que é necessário para as famílias camponesas, podemos citar como conquistas importantes a elaboração de um plano diretor bem colado à realidade e as necessidades das comunidades do território. As derrotas estão no plano da implementação deste plano, que em muitos casos não temos conseguido consolidar (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Isaias Amaral das Neves, em entrevista concedida ao autor, destaca outros aspectos importantes como a hidrografia do território, como a presença de rios com grande volume de água, bem como a presença das entidades e dos movimentos como instigadores de políticas públicas quando da resistência na terra, mobilizações e lutas promovidas no território:

Primeiramente prefiro chamar de Território Piquiriguacu, pois a região esta situada entre estes dois grandes rios o Piquiri e o Iguaçu e distante do rio Cantu. Vamos relatar aqui os movimentos camponeses que mais se destacam, sendo o MST, MPA, FETRF e o MAB. Quanto à contribuição dada pelos Movimentos Sociais ao desenvolvimento econômico e social do território podemos elencar diversas conquistas como os grandes assentamentos da Reforma Agrária nos municípios de Goioxim, Cantagalo, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Ibema e Campo Bonito e Quedas do Iguaçu. “Com os assentamentos os governos das três esferas foram obrigados a fazer inversões de recursos na região, possibilitando conter o êxodo e manter a população estável por certo tempo, evitando o esvaziamento do território”. O MST também vem atuando na constituição de cooperativas e atuando fortemente na formação para os filhos de camponeses como referência temos o CEAGRO que realiza cursos de técnicos em agropecuárias com ênfase em agroecologia, cursos na área de gestão de cooperativas, técnico em saúde ambiental. É inimaginável o território sem os assentamentos de Reforma Agrária. Seria um vazio ocupado pelos pastos e lavouras do agronegócio. A FETRAF estimulou a organização de cooperativas de Agricultores Familiares na região. Podemos citar as cooperativas do leite, uma delas está em Virmond, mas em quase todos os municípios está presente, atuando incentivando a criação de agroindústrias familiares, principalmente por meio dos STRs. O MPA teve início em 1998 na região com forte apelo a luta dos camponeses. As conquistas foram o PRONAF - Investimento no ano 2000, o início do Programa de Moradia Rural em 2002 e junto com os demais movimentos em 2005, o seguro para a Agricultura Familiar. Atualmente vem lutando pela proposta produtiva que propõe uma nova matriz tecnológica, a agroecologia e incentivando a cooperação e a implantação de agroindústrias comunitárias cooperadas e ou consorciadas, nunca individual. O MPA vem contribuindo na inclusão das famílias camponesas excluídas do processo de comercialização, incluindo as nos programas PAA, PNAEs, estimulando a criação de feiras e vendas porta a porta nos pequenos municípios. O MAB na região tem como conquistas mais importantes que tenho conhecimento os

assentamentos dos atingidos por ITAIPU em Candói e os de Salto Caxias assentados em Ibema e Campo Bonito e enfatizamos a constante luta em defesa dos atingidos dos municípios de Candói, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçú e outros. Uma grande conquista dos Movimentos Sociais do Território Cantuquiriguaçu foi o Campus da Universidade Federal Fronteira Sul ainda mais, dentro do Assentamento Oito de Junho (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Altair dos Passos, em entrevista concedida ao autor, enfatiza a luta dos sindicatos rurais como articuladores na luta pela terra, na mobilização de massas e na instigação da efetivação das políticas públicas.

Os Sindicatos, ao representarem a categoria, participando das lutas sociais, como crédito e previdência, possibilitará que esses direitos, uma vez conquistados sejam acessados pelos agricultores de nossa região. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) trabalham a perspectiva de além de lutar pelos direitos auxilia no acesso a estes direitos. As cooperativas de leite organizam a produção dos agricultores familiares, seja para comercialização em conjunto, ou seja, para a industrialização. Já as cooperativas de crédito, acessam tanto créditos oficiais ou recursos próprios para repassar ao seu quadro social, financiando as atividades produtivas. Mas elas vão além de financiar, elas ofertam assistência técnica aos seus associados, possibilitando um planejamento em conjunto do desenvolvimento da propriedade (Altair dos Passos, Liderança RURECO/CONDETEC, 24/04/2013).

Já Ana Cristina Hammel relata a situação de pobreza e da desigualdade social, destacando a luta na educação, por uma Educação do Campo de qualidade política e pedagógica em todos os níveis.

Nosso território sofre com a situação socioeconômica de sua população, é um território que abrange muita diversidade e que sofre com as condições impostas pelo agronegócio à região. Além dos assentamentos da Reforma Agrária, temos as terras indígenas, os agricultores tradicionais, alguns setores estão organizados nos movimentos sociais, temos forte a presença do MST, do MPA, do MAB, dos povos indígenas, entre outros, inclusive os sindicatos. O plano de desenvolvimento do território expressa isso. No âmbito da educação temos muitas escolas que compreendem todas essas diversidades, o território dispõe de uma câmara técnica que responde pela educação do território, além das prefeituras tem assento nessa câmara os sindicatos, os movimentos e outros setores ligados a educação. Um momento importante de atuação foi o Movimento Pró Universidade Federal, que culminou na vinda da UFFS para o território, outro momento importante foi a consolidação dos saberes da terra, onde foram escolarizados jovens e adultos de toda a região. Além disso, o Conselho vem promovendo inúmeros seminários, encontros e debates sobre a educação e, sobretudo a educação do campo. Os movimentos sociais são os sujeitos que vem protagonizando esses processos no interior das lutas e nas pautas de reivindicações postas (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Em relação à contribuição da **Educação do Campo** na promoção do Desenvolvimento Territorial no Território Cantuquiriguaçu, destacam-se as seguintes respostas dos sujeitos entrevistados:

Para Cleusa Francesquet Gowacki,

[...] as políticas de educação do campo no território foram amplamente debatidas com a realização de seminário de educação do campo no território, envolvendo educadores e secretário de educação. Várias ações e investimentos foram realizados, como a estruturação das casas familiares rurais, do CEAGRO e o curso do Saberes da Terra, mas sabemos que muito há que se fazer para que todos os municípios implantem uma educação do campo, no campo e para o campo (Cleusa Francesquet Gowacki, Liderança CONDETEC, 19/08/2013).

Para o entrevistado Elemar Sezimbra,

[...] no caso da Cantuquiriguaçu foi importante a atuação do território, não porque criou algo novo, por si só não existe território, o que existem são os movimentos sociais marginalizados da educação e que fazem lutas e criam propostas, no espaço do conselho foram feitas algumas articulações e por isso, ganhou aliados, deu-se mais visibilidade aos peritos e iniciativas dos movimentos, que em alguns momentos os governos tiveram que acatar, porque não tinham nada a propor. Porém, uma vez levadas às proposições para dentro das instituições públicas, não ocorre que não vão em uma reformas e mudanças mais profundas, começa o processo de cooptação, de neutralização da força popular, pois um governo que prioriza a lógica do capital os processos sociais adentram as instituições, mas logo começam a ser emperrados, controlados e manietados. Mudou para que possa seguir mudando (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Já Valter Israel Silva, em entrevista concedida ao autor, fala das ações em educação no território que chamaram a sua atenção.

Duas ações me chamam a atenção neste tema: o Saberes da Terra e os Seminários de educação do campo, de onde saiu a carta de Porto Barreiro em 2000, servindo como referência no estado do Paraná, possibilitando criar as bases para a educação do campo no Paraná, que por sua vez deu bases para o debate nacional. Penso que o CONDETEC é fundamental neste processo, uma vez que é um conselho bastante pautado pelos movimentos sociais (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Isaias Amaral Neves afirma que mesmo não estando tão presente nas lutas da educação, sempre esteve informando do que aconteceu e do que acontece na educação no território.

Enquanto militante do MPA procuro participar ou no mínimo estar informado das atividades políticas da Educação do Campo no território, porém, vejo que ela vive momentos de maior e menor mobilização, conforme o município, ainda não é uma articulação massiva no território. Creio que seja uma das iniciativas mais importantes e que precisamos dar mais atenção (Isaías Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

O entrevistado Altair dos Passos expõe seu pensamento e diz: penso que apesar dos limites, tem feito um grande esforço no que se diz respeito à conquista de autonomia dos sujeitos, o que também contribui para a discussão das questões estruturantes do território.

Ana Cristina Hammel aponta para a existência de um movimento popular de base política e pedagógica em Educação do Campo no território, mas ainda não articulado.

Existe uma política de educação do campo em alguns municípios do território desde a inserção promovida nos seminários e encontros articulados ou feito em parcerias com o conselho, porém a incidência é pequena, mesmo havendo o interesse da câmara setorial em promover e debater política de educação do campo. Alguns municípios nem mesmo participam das reuniões e outros apenas vêm nos momentos de encontro e não fazem alterações na prática docente. Apesar de termos conquistado uma universidade federal, dois cursos de licenciatura em Educação do Campo, pós graduação, ainda não existe uma política contra o fechamento de escolas e um amplo apoio a rede de transporte (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

A fala da Educadora Ana reforça como o território vem se destacando na articulação dos movimentos socioterritoriais na luta e na efetivação de políticas públicas de educação e de forma específica a educação do campo.

Quando questionados sobre as políticas governamentais, se elas estão numa linha compensatória ou de empoderamento e emancipação dos sujeitos obteve-se diferentes respostas. A primeira resposta que se expõe é a de Cleusa Francesquet Gowacki que enfatiza o seguinte:

Com certeza contribui para o empoderamento dos sujeitos, pois busca garantir direitos sociais a todos, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável; redução das desigualdades sociais e regionais, com melhoria da renda e qualidade de vida de todos, especialmente no meio rural; conscientização, participação e comprometimento dos atores sociais; articulação entre as entidades; desenvolver o espírito solidário; fidelidade ao planejamento e prioridades levantadas; avaliações permanentes, monitoramento; formação para compreensão e ação dos agentes que atuam diretamente e indiretamente (Cleusa Francesquet Gowacki, Liderança CONDETEC, 19/08/2013).

Já para Elemar Sezimbra, há uma desaceleração dos governos em relação à efetivação de políticas públicas no território e as poucas políticas estão em uma linha de compensação e são paliativas.

Do jeito que está não, pois as políticas públicas e proposições em geral do governo para os trabalhadores, vão na linha da caridade, quando muito do mercado alternativo ou algo parecido. Não podemos ter ilusão com governos que só querem administrar, sem conflitos e somente na lógica do capital, o papel dos movimentos sociais é o de politizar os debates, esclarecer os tontos entusiasmados com migalhas e ganhar setores sociais mostrando que é preciso muito mais, tem que tencionar, isto é, ser pedagógico, é espaço para ganhar politicamente, disputar corações e mentes e apontar as contradições e propor caminhos adiante, pois a política dos territórios dos governos é conjuntural e fortuita. Isto só pode ser diferente caso de fato haja um governo que queira ir adiante e não escamoteie as contradições (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Seguindo com as exposições das respostas, evidencia-se a de Valter Israel Silva que fala sobre a necessidade da permanente participação dos movimentos sociais nas políticas públicas e de os movimentos não caírem na armadilha da imposição dos “donos do poder”:

Penso que é um modelo interessante onde existir participação efetiva dos movimentos sociais. Onde isto não acontece, o conselho pode ser, e muitas vezes são utilizadas para mascarar as imposições dos poderes, dos poderosos políticos, com uma cara democrática, aprovado pelo conselho. Deste modo, o modelo pode ser uma “faca de dois gumes” (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Isaias Amaral das Neves, por sua vez, denota o papel pedagógico do CONDETEC, dizendo:

Acredito que tem um papel interessante de empoderamento sim. As organizações privadas menos conservadoras passam a conhecer e entender o papel dos MS e se constituem em aliados possibilitando consensos outrora impossíveis. Por parte dos MS também tem possibilidade de leituras mais reais da correlação de forças dentro do território. Do ponto de vista das conquistas econômicas através do CONDETEC são pouco significativas (Isaias Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Para Ana Cristina Hammel, existe uma política internacional que determina que as ações deve ser implementada, no entanto, faz uma ressalva em relação as conquistas:

Em termos, existe uma política internacional que determina as condições socioeconômicas, assim as ações que uma articulação como a do território consegue incidir são pequenas perto da dimensão do que é necessário para

que de fato ocorra o desenvolvimento territorial na proporção necessária, isso não significa que não sejam importantes, várias conquistas foram feitas desde a ação do território, um exemplo são os consórcios intermunicipais na área de saúde, agricultura e patrulha ferroviária (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Depois, os entrevistados foram questionados sobre as expectativas de futuro no território da Cantuquiriguaçu. Nesse sentido, Cleusa Francesquet Gowacki apresenta algumas expectativas, e ao mesmo tempo, algumas lacunas no atual modelo de desenvolvimento territorial, apresentado pelos organismos na articulação das demandas do território:

Será possível avançar com o envolvimento e comprometimento dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada e do poder público, que juntos tomam as decisões sobre ações para o desenvolvimento regional; renovação das lideranças; inserir os jovens, povos tradicionais e mulheres no processo; não esperar que soluções venham de fora, pois todos tem a consciência que o desenvolvimento precisa ser endógeno. Precisamos de investimentos no território para compor uma equipe técnica para a elaboração de projetos e com isto dispormos de um banco de projetos para buscar dos recursos necessários para o desenvolvimento e melhoria da infraestrutura e serviços da região. Precisamos aprimorar a representatividade e o funcionamento do conselho; atender as demandas da sociedade e das entidades para a inclusão no conselho; garantir a participação de todos os municípios; garantir a participação de todas as áreas e segmentos da sociedade (Cleusa Francesquet Gowacki, Liderança CONDETEC, 19/08/2013).

Para Elemar Sezimbra, o atual formato de conselho é duvidoso, o que ele destaca é a importância e necessidade de uma articulação da classe trabalhadora do campo e da cidade na construção de um território com poder popular:

Realmente tenho dúvidas se esse formato de conselho territorial deva ser reforçado e/ou salvo. O que será daqui pra frente vai depender das políticas públicas para os territórios. Prefiro crer e apostar numa articulação com contorno de classes mais definida e nas lutas sociais e mobilizações. Penso que tenderá a aumentar os confrontos com as políticas governamentais, pois o governo está pendendo mais para a lógica do capital e do mercado na linha do agronegócio. E talvez, logo teremos lutas de classes mais duras de enfrentamento ao capital e ao governo junto, pois a crise do capital tende a ser permanente e teremos reviravoltas. Vamos apostar no território do poder popular, do contrário é bobagem. Já mencionamos que o papel dos movimentos camponeses será de articularem entre si para compor um leque de força nos embates presente s e futuros como tarefa prioritária, não podem deixar de participar dos espaços sociais que se abrem e que são propostos, mas será aí que deve ir direcionada sua força, isto tem que ir para criar a própria força. E devem lutar para o máximo de políticas sociais, como tática para o acúmulo de forças, de disputas ideológicas e políticas, de politizar a sociedade, de formar-se, etc. Não podem cair no isolamento e para isso em muitas situações terão que engolir sapos e ter paciência pedagógica e formar muitos quadros com firmeza, pois nestas situações a cooptação ideológica é

o maior problema. (Elemar Sezimbra – Liderança MST/CONDETEC, 01/03/2013).

Ainda sobre esse assunto, Valter Israel Silva afirma a importância do CONDETEC no futuro do território, para fortalecer as conquistas e lutar por outros que venham de encontro ao desenvolvimento do território, e para isso, defende um processo de formação dos membros para elevar o nível de consciência.

Um processo de formação dos membros, de modo a elevar o nível de consciência, ampliar a visão territorial, rompendo com as fronteiras municipais e pensando de fato o desenvolvimento territorial. Penso que isso poderá criar uma massa crítica com grande potencial, pois o território é rico em bens e recursos naturais, é cortado por uma das principais BRs do Paraná, por uma linha férrea, tem terras boas, clima bom, uma população trabalhadora. Necessita pensar um processo de industrialização com base nas necessidades regionais estratégicas e num avanço no processo educacional, que estamos tendo com a Universidade Federal da fronteira Sul. O movimento camponês tem um papel direto na produção de alimentos e na preservação ambiental, temas que estão a cada dia mais em pauta. Para isso é preciso garantir o acesso a terra e as políticas públicas de apoio a produção. Além disso, é papel dos movimentos camponeses pensar estratégias de desenvolvimento a partir do campo para a sociedade como um todo e fazer um debate qualificado nos espaços do território para pautar estas estratégias. Esse modelo de desenvolvimento cria autonomia no território. O conselho de desenvolvimento da Cantuquiriguaçu – CONDETEC, pode ser considerado um exemplo para os demais territórios do estado nação Brasil e de outros países (Valter Israel da Silva, Liderança do MPA/CONDETEC, 12/03/2013).

Para Isaias Amaral das Neves, a articulação dos movimentos sociais pode contribuir para o desenvolvimento tanto do local como da consciência crítica dos sujeitos:

Os movimentos sociais precisam ter um grupo que debate e tira estratégias para o desenvolvimento do território. É nítida a diferença entre a visão dos representantes do Poder Público e dos representantes dos MS. Os MS conseguem ver o Território, o poder público vê localmente apenas. Faz-se necessário avançar na concepção de desenvolvimento regional, mais empoderamento e condições para a participação da sociedade civil das instituições, governamentais, das entidades e movimentos sociais no Conselho de Desenvolvimento Territorial, isso se de forma mais harmônica (Isaias Amaral das Neves, Liderança do MPA/CONDETEC, 22/04/2013).

Altair dos passos, em entrevista concedida ao autor, Candói-Pr, 24 de abril de 2013, enfatiza os pontos negativos, mas destaca as possibilidades de avanço:

Qualificar o trabalho, ampliar ainda mais o ensino superior, rever o uso dos recursos naturais pela iniciativa privada, pensar o desenvolvimento industrial potencializando as iniciativas locais, reforma agrária, repensar o

desenvolvimento rural. Os movimentos sociais devem atuar como representantes de classe frente a reivindicar ações estruturantes que promova a inclusão social e desenvolvimento com autonomia dos trabalhadores, mas também podendo auxiliar na execução de algumas políticas que devem ser financiadas pelo poder público”. Ser dado a ele maior poder de decisão e intervenção, principalmente nas políticas públicas que são executadas aqui no território, pois muitas vezes o conselho é consultado após as regras já estarem todas definidas ou apenas informando do que está sendo efetivado. Também necessita de um maior aprofundamento teórico, sobre o desenvolvimento e que seja minimamente concensuado entre um grupo que discute o desenvolvimento do território. ‘Penso que não, se pensar que sempre dependemos de políticas externas para remediar as desigualdades existentes, mas se pensar no investimento em especial na educação superior que esta sendo feito sim[...]. Somente pelo viés do acesso à educação, pois as demais são medidas paliativas e que cada vez mais tornam as pessoas mais dependentes. Bem aqui somos um território que possui um grande número de assentamentos e inclusive, o maior da América Latina, mas não diria que é mérito da ação do território como um todo e sim pela pressão do MST. Apesar que se parou com esta pressão, mas foram ações decisivas, para o desenvolvimento. Quanto as ações do território para o setor são apenas de crédito fundiário que ainda é muito tímida e de regularização fundiária, o que eu considero insignificante frente as demandas existentes. Na câmara técnica da educação da educação são discutidas e encaminhadas as políticas relacionadas a educação e quando necessita de uma maior articulação política para conquista, então é discutido no conselho quais as ações necessárias. Apesar de todos os limites existentes, pelo que se percebe, nos relatos nos eventos como o salão dos territórios promovido pelo MDA em Brasília, o território Cantuquiriguaçu, avançou significativamente em relação aos demais territórios. A motivação é pela possibilidade de juntar forças em torno do desenvolvimento regional, mas o que desmotiva ainda é a visão corporativista e individualista que ainda prevalece (Altair dos Passos, Liderança RURECO/CONDETEC, 24/04/2013).

Sobre o assunto, Ana Cristina Hammes comenta sobre a necessidade dos movimentos construírem uma pauta unificada,

Talvez construir uma pauta unificada, com intuito de fato reunir ações que possam potencializar o desenvolvimento de fato do território, promover ações que qualificam a ação dos movimentos sociais, tornar o conselho um canal de reivindicação política. Apesar do descendo e da fragilidade vivenciada pelos movimentos sociais, inclusive em nossa região, eles ainda são os únicos capazes de projetar outra perspectiva social. Nesse sentido o território é rico, pois engloba uma riqueza social enorme, porém refém de muitos interesses politiquieiros capazes de não estabelecer projetos na perspectiva da classe trabalhadores, muitos municípios são verdadeiros currais eleitorais, com um povo que sofre com políticas mínimas em todas as áreas, há muito que se avançar no âmbito da saúde, educação e cidadania. A maioria dos jovens vai embora logo que precisam acessar empregos, no campo prevalece o plantio de commodities e o pequeno agricultor sofre com a falta de crédito e d estrutura. Isso o coloca num campo propicio a organização, único caminho possível para os trabalhadores (Ana Cristina Hammel, Liderança/Educadora, 15/03/2013).

Todos os depoimentos de sujeitos, moradores do território da Cantuquiriguaçu, expõem as contradições do desenvolvimento. De um lado, o protagonismo dos movimentos sociais na luta pela emancipação política e humana, e de outro lado, os governos municipais, estadual e federal cumprindo uma agenda internacional de desenvolvimento. De um lado, as demandas do povo na luta pela produção da vida, por uma vida de qualidade e de outro lado, políticas precárias apresentadas pelo estado para apaziguar os desejos do povo.

No entanto, cabe destacar que muitas das conquistas que serão apresentadas nos próximos capítulos são oriundas da luta dos movimentos socioterritoriais e da articulação dos mesmos junto ao CONDETEC.

3 TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: DEZ ANOS DO PLANO DIRETOR, 2003 - 2013

Este capítulo tem como objetivo elaborar uma análise comparativa a partir de dados, entrevistas, estudos teóricos e da construção de um conjunto de informações que reunidas explicitam a realidade do Território Cantuquiriguaçu.

A base de análise é o estudo de três dimensões do “Plano Diretor” do território, elaboradas em 2003. Essas dimensões são, do “Territorial e econômica”; do “Social e cultural”; e do “Político-Institucional”, como foram integrados no plano. Procura-se entender os avanços do território em cada uma das dimensões utilizando como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1991, 2000 e 2010, dados do Atlas IDHM (2013), IPARDES 2012 e censos Agropecuários do IBGE 1995/96 e 2010, conforme apresentados no capítulo anterior.

Outra questão do território analisada aqui é o uso da terra, uma vez que em virtude de ser uma região eminentemente rural, o campo é o local onde se verifica a luta e a resistência dos movimentos socioterritoriais, protagonistas dessa dissertação. No caso, a análise será enriquecida pelos resultados das entrevistas realizadas com os sujeitos e lideranças no território.

O capítulo também apresenta os investimentos do governo federal, no período de 2003 a 2010, em políticas de desenvolvimento Territorial com detalhamento de valores e de suas efetivações. No sentido de apresentar uma proposta de desenvolvimento territorial rural, utiliza-se o território Cantuquiriguaçu como proponente de políticas públicas por meio do Plano - safra territorial 2010 -2013.

3.1 DA UTOPIA EXPRESSA NO PLANO DIRETOR À REALIDADE DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

O plano diretor do Território foi construído a partir de uma proposição inicial da associação dos municípios da Cantuquiriguaçu. No ano 2000, a ideia de ter um diagnóstico do território foi efetivada após um período de intenso trabalho por meio das entidades governamentais, dos movimentos socioterritoriais e organizações não governamentais

(ONG's). O título do documento final concluído em 2003 é “Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu” (PDMC).

A comparação do PDMC com os dados do censo de 2010 permite mostrar como era a realidade antes do plano, durante a elaboração do plano e com dados atualizados a fim de perceber se houve ou não avanços. Ou seja, comparar esses dados aos do Paraná e do Brasil para verificar em que medida o território teve destaque positivo ou negativo em determinada dimensão. Esses dados poderão explicitar se de fato as políticas de desenvolvimento territorial têm surtido algum efeito na região, e se os avanços são significativos ou não, após a elaboração do Plano Diretor.

Abordar-se-á ainda, a realidade do território Cantuquiriguaçu em 2013, por meio de dados comparativos e atualizados verificando se a proposta sonhada para o território e apresentada no Plano Diretor em 2003, pelas lideranças do território, foi ou não concretizada ao longo dos 10 anos. Dessa forma, apresentam-se os avanços, os limites e as disputas territoriais frente à utopia de um futuro desejado e a realidade do território Cantuquiriguaçu em 2013.

É importante considerar nesse momento, que o processo de desenvolvimento do Território enquanto política desenvolvida a partir do Governo Federal e mediada pelo Governo do Estado do Paraná resultou em 2003, na criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), cuja atribuição principal é melhorar a estruturação do setor no Paraná. O CEDRAF representa a materialização de uma instância territorial supramunicipal para direcionar as demandas políticas erigidas no âmbito do CONDETEC, que faz a articulação com as representações da sociedade civil dos municípios, em especial metas, diretrizes e programas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Territorial e as pautas das reuniões do Conselho (MDA, 2010, p. 170).

O Território da Cantuquiriguaçu foi constituído antes da instituição da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, como uma estratégia da associação de municípios da região, para fazer frente às necessidades territoriais e também ao abandono do Território por parte das políticas governamentais. Assim, o Território Cantuquiriguaçu adentrou a política territorial de desenvolvimento sustentável já com forte sentimento de luta por desenvolvimento, identidade e sentimento de pertencimento de seus sujeitos a esse território. Ao longo do processo iniciado em 2003, reforçado por meio do CONDETEC, que, por sua vez tem sido uma ferramenta cada vez mais utilizada pelos atores locais, a fim de promover medidas voltadas ao desenvolvimento, que terminam por promover uma crescente consolidação do Território.

Grande destaque foi dado à percepção das instâncias de poder municipal acerca da necessidade de se pensar o desenvolvimento em bases territorializadas. Essa parece ser a fronteira mais desafiadora a ser superada pelo Território para tornar absoluta a consolidação e o sentimento de pertencimento do Cantuquiriguaçu.

Inicialmente, o planejamento territorial foi recebido com euforia, muito em função da percepção de alguns atores sociais de que seria de fácil condução. Dissipado esse ânimo inicial, dada a necessidade de se estabelecer diálogos, discutir projetos, realizar acordos e contratos de parceria, o processo passou da euforia para a baixa adesão, para só então ter novamente a participação mais efetiva das organizações da sociedade civil com o intuito de levar adiante, com maior maturidade, a luta política com o estado tanto em âmbito municipal, estadual e federal, bem nos enfrentamentos ao avanço do modelo capitalista.

3.2 DIMENSÕES EXPRESSAS NO PLANO DIRETOR EM 2003: O FUTURO DESEJADO PARA O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Ao recorrer às dimensões territorial, econômica, cultural, social e político-institucional, percebe-se um rol de ações propostas em 2003 a serem desenvolvidas no território, sejam ações pontuais que necessitam da efetivação por partes dos sujeitos dos territórios, bem como ações gerais e específicas a serem desenvolvidas por meio dos entes federais, estaduais e municipais. Destaca-se a seguir aquelas sugeridas pelos sujeitos envolvidos no processo de construção do Plano Diretor (2003): “governos, entidades não governamentais e lideranças locais”.

Quadro 4 - Dimensão Territorial e Econômica - Plano Diretor Cantuquiriguaçu (2003)

Dimensão Territorial: Plano Diretor 2003

Conscientização ambiental com bacias hidrográficas recuperadas e protegidas pelo manejo integrado de solos e águas; conservação dos recursos naturais – preservação das matas ciliares e florestas; população saudável, pelo uso adequado de agrotóxicos; zoneamento agrícola definindo locais e épocas mais adequadas para o plantio de cada cultura; controle de poluição ambiental com coleta seletiva de lixo urbano e rural – eliminação dos lixões na periferia das cidades; região com regularização fundiária de todos os imóveis rurais em todos os municípios; parque estadual do Iguaçu implantado

na região; biodiversidade regional mapeada com exploração sustentável; rígido controle no uso de agrotóxicos; uso do solo urbano regulamentado; agroecologia difundida e estimulada; casas familiares rurais em todos os municípios; centros de treinamentos regionais; cursos de segundo e terceiro graus compatíveis com a realidade regional por meio de faculdades públicas; centro regional de tecnologia que permite acesso às inovações tecnológica a todos os segmentos produtivos.

Dimensão Econômica- Plano Diretor 2003

Crédito acessível e compatível para todos os setores (primário, secundário, terciário); emprego (ocupação e renda para as pessoas na própria região; produção agropecuária dos municípios processada na própria região (por agroindústrias sólidas), produção regional diversificada de forma planejada – caso do leite; trabalho e estudo para todos na própria região; turismo ecológico consolidado na região; cooperativas estruturadas na região (crédito, trabalho, produção); reflorestamento econômico (cultivado de forma sustentável) exploração sustentável de águas minerais; acesso à renda e terra; banco de sementes crioulas na região; micro e pequenas empresas locais incentivadas e apoiadas; produção da região com acesso aos mercados (regional, estadual, nacional e do exterior) – garantia do escoamento da produção.

Fonte: CANTU, 2003.

Quadro 5 - Dimensão Social e Cultural - Plano Diretor Cantuquiriguaçu (2003)

Dimensão Social e Cultural: Plano Diretor 2003

Estímulos às atividades culturais (dança, teatro, etc.); etnias e tradições valorizadas (indígena, quilombola, dentre outras), jovens e mulheres ocupando mais espaço, áreas públicas de lazer (espaço para caminhadas), epidemias controláveis com índices melhores que a média do estado; saneamento básico em 100% das residências; informação acessível a todas as pessoas; 100% das crianças em idade escolar frequentando a escola; hospital regional com especialidades e equipamentos; escolas diferenciadas para o meio urbano e rural com currículo escolar adaptado à realidade regional; preservação do patrimônio histórico regional (cultura indígena); moradia digna na zona urbana e rural para todas as famílias; crescimento urbano ordenado; analfabetismo reduzido pela metade; eficiência na segurança pública, número suficiente de policiais, presença de bombeiros, baixa criminalidade e corrupção na segurança e prisões produtivas; programa de saúde da família preventiva, com equipes completas em todos os municípios; educação ambiental acessível a todas as pessoas; benefícios do INSS acessíveis a

todos os habitantes; inclusão social, menor índice de favelas, pobreza, discriminação, desigualdade e de crianças na rua; acesso á informática e internet; mortalidade infantil menor que a média estadual.

Cidadania: Documentação, titulação de terras, cumprimento do estatuto da criança e do adolescente, fomentar a organização de cooperativas, organização das cadeias produtivas, acesso aos programas sociais que se enquadram nos critérios de cada programa;

Ocupação e renda: Assentamentos planejados e manter a agricultura familiar economicamente viável;

Educação: Identificar os gargalos em cada nível de ensino responsabilizando cada ente federado; trabalhar com dados atualizados e de qualidade; a nuclearização das escolas no interior do município promove melhor o aproveitamento do educando(a) e qualidade do ensino, para isso deve haver melhoria das estradas e na qualidade dos transportes; incluir a educação da agricultura nos currículos; a educação deve estar integrada com outros departamentos como meio ambiente, agricultura e com a família, pois dela depende muito o desempenho dos educandos(as); formação e remuneração dos professores e a melhoria das condições físicas das escolas constituem fatores essenciais a serem considerados no desenho de políticas para o setor.

Alfabetização: Redução drástica dos índices de analfabetismo; parcerias públicas e privadas para garantir o sucesso. Capacitação: Em todos os níveis e setores; ênfase a capacitação de gestores públicos; capacitação para os conselheiros do conselho de desenvolvimento; construção de um centro de capacitação interdisciplinar. Atração e retenção de provisionais na região. Integração interssetorial dentro dos municípios e da região. Parcerias internas. Parcerias da região com entes externos. Industrialização. Infraestrutura. Zoneamento agrícola. Turismo e cultura. Equipe técnica da Cantuquiriguaçu. Regionalização (Núcleos territoriais da educação saúde trabalho, agricultura, EMATER, IAP, dentre outras). Transporte escolar. Fomento à produção local. Orçamento. Programas de educação ambiental e coleta seletiva do lixo e Habitação.

Fonte: CANTU, 2003.

Quadro 6 - Dimensão Político Institucional - Plano Diretor (2003)

Dimensão Político-Institucional: Plano Diretor 2003

Fóruns permanentes com a participação da sociedade organizada, para debater as políticas públicas e o desenvolvimento da região e dos municípios; atuação integrada dos políticos e da sociedade civil com os governos Estadual e Federal; ética na política, fidelidade partidária, transparência e divulgação das contas públicas, etc., fortalecimento do associativismo e ampliação da atuação das organizações não

governamentais; atuação política articulada entre os municípios; câmara de vereadores ocupando papel relevante nas administrações municipais; competência administrativa no setor público; participação da população para definir prioridades no uso dos recursos públicos nos municípios (orçamento); boa representatividade política da região; uma única regionalização para todos os órgãos do estado; investimentos públicos racionalizados (sem desperdícios); servidores públicos capacitados e motivados; associações comerciais da Cantuquiriguaçu, coordenadas entre si; jovens com maior representatividade política;

Fonte: CANTU, 2003.

As dimensões apresentadas no plano diretor em 2003 foram de extrema importância para a concretização das políticas públicas no território, pois serviram de base para elaboração de políticas, de organização de seminários e fóruns de debate. As razões disso decorrem em função do fato de que elas são o resultado da realidade e dos anseios da população do território. No entanto, cabe destacar, que essas políticas públicas ainda foram insuficientes, visto que não atenderam a todas as demandas explicitadas no Plano Diretor, as quais serão detalhadas no próximo item.

3.3 POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

A população do território continuou praticamente a mesma, obtendo queda não significativa. Da mesma forma aconteceu com a população rural, que teve pouca redução.

Tabela 1 – População do Território Cantuquiriguaçu – Urbana e Rural – 2000 e 2010.

	Município	Pop. 2000	Pop. 2010	Pop.Urb 2000 (%)	Pop.Urb 2010 (%)	Pop.Rur 2000 (%)	Pop.Rur 2010 (%)
01	Campo Bonito	5.128	4.407	44,07	58,54	55,93	41,46
02	Candói	14.185	14.983	36,36	46,89	63,64	53,11
03	Cantagalo	12.810	12.952	57,08	65,70	42,92	34,30
04	Catanduvras	10.421	10.202	47,44	52,36	52,56	47,64
05	Diamante do Sul	3.659	3.510	30,47	40,03	69,53	59,97
06	Esp. Al. Iguaçú	5.388	4.677	29,18	35,19	70,82	64,81

07	Foz do Jordão	6.378	5.420	67,61	72,45	32,39	27,55
08	Goioxim	8.086	7.503	22,66	23,40	77,34	76,60
09	Guaraniaçu	17.201	14.582	47,24	53,52	52,76	46,48
10	Ibema	5.872	6.066	75,58	81,45	24,42	18,55
11	Laranj. Sul	30.025	30.777	78,47	81,33	21,53	18,67
12	Marquinho	5.659	4.981	10,04	10,52	89,96	89,48
13	N. Laranjeiras	11.699	11.241	15,50	21,10	84,50	78,90
14	Pinhão	28.408	30.208	48,35	50,71	51,65	49,29
15	Porto Barreiro	4.206	3.663	9,80	18,86	90,20	81,14
16	Q. Iguaçu	27.364	30.605	71,72	68,57	28,28	31,43
17	Res. Iguaçu	6.678	7.307	50,01	53,44	49,99	46,56
18	Rio Bon. Iguaçu	13.791	13.661	13,62	24,32	86,38	75,68
19	Três Barras do Paraná	11.822	11.824	41,71	51,55	58,29	48,45
20	Virmond	3.949	3.950	35,43	47,59	64,57	52,41
Total		232.729	232.551	41,62	47,88	58,38	52,12
Paraná		9.493.540	10.439.601	81%	85,3%	19%	14,7%
Brasil		169.590.693	190.755.799	81%	84%	19%	16%

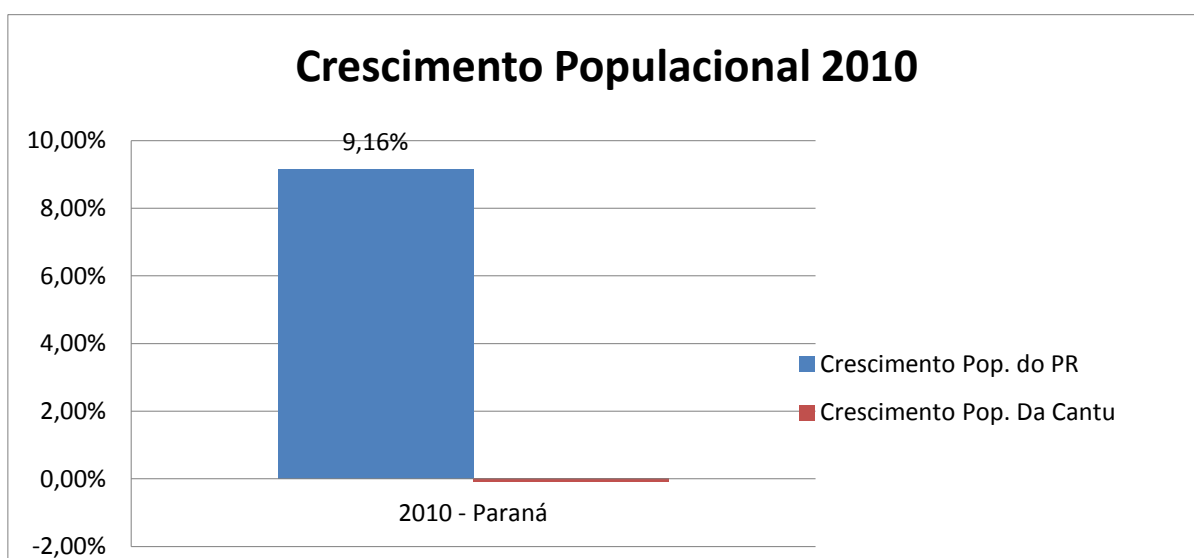
Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, 2013.

A população do território Cantuquiriguaçu se manteve aproximadamente a mesma, apresentando leve redução. No entanto, a população do estado do Paraná aumentou em 9,16%, conforme o gráfico 02, enquanto que no conjunto dos municípios do território da Cantuquiriguaçu, houve diminuição de -0,09%, embora a população do campo no território seja superior do que a média nacional. O Censo do ano de 2010 mostra também que a população é mais urbanizada do que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%. Devido a sua dinâmica de assentamentos e reassentamentos, bem como das políticas públicas, o território tem conseguido desacelerar o processo excludente de urbanização em poucos centros urbanos do Brasil e do mundo.

Diante dos percentuais, 20.528 famílias do território Cantuquiriguaçu, residem no campo, o que corresponde a mais de 50% da população, apresentando o dinamismo da região

no que se refere à permanência dos camponeses no campo. Nesse ponto, ressalta-se o trabalho do MST no assentamento de famílias camponesas e do MPA no trabalho de organização, produção e resistência na terra.

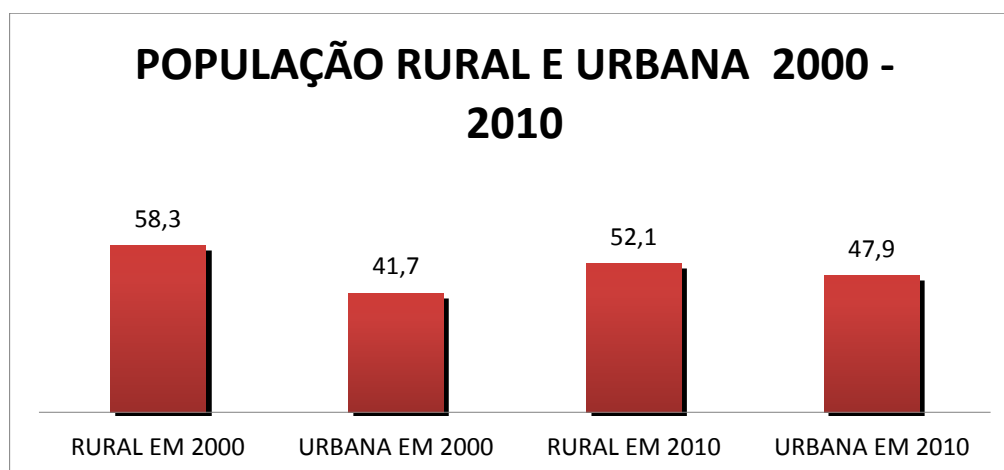
Gráfico 1 - Crescimento Populacional 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes 2013.

Em Cantuquiriguaçu a população diminuiu 0.09%, no Paraná aumentou 9,16%. Também houve no território da Cantuquiriguaçu a redução da população rural no período de 2000 a 2010 com queda de 6% dos habitantes do meio rural, como pode ser verificado na tabela 207 anterior e nos gráficos 01 e 02.

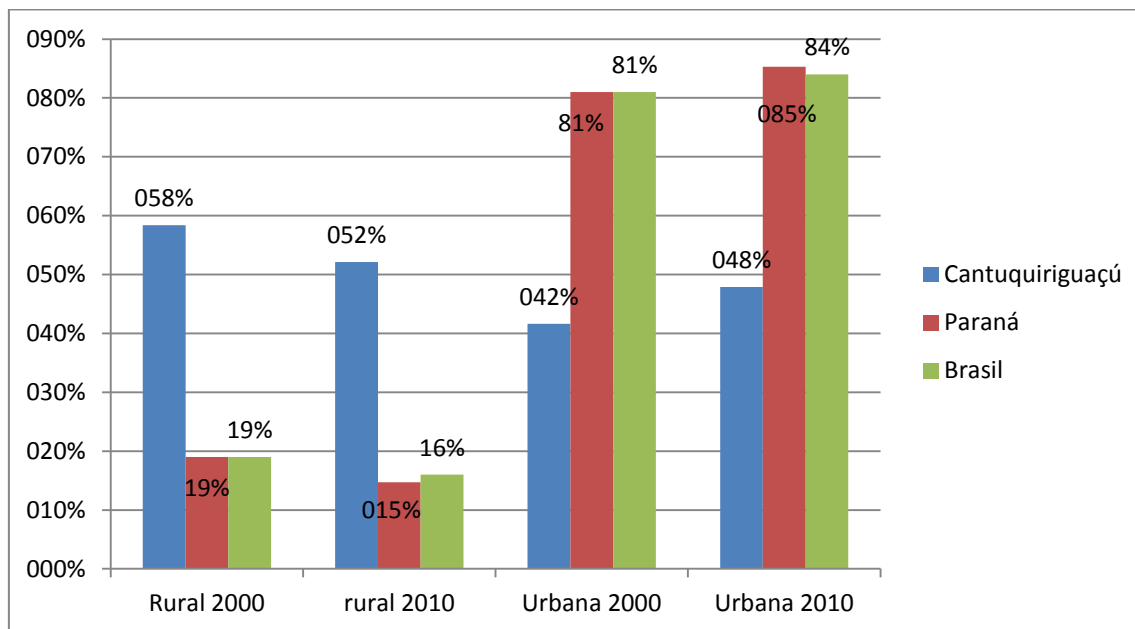
Gráfico 2 - População rural e urbana do Território Cantuquiriguaçu entre os anos de 2000 a 2010.



Fonte: IBGE 2000 e 2010, organizado por Moraes, 2013.

O gráfico 2 mostra que houve pequena redução da população rural do território Cantuquiriguaçu nos últimos 10 anos.

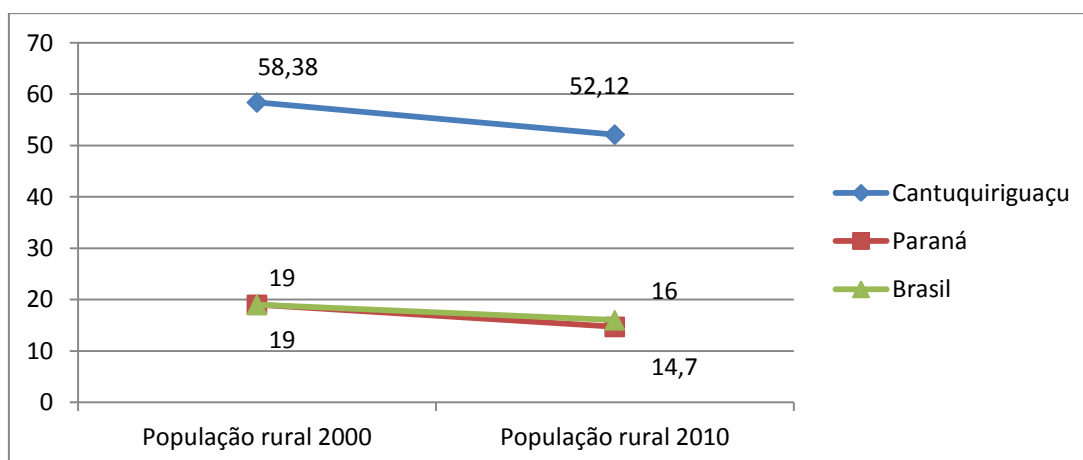
Gráfico 3 - População do Território Cantuquiriguaçu – Urbana e Rural – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, 2013.

O gráfico 03 e a representação do gráfico 04 apontam para baixa redução da população rural da Cantuquiriguaçu em relação a redução da população rural do Paraná e do Brasil.

Gráfico 4 - População Rural no território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil entre 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, 2013.

Embora os dados apontem a redução de apenas 6% da população do campo, essa população, mesmo indo para as pequenas cidades do território mantém o vínculo com as atividades sociais, produtivas, culturais do campo. É visto que a maioria da população que evade o campo e saem do território são os jovens, que buscam empregos nos grandes centros urbanos do Brasil e até da Europa.

3.4 INDICADORES: EXPRESSANDO AS CONTRADIÇÕES E A REALIDADE DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

Tabela 2 - Comparação do IDHM do Território Cantuquiriguaçu entre os anos de 1991 a 2000 e 2000 a 2010.

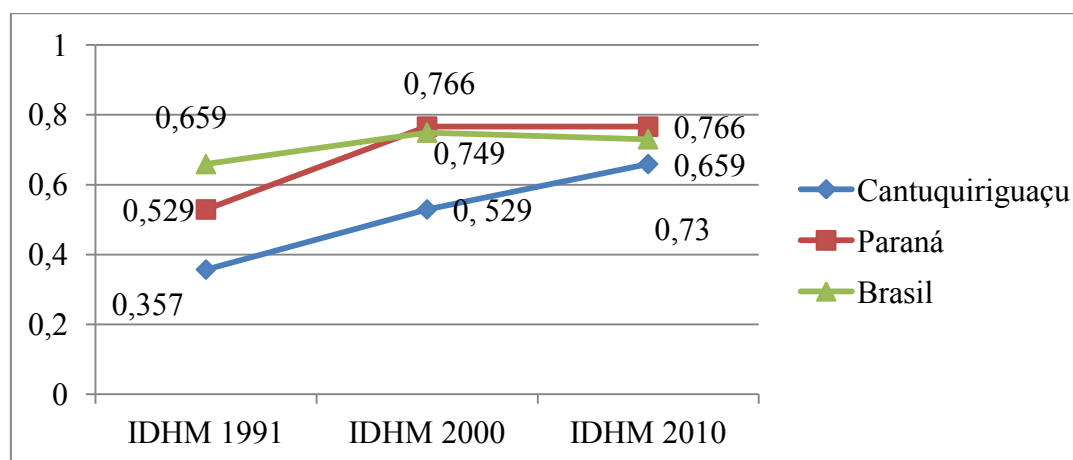
	Município	IDHM		
		1991	2000	2010
01	Campo Bonito	0,371	0,512	0,681
02	Candói	0,309	0,509	0,635
03	Cantagalo	0,334	0,516	0,635
04	Catanduvras	0,421	0,569	0,678
05	Diamante do Sul	0,332	0,488	0,608
06	Espigão Alto do Iguaçu	0,319	0,529	0,636
07	Foz do Jordão	0,363	0,516	0,645
08	Goioxim	0,227	0,446	0,641
09	Guaraniaçu	0,398	0,575	0,677
10	Ibema	0,374	0,531	0,685
11	Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,706
12	Marquinho	0,228	0,433	0,614
13	Nova Laranjeiras	0,298	0,528	0,642
14	Pinhão	0,360	0,526	0,654
15	Porto Barreiro	0,327	0,544	0,688
16	Quedas do Iguaçu	0,420	0,593	0,681
17	Reserva do Iguaçu	0,490	0,554	0,648
18	Rio Bonito do Iguaçu	0,319	0,466	0,629

19	Três Barras do Paraná	0,402	0,568	0,681
20	Virmond	0,380	0,572	0,722
Média IDH da Cantuquiriguaçu		0,357	0,529	0,659
Paraná		0,711	0,787	0,749
Brasil		0,696	0,766	0,730

Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, 2013.

Podemos destacar aqui uma impressionante melhora nos índices de todos os municípios do território da Cantuquiriguaçu. O município que mantém o melhor desempenho de IDHM em 2010 é Virmond, com valor de 0,722 e mesmo assim, tem o resultado abaixo do estado do Paraná, com valor de 0,749, e do Brasil, com de 0,730. O pior desempenho é de Diamante do Sul com IDHM de 0,608. Todos os municípios do território possuem um IDHM abaixo do IDHM do estado do Paraná e do Brasil..

Gráfico 5 - IDHM do Território Cantuquiriguaçu, Paraná e Brasil em 1991, 2000 e 2010.



Fonte:

Atlas Brasil 2013. Organizado por Moraes, 2013.

O IDHM do território Cantuquiriguaçu teve uma leve queda no período de 2000 a 2010, sendo de 0,659. O gráfico aponta para uma melhora gradual e consistente no IDHM do território, diferente do que ocorre no Paraná e no Brasil.

Conforme PNUD (2013), o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi construir um instrumento de contraponto a outro indicador muito utilizado na economia, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão

econômica do desenvolvimento. O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.

A intencionalidade dos criadores do IDH era de que o índice fosse uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Mesmo tendo outra perspectiva, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é a representação de uma vida de qualidade das pessoas, nem indica de fato como as pessoas estão vivendo, em que lugar e sob quais condições. Não indica, portanto, democracia, participação, igualdade, sustentabilidade. O IDH sintetiza a compreensão do tema de desenvolvimento humano, desigualdade social, amplia e fomenta o debate.

Segundo PNUD (2013), atualmente os três pilares que constituem o IDH: saúde, educação e renda, os quais são mensurados da seguinte forma: medir a saúde por meio de uma vida longa e saudável é a medida pela expectativa de vida. O acesso ao conhecimento, ou seja, à educação, é medido pela média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; a expectativa de anos de escolaridade para crianças em idade de iniciar a vida escolar é o número total de anos de escolaridade que uma criança pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança. E finalmente, o padrão de vida, ou seja, a renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo o ano de 2005 como ano de referência.

Tabela 3 – IDHM educação, Longevidade e renda, 1991, 2000 e 2010.

	Município	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	
		Educ.	Educ.	Educ.	Long.	Long.	Long.	Renda	Renda	Renda
		1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
01	Campo Bonito	0,152	0,341	0,562	0,658	0,718	0,813	0,511	0,548	0,690
02	Candói	0,092	0,315	0,503	0,610	0,685	0,778	0,524	0,610	0,655
03	Cantagalo	0,618	0,346	0,522	0,625	0,684	0,768	0,514	0,582	0,638
04	Catanduvás	0,200	0,424	0,573	0,661	0,703	0,805	0,564	0,619	0,677
05	Diam. Sul	0,152	0,293	0,479	0,637	0,707	0,777	0,379	0,562	0,605
06	Esp. Al. Igu.	0,114	0,334	0,521	0,686	0,724	0,781	0,416	0,595	0,632
07	F. do Jordão	0,142	0,323	0,496	0,657	0,736	0,828	0,512	0,577	0,654
08	Goioxim	0,051	0,225	0,547	0,627	0,726	0,813	0,364	0,542	0,593
09	Guaraniaçu	0,181	0,390	0,528	0,671	0,765	0,841	0,518	0,636	0,698
10	Ibema	0,158	0,357	0,615	0,627	0,717	0,786	0,530	0,585	0,664
11	Laranj. Sul	0,246	0,449	0,594	0,654	0,737	0,835	0,620	0,647	0,709

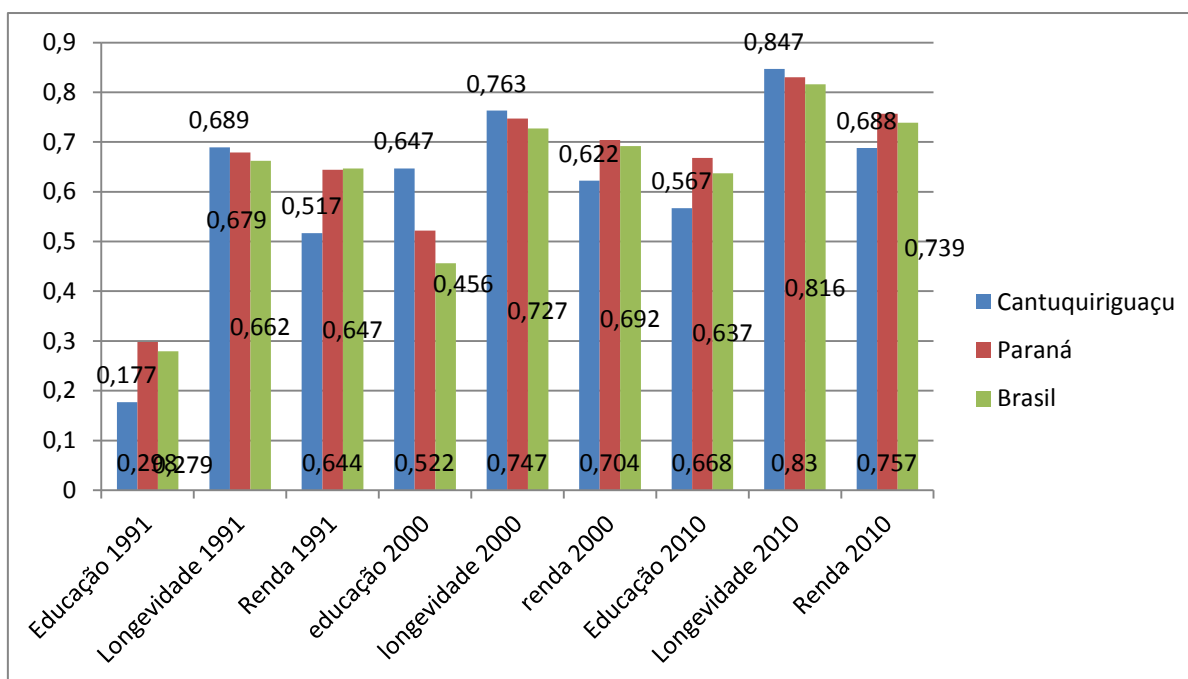
12	Marquinho	0,042	0,211	0,463	0,693	0,724	0,814	0,406	0,530	0,615
13	NovaLaranj.	0,094	0,336	0,517	0,657	0,748	0,833	0,427	0,587	0,614
14	Palmital	0,109	0,324	0,511	0,609	0,709	0,791	0,476	0,574	0,647
15	Pinhão	0,150	0,348	0,534	0,618	0,712	0,806	0,503	0,587	0,649
16	P. Barreiro	0,119	0,356	0,588	0,668	0,753	0,821	0,440	0,602	0,676
17	Q. Iguaçu	0,189	0,438	0,576	0,724	0,737	0,749	0,540	0,645	0,690
18	Res. Iguaçu	0,287	0,365	0,521	0,657	0,738	0,820	0,625	0,631	0,636
19	R. B. Iguaçu	0,115	0,263	0,498	0,654	0,698	0,792	0,433	0,551	0,631
20	Três B.Paran	0,178	0,389	0,557	0,687	0,766	0,831	0,530	0,614	0,683
21	Virmond	0,155	0,401	0,628	0,690	0,767	0,848	0,513	0,608	0,708
	Cantu	0,177	0,647	0,567	0,689	0,763	0,847	0,517	0,622	0,688
	Paraná	0,298	0,522	0,668	0,679	0,747	0,830	0,644	0,704	0,757
	Brasil	0,279	0,456	0,637	0,662	0,727	0,816	0,647	0,692	0,739

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, 2013.

Na educação o território passou de 0,177 em 1991, para 0,647 em 2000 e para 0,522 em 2010, esses dados mostram que houve melhoria na educação do território nos últimos 10 anos, em função de todo o dinamismo e luta por políticas educacionais por parte do Conselho de Desenvolvimento bem com pelas entidades e movimentos sociais do campo. Mesmo assim, entende-se que a educação é mais difícil mensurar qualitativamente em números, porém há conquistas recentes na área educacional como o *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde os resultados são a médio e longo prazo.

A expectativa de vida foi um marco importante no território passando de 0,689 em 1991, para 0,763 em 2000 e para 0,847 em 2010. Em relação a renda, também houve um avanço considerável, passando de 0,647 em 1991, para 0,692 e para 0,739 em 2010.

Gráfico 6 - IDHM educação, Longevidade e renda, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, 2013.

3.4.2 Taxa de Analfabetismo no Território Cantuquiriguaçu

O analfabetismo retrata no território a realidade de um país que pouco fez para que seus adultos tivessem uma escolarização formal. A educação foi historicamente negada à classe trabalhadora e com muito menos acesso ainda aos trabalhadores camponeses.

Tabela 4 – Taxa de Analfabetismo - 2000 e 2010.

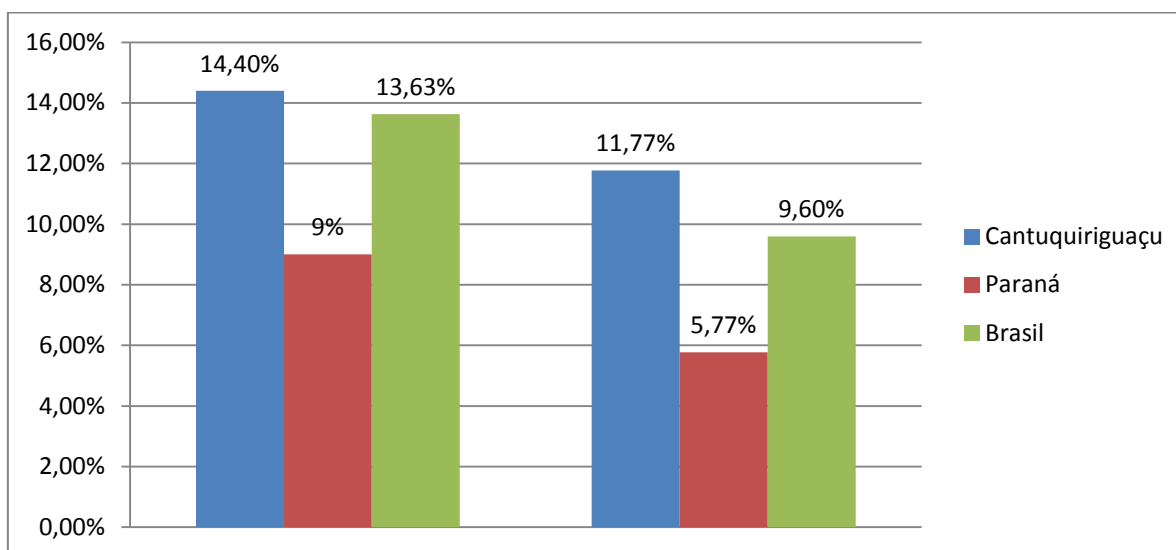
	Município	Analfabetismo - 2000	Analfabetismo – 2010
01	Campo Bonito	20,3	13,08
02	Candói	11,4	9,31
03	Cantagalo	15,5	8,79
04	Catanduvras	18,1	13,60
05	Diamante do Sul	27,5	19,12
06	Espigão Alto do Iguaçu	14,2	14,05
07	Foz do Jordão	15,3	10,77
08	Goioxim	14,1	12,80
09	Guaraniaçu	14,1	10,74
10	Ibema	15,5	11,92
11	Laranjeiras do Sul	12,0	8,47

12	Marquinho	17,7	13,97
13	Nova Laranjeiras	15,0	12,68
14	Pinhão	13,9	12,37
15	Porto Barreiro	12,13	10,18
16	Quedas do Iguaçu	13,7	11,14
17	Reserva do Iguaçu	14,3	11,96
18	Rio Bonito do Iguaçu	16,1	10,86
19	Três Barras do Paraná	15,4	12,44
20	Virmond	8,1	7,20
Cantuquiriguaçu - média		14,4	11,77
Paraná		9,0	5,77
Brasil		13,63	9,6%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010) organizado por Moraes, 2013.

Nota: Foi considerado como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Gráfico 7 – Índice de Analfabetismo: 2000 e 2010.



Fonte IPARDES (2012). Organizado por Moraes, 2013.

A taxa de analfabetismo no Brasil é de 8,6%, o que representa 12,9 milhões de brasileiros. Em 2000, o Brasil tinha 16.294.889 analfabetos nessa faixa etária, ao passo que os dados do Censo 2010 apontam 13.933.173 pessoas que não sabiam ler nem escrever, sendo que 39,2% desse contingente eram idosos.

No Paraná em 2000, 9,0 % da população era analfabeta, em 2010 o número foi reduzido drasticamente para 5,77. No entanto, o Território da Cantuquiriguaçu permanece com a triste média de 11,77 % de sujeitos adultos acima e 15 anos analfabetos.

3.4.3 Espacialidade dos Municípios do Território Cantuquiriguaçu

Tabela 5 – Área (km²), Densidade Ranking 2010, posição no Paraná e ranking 2010 Posição no Brasil.

	Município	Área km²	Densidade demográfica Hab./km²	Ranking 2010 Posição Brasil	Ranking 2010 Posição Paraná
01	Campo Bonito	435,11	10,13	2412 ^a	295 ^a
02	Candói	1518,13	9,87	3393 ^a	378 ^a
03	Cantagalo	584,89	22,14	3393 ^a	378 ^a
04	Catanduvas	572,89	17,52	2481 ^a	308 ^a
05	Diamante do Sul	361,23	9,72	3957 ^a	393 ^a
06	Espigão Alto do Iguaçu	327,02	14,3	3378 ^a	376 ^a
07	Foz do Jordão	234,96	23,4	3201 ^a	363 ^a
08	Goioxim	704,28	10,65	3275 ^a	368 ^a
09	Guaraniaçu	127,14	11,88	2503 ^a	310 ^a
10	Ibema	146,52	41,4	2309 ^a	288 ^a
11	Laranjeiras do Sul	671,93	45,81	1720 ^a	199 ^a
12	Marquinho	512,24	9,73	3820 ^a	389 ^a
13	Nova Laranjeiras	1148,12	9,79	3254 ^a	367 ^a
14	Pinhão	2004,74	15,08	3030 ^a	354 ^a
15	Porto Barreiro	362,88	10,08	2224 ^a	272 ^a
16	Quedas do Iguaçu	821,55	37,23	2412 ^a	295 ^a
17	Reserva do Iguaçu	836,41	8,76	3156 ^a	362 ^a
18	Rio Bonito do Iguaçu	747,16	18,28	3501 ^a	383 ^a
19	Três Barras do Paraná	507,01	23,32	2412 ^a	295 ^a
20	Virmond	242,65	16,28	1244 ^a	115 ^a
	Cantu	13.959	18,27	2.853,75	324,4
	Paraná	199.314	52,27	5 ^a	-----
	Brasil	8.515.767	19,92	31 ^a	84 ^a

Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, Vitor, 2013.

A densidade demográfica em 2000 da Cantuquiriguaçu era de 19,84 hab/km², em relação á do Paraná, que era de 47,54. Em 2010, o território Cantuquiriguaçu passou para 18,27 hab/km², Paraná 52,27 hab/km² e no Brasil 19,92 hab/km.

Os dados apontam para o aumento da densidade demográfica no Paraná enquanto que o Território Cantuquiriguaçu manteve praticamente o mesmo e ainda, com uma leve redução. As conclusões são de que a população do território manteve-se praticamente inalterada nos últimos dez anos.

3.4.4. Educação e Vulnerabilidade Social

Tabela 6 - Relação de Vulnerabilidade com Educação 2000 e 2010.

Município	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza 2000		% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza 2010		% de crianças extremamente pobres 2000	% de crianças extremamente pobres 2010	% de vulneráveis à pobreza 2000	% de vulneráveis à pobreza 2010	% de pessoas de 18 anos ou mais ens. fundamental completo e em ocupação informal	% de pessoas de 18 anos ou mais ens. fundamental completo e em ocupação informal
	2000	2010	2000	2010						
01	Campo Bonito	30,57	7,77	30,23	3,24	67,52	33,99	69,07	40,92	
02	Candói	21,66	17,61	27,88	13,68	68,38	46,25	63,84	53,35	
03	Cantagalo	22,19	17,40	34,41	8,28	69,97	49,19	67,48	50,32	
04	Catanduvas	20,19	5,69	23,93	10,47	64,91	40,80	59,75	48,52	
05	D. do Sul	22,83	14,05	41,71	15,88	76,36	51,97	77,08	59,70	
06	Esp. Al.	28,86	13,47	34,17	27,09	73,82	49,06	65,94	59,53	
	Iguaçu									
07	Foz do Jordão	26,87	16,94	24,18	11,64	75,82	47,34	67,02	55,20	
08	Goioxim	5,70	10,05	43,14	20,24	78,53	56,80	69,63	57,44	
09	Guaraniaçu	17,64	10,47	21,30	9,03	59,84	35,37	57,56	47,19	
10	Ibema	21,67	9,16	16,09	4,98	67,91	33,48	59,10	42,50	
11	Laranj. Sul	16,64	8,64	14,52	8,00	53,34	32,75	54,31	44,96	
12	Marquinho	12,58	4,85	43,10	15,62	74,72	55,38	75,08	69,48	
13	Nova Laranj.	29,91	12,38	36,48	24,39	70,40	57,85	67,37	56,79	
14	Pinhão	23,85	12,10	28,78	16,63	68,57	47,18	61,68	49,69	
15	Porto Barreiro	7,12	4,84	34,06	8,88	65,89	40,02	51,93	40,72	
16	Q. Iguaçu	15,42	10,61	21,42	18,24	59,35	36,10	54,36	47,47	
	Reserv.									
17	Iguaçu	24,26	16,81	29,85	18,31	62,94	53,48	59,79	51,28	
	Rio Bon.									
18	Iguaçu	21,47	8,30	32,53	12,52	76,19	49,02	77,50	46,14	
	Três Barras									
19	PR	15,92	11,39	28,12	11,57	62,68	37,58	58,49	46,22	

20	Virmond	14,69	6,79	20,19	12,57	59,75	31,35	65,09	38,64
	Cantu	20,00	10,97	29,30	13,56	67,84	44,25	64,10	50,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.4.5 Índice de Gini

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini (IPEA 2013), é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Serve para demonstrar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

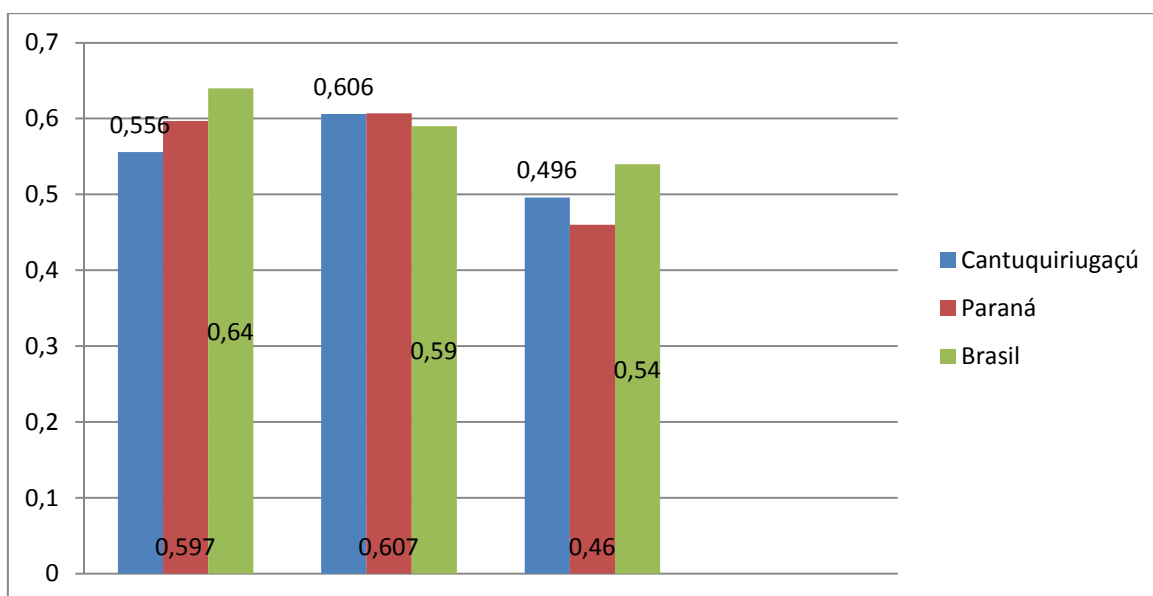
Tabela 7 – Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.

	Município	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010
01	Campo Bonito	0,58	0,52	0,48
02	Candói	0,49	0,63	0,54
03	Cantagalo	0,65	0,61	0,51
04	Catanduvas	0,64	0,62	0,53
05	Diamante do Sul	0,56	0,66	0,45
06	Esp. Alto do Iguaçu	0,50	0,67	0,57
07	Foz do Jordão	0,41	0,58	0,54
08	Goioxim	0,61	0,63	0,49
09	Guaraniaçu	0,61	0,62	0,54
10	Ibema	0,53	0,54	0,44
11	Laranjeiras do Sul	0,69	0,58	0,54
12	Marquinho	0,53	0,59	0,50
13	Nova Laranjeiras	0,53	0,65	0,56
14	Pinhão	0,58	0,61	0,53
15	Porto Barreiro	0,53	0,60	0,52
16	Quedas do Iguaçu	0,57	0,64	0,58
17	Reserva do Iguaçu	0,55	0,65	0,57
18	Rio Bon. Iguaçu	0,46	0,59	0,50
19	Três Barras do PR	0,64	0,60	0,50

20	Virmond	0,45	0,53	0,53
	Cantuquiriguaçu	0,556	0,606	0,496
	Paraná	0,597	0,607	0,46
	Brasil	0,64	0,59	0,54

Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, 2013.

Gráfico 8 - Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPEA, 2013. Organizado por Moraes, 2013.

O índice Gini é calculado comparando os rendimentos dos 20% mais ricos do país com os rendimentos dos 20% mais pobres. O índice Gini do Brasil vem caindo lentamente ao longo das duas últimas décadas. Em 1991 era de 0,6366; em 2005 - 0,552; em 2009 - 0,544. Houve evolução do índice Gini no Brasil, segundo IPEA (Instituto de Pesquisas aplicadas).

No ano de 2000, a Cantuquiriguaçu possuía um índice de $0,61795 \times 100 = 61,1795$, já em 2010 houve uma queda e o índice de Gini baixou para 52,854. No Brasil, em 2004 esse número era de $0,591 \times 100 = 59,1$ e passou para 51,9 em 2012.

Também se pode observar o índice de Gini, com relação ao acesso a terra (estabelecimentos e área) nos municípios integrantes da Cantuquiriguaçu e no estado do Paraná como um todo no ano de 1995 (CANTUQUIRIGUAÇU, 2011, p.36).

Posteriormente ao ano de 1995, foram instalados vários assentamentos na região, o que tem alterado o padrão de distribuição de acesso a terra e, conseqüentemente, o índice de Gini para vários municípios. O município de Rio Bonito do Iguaçu, por exemplo, a partir da

implantação de um assentamento com 1.517 famílias, deixou de ser o 6º município com maior concentração – Índice de Gini de 0,85 e área média de 77,5 habitantes, passando a ser o 4º território com menor índice do Paraná, com 0,46 e 25,8 respectivamente.

3.4.6 Mortalidade Infantil

É o índice que vai indicar a quantidade de morte de crianças no primeiro ano de vida observada durante um determinado ano a cada mil nascidos vivos nesse mesmo período (IPEA 2013).

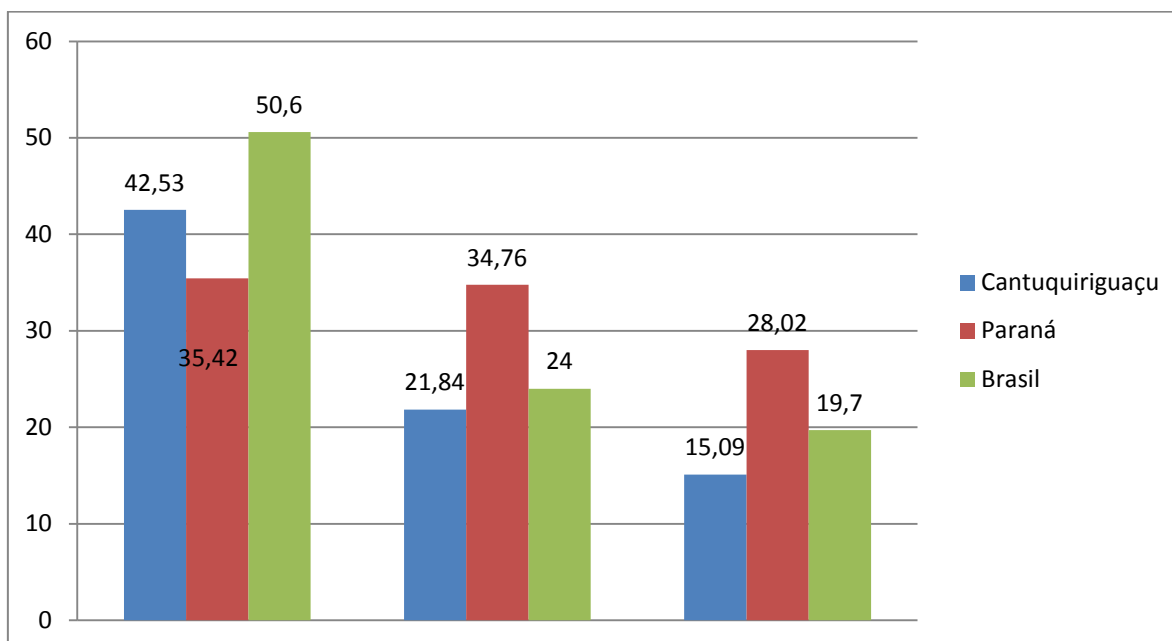
Tabela 8 - Mortalidade infantil 1991, 2000 e 2010.

		Mortalidade	Mortalidade	Mortalidade
	Município	Infantil	Infantil	Infantil
		1991	2000	2010
01	Campo Bonito	42,20	23,10	14,40
02	Candói	53,80	28,10	18,70
03	Cantagalo	52,40	28,30	19,90
04	Catanduvas	41,60	25,20	15,10
05	Diamante do Sul	46,90	24,60	17,70
06	Espigão Alto do Iguaçu	36,20	22,20	18,40
07	Foz do Jordão	42,30	20,40	13,10
08	Goioxim	49,50	21,29	14,40
09	Guaraniaçu	39,40	16,90	12,10
10	Ibema	49,40	23,10	17,90
11	Laranjeiras do Sul	43,00	20,40	12,60
12	Marquinho	34,70	22,20	14,30
13	Nova Laranjeiras	42,30	19,00	12,80
14	Pinhão	51,60	23,80	15,00
15	Porto Barreiro	39,90	18,40	13,70
16	Quedas do Iguaçu	28,80	20,40	17,10
17	Reserva do Iguaçu	42,30	20,20	13,80
18	Rio Bonito do Iguaçu	43,00	26,00	16,30
19	Três Barras do Paraná	36,00	16,70	12,90
20	Virmond	35,30	16,60	11,60

Cantu	42,53	21,84	15,09
Paraná	35,42	34,76	28,02
Brasil	50,6	24,0	19,7

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013

Gráfico 9 - Mortalidade infantil 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013

O gráfico 09 mostra que houve melhora considerável em relação à redução da mortalidade infantil no território.

3.4.7 Renda e Pobreza no Território Cantuquiriguaçu

Tabela 9 - Renda, pobreza e extremamente pobres 1991, 2000 e 2010.

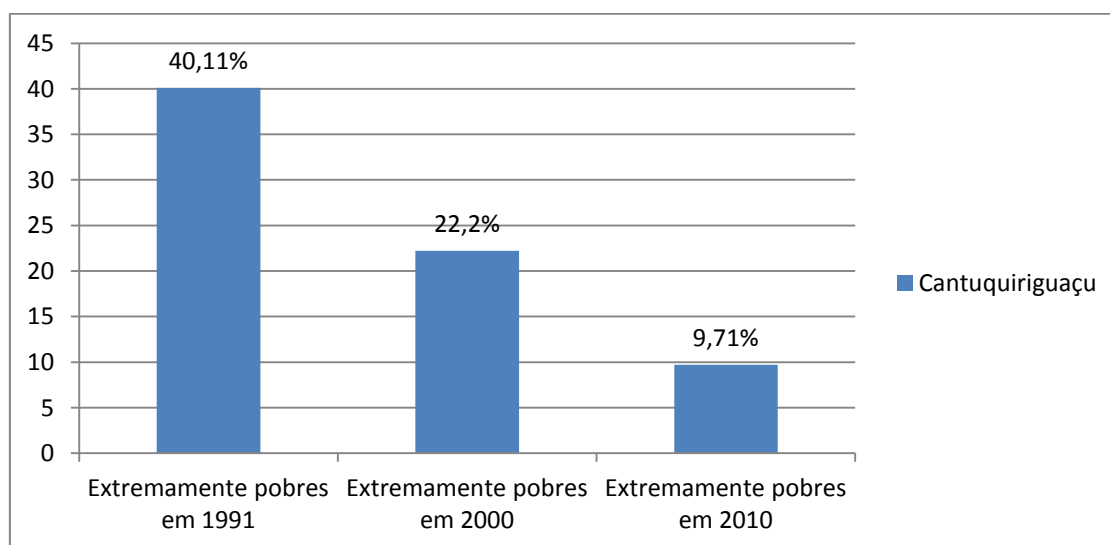
Munic.	Renda <i>per</i> <i>capita</i> R\$ 1991	Renda <i>per</i> <i>capta</i> R\$ 2000	Renda <i>per</i> <i>capta</i> R\$ 2010	% extrem pobres 1991	% extrem pobres 2000	% extrem. pobres 2010	% pobres 1991	% pobres 2000	% pobres 2010
C. Bonito	192,39	241,69	585,04	34,08	21,58	2,98	60,39	48,36	11,89
Candói	208,71	355,87	472,40	19,29	19,41	9,92	53,10	41,70	22,52
Cantagalo	195,95	298,39	424,57	45,25	24,09	5,75	69,60	45,57	23,91
Catanduvas	266,91	375,76	539,43	34,74	16,42	6,65	59,23	40,20	16,54

D. do Sul	84,70	264,97	344,73	57,17	30,08	11,14	85,02	53,67	27,14
E. Al Iguaçú	106,59	323,85	409,12	49,75	25,36	18,67	71,23	48,61	31,81
F. Jordão	193,00	289,16	467,65	16,43	17,08	7,59	43,15	43,59	19,52
Goioxim	77,25	233,97	320,16	62,37	34,02	15,18	89,98	58,47	33,13
Guaraniaçu	200,44	418,62	614,94	35,67	13,67	5,53	65,79	36,23	16,23
Ibema	216,10	304,01	499,24	26,36	11,59	3,09	52,50	38,11	11,07
Laranj. Sul	379,54	447,07	659,33	24,29	9,96	4,60	48,49	30,38	14,43
Marquinho	100,17	216,85	366,30	60,27	31,68	10,15	84,47	57,61	28,88
N. Laranj.	114,36	308,58	366,26	51,04	27,26	17,71	81,60	48,91	36,01
Palmital	154,43	285,53	447,15	51,12	26,17	8,69	75,53	47,21	22,48
Pinhão	183,24	308,00	454,31	36,78	20,83	10,89	64,20	43,27	24,66
P. Barreiro	123,73	338,00	535,40	45,17	21,06	4,95	75,16	45,94	18,74
Q. Iguaçú	229,78	442,64	586,88	27,11	14,35	12,23	54,36	33,38	20,83
Res. Iguaçú	392,16	404,93	419,62	17,47	22,53	13,61	31,87	36,75	27,81
R. B. Iguaçú	118,37	246,68	405,76	42,80	26,36	9,67	73,82	54,95	24,24
Três Barras do Paraná	216,84	364,01	562,22	37,63	19,27	7,37	65,76	38,25	16,43
Virmond	194,61	351,57	665,20	27,35	11,14	7,74	49,41	32,17	14,58
Cantu	197,46	341,01	507,29	40,11	22,20	9,71	67,73	46,17	23,14

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Os dados acima apontam para a melhora significativa no acesso à renda da população, aumentou *per capita* de 197,46 para 507,29. Da mesma forma, reduziu a população pobre e extremamente pobre do território em praticamente três quartos.

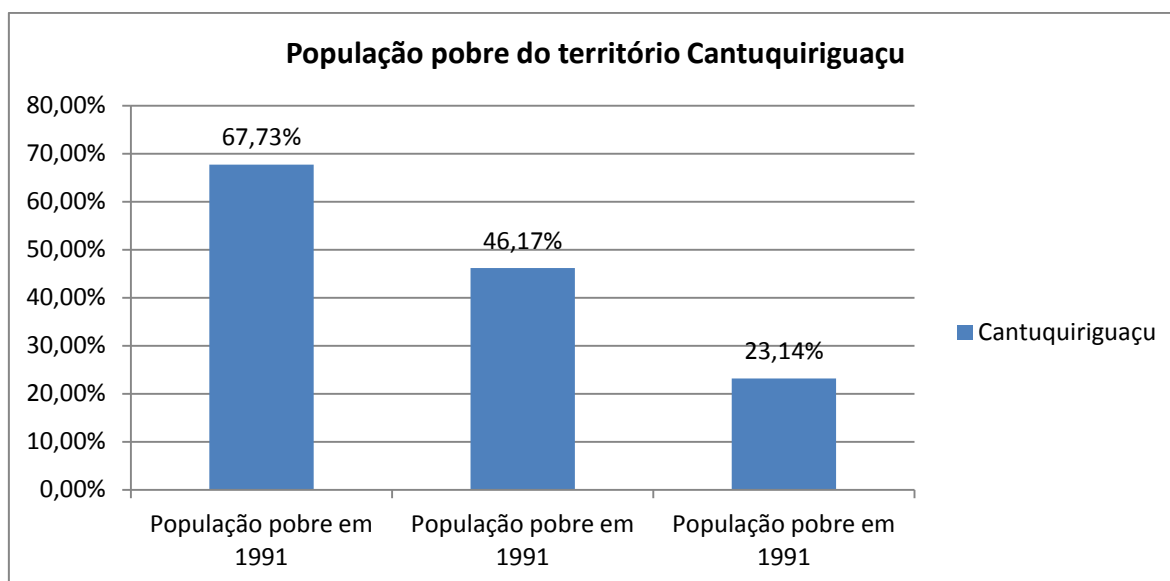
Gráfico 10 - População extremamente pobre no território da Cantuquiriguaçu.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013

O gráfico 10 acima apresenta o que temos de melhor resultado no território da Cantuquiriguaçu, a redução em vezes o número das pessoas extremamente pobres. Reduzindo de 1991 para 2010 75,8 % das pessoas pobres. Sendo que de 2000 para 2010 a redução foi 56,3%.

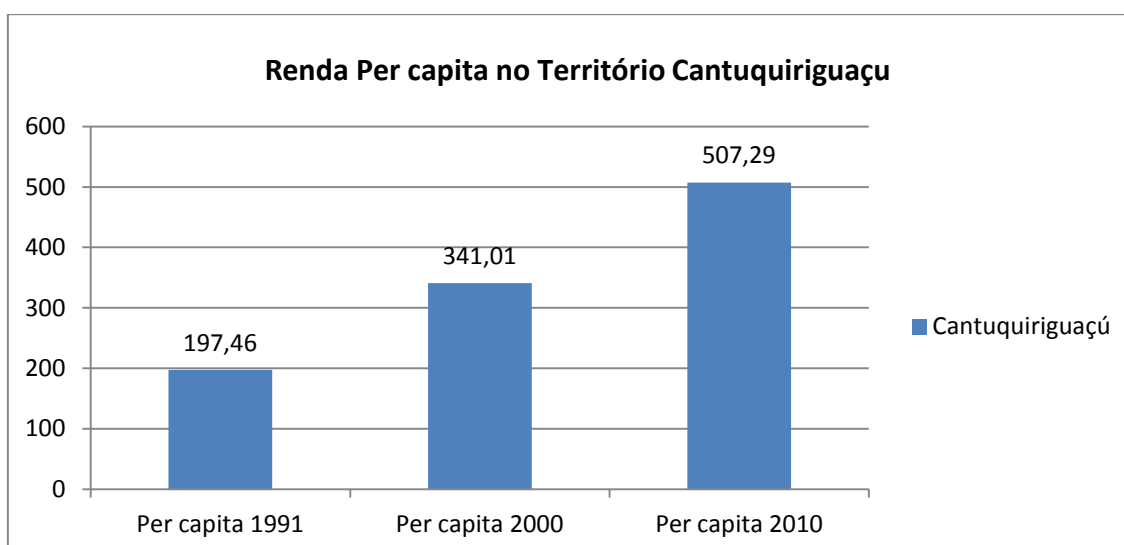
Gráfico 11 - População pobre na Cantuquiriguaçu 1991, 2000, 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Não é diferente com a população pobre, que reduziu nos últimos anos, em que o território apresentava em 1991, o percentual de 67,73 % de população pobre, em 2000 de 46,17 % e em 2010 esse número caiu para 23, 14 %.

Gráfico 12 - Renda *Per capita* 1991, 2000 e 2010 no Território Cantuquiriguaçu.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

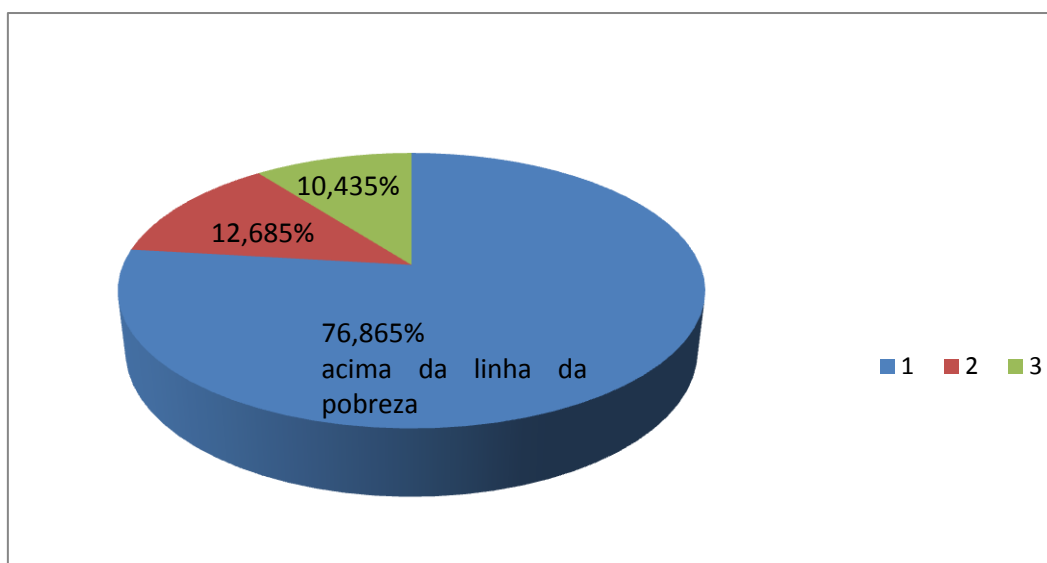
Em relação à renda *per capita* houve um avanço significativo na média, passando de R\$ 197,46 em 1991, para R\$ 341,01 em 2000 e para R\$ 507,29 em 2010. O gráfico 12 aponta um considerável crescimento na renda *per capita* dos sujeitos do território.

Tabela 10 - Percentagem de Pobreza na Cantuquiriguaçu.

	Município	Acima da linha da pobreza	Entre a linha da indigência e pobreza	Abaixo da linha de indigência
01	Candói	76,0%	12,6%	11,4%
02	Cantagalo	75,4%	18,3%	6,3%
03	Catanduvas	82,4%	9,6%	8,0%
04	Diamante do Sul	72,1%	15,4%	12,4%
05	Esp. Alto do Iguaçu	66,7%	13,1%	20,2%
06	Foz do Jordão	78,2%	11,7%	10,1%
07	Goioxim	66,2%	18,0%	15,8%
08	Guaraniaçu	82,6%	10,8%	6,6%
09	Ibema	88,1%	8,0%	3,9%
10	Laranjeiras do Sul	84,2%	9,8%	6,0%
11	Marquinho	70,0%	18,7%	11,2%
12	Nova Laranjeiras	63,0%	18,3%	18,6%
13	Campo Bonito	87,0%	8,9%	4,1%
14	Pinhão	75,1%	13,8%	11,1%
15	Porto Barreiro	80,1%	13,8%	6,1%
16	Quedas do Iguaçu	77,5%	8,4%	14,1%
17	Reserva do Iguaçu	71,4%	14,1%	14,5%
18	Rio Bonito do Iguaçu	75,0%	14,6%	10,4%
19	Três Barras do Paraná	82,0%	9,1%	8,9%
20	Virmond	84,3%	6,7%	9,0%
	TOTAL	76,865%	12,685%	10,435%

Fonte: IBGE 2010, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Gráfico 13 - Pobreza relativa 23, 12% do Total da População em Pobreza ou Indigência.



FONTE: IBGE 2010, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A sessão seguinte diz respeito às evidências expostas também com base nos dados do IBGE (tabela 11), sobre o percentual da renda apropriada pelos indivíduos tidos como os 20% mais pobres e em contrapartida, os resultados que evidenciam a renda apropriada pelos indivíduos considerados 20% mais ricos.

Tabela 11 – Renda média e pobreza relativa 20 % das pessoas mais pobres do território.

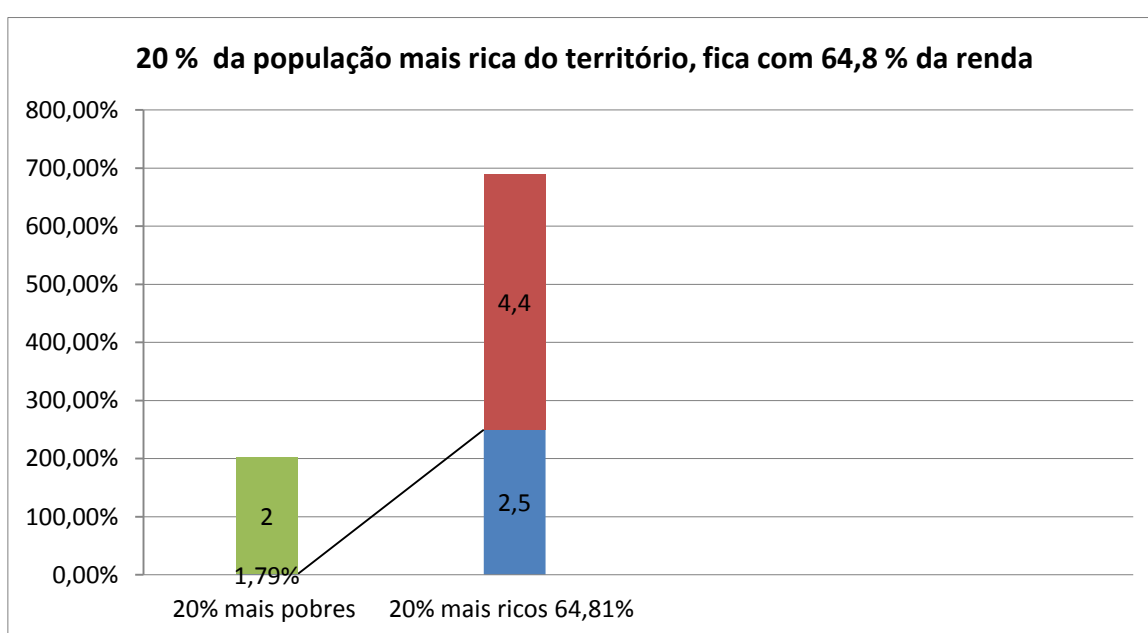
	Município	20% mais pobres	20% mais ricos
01	Candói	1,7%	68,1%
02	Cantagalo	1,5%	66,5%
03	Catanduvas	1,6%	68,6%
04	Diamante do Sul	0,7%	68,7%
05	Espigão Alto do Iguaçu	2,8%	61,2%
06	Foz do Jordão	0,8%	67,4%
07	Goioxim	1,3%	64,6%
08	Guaraniaçu	2,0%	67,8%
09	Ibema	3,2%	54,3%
10	Laranjeiras do Sul	2,1%	63,1%
11	Marquinho	0,8%	62,0%
12	Nova Laranjeiras	0,1%	70,9%
13	Campo Bonito	2,5%	54,6%
14	Pinhão	1,9%	64,8%
15	Porto Barreiro	2,6%	65,3%
16	Quedas do Iguaçu	1,3%	69,9%
17	Reserva do Iguaçu	0,8%	71,3%
18	Rio Bonito do Iguaçu	2,3%	64,6%
19	Três Barras do Paraná	2,2%	64,8%
20	Virmond	3,6%	57,7%
	TOTAL	1,8 %	64,8 %

Fonte: Portal ODM 2012, Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A pobreza relativa em 2000 apresenta os 20% dos indivíduos mais pobres do território, com renda em média de 1,8% do Total. Os dados mostram que em relação a 1991, que o índice era em média de 4,7% piorou, e em 2000 passou para 1,8% da renda apropriada pelos municípios mais pobres.

Da mesma forma que nas demais sessões, para complementar a tabela 217 exposta anteriormente, evidencia-se a seguir o gráfico que ilustra e permite uma visão mais ampla dos resultados obtidos colocados por meio de percentuais.

Gráfico 14 - Concentração de Renda no território.



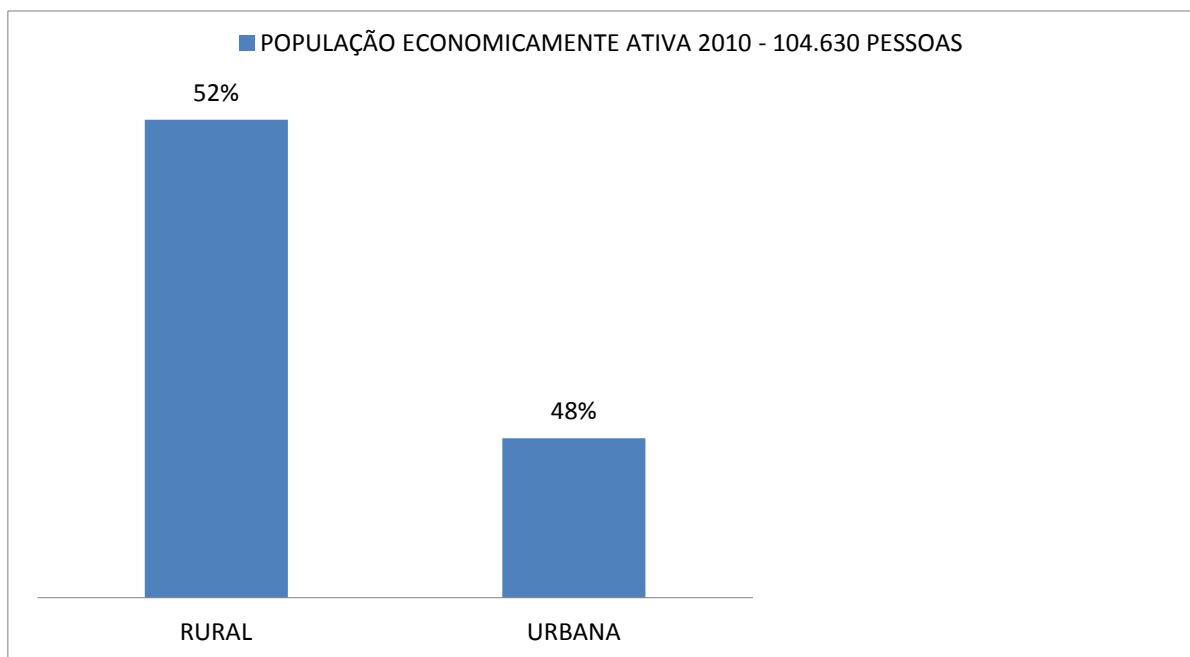
Fonte: IBGE 2010, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

O gráfico 14 mostra que 20% da população mais pobre do território convive com apenas 1,79% da renda total e já os 20% mais ricos vivem com 64,81% de toda a renda do território. A desigualdade de renda ainda é bastante acentuada, apesar da tendência à redução observada nos últimos anos.

A população economicamente ativa (IPEA), no conjunto de municípios do território é de 104.630 pessoas, sendo que destes 52% (54.307 pessoas) são da área rural, 65% do sexo masculino (67.564 pessoas) contra 35% do sexo feminino (37.066 pessoas) – dados IBGE, Censo 2000/IPARDES, Cadernos Municipais 2010.

Esses percentuais são colocados em evidência no gráfico 15 a seguir:

Gráfico 15 - População economicamente ativa – Rural e Urbana.



FONTE: IBGE 2000 e 2010, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.4.8 População economicamente ativa e desocupada no Território Cantuquiriguaçu: Dados Econômicos e Sociais

Tabela 12 – Taxa de atividade e Taxa de Desocupação 2000 e 2010.

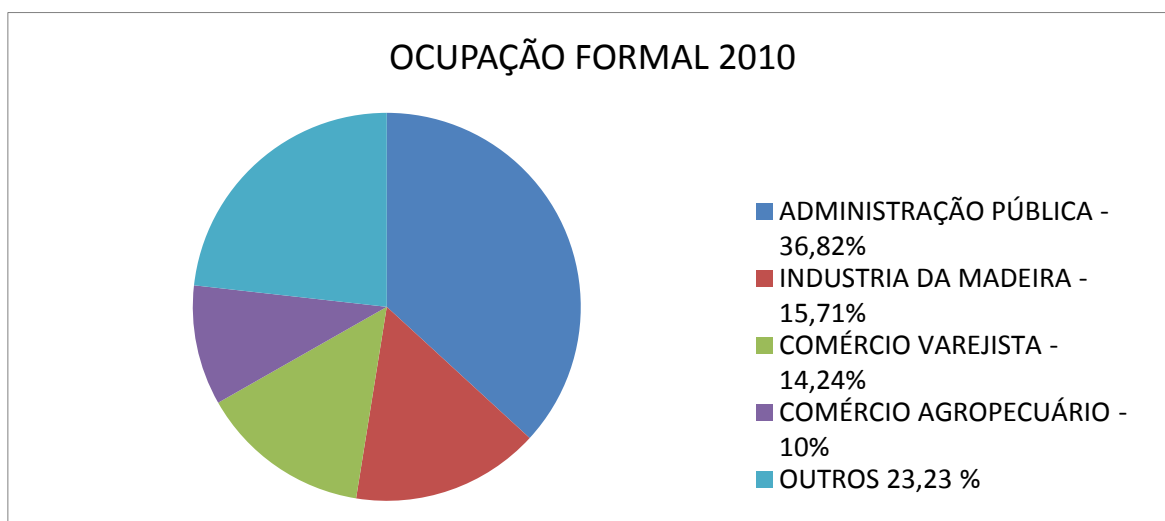
	Município	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
		Atividade	Atividade	Desocupação	Desocupação
		2000	2010	2000	2010
01	Campo Bonito	58,71	72,83	9,96	3,22
02	Candói	67,07	65,16	11,54	4,57
03	Cantagalo	66,86	66,89	11,07	6,34
04	Catanduvas	60,62	72,42	9,67	1,89
05	Diamante do Sul	59,90	66,17	4,43	3,07
06	Espigão Alto do Iguaçu	62,99	64,60	8,63	2,70
07	Foz do Jordão	60,12	61,93	20,38	9,19
08	Goioxim	90,01	76,79	0,81	2,73
09	Guaraniaçu	69,16	74,79	7,76	2,00
10	Ibema	64,97	71,25	9,68	5,30
11	Laranjeiras do Sul	64,33	68,80	12,04	4,02

12	Marquinho	82,70	79,72	2,24	0,93
13	Nova Laranjeiras	60,73	71,46	11,14	1,32
14	Pinhão	64,89	76,38	12,62	3,45
15	Porto Barreiro	83,26	84,44	2,79	1,91
16	Quedas do Iguaçu	65,77	71,53	14,17	4,78
17	Reserva do Iguaçu	63,27	67,81	10,02	7,67
18	Rio Bonito do Iguaçu	71,58	81,02	3,62	2,68
19	Três Barras do Paraná	66,54	74,70	7,08	2,99
20	Virmond	71,26	75,55	2,96	2,69
Total		1.354,74	1.444,24	172,61	73,45
Cantu		67,74	72,21	8,63	3,67

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A ocupação é baseada na formalidade das pessoas que são empregadores e trabalhadores com carteira de trabalho assinada pela Consolidação das leis do Trabalho (CLT), estatutários e empregos formais.

Gráfico 16 - Ocupação formal no Território Cantuquiriguaçu 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013

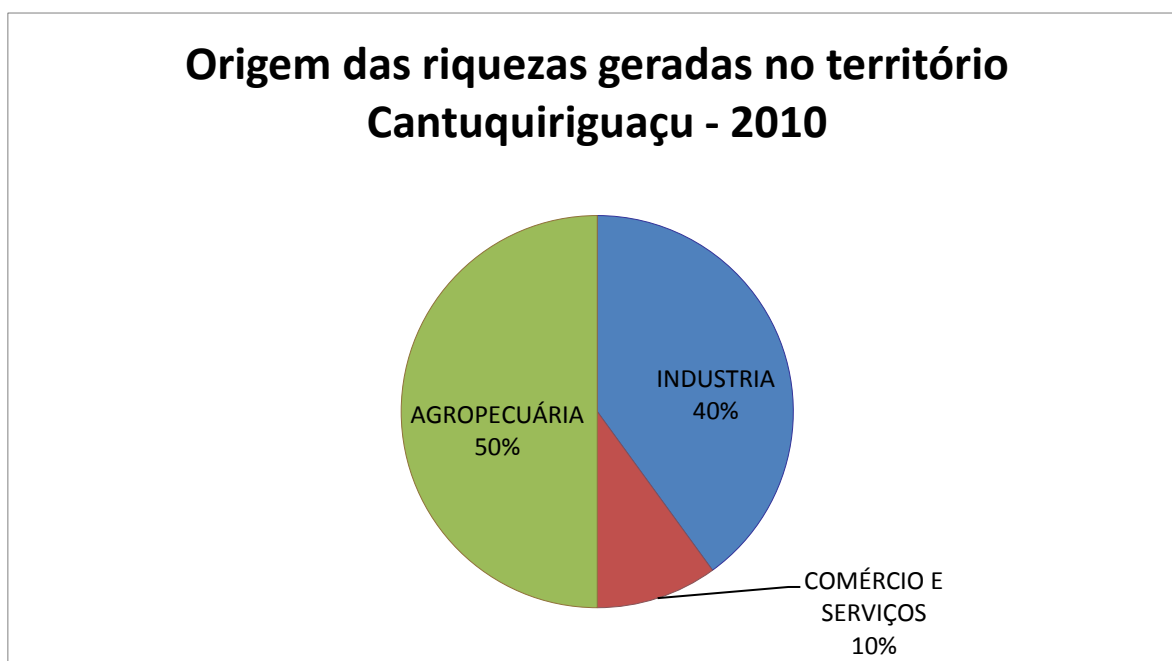
Tabela 13 – Ocupação por setor 2000 e 2010.

	Município	Ocupação	Indústria	Comercio	Construção;
		Setor Agro. % 2010	extrativista e transformação % 2010	% 2010	serviços e útil. Pública % 2010
01	Campo Bonito	50,26	6,78	5,84	27,65
02	Candói	44,99	5,68	8,60	39,03
03	Cantagalo	39,98	8,27	10,64	39,62
04	Catanduvas	40,96	10,19	7,56	32,53
05	Diamante do Sul	53,88	3,77	11,70	29,72
06	Esp. Alto do Iguaçu	56,29	10,58	6,42	25,87
07	Foz do Jordão	26,02	4,88	11,34	53,78
08	Goioxim	71,70	1,86	4,50	18,86
09	Guaraniaçu	42,80	4,46	8,44	36,69
10	Ibema	34,46	20,39	10,79	32,70
11	Laranjeiras do Sul	22,12	7,49	14,60	51,60
12	Marquinho	69,35	1,39	3,02	25,79
13	Nova Laranjeiras	58,85	6,34	4,15	22,65
14	Pinhão	40,97	3,87	10,29	50,96
15	Porto Barreiro	77,97	0,40	2,04	17,19
16	Quedas do Iguaçu	32,27	16,07	12,16	35,80
17	Reserva do Iguaçu	40,15	7,83	5,60	44,94
18	Rio Bonito do Iguaçu	70,54	1,87	5,48	19,91
19	Três Barras do PR	49,94	8,26	8,93	29,18
20	Virmond	50,92	9,93	5,54	27,92
	Total	974,42	140,31	157,64	662,39
	Cantu	48,72	7,02	7,88	33,12

Fonte: IPARDES, 2010. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

De acordo com a tabela são 14.447 empregadores formais, sendo na administração pública gera 36,82%; na indústria da madeira 15,71%; no comércio varejista 14,24 % e agropecuário 50% e serviços e comércio 10%.

Gráfico 17 - Origem das riquezas geradas no território Cantuquiriguaçu.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Com base no valor do índice, os municípios são classificados em um dos quatro grupos, sendo os de baixo desempenho: municípios que obtêm valores de 0,000 a < 0,400; desempenho médio baixo: municípios com desempenho 0,400 a < 0,600; médio desempenho: valores de (0,600 a < 0,800); e se destaca com alto desempenho: municípios que apresentam índice de 0,800 a 1,000.

3.4.9 Índice de Desempenho Municipal (IPDM)

Tabela 14 - Índice de Desempenho Municipal (IPDM) – 2010. Referente à emprego, Renda, Produção Agropecuária, Educação e Saúde.

MUNICÍPIO	IPDM GERAL
Campo Bonito	0,6761
Candói	0,6699
Cantagalo	0,5902
Catanduvas	0,6864
Diamante do Sul	0,5881
Espigão Alto do Iguaçu	0,6007
Foz do Jordão	0,6017
Goioxim	0,5236
Guaraniaçu	0,6922
Ibema	0,7092

Laranjeiras do Sul	0,7139
Marquinho	0,6131
Nova Laranjeiras	0,4877
Pinhão	0,5908
Porto Barreiro	0,6701
Quedas do Iguaçu	0,6757
Reserva do Iguaçu	0,5596
Rio Bonito do Iguaçu	0,6543
Três Barras do Paraná	0,6244
Virmond	0,6583
Cantuquiriguaçu	0.6293

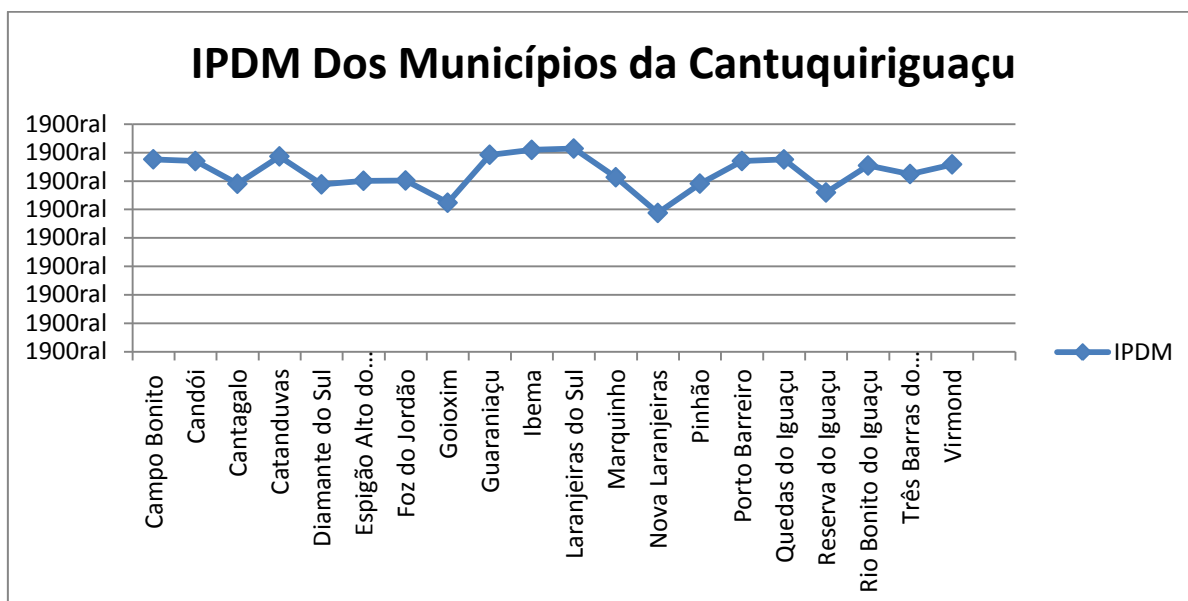
Fonte: IPARDES 2012. Organizado por Moraes, Vitor, 2013.

Nota: Com base no valor do índice, os municípios podem ser classificados em um dos quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a <0,400); médio baixo desempenho (0,400 a <0,600); médio desempenho (0,600 a <0,800) e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

Ao estudar os índices do IPARDES (2012), verificamos que o IPDM dos municípios da Cantuquiriguaçu em 2012 apresenta um baixo desempenho quando comparado um município com o seu próprio desempenho, nessa última década. Sua metodologia é construída a partir de diferentes estatísticas de natureza administrativa e disponibilizada pelas entidades públicas municipais.

Os dados atualizados não evidenciam transformações significativas que possa-se dizer que seja um diferencial de gestão, de política e de realidade que mereça destaque. O destaque permanece na desigualdade e baixo índice de desenvolvimento social, humano, ambiental e estrutural. Os dados apontam para novas políticas que de fato contribuam no desempenho da gestão e na concretização de ações públicas concretas e significativas, nos 20 municípios do território.

Gráfico 18 - Índice de desempenho municipal (IPDM) - 2010 - Emprego, Renda, Produção Agropecuária Educação e Saúde.



Fonte: IPARDES 2012. Organizado por Moraes, Vitor, 2013.

Obs. Com base no valor do índice, os municípios podem ser classificados em um dos quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a <0,400); médio baixo desempenho (0,400 a <0,600); médio desempenho (0,600 a <0,800) e, alto desempenho (0,800 a 1,000)

O gráfico 18 demonstra o índice de desenvolvimento dos municípios do território Cantuquiriguaçu. O pior índice é do município de Nova Laranjeiras com 0,4877 de IPDM e o melhor foi o de Laranjeiras do Sul com índice de 0,7139.

3.5 O USO DA TERRA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

A tabela 15 explicita o uso da terra na zona rural no território Cantuquiriguaçu, e o compara com o estado do Paraná. Um número a ser destacado é que a área de produção permanente e temporária (lavouras) do território representa apenas 9,6 % da área de produção/lavouras do estado do Paraná. Enquanto o Paraná possui 1.927.360 hectares de lavouras, a Cantuquiriguaçu tem 124.413 hectares de lavouras

Tabela 15 – Agricultura Familiar e Uso da Terra – Hectares Censo Agropecuário 2006.

Município	Uso da Terra (ha)									Total
	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Sist. Agro-Flores.	Tanq. Lagos, etc	Inapro-veitáveis	
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat	Plant				
C. Bonito	165	4.377	19	1.575	1.127	33	12	14	15	7.707
Candói	197	8.718	627	4635	2.538	26	35	71	362	18.324
Cantagalo	281	6.286	249	4411	2.699	488	633	42	186	15.504
Catanduvás	418	4.551	491	3496	2.353	86	0	5	11	11.835
Diam. Sul	388	1.003	54	2.880	754	47	17	11	74	5.523
Esp. Al. Iguaçú	314	5.059	1.060	2.618	1.358	372	151	18	74	11.617
Foz do Jordão	172	1.183	99	439	442	27	48	3	122	2.807
Goioxim	222	6.725	1.060	5.155	3.137	94	675	54	310	18.329
Guaraniaçu	450	8.767	1.650	9.842	5.009	363	148	70	174	27.601
Ibema	43	1.265	46	825	607	97	6	2	7	3.089
Laranj. Sul	272	6.823	1.706	3.347	3.334	161	192	73	113	16.555
Marquinho	41	4.278	275	6.957	2.599	33	29	35	25	14.504
N. Laranj. Pinhão	194	5.627	1.059	12.138	3.682	77	60	68	188	23.928
P. Barreiro	34	5.702	357	3.531	1.770	148	114	19	109	12.121
Q. Iguaçú	154	13.106	562	6.495	4.287	2.829	114	62	387	29.142
Res. Iguaçú	3	2.389	427	2.781	607	56	615	7	26	7.194
R. Bon. Iguaçú	149	16.375	100	8.740	4.197	204	134	48	171	32.142
Três Barras do Paraná	111	7.493	536	8.379	3.766	84	51	38	53	21.249
Virmond	135	5.509	381	1.189	2.418	133	493	34	180	10.796
a)Total do Território	4.644	119.769	16.241	94.045	57.208	5.868	5.139	787	4.181	322.181
b)Total do Estado	164.112	1.763.248	423.622	912.020	457.138	47.465	56.974	11.504	48.414	4.249.882
% de a/b	2,8	6,8	3,8	10,3	12,5	12,4	9,0	6,8	8,6	7,6
% de a/soma território	1,4	37,2	5,0	29,2	17,8	1,8	1,6	0,2	1,3	100

Fonte: IBGE, 2006 (Dados Agrupados SIDRA) apud, CANTUQUIRIGUAÇU, 2011.

Tabela 16 - Estabelecimentos Rurais Censo agropecuário 2006.

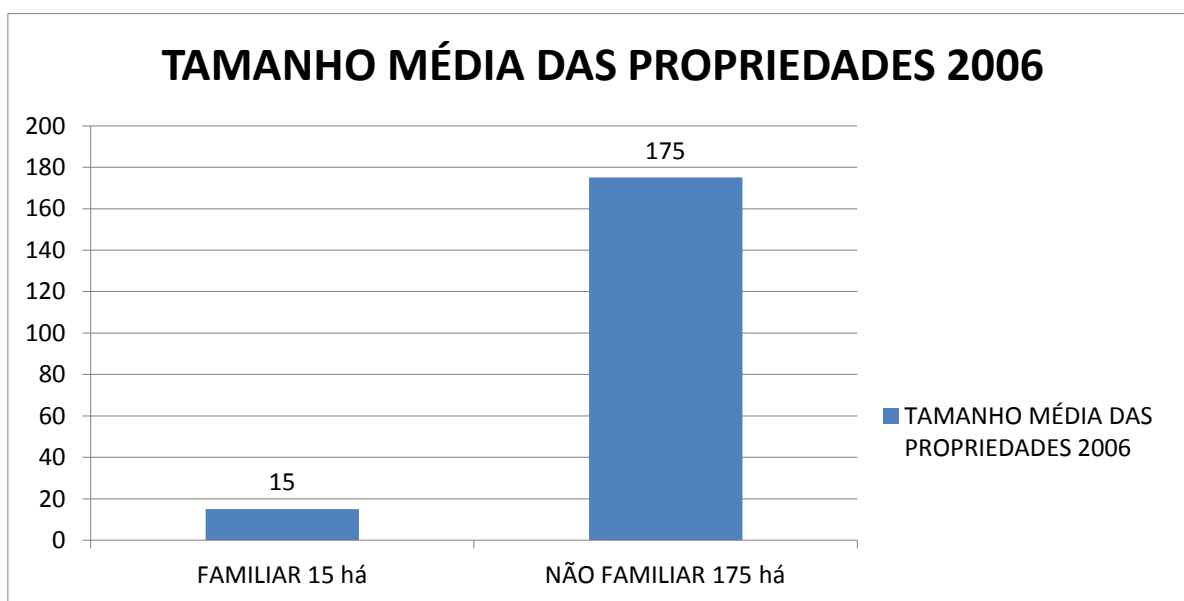
Município	Estabelecimentos Familiares				Estabelecimentos Não Familiar				Total		
	Nº prop. familiar	% estabel. familiar	Área (há) prop. familiar	% área familiar	Nº prop. não fam.	% estabel. não fam.	Área (há) prop. não familiar	% área não - familiar	Total prop. rurais	Total Área (ha)	
C. Bonito	483	82	7.707	22	104	18	28.111	78	587	35.818	
Candói	1.383	78	18.342	19	397	22	78.964	81	1.780	97.288	
Cantagalo	920	79	15.504	31	242	21	34.694	69	1.162	50.198	
Catanduvas	727	77	11.835	22	215	23	41.265	78	942	53.100	
Diam. Sul	452	77	5.523	21	134	23	20.451	79	586	25974	
Espigão Al. do Iguaçu	790	89	11.617	48	99	11	12.384	52	889	24.001	
F. Jordão	243	87	2.807	14	37	13	17.607	86	280	20.414	
Goioxim	1.064	86	18.329	32	168	14	39.590	68	1.232	57.919	
Guaraniaçu	1.724	82	27.601	24	371	18	87.416	76	2.095	115.018	
Ibema	249	80	3.089	22	61	20	10.646	78	310	13.735	
Laranj. Sul	1.226	75	16.555	29	415	25	40.331	71	1.641	56.885	
Marquinho	843	82	14.504	31	191	18	32.849	69	1.034	47.353	
N. Laranj. Pinhão	1.359	80	23.928	25	338	20	71.396	75	1.697	95.225	
P. Barreiro	2.105	79	32.214	27	558	21	85.645	73	2.663	117.859	
Q. Iguaçu	703	86	12.121	41	112	14	17.308	59	815	29.429	
Res. Iguaçu	2.186	91	29.142	37	205	9	49.571	63	2.391	78.712	
Rio Bonito do Iguaçu	510	85	7.194	16	91	15	39.209	84	601	46.402	
Três Barras do Paraná	2.377	90	32.142	70	269	10	13.514	30	2.646	45.656	
Virmond	1.337	90	21.249	53	154	10	18.923	47	1.491	40.172	
Virmond	503	81	10.796	54	118	19	9.368	46	621	20.164	
a) Total do Território - a	21.184	83	322.181	30	4.279	17	749.142	70	25.463	1.071.322	
b) Total do Estado - b	302.907	82	4.249.882	28	68.144	18	11.036.652	72	371.051	15.286.534	
% de a/b		7,0		7,6		6,3		6,8		6,9	7,0
	Nº propriedades familiares		% área prop. familiar relação ao PR		% de estabel. não familiar relação ao PR		Área Estabel. não fam. relação ao PR		relação ao PR		relação ao PR

Fonte: IBGE, 2006 (Dados Agrupados SIDRA) *apud*, CANTUQUIRIGUAÇU. Plano Safra Territorial 2010-2013, 2011.

Na análise dos dados do censo Agropecuário de 1995/96, o território apresentava 21.385 estabelecimentos rurais, e destes 19.864 eram estabelecimentos familiares (IAPAR, 2001), mostrando que o território é composto basicamente em sem meio rural por pequenas unidades familiares.

De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, há no território o predomínio de estabelecimentos da agricultura camponesa familiar, que totalizam 82% do número de propriedades, enquanto que os estabelecimentos não familiares são de apenas 18%. No entanto, a área ocupada é inversamente proporcional, visto que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 30% da área, e os não familiares ocupam 70%. Diante disso, a média do tamanho das pequenas propriedades no território é de 15 hectares. E a média dos estabelecimentos maiores, não familiares é de 175 hectares.

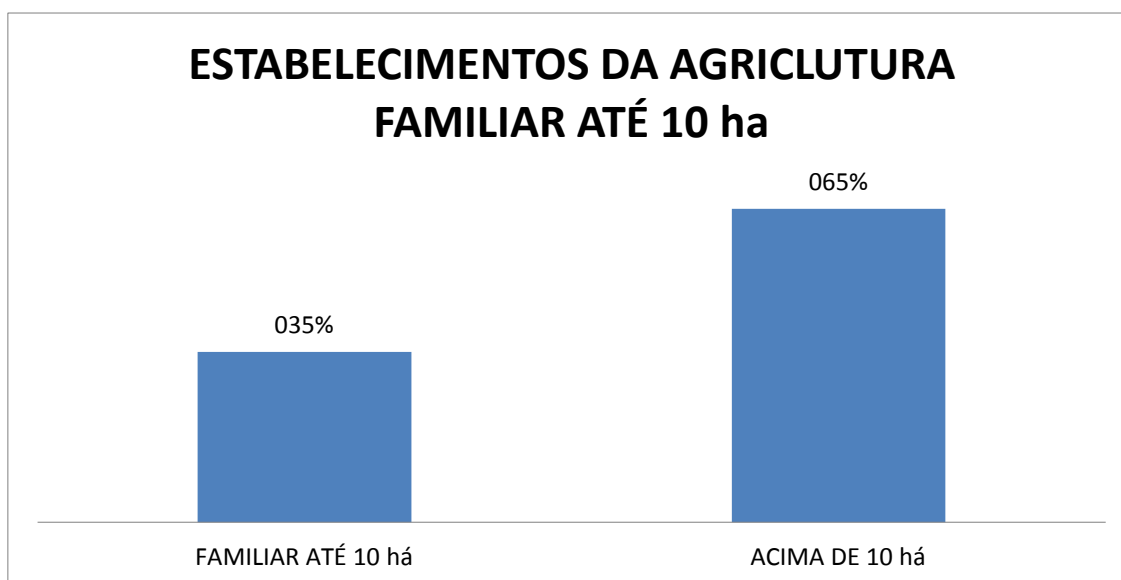
Gráfico 19 - Tamanho das Propriedades em 2006.



Fonte: IBGE 2006, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Entretanto, ao observar o gráfico 20 a seguir, 35,2% dos estabelecimentos possuem áreas que, na maioria das vezes, são compostas de até 10 hectares.

Gráfico 20 - Estabelecimentos da Agricultura Familiar em 2006.



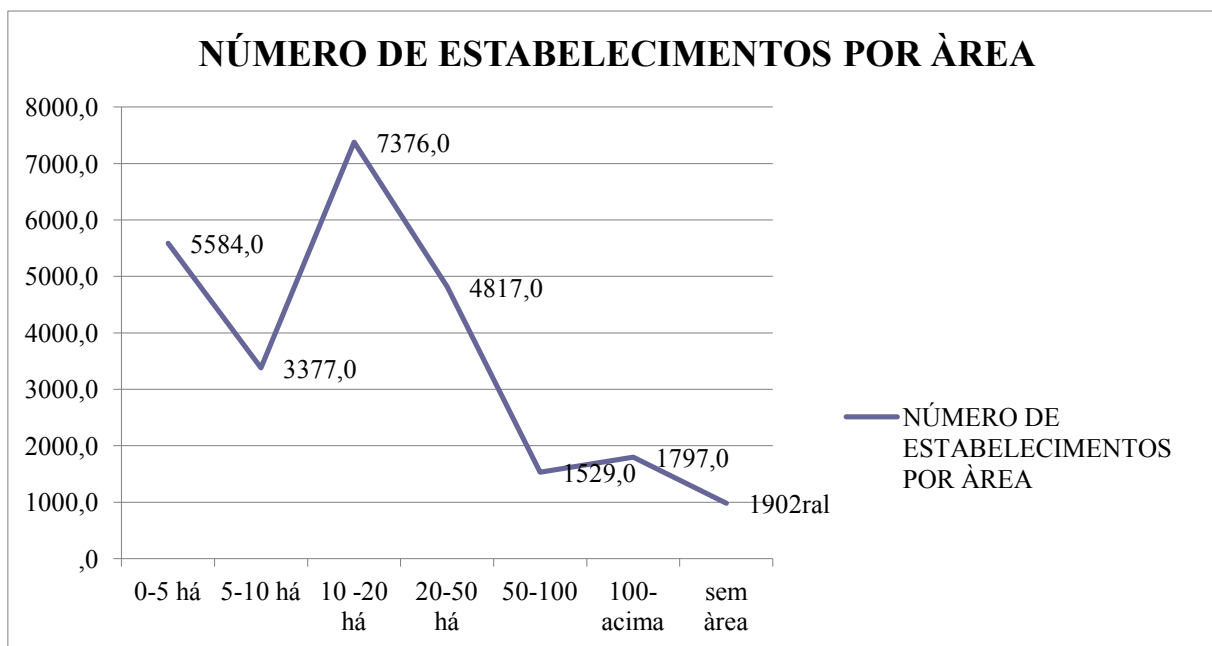
Fonte: IBGE 2006, organizado por Moraes, Vitor. 2013

Tabela 17 - Estabelecimentos Agropecuários do Território Cantuquiriguaçu.

Variáveis	Estabelecimentos	%	Total da Área (hectares)	.%
Mais de 0 a menos de 5 há	5.584	21,9	14.077	1,3
De 5 há a menos de 10 há	3.377	13,3	26.320	2,5
De 10 há a menos de 20 há	7.376	29,0	104.919	9,8
De 20 ha a menos de 50 ha	4.817	18,9	145.686	13,6
De 50 há a menos de 100 há	1.529	6,0	107.872	10,1
De 100 há acima	1.797	7,1	672.449	62,8
Sem área	983	3,9	0	0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

Gráfico 21 - Número de estabelecimentos por área.



Fonte: IBGE 200 e 2010, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 18 - Número de Estabelecimentos por Grupo de Área dos estabelecimentos agropecuários do Território Cantuquiriguaçu Censo agropecuário 2006.

Variáveis	Estabelecimentos	%	Total da Área (hectares)	%
Mais de 0 a menos de 5 há	5.584	21,9	14.077	1,3
De 5 há a menos de 10 há	3.377	13,3	26.320	2,5
De 10 há a menos de 20 há	7.376	29,0	104.919	9,8
De 20 há a menos de 50 há	4.817	18,9	145.686	13,6
De 50 há a menos de 100 há	1.529	6,0	107.872	10,1
De 100 há acima	1.797	7,1	672.449	62,8
Sem área	983	3,9	0	0
Soma	25.463		1.071.323	

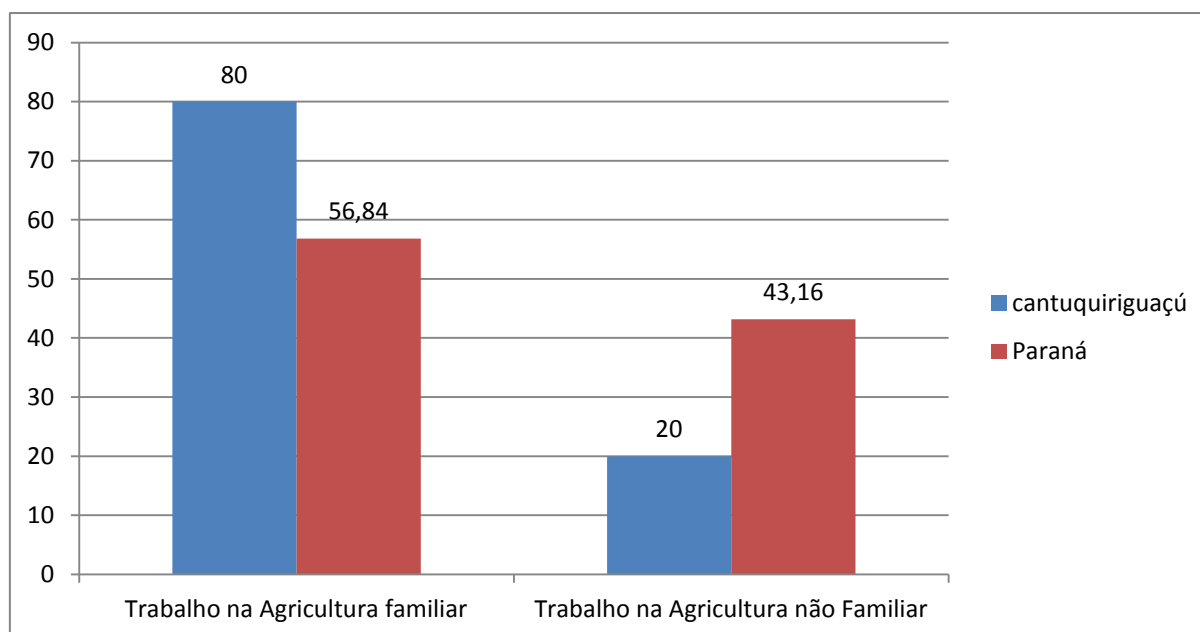
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

Tabela 19 - Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários - de 14 anos a mais Agricultura familiar e Agricultura Não familiar.

Município	Agricultura Familiar					Agricultura Não Familiar			Total
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Total	%	
C. Bonito	647	60	423	40	1.070	80	275	20	1.345
Candói	2.350	55	1.914	45	4.264	69	1.195	31	6.159
Cantagalo	1.569	62	946	38	2.515	74	872	26	3.387
Catanduvas	1.174	58	841	42	2.015	75	687	25	2.702
D. do Sul	816	59	573	41	1.389	74	493	26	1.882
Esp. Al. Ig.	1.270	64	726	36	1.996	85	340	15	2.336
F. do Jordão	425	62	265	38	690	80	170	20	860
Goioxim	1.812	58	1.290	42	3.102	83	640	17	3.742
Guaraniaçu	2.401	61	1.548	39	3.949	76	1.258	24	5.207
Ibema	415	63	244	37	659	75	224	25	883
Laranj. Sul	1.887	58	1.379	42	3.266	71	1.328	29	4.594
Marquinho	1.335	60	877	40	2.212	80	549	20	2.761
Nova Laranj.	2.556	57	1.890	43	4.446	79	1.187	21	5.633
Pinhão	3.332	57	2.513	43	5.845	75	1.913	25	7.758
P. Barreiro	1.163	61	736	39	1.899	84	361	16	2.260
Q. Iguaçu	4.183	56	3.351	44	7.534	88	1.044	12	8.578
Res. Iguaçu	936	55	754	45	1.690	85	300	15	1.990
R. Bon. Ig.	4.019	57	3.037	43	7.056	88	934	12	7.990
Três Bar. PR	2.038	57	1.510	43	3.548	88	493	12	4.041
Virmond	754	58	551	42	1.305	79	352	21	1.657
a) Total do Território	35.082	58	25.368	42	60.450	80	15.315	20	75.765
b) Total Estado	504.553		275.765		780.318		336.766		1.117.084
% de a/b	7		9		8		5		7

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA) *apud*, CANTUQUIRIGUAÇU. Plano Safra Territorial: 2010-2013, 2011.

Gráfico 22 - Ocupação na Agricultura familiar e não familiar: comparativo Cantuquiriguaçu e Paraná.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA) *apud*, CANTUQUIRIGUAÇU. Plano Safra Territorial: 2010-2013, 2011. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A população que se ocupa da agricultura familiar representa 60.450 frente a 57.967 no censo de 1995/96, sabendo que o total de pessoas ocupadas na agricultura era de 64.180. Isso significa que 80% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias realizam trabalho familiar em pequenas propriedades de agricultura camponesa.

Ao observar a população ocupada nos estabelecimentos agropecuários, temos ao todo, no território 75.765 pessoas, e destas 80% estão ocupadas em estabelecimentos familiares como pode ser verificado no gráfico 23.

3.5.1 Famílias assentadas no território Cantuquiriguaçu

São 4.426 famílias assentadas que representam 21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar. Uma das maiores áreas reformadas da América latina.

Outro elemento a ser considerado é que o território Cantuquiriguaçu conseguiu manter um alto nível de população rural, em virtude da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista de vários assentamentos como explicitado na tabela a seguir.

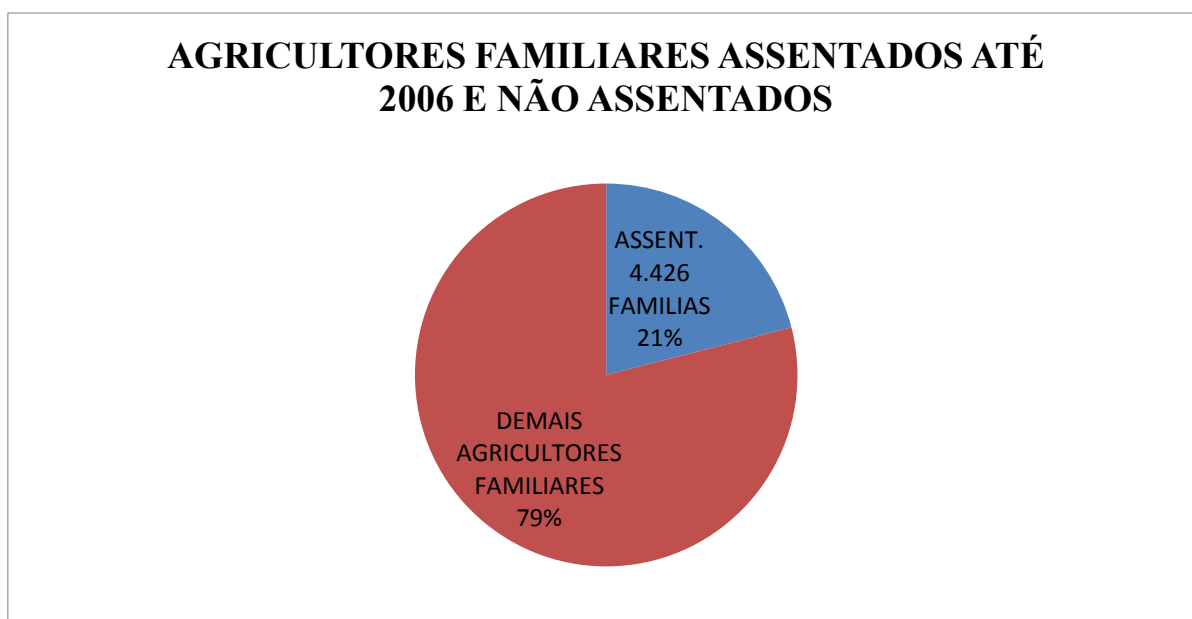
Tabela 20 – Assentamentos, Área e Titulação: Incra 2009.

Município/Assentamento	Nº Assentamentos	Área (ha)	Números de Famílias Assentadas			Vagas	
			Titulado	Não Titulado	Total		
01	Campo Bonito	3	4.353,3080	23	114	137	25
02	Candói	5	3.599,4120	7	230	237	11
03	Cantagalo	5	6.260,6090	53	180	233	19
04	Catanduvas	1	1401,279	0	44	44	0
05	Diamante do Sul	0	0	0	0	0	0
06	Esp. Al. do Iguaçu	1	403,0000	0	23	23	0
07	Foz do Jordão	0	0	0	0	0	0
08	Goioxim	11	8.288,9420	128	156	284	35
09	Guaraniaçu	0	0,0000	0	0	0	0
10	Ibema	0	0	0	0	0	0
11	Laranjeiras do Sul	3	2.267,4430	18	97	115	5
12	Marquinho	1	176,0000	0	7	7	0
13	Nova Laranjeiras	3	3.437,1220	114	103	217	3
14	Pinhão	4	5.966,3550	0	199	199	11
15	Porto Barreiro	0	0	0	0	0	0
16	Quedas do Iguaçu	3	25.575,6820	34	1112	1146	45
17	Reserva do Iguaçu	3	4.330,8040	0	167	167	9
18	Rio Bon. Iguaçu	3	27.982,9140	0	1542	1542	54
19	Três B. do Paraná	3	2.190,7070	0	75	75	0
20	Virmond	0	0	0	0	0	0
Total Assentamentos		49	96.233,5770	377	4.049	4.426	217

Fonte: INCRA – PR apud,CANTUQUIRIGUAÇU, 2011.

A tabela 227 apresenta um total de 4.426 famílias assentadas no território até 2009. Os assentamentos, oriundos da luta pela terra pelo MST, contribuiu decisivamente para o dinamismo do território e reterritorialização de famílias no campo.

Gráfico 23 – Agricultores Familiares Assentados até 2006.



Fonte: IBGE 2006, organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Até 1999 foram criados 37 assentamentos, e no período entre os anos 2000 e 2009 foram criados mais 12, sendo que cinco deles são reassentamentos da Copel. O último assentamento criado pelo INCRA no território do Cantuquiriguaçu foi em 2006, no município de Reserva do Iguaçu, assentamento Paineira com 72 famílias. O território da Cantuquiriguaçu possui três comunidades remanescentes de quilombolas, localizadas nos municípios de Candói, Reserva do Iguaçu e Pinhão.

Já no município de Candói são três comunidades quilombolas certificadas: a de Despraiado, a Vila Tomé e a do Cavernoso somando um total de 406 pessoas distribuídas em 75 famílias. Em Reserva do Iguaçu, na comunidade do Barranco, são aproximadamente 20 famílias acampadas à espera de uma decisão judicial quanto à disputa pela área “Fundão”, da Fazenda Capão Grande, hoje sob a posse de uma grande cooperativa agrícola. O restante da comunidade, mais de trezentas famílias estão espalhadas nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão, com parcelas significativas de indivíduos quilombolas e em situação de extrema necessidade, vivendo como catadores de papéis e/ou em outras funções semelhantes.

O território possui a maior reserva indígena do Paraná, a reserva Rio das Cobras, com a presença das etnias Kaingang, Guarani e Xeta e uma população Indígena acima de 3.000 habitantes, localizadas nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, com área de 18.681,98 ha.

Esses dados demonstram a realidade do Território por meio de dados oficiais dos principais órgãos estatísticos do Brasil e do estado do Paraná, dados que tecnicamente a partir de padrões internacionais como a medição do índice de desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros que medem estatisticamente desempenhos de renda, emprego, longevidade, educação, produção agropecuária e saúde. Os dados de 2000 comparados aos dados atualizados a partir do Censo agropecuário do IBGE 2006, 2010 e dados do IPARDES 2012 mostram um avanço tímido ao comparar município com município, território com o território, e estes com os dados do estado e do Brasil.

3.5.2 Base da Produção Agrícola no território Cantuquiriguaçu

Para explicitar a realidade do território eminentemente rural, faz-se necessário conhecer a produção e como recorte utilizou-se a produção agrícola no território em 2010.

Tabela 21 - Produção Agrícola 2010.

	Produtos	Ha	%	Ton.	%	Rend.		Rend.	
						Médio		Médio	
						Kg/ha	Ha	Ton.	Médio
Lavoura Temporária Grãos	Arroz	1.970	4,2	4.259	2,47	2.162	46.959	172.632	3.676
	Aveia	2.550	6,0	5.960	0,07	2.337	42.433	91230	2.150
	Feijão	26.504	5,4	37.492	0,05	1.415	491.923	771.291	1.568
	Milho	170.306	5,8	1.174.382	0,08	6.896	2.926.572	15.613.442	5.335
	Soja	215.595	5,4	650.389	0,06	3.017	3.969.113	11.800.466	2.973
	Trigo/Cevada	66.372	5,8	202.053	0,06	3.044	1.148.021	3.217.189	2.802
Lavoura Temporária Outros	Alho	18	2,4	61	0,02	3.389	755	3718	4.925
	Amendoim	186	3,2	359	0,02	1.930	5.882	16.750	2.848
	Batata Doce	290	11,1	5.069	0,13	17.479	2.601	40.149	15.436
	Batata Inglesa	1.164	6,0	54.180	0,08	32.560	27.903	688.124	24.661
	Cebola	81	1,2	540	0,01	6.667	6.698	105.900	15.811
	Fumo	3.840	5,2	7.239	0,05	1.185	73.543	148.036	2.013
	Mandioca	3.495	2,5	75.103	0,02	21.489	141.376	3.325.943	23.526

	Melancia	15	0,41	336	0,00	22.400	3970	89980	22.665
	Tomate	50	1,1	1.970	0,01	39.400	4.667	289.630	62.059
	Abacate	2	0,2	28	0,00	14.000	1007	16.537	16.422
	Banana	57	0,6	1.555	0,01	27.281	9.923	248.320	25.025
	C. Açúcar	1.375	0,2	81.126	0,00	59.001	594.585	51.244.227	86.185
Lavoura	Erva Mate	2.385	7,5	15.314	0,12	6.421	31.695	132.556	4.812
Permanente	Limão/Lar.	20	0,1	182	0,00	9.100	20.538	527.473	25.683
	Pêssego	33	2,1	118	0,01	3.576	1.592	15.817	9.935
	Uva	82	1,4	661	0,01	10.500	5.800	101.500	17.500

Fonte: IPARDES, 2010. Organizado por Moraes, Vitor. 2013

Em virtude do relevo acidentado do território e das dificuldades da retirada dos produtos, muitas das produções ficam para o consumo das famílias, famílias vizinhas, famílias dos espaços urbanos do território e de territórios vizinhos, que vão comprar diretamente do produtor. Por essa razão, na maioria das vezes, esses valores não são computados em dados oficiais, o que elevaria o percentual tanto valores e como em quantidade de produtos produzidos na região.

3.6 DESAFIOS PENDENTES: EM RELAÇÃO AO SONHADO NO PLANO DIRETOR EM 2003 E A REALIDADE EM 2013

Das propostas destacadas em 2003 na elaboração do Plano Diretor, ainda percebemos a necessidade urgente de avanço em relação ao planejado sobre como reduzir a quantidade de uso de agrotóxicos, ampliar as áreas de produção agroecológica, e melhorar o nível de emprego: campo e cidade, ampliar a produção de alimentos, construir cooperativas, ampliar e garantir o acesso a terra, melhorar os caminhos de acesso à renda, a implantação do PAA, PNAE para todos os agricultores (as) familiares, ofertar programas culturais, diminuir a incidência de epidemias, conservação de patrimônio históricos. No que concerne à educação, visava-se reduzir em 50% o índice de analfabetismo, criar programas e cursos de educação ambiental, promover a construção de centros regionais de agricultura, educação, desenvolvimento, ampliar a oferta de cursos técnicos e cursos universitários, garantir o acesso de educandos(as) em todos os níveis da educação, construir centros tecnológicos.

Ainda fez parte das metas do Plano Diretor, as questões socioeconômicas como melhorar o índice de IDH e o de GINI, reduzir a pobreza relativa no campo e na cidade, ampliar o acesso à informática no campo e na cidade, reduzir a taxa de mortalidade infantil, ampliar o acesso à habitação no campo e na cidade, garantir orçamento para o CONDETEC, criar espaços para a documentação do povo do território, criar fóruns permanentes de debate territorial, lutar pela efetivação de políticas integradas, por exemplo, consórcio de saúde, corpo de bombeiros, patrulhas rodoviárias, dentre outras, ampliar as associações comunitárias, criar espaços de participação popular, tomando como exemplo o PRONAT pelo CONDETEC, instigar os municípios para a implantação do orçamento participativo.

Partindo disso, destaca-se os investimentos federais realizados no território da Cantuquiriguaçu detalhados nas tabelas abaixo.

3.6.1 Investimentos Federais 2003 – 2010

Tabela 22 - Investimentos federais, do programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais PRONAT no território Cantuquiriguaçu 2003 – 2010 - Projetos Contratados em 2003.

Projeto: Agregação de Valor na Cadeia Produtiva Leiteira		
Município	Meta	Total
Virmond	Instalação de Unidade para recepção e resfriamento de leite	200.000,00
Laranjeiras do Sul	Instalação de Unidade para recepção e resfriamento de leite	200.000,00
Total do Projeto		200.000,00
Total de Investimentos em 2003		400.000,00

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 23 - Projetos Contratados em 2004.

Projeto: Apoio às Casas Familiares		
MUNICÍPIO	META	TOTAL
Guaraniaçu	Construção da Casa F. Rural – 498 m ² ; Veículo, Computador com Impressora e mobiliário Promoção de 2 Cursos de capacitação	178.544,00

Candói	Veículo e mobiliário	19.501,00
Pinhão	Veículo e mobiliário	19.501,00
Porto Barreiro	Veículo e mobiliário	19.501,00
Rio Bom. do Iguaçu	Veículo e mobiliário	19.501,00
T.Barras Paraná	Veículo e mobiliário	19.501,00
Total do Projeto		276.049,00
Projeto: Reconversão de Unidades Produtivas – Fundação Rureco		
Município	Meta	Total
Virmond (Fundação Rureco)	4 veículos, 3 Computadores com Impressoras e Promoção de 4 Cursos de Agroecológica	96.565,00
Total do Projeto		96.565,00
Projeto: Capacitação de Conselheiros e Atores Sociais do Território		
Município	Meta	Total
EMATER - PR	Atividades de Capacitação	73.407,50
Total do Projeto		73.407,50
Projeto: Melhoria da Qualidade na Coleta de Leite		
Município	Meta	Total
Quedas Do Iguaçu	Tanque Isot. Rodov. - 8.000 litros e Unidade Demonst. pastagem	41.500,00
Rio B. Do Iguaçu	Tanque Isot. Rodov. - 8.000 litros e Unidade Demonst pastagem	41.500,00
Nova Laranjeiras	Tanque Isot Rodov - 8.000 litros e Unidade Demonst pastagem	41.500,00
Marquinho	Tanque Isot Rodov - 3.750 litros e Unidade Demonst de pastagem	29.500,00
Total do Projeto		154.000,00
Projeto: Terminal Ferroviário de Calcário no Território Cantuquiriguaçu		
Município	Meta	Total
Cantagalo	Construção de um terminal de Calcário	400.000,00
Total do Projeto		400.000,00
Total de Investimentos em 2004		1.000.021,50

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 24 - Projetos Contratados em 2005.

Projeto: Estruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural		
Município	Meta	Total
Catanduvás	Veículo para Secretaria de Agricultura	22.000,00

Candói	Veículo e equip. informática (Articulação Territorial)	
	Silo Leite 10 mil litros	188.200,00
	Equipamento e materiais para laboratório (Plantas Mediciniais)	
Diamante do Sul	Veículo e 2 computadores (Secretaria de Agricultura)	30.000,00
Foz do Jordão	Veículo (Secretaria de Agricultura)	22.000,00
Goioxim	2 Veículo (Sec. Agricultura e CEAGRO)	44.000,00
Guaraniaçu	Tanque isotérmico 6 mil litros	33.000,00
Ibema	1 computador (Secretaria de Agricultura)	4.000,00
Laranjeiras do Sul	Tanque isotérmico 6 mil litros	33.000,00
Marquinho	1 computador (Secretaria de Agricultura)	4.000,00
Nova Laranjeiras	3 veículos (Sec. Agricultura; Casa Familiar Rural; CEAGRO)	72.500,00
	Computador e Secador de Plantas medicinais	
Pinhão	Construção da Casa Familiar Rural 456 m ²	235.500,00
	Tanque isotérmico 6 mil litros	
	Secador de Plantas Mediciniais	
Porto Barreiro	2 veículos (Sec. Agricultura, MPA)	46.500,00
	1 Secador de Plantas Mediciniais	
Reserva do Iguaçu	1 veículo, computador (Sec. de Agricultura)	59.000,00
	Tanque isotérmico 6 mil litros	
Rio Bonito do Iguaçu	1 veículo – (Sec. Agricultura -BIODISEL)	24.500,00
	Secador Contínuo de Plantas Mediciniais	
Três Barras do Paraná	Veículo (Sec. de Agricultura)	57.500,00
	Tanque isotérmico 6 mil litros e Secador de Plantas Mediciniais	
Virmond	Prensa de decantação (BIODISEL)	35.000,00
Total do Projeto		910.700,00
Total de Investimentos em 2005		910.700,00

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 25 - Projetos Contratados em 2006.

Projeto: Desenvolvimento da Cadeia Leiteira		
Município	Meta	Total
Campo Bonito	Construção de Plataforma Recebimento de Leite e equipamentos	152.740,00
Candói	Furgão isotérmico p/ 3.000 litros de leite e equipamentos	50.900,00

Diamante do Sul	Tanque rodoviário Isotérmico para coleta de leite.	35.000,00
Foz do Jordão	Caminhão 9.000 kg de carga para coleta de leite	90.000,00
Ibema	Tanque rodoviário, Isotérmico para coleta de leite.	35.000,00
Pinhão	Resfriador de leite 9.000 litros	80.000,00
Total do Projeto		443.640,00

Projeto: Comercialização da Produção da Agricultura Familiar

Município	Meta	Total
Candói	Construção de Unidade Comercial 90 m ² e aquisição de equipamentos	68.025,00
Nova Laranjeiras	Câmara Fria 100 m ² , equipamentos e um veículo com capacidade para 4 toneladas	232.950,00
Total do Projeto		300.975,00

Projeto: Vinícola

Município	Meta	Total
Catanduvas	Construção de base física em alvenaria 300 m ² e equipamentos	304.550,00
Total de Investimentos em 2006		1.049.164,10

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 26 – Projetos Contratados em 2007.

Projeto: Centro de Comercialização

Município	Meta	Total
Nova Laranjeiras	Construção de uma base física para a da Unidade de Limpeza e Classificação, de 10m por 20m, em alvenaria.	23.000,00
	Instalação e aquisição de um reservatório D'água 20.000 litros e tubulações	14.500,00
	Aquisição de Equipamentos (Lavador por Imersão; Esteira de Seleção; Balança Portátil Digital; Esteira de Transporte, etc.)	33.380,00
	Aquisição outros Equipamentos e Materiais (Carrinhos de Transporte; Mesas para Toalete, etc.)	15.410,00
	Aquisição de Barracas Moveis para feiras livres	9.200,00
Total do Projeto		95.490,00

Projeto: Ceagro

Município	Meta	Total
------------------	-------------	--------------

Rio Bonito do Iguaçu	Construção de Base Física para o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, constituído de alojamentos, auditório, cozinha, refeitório, etc.	288.750,00
Total do Projeto		288.750,00
Projeto: Leite		
Município	Meta	TOTAL
Laranjeiras do Sul	Aquisição de um Tanque Isotérmico Rodoviário com capacidade mínima de 6.000 lts para coleta de leite a granel	45.000,00
	Aquisição de equipamento de informática: Microcomputador e periféricos	5.000,00
Cantagalo	Aquisição de um tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 6.000 lts para coleta de leite a granel.	45.000,00
Rio Bonito Do Iguaçu	Aquisição de um tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 6.000 lts para coleta de leite a granel.	45.000,00
Candói	Aquisição de um tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima para 8.000 litros para coleta de leite a granel	50.000,00
	Aquisição de uma empacotadora de leite com capacidade mínima para 500 pacotes por hora	15.000,00
Goioxim	Aquisição de uma homogeneizadora de leite	15.000,00
	Aquisição Tanque Isotérmico Rodoviário com capacidade mínima de 6.000 litros para coleta de leite a granel	45.000,00
Guaraniaçu	Aquisição de tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 3.000 litros, para coleta de leite a granel	40.000,00
	Aquisição de equipamento de informática: Microcomputador e periféricos	2.500,00
Porto Barreiro	Aquisição Tanque Isotérmico Rodoviário com capacidade mínima de 6.000 litros para coleta de leite a granel	45.000,00
Reserva do Iguaçu	Aquisição de um Tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 6.000 litros para coleta de leite a granel	45.000,00
	Aquisição de um Tanque Isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 1.000 litros para coleta de leite a granel	15.000,00
Total do Projeto		412.500,00
Total de Investimentos em 2007		796.740,00

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 27 - Projetos Contratados em 2008.

Projeto: Leite		
Município	Meta	Total
Candói	Aquisição de uma empacotadora de leite, com capacidade mínima para 1.000 lts / hora, com fotocélula e datador	19.000,00
	Aquisição de uma homogeneizadora de leite com capacidade mínima para 1.000 lts / horas	65.000,00
Cantagalo	3 Motocicletas com no mínimo 125 cc – modelo cross	33.880,00
	2 Tanques isotérmicos rodoviário com capacidade mínima de 6.000 lts para coleta de leite a granel.	86.000,00
Guaraniaçu	2 Motocicletas com no mínimo 125 cc – modelo cross	19.000,00
	Aquisição de um tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 4.000 lts para coleta de leite a granel.	32.500,00
	Aquisição de um tanque isotérmico rodoviário com capacidade mínima de 6.000 lts para coleta de leite a granel.	42.000,00
	5 Motocicletas de no mínimo 125 cc cross	47.500,00
Total do Projeto		344.880,00
Projeto: Casa Familiar Rural		
Município	Meta	Total
Porto Barreiro	Construção de base física em alvenaria de 02 salas de aula (6m x 7m cada uma).	60.000,00
	Construção de base física em alvenaria de 02 alojamentos com banheiros (6m x 7m cada uma)	60.000,00
Guaraniaçu	Construção de uma sala de aula com 42 m2	29.998,50
	Construção de um alojamento masculino c/ banheiro tipo dormitório com 42 m2	29.998,50
	Construção de um alojamento feminino c/ banheiro tipo dormitório com 42 m2	29.998,50
Nova Laranjeiras	Construção de uma biblioteca com 42 m2	29.998,50
	Construção de uma sala de aula de alvenaria com as medidas padrões de todas as Escolas.	30.000,00
	Construção de um alojamento padrão para que os jovens pernoitem na CFR durante as semanas de aula.	30.000,00
	Construção de uma biblioteca para que os jovens possam realizar sua pesquisas e adquirir novos conhecimentos através da leitura.	30.000,00
	Construção de um almoxarifado	14.285,80
Total do Projeto		374.279,80

Projeto: Óleo Vegetal		
Município	Meta	Total
Porto Barreiro	Construção de um galpão em alvenaria para instalação da mini usina de óleo vegetal (12m x 20m)	75.000,00
	Aquisição de microcomputadores com periféricos	4.000,00
Total do Projeto		79.000,00
Projeto: Regularização Fundiária		
Município	Meta	Total
	Promover a regularização fundiária para 115 agricultores familiares	465.750,00
	Promover seminário sobre regularização fundiária	45.000,00
	Elaborar diagnóstico propositivo da situação fundiária do território	87.000,00
	Produzir mapas municipais e publicações informativas	135.000,00
	Aquisição de dois computadores portáteis	9.250,00
Total do Projeto		742.000,00
Projeto: Capacitação de Jovens em Agroecologia (Ceagro)		
Município	Meta	Total
	Promoção de Curso de Capacitação de Jovens em Agroecologia	98.400,00
Rio Bonito do Iguaçu	Ampliação de base física (1 sala de aula) para a Casa Familiar Rural.	30.000,00
Total do Projeto		128.400,00
Total de Investimentos em 2008		1.510.159,80

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 28 - Projetos Contratados em 2009.

Projeto: Farinheira (Indígenas)		
Município	Meta	Total
	Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação da agroindústria e instalações elétricas	48.383,86
Nova Laranjeiras	Aquisição de Equipamentos para a agro industrialização do milho	98.250,00
	Aquisição de insumos para cultivo de 14 ha	18.844,00
Total do Projeto		165.477,86

Projeto: Construção de Unidade Silo Secadora nas Dependências da CPC – Pr		
Município	Meta	Total
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	80.000,00
Porto Barreiro	Construção Civil	40.000,00
Total do Projeto		120.000,00
Projeto: Construção da Base Física do Ceagro		
Município	Meta	Total
Rio Bonito do Iguaçu	Construção de Base Física para o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, constituído de 9 alojamentos.	288.900,00
Total do Projeto		288.900,00
Projeto: Custeio – Ceagro		
Município	Meta	Total
	Seminários e encontros temáticos.	81.845,00
	Assessoria especializada na cadeia produtiva do leite.	32.400,00
Total do Projeto		114.245,00
Projeto: Casa Familiar Rural		
Município	Meta	Total
Três Barras do Paraná	Ampliação da base física em alvenaria da Casa Familiar Rural, constituída de 1 (uma) sala de aula, 1 (uma) sala de informática e 1 (um) alojamento	90.000,00
	Construção de um almoxarifado.	13.500,00
Rio Bonito do Iguaçu	Ampliação da base física em alvenaria da Casa Familiar Rural, constituída de 3 (três) salas de aula, 1 (uma) secretaria e 2 (dois) alojamentos.	171.500,00
	Construção de uma sala de Informática	16.250,00
	Construção de um saguão	5.250,00
Candói	Ampliação da base física em alvenaria da Casa Familiar Rural, constituída de 1 (uma) sala de aula, 1 (uma) biblioteca e 1 (um) alojamentos.	90.000,00
	Construção de um saguão.	15.400,00
Pinhão (passou p 2010)	Ampliação da base física em alvenaria da Casa Familiar Rural, constituída de 1 (uma) sala de aula, 1 (uma) biblioteca e 2 (Dois) alojamentos.	103.800,00
Total do Projeto		505.700,00

Total de Investimentos em 2009	1.194.322,80
---------------------------------------	---------------------

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 29 - Projetos Contratados em 2010.

Projeto: Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu		
Município	Meta	Total
Laranjeiras do Sul	1. Construção de Unidades	
	Auditório para 100 pessoas com 180m ² de área construída	126.000,00
	Escritório para sede administrativa do CONDETEC com 60m ² de área construída	42.000,00
	Unidade didática para bovinocultura leiteira com 122m ² de área construída	50.000,00
	Unidade didática para cursos de manipulação de alimentos (agro industrialização) de área construída 80m ²	65.000,00
	2. Aquisição de Equipamentos	
	Conjunto de Irrigação	34.000,00
	Veículo Utilitário	32.000,00
	Micro trator e Equipamentos	36.000,00
	Tendas pantográficas	15.600,00
	3. Construção de Poço Artesiano	
	3. Construção de Poço Artesiano	30.000,00
	4. Construção de 1,3 km de Cercas e 2 Portais	
	4. Construção de 1,3 km de Cercas e 2 Portais	18.000,00
Total do Projeto		448.600,00

Projeto: Regularização Fundiária no Território Cantuquiriguaçu		
Município	Meta	Total
Goioxim	Pickup, cabine dupla 3.0 4X4	85.000,00
	2 computadores	14.000,00
	6 Softwares	18.000,00
	3 Gps Geodésico + Coletor (PAR)	195.000,00
	Total do Projeto	312.000,00
	Total de Investimentos Em 2010	760.600,00
Total de Investimentos Pronaf 2003 – 2010		7.621.708,20
Total (Não Contratado)		1.244.700,00
Total Contratado 2003 – 2010		6.377.008,20

Fonte: Cantuquiriguaçu, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Tabela 30 - Investimentos no território: PRONAT e PROINF - 2003 a 2013.

Ano	Valor (R\$)
ano 2003	200.000,00

ano 2004	657.021,50
ano 2005	1.036.700,00
ano 2006	1.049.165,00
ano 2007	95.490,00
ano 2008	1.086.909,80
ano 2009	1.832.522,86
*ano 2010	*552.400,00
ano 2011	
ano 2012	
ano 2013	

Total	6.510.209,16
--------------	---------------------

Fonte: Relatório CONDETEC – 2010= * Valores aprovados até fevereiro de 2010.

Esse quadro mostra que os valores são ínfimos, sendo referentes aos recursos específicos para o desenvolvimento, no entanto, foram importantíssimos para a concretização de algumas ações necessárias e que só foram possíveis devido à existência desse recurso e da forma democrática em que o CONDETEC pôde direcionar para ações concretas pautadas pelos sujeitos que residiam (e ainda residem) no território. Porém, mensurando esse valor por município, divididos entre os anos de 2003 a 2010, tem-se um total de 325 mil reais em 8 anos ou de 40 mil reais por ano em média. Isso mostra que esse recurso de extrema importância precisa ser ampliado drasticamente pelo governo federal, além do Estado do Paraná também fazer a sua parte e criar uma política de desenvolvimento, alocando recursos para a gestão do CONDETEC.

Os projetos desenvolvidos e efetivados no Território foram financiados com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios (PROINF) dentre outros, de 2003 até 2010. Os programas visavam ao desenvolvimento de eixos importantes para o avanço territorial, para isso, somou-se um montante de R\$ 6.510.209,16, distribuídos ao longo desses 8 anos conforme observado na tabela 236. Esses recursos, em sua maioria foram utilizados para o fortalecimento e estruturação de instituições da sociedade civil e agricultura camponesa e familiar, na geração de renda através do fortalecimento dos sistemas produtivos, transformação e agroindustrialização. Esses recursos são ínfimos quando se trata de uma política de desenvolvimento Territorial.

Conforme a “Matriz de Ações 2013” do MDA, as ações constantes nesse relatório estão sendo executadas no Território da Cidadania: Cantuquiriguaçu – PR. Um programa de destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual adquire alimentos da agricultura familiar, conforme Lei 11.326/2006, com dispensa de licitação, respeitando os

preços de referência e os limites máximos por unidade familiar, destinando-os às pessoas em vulnerabilidade social. O PAA é utilizado para Alimentar sujeitos atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em casos específicos é destinado à rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, pela Modalidade Compra Institucional, o Programa possibilita aos estados, distrito federal e aos municípios, com recursos Cantuquiriguaçu – PR, estabelecer como meta, como exemplo, em 2013, atender a 254 famílias e investir um valor de R\$ 977.147,84 no Território Cantuquiriguaçu.

O PAA adquiriu produtos da agricultura familiar, advindos da reforma agrária de povos e comunidades tradicionais, com ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos como o uso preferencial para a venda no mercado institucional ou convencional. Esse programa tem como meta atender no território Cantuquiriguaçu, a 185 agricultores familiares, atingindo um valor de R\$ 470.842,33.

Segundo o relatório de ações do Governo Federal para os territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu – PR, foram previstas para o ano de 2013 um total de 24 ações, com a previsão de investimento de R\$ 21.211.814,09. Vale resaltar, que nesse valor estão inclusas todas as políticas públicas do governo federal que passam pelos ministérios que compõem o bloco de apoio ao desenvolvimento territorial, mas isso não significa que essas políticas sejam implantadas só nos territórios da cidadania. A maioria são políticas públicas de acesso a todos os cidadãos brasileiros, independente de pertencer ou não a um território da cidadania. Todos esses dados estão reunidos em um documento chamado de “Relatórios de ações do MDA”.

Pode ser algo efetivo, no entanto, parece ser muito mais uma propaganda, do que ações concretas de desenvolvimento territorial. Em sua maioria não mexe com a base social e econômica da população do território. Sempre estão inclusas as demais ações do governo que são executadas em todo território nacional independente de ser ou não território da cidadania, por exemplo o programa do bolsa família, aposentadoria, dentre outras cujo critério de adesão não é pertencer ao território da cidadania para participar do programa social. Isso causa estranheza aos que só tem contado com dados oficiais e não participa das lutas efetivas pelo desenvolvimento do território.

3.7 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU: COMO PROPONENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante dos fatos relatados e da necessidade de ampliar o debate e lutar por mais recursos, em 2010 foi construído pelas câmaras setoriais do CONDETEC, aprovada pelo coletivo dos conselheiros de desenvolvimento territorial e apresentado ao governo federal, como proposta (Plano Safra) do território, para os anos de 2010 a 2013. Do ponto de vista hegemônico significa algo novo para a região, uma vez que são sujeitos apresentando uma proposta desde a base para o governo federal.

Tabela 31 – Orçamento e Plano Safra Cantuquiriguaçu 2010-2013.

Descrição	Unidade Medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
ATER – Meta	R\$	44.650,00	7.650.100,00	6.278.980,00
Financeira Total				
Crédito – Meta	R\$	60.904.000,0	317.700.000,0	635.550.000,0
Financeira Total		0	0	0
Comercialização – Meta Financeira Total	R\$	13.000,00	148.500,00	152.000,00
Novas Políticas – Meta Financeira Total	R\$	--	9.813.353,00	18.349.230,90
Gestão do PST	R\$	450,00	14.220,00	18.000,00
Soma	R\$	60.961.650,0	335.311.953,0	660.330.210,9
		0	0	0

Fonte: CANTUQUIRIGUAÇU Plano Safra Territorial 2010-2013, 2011. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Assim, observa-se no estudo dos planejamentos, tanto do governo federal, e seus relatórios, quanto do planejamento explicitado no Plano Safra territorial 2010-2013, que os recursos do governo federal são ínfimos em relação ao planejado pelos sujeitos que compõem o conselho de desenvolvimento territorial.

Quadro 7 - Proposta do Plano Safra Territorial 2010-2013 (PST), Cantuquiriguaçu/PR.

Formação e Capacitação Agro industrialização Organização	Processamento/Agro industrialização Levantamento Primário Alimentos Processados da Agricultura Familiar Propostas e Metas.	Sistemas Produtivos Principais Diagnóstico. Propostas/Metas: Direcionamento de Crédito, Ater, Capacitação, etc.	Agroecologia Propostas/Metas: Conversão, Capacitação, Difusão, ATER. Seguro Produção	PRONAF Custeio Histórico de acesso por linhas Situação Atual (diagnóstico) Propostas (metas para três anos) Recomendações /Sugestões
Organização da Produção Diagnóstico. Proposta e Metas: Planejamento; Diversificação; Sistema de Integração.	Comercialização	Produção e Geração de Renda Plano safra territorial - PST Cantuquiriguaçu	Crédito	Pronaf Investimento Histórico de Acesso por linhas Situação Atual (diagnóstico) Propostas (metas para três anos) Recomendações /Sugestões
Mercado/Canais Diagnóstico: PAA, PNAE; Feiras, Mercado Produtor, outros. Propostas; Metas	Corpo Técnico Diagnóstico; Propostas/Metas: Aumento; Capacitação; Agroecologia; Formação. Infraestrutura Diagnóstico; Propostas/Metas: aumento veículos, Internet, computadores, etc.	ATER/ATES Rede territorial Propostas/Metas: Integração, Convênios, Projetos Redes Referência Propostas e Metas: Diversificação; Cadeias Produtivas; Capacitação; Difusão	Outras Fontes Diagnóstico. PCPR, CONSAD, Microbacias PDA, MPA e outras Metas	Pronaf Infraestrutura Histórico de Acesso Situação Atual (diagnóstico) Propostas (metas para três anos) Recomendações /Sugestões

Fonte: CANTUQUIRIGUAÇU Plano Safra Territorial 2010-2013, 2011. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Vale ressaltar, que dentre as ações pensadas pelo coletivo do CONDETEC, com a participação dos movimentos socioterritoriais, observa-se aquilo que seria um esboço para

atingir as metas do Plano Safra Territorial 2010- 2013 (PST), e assim, ser um exercício de planejamento e ação de uma política de desenvolvimento territorial de fato e de direito, conforme afirmam os sujeitos entrevistados, o que consta no Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu em 2003.

Isso mostra ainda a necessidade eminente de avançar as discussões, visando à ampliação de recursos e à transformação da política territorial em programa de governo, com recursos aprovados pelos entes federados, no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Desse modo, Que cada ente federado construa a sua política de desenvolvimento territorial alocando recursos para serem gestados de forma democrática e autônoma pelo CONDETEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MENSURANDO RESULTADOS, DO PENSADO AO VIVENCIADO: A política de Desenvolvimento no Território Cantuquiriguaçu

No Território Cantuquiriguaçu, muitas foram as conquistas, dentre as quais podemos citar assentamentos, Universidade Federal, Cooperativas dos Movimentos Socioterritoriais, Centros de Educação como o CEAGRO e Casas Familiares, Programa Saberes da Terra, Licenciatura e especialização em Educação do Campo, resistência dos camponeses no campo, inserção dos movimentos no Conselho, Projetos de Assistência Técnica, PRONAT, PROINFO, dentre outras. Diante disso, pode-se dizer que a quase totalidade das conquistas políticas se deve ao protagonismo local dos sujeitos dos movimentos socioterritoriais na disputa e busca por políticas públicas em âmbito local, estadual e federal.

As práticas de produção diversificada, soberania alimentar, produção agroecológica, cuidado com a natureza, reterritorialização pelos assentamentos, tudo se deve às lutas permanentes do povo. Um elemento fundamental a ser pensado no território da Cantuquiriguaçu é que a dinâmica territorial possibilitou a unidade dos movimentos e de entidades ligadas ao campo, na busca constante pela instauração da hegemonia no território. Sem dúvida, esse é um elemento a ser considerado como um grande diferencial em relação aos demais territórios.

Todavia, são insignificantes os recursos encaminhados ao CONDETEC, por isso muitas das possíveis políticas têm ficado na falácia, os recursos que o Conselho tem autonomia em decidir a sua aplicação bem como o futuro do território ficam limitados pelo

limite das políticas públicas. Porém, a experiência do CONDETEC não deixa dúvida de que essa forma do povo governar poderia dar certo, se de fato a sociedade civil pudesse dar direcionamento à utilização dos recursos públicos. No entanto, esses recursos acabam ficando nas mãos dos entes municipal, estadual e federal. Nesse sentido, a política territorial está posta a um exercício pedagógico interessante, porém ainda sem interferência estrutural nas políticas públicas e nas demandas da população.

A continuidade da luta e da disputa territorial, na opinião dos entrevistados, depende de iniciativas no âmbito local do Território por meio do sentimento de pertencimento desde a Educação Básica até o Ensino Superior, do aumento da participação dos municípios enquanto instâncias de representação no Conselho, que vão além das corriqueiras situações emergenciais e do avanço das organizações sociais por pensar o desenvolvimento a partir de bases territorializadas. Além disso, a continuidade do processo depende de fatores supraterritoriais que, na visão dos atores locais, tem importante dimensão expressa nas gestões governamentais do país e do estado do Paraná.

Apesar da visível descrença das políticas territoriais, oriundas do governo federal e estadual, mantém-se a expectativa de que os programas do território da cidadania e das políticas territoriais continuem sendo promovidas e ampliadas. Contudo, é perceptível que a política adotada pelo governo do Paraná não foi e não está sendo significativa como política territorial, bem como a nível nacional, o atraso permanente e mudanças de datas no envio de recursos, precisam ser pensados pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial.

Além de serem recursos irrisórios, têm causado desilusões, isso ao mesmo tempo desarticula e desmobiliza o Conselho. Segundo os sujeitos entrevistados, os métodos de gestão adotados pelo governo do estado não permitem a participação de representações sociais e, além disso, existe pouca força política do CEDRAF junto ao governo federal e estadual.

Nesse sentido, não estão sendo executadas as metas cruciais como acesso ao crédito subsidiado para a produção por parte da população pobre do campo e da cidade, a falta de capacitação e de assistência técnica, de subsídios agrícolas. Ou seja, o máximo são recursos individualizados em programas também individuais e feitos de forma direta pelos bancos.

Esse processo facilita o endividamento dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, poucos têm acesso e a maioria dos recursos vai para o agronegócio, utilizado pelos latifundiários e produtores de monoculturas como a soja e a criação de gado em larga escala. Dentre as principais ações dos governos estadual e federal, essa poderia, no entendimento das lideranças do território, ser a garantia de subsídios para a produção de alimentos,

diversificação da propriedade e infraestrutura que é estratégia, para garantir o futuro do campesinato e do Território.

Percebe-se ainda a necessidade de um orçamento federal, estadual e dos municípios como política pública de governo estabelecida com os sujeitos e lideranças do território. Os recursos são sempre escassos e não dão conta de formar um grupo técnico que dê sustentação ao Conselho, quanto mais em ser representante deliberativo financeiro de políticas públicas federais, estadual a nível territorial. Por isso, é preciso investir no CONDETEC, obtendo uma estrutura técnica permanente que auxilie a formulação de projetos concebidos para a obtenção de recursos e de assistência técnica.

Mais um ponto determinante para a continuidade do Território é a questão da regularização fundiária. Sob essa perspectiva, a questão fundiária e a Reforma Agrária são consideradas condições de extrema necessidade para que a política de desenvolvimento territorial consiga avançar na Cantuquiriguaçu. O território apresenta um gargalo que é a problemática da regularização de terras, condição básica para que os agricultores acessem os benefícios da assistência técnica e financeira no Território.

A questão fundiária reflete-se também nas áreas urbanas, onde os prefeitos encontram inúmeras dificuldades para acessar as terras, a fim de desapropriá-las para melhorar a infraestrutura urbana, bem como para a construção de órgãos públicos, das praças, para o depósito final dos resíduos sólidos, e principalmente para a implantação de conjuntos habitacionais, dentre outras.

É inegável para os sujeitos locais que o protagonismo dos movimentos socioterritoriais foi determinante para a conquista das políticas do Governo Federal e para as demais políticas públicas do Território. Nesse sentido, tornou-se relevante para o desenvolvimento do território o tripé: movimentos socioterritoriais, disputa territorial e políticas públicas, sendo esse vínculo reconhecido como a fonte das principais conquistas obtidas no Território Cantuquiriguaçu.

Também se observa a relativa precariedade do acesso às políticas públicas, que em sua maioria, são oriundas de um ministério que tem pouco orçamento - o MDA. Os sujeitos sociais percebem o vínculo com o MDA, mas defendem a ideia de que deveria existir um diálogo interministerial que permitisse o território disputar junto aos demais Ministérios. Para isso, é preciso que haja concretude de ações decorrentes de políticas territoriais com orçamentos que deem conta de um plano de desenvolvimento territorial, com lei orçamentária aprovada pelo congresso nacional e sancionada pela presidência da república.

Hoje, as políticas além de disputadas são poucas, e tendo o caráter de políticas públicas de governo, a maioria delas são políticas emergenciais e compensatórias, sem consistência em termos de lei, e também quando consistente como é o caso do Bolsa Família tem um caráter de ajudar a família financeiramente, mas não intervém na mudança de situação concreta de materialidade, emprego e formação de consciência crítica. Aliás, pelo contrário, essas políticas têm entorpecido as massas e isso prejudica inclusive articulá-las para lutar pela terra e por políticas que de fato emancipem o ser humano.

Os sujeitos que são as lideranças do território apontam também para a percepção de que algumas instituições políticas, de âmbito estadual e municipal, têm participado do processo apenas com intuítos oportunistas. Nesse sentido, a falsa participação de algumas instituições públicas tem consigo a possibilidade de enfraquecer o processo por estar baseado em interesses políticos de caráter pontual, o que aponta para a desvinculação da finalidade de uma política de Território e de desenvolvimento dos municípios.

Os sujeitos pesquisados afirmam que a existência de tal postura contribui para o enfraquecimento das lutas coletivas pelo Território. Quanto ao Governo do Estado, o Território encontrou suporte na gestão iniciada em 2003 e finalizada em 2010. Já o novo Governo não considera o território como um espaço de luta e concretização de políticas públicas. Portanto, cabe frisar que as políticas de governo são passageiras, avançam, mas não consolidam o processo de desenvolvimento, portanto, faltam são políticas públicas efetivas DE estado, aprovadas com orçamento e sancionadas pelos governos municipais, estaduais e federais que garantam orçamento para o Plano Diretor de desenvolvimento de cada território.

Com a constatação dessa realidade foi possível deu-se ao verificar quais os avanços e os limites vistos após dez anos da política de desenvolvimento territorial. Para tanto, utilizou-se os dados do Censo IBGE (1991,2000, 2006,2010), IPARDES (2004, 2007, 2010,2012), CANTUQUIRIGUAÇU (2003, 2011) e MDA (2010), que correspondem diretamente às lutas e demandas do Território, por meio do dinamismo territorial dos movimentos socioterritoriais com apoio das instâncias federal, estadual e municipal. A grande expectativa é transformar as políticas de governo em políticas de Estado e colocar as organizações territoriais em condições de promover os avanços e superar, ao menos em partes, os problemas e as contradições presentes no processo de desenvolvimento territorial.

Segundo a análise de dados e das entrevistas com as lideranças, mesmo sendo contraditória a afirmação, aponta-se para a crescente consolidação das poucas políticas públicas, tanto pensadas a nível federal quanto no Território. Mas isso só acontecerá com o protagonismo dos movimentos socioterritoriais, por exemplo, o campo educacional, que já

nas décadas de 80, 90 cuja arrancada foi por meio da luta pela terra e da educação. E ainda, a luta pela terra com reassentamentos em Candói, assentamentos em Rio Bonito do Iguazu dentre uma série de ocupações, pressões e pautas para os governos.

A II Conferência Estadual da Educação do Campo no Paraná, em Porto Barreiro, no ano 2000 foi o marco inicial da pauta e da luta pela Educação do Campo como direito e com concepção articulada na luta, no desenvolvimento, por meio da produção da existência dos sujeitos que habitam o campo. Essa dinâmica de lutas e conquistas prossegue com parcerias junto às entidades educacionais e prefeituras, para que haja a realização de conferências, seminários, inserção no Plano Municipal de educação, licenciatura em Educação do Campo, especialização em educação do Campo, dentre outras ações e conquistas que se consolidaram em 2009, com a instalação da UFFS em Laranjeiras do Sul.

Nesse sentido, o destaque ficou para a UNICENTRO, com a realização dos cursos de Especialização e Licenciatura em Educação do Campo, promovendo eventos como os seminários dentre outras ações do âmbito educacional. Assim, o, efetivo papel do CEAGRO foi fundamental na formação de jovens em uma perspectiva de fortalecer a autonomia do agricultor camponês familiar em sua unidade familiar, com trabalho agroecológico, cooperado e solidário.

As análises explicitam a necessidade de ampliar a infraestrutura do Território. Existe a emergência de pavimentar as estradas vicinais possibilitando o escoamento da produção leiteira no Território, estratégia vinculada à comercialização da produção também com ações voltadas à produção local, envolvendo a questão da assistência técnica.

Isso significaria maior articulação entre as ações dos entes federados, por meio da mediação do Território com o Conselho, mas também do efetivo comprometimento das organizações sociais que participam do processo. As políticas públicas pensadas dessa forma, segundo os sujeitos entrevistados, deveriam ser estruturantes e assim possibilitassem avanços na dimensão humana, tanto política como social.

Em relação ao CONDETEC, é importante salientar que o conselho, ao representar a sociedade civil, representa as intencionalidades de cada movimento e de cada instituição, e isso dificulta pensar no território sob a perspectiva coletiva, territorial, para criar estratégias de luta e políticas públicas. No entanto, foi esse mesmo espaço contraditório que possibilitou a presença coletiva dos sujeitos lideranças, de que mesmo nos corredores, articularam ações em conjuntos.

Pode ser citada como exemplo a articulação dos movimentos socioterritoriais com as demais entidades ligadas à agricultura camponesa familiar: a FETRAF-SUL FETAEP,

CRESOL, dentre outras. Esse espaço conquistado, ao mesmo tempo em que vem como elemento de política de desenvolvimento capitalista, contraditoriamente serviu e serve como espaço de articulação dos sujeitos do território, com intuito de pensarem políticas diferenciadas daquelas elaboradas pelos organismos internacionais como prioritárias.

Ou, para exemplificar, questiona-se se ainda existe dúvida com relação à importância das lutas do povo, das ocupações na calada da noite, das articulações da Educação do Campo, com a construção do projeto Saberes da Terra e, para pensar as especializações em Educação do campo, as Licenciaturas em Educação do Campo e de que a presença de uma Universidade dentro de um assentamento é um presente do governo federal.

Sem dúvida, as falas dos sujeitos, bem como as observações demonstram a necessidade de fortalecimento do Território junto ao Governo Federal, de modo a consolidá-lo como escala, objetivando promover o desenvolvimento territorial e políticas governamentais específicas. Como exemplo, pode-se citar o Plano Safra Territorial 2010-2013 elaborado pelo CONDETEC em 2010, mas precisa ser política permanente e pensada em todas as dimensões.

A análise acerca do território ajudou na compreensão de como o Território vem se desenvolvendo mesmo com muitas contradições, avanços e limites. Os avanços consolidaram o sentimento de pertencimento dos sujeitos ao Território, percebe-se neles certa expectativa no sentido da busca permanente por ações que resultem no desenvolvimento territorial.

O CONDETEC, por sua vez, tem sido um espaço de debate e de efetividade para o desenvolvimento do Território, com uma reflexão contínua sobre as necessidades do povo da Cantuquiriguaçu. A luta acontece desde o princípio, pela busca por políticas públicas emancipatórias e que possibilitem à população do território, uma vida de qualidade, emancipação humana e política.

As contradições no território são evidentes, de um lado os movimentos socioterritoriais em busca do desenvolvimento autônomo, na luta pelo fortalecimento do CONDETEC, e em contraposição a instalação de empresas, de grandes cooperativas que buscam alinhar o agricultor camponês familiar ao projeto da agricultura capitalista pela mercantilização total de sua produção pela integração da produção e comercialização direta a empresa que fornece a infraestrutura. No entanto, o trabalhador rural do campo, desprovido de recursos materiais ou formação capitalista, acaba vendendo a sua propriedade para outro vizinho mais empreendedor, conforme a concepção de agricultura capitalista. Esse modelo contrapõe-se à redução das desigualdades e emancipação da população no território Cantuquiriguaçu.

Assim, destacam-se, na apreensão da realidade, pelas informações coletadas de diferentes agências de pesquisas, entrevistas, documentos do CONDETEC, e estudo bibliográfico, a atuação positiva e o protagonismo dos movimentos socioterritoriais como proponentes de políticas públicas junto às instâncias governamentais. No entanto, nem sempre as proposições dos governos vêm ao encontro da pauta popular, dos movimentos e da população em geral. Muitas das políticas atendem de forma precária e paliativamente à região, sem de fato fazer uma intervenção significativa na realidade da população do Território Cantutiriguaçu.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto alegre: UFRGS, 2003.

ARCAFAR-SUL, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil. Disponível em: <<http://www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-somos.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BALTAR, Ronaldo. **A reconstrução do Discurso sobre o ‘Brasil Moderno’ e a idéia de ‘desenvolvimento’ pós-transição democrática**. In: CHAIA, V.; MACHADO, E. (Orgs). *Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 1991**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em 10 jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível

em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2010sinopse.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Relatório de Execução – Plano de Execução 2010**. Territórios da Cidadania, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Territórios da Cidadania 2010**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

CANTUQUIRIGUAÇU, Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul-PR, 2003.

_____. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul-PR, 2004.

_____. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul-PR, 2007.

_____. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul: CANTU, s/d [2008].

_____. **Plano Safra territorial 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: CANTU, 2010.

_____. Disponível em: <<http://www.cantuquiriguacu.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. 2002. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2005.

CARVALHO, Horácio M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, 405 p.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos Rurais: Territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná**. FCT- UNESP SP, 2012.

_____. **Um estudo da Diversidade e Atualidade da reforma Agrária:** Análise dos Tipos de Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná. UNESP SP, 2013.

COMPARATO, Bruno Conder. **A ação política do MST.** 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 out. 2013.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia:** o processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Joaquim Gonçalves. **O processo educativo no projeto saberes da terra do Território Cantuquiriguaçu:** Limites e possibilidades. 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ENTRE RIOS, Turismo. **Turismo Entre Rios.** Disponível em: <<http://www.turismoentrerios.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World.** Princeton, Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo. América Latina en movimiento.** [em linha]. 2009. Disponível em: <<http://alainet.org>>. Acesso em: 23 de mar. 2011.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:** avanços e desafios [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v.16, p. 273-284, 2005.

_____. **Campesinato e Agronegócio na América latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **“Land Governance in Brazil”.** Framing the Debate Series, n. 2. ILC. ISBN: 978-92-95093-79-9, Roma, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Debate & Sociedade**, Uberlândia. v. 1, n. 2, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

IAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná, 2001. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=869>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global.** Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba: **Cadernos Municipais.** Curitiba: IPARDES, 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: **Cadernos Municipais.** Curitiba: IPARDES, 2012.

KRAUSER, Raul Ristow. **A agroecologia no Movimento dos Pequenos Agricultores**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/182375628/A-Agroecologia-No-MPA>>. Acesso em: 15 out. 2012.

LACHESKI, Edilaine. **Guarapuava Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000)**. Curitiba: UFPR, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Mário R. **As Autarquias Locais na União Europeia**. Porto: Edições ASA, 2001.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação é um direito de cidadania. **Retratos da Escola**, Brasília- DF, n. 1, 2009.

MOHR, Naira Estela Roesler (Org.). A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, set./dez. 2012.

MONTENEGRO, Jorge G.; FAVARO, Jorge L. Uma Leitura Crítica do Desenvolvimento Territorial Rural Realmente Existente: entre as condições. de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.39-69, jan./jun. 2012.

MOTA, Lucio Tadeu; CHAGAS, Nádia Moreira. **O guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais**. São Paulo: [S. l.], 2007.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. O campesinato e a Agricultura camponesa no Brasil. **Caderno de Estudos**, v. III, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da educação (SEED). **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição Conceitual à pesquisa geográfica**. S580i. Presidente Prudente: [s.n.], XIII, 240 f, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, p. 227-278, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira (Org.). **Contribuição ao estudo da geografia agrária**, Série Estudos (1), Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Geografia, 1988.

SHALLENBERGER Erneldo; PAGE, Carlos A. **Educación y evangelizacion. La experiencia de un mundo mejor. O guaira: colonizacao e missão**. Universidad Católica de Córdoba Argentina, ago. 2005.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Marcelo Leal Teles da. In: KRAUSER, Raul Ristow. **A agroecologia no Movimento dos Pequenos Agricultores**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/182375628/A-Agroecologia-No-MPA>>. Acesso em: 15 out. 2012.

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO ESTATÍSTICA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Este capítulo apresenta a caracterização dos municípios pertencentes ao Território Cantuquiriguaçu, por meio de dados comparativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1991, 2000 e 2010.

O objetivo da análise é expressar os dados concretos da realidade de cada município em particular, e servir como instrumento de formulação de políticas tanto em âmbito municipal, territorial, estadual e federal.

A maioria desses dados foi expressa no último exemplar do Atlas Brasil 2013, lançado em julho desse mesmo ano. A intencionalidade é apresentar de forma sistêmica e concreta a realidade do território explicando avanços, limites e desafios. Ao mesmo tempo, a ênfase será dada em relação ao Cantuquiriguaçu, instalado em 1984 pelos prefeitos como território de governança e verificar se de fato, após a instalação do Conselho de Desenvolvimento do território em 2003 e a instalação do território da Cidadania pelo governo Federal em 2008, houve avanço em relação à realidade encontrada em determinado momento, município e no território da Cantuquiriguaçu, em comparação com o Paraná e o Brasil.

Municípios do Território Cantuquiriguaçu, mesorregiões oeste e centro-sul do Paraná.

Municípios	Crescimento anual da população - 2000-2010	Ranking 2010 Posição Brasil
Campo Bonito	-1,50%	2412 ^a
Candói	0,55%	3393 ^a
Cantagalo	0,11%	3393 ^a
Catanduvas	-0,21%	2481 ^a
Diamante do Sul	-0,41%	3957 ^a
Espigão Alto do Iguaçu	-1,41%	3378 ^a
Foz do Jordão	-1,63%	3201 ^a
Goioxim	-0,74%	3275 ^a
Guaraniaçu	-1,64%	2503 ^a
Ibema	0,33%	2309 ^a
Laranjeiras do Sul	0,25%	1720 ^a
Marquinho	-1,26%	3820 ^a
Nova Laranjeiras	-0,40%	3254 ^a
Pinhão	0,62%	3030 ^a

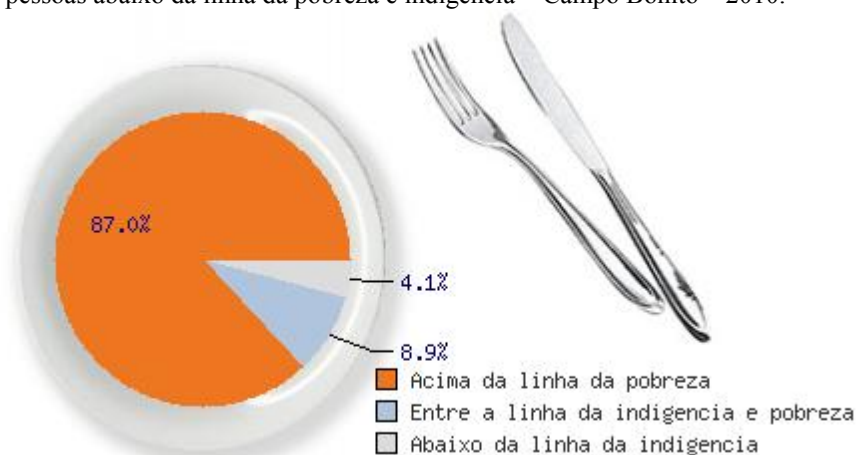
Porto Barreiro	-1,38%	2224 ^a
Quedas do Iguaçu	1,12%	2412 ^a
Reserva do Iguaçu	0,93%	3156 ^a
Rio Bonito do Iguaçu	-0,10%	3501 ^a
Três Barras do Paraná	0,00%	2412 ^a
Virmond	0,00%	1244 ^a
Média do território	-0,34%	-

FONTE: IBGE 2013, organizado por Moraes, Vitor. 2013

1 CAMPO BONITO

Segundo Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos pelo censo Demográfico 2010 nesse município, desde 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 73,5%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve apresentar em 2015, no máximo 24,6%. Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total foi dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Campo Bonito – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Campo Bonito, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	435,11 km ²
IDHM 2010	0,681(médio)

População (Censo 2010)	4407 hab.
Densidade demográfica	10,13 hab./km ²
Ano de instalação	1989
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.1 Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

O município de Campo Bonito está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699), Sendo que em 2010 o IDHM de Campo Bonito foi de 0,681.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 1991,2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,371	0,512	0,681

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A área que mais cresceu no município foi a Educação o qual apresentado pela quadro 03, mostra que entre 1991 a 2000 o crescimento foi de 0,189 e entre 2000 a 2010 foi de 0,221, obtendo, portanto um crescimento contínuo. E sempre seguida pelas dimensões de Renda e Longevidade.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991 %	2000 %	2010 %
IDHM Educação	0,152	0,341	0,562
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,61	21,27	35,03
5 a 6 anos frequentando a escola	17,67	35,85	92,75
11 a 13 anos frequentando anos finais do ensino fundamental	33,96	60,31	95,81

15 a 17 anos com ensino fundamental completo	13,80	53,51	65,30
18 a 20 anos com ensino médio completo	1,30	23,02	31,15

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor.

1.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou que completaram determinados ciclos indica a situação da educação da população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. Entre os anos de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 158,72%; enquanto que no período de 1991 a 2000, 102,89%. O índice de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 77,59% entre 1991 a 2000; e 58,86% entre 2000 a 2010. Já a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 287,75% no período de 1991 a 2000; e 22,03% no período de 2000 a 2010. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 1.670,77% entre 1991 e 2000; e 35,32% entre 2000 a 2010.

Em 1991, cerca de 28,30% dos alunos entre 6 e 14 anos de Campo Bonito estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 48,51% e em 2010 somou 79,49%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, em 1991, 3,27% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 30,03% e em 2010 - 50,46%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 0,46% estavam cursando o ensino superior em 1991; 1,08% em 2000 e 8,61% em 2010. Assim, em 2010, 2,57% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 14,43%.

Segundo Atlas Brasil (2013), a escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso ao conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 35,03% da população com 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental, e 20,64% o ensino médio. No Paraná esses valores são de 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador carrega grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 18,50% nas últimas duas décadas.

1.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o tempo que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 1991, Campo Bonito tinha 9,24 anos esperados de estudo, já em 2000, tinha 8,48 anos e, em 2010, passou para 11,54 anos. Enquanto que o Paraná tinha 9,68 anos em 1991; cerca de 10,11 anos em 2000 e 10,43 anos esperados de estudo em 2010.

1.1.3 Longevidade

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos. A esperança de vida ao nascer aumentou 9,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,5 anos em 1991 para 68,1 anos em 2000, e para 73,8 anos em 2010.

Na tabela 8 estão expressos os índices de longevidade esperados ao longo dos anos aqui estudados.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,658	0,718	0,813
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,46	68,05	73,78

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Campo Bonito cresceu 204,09% nas últimas duas décadas, passando de R\$192,39 em 1991, para R\$241,69 em 2000 e R\$585,04 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 25,63% no primeiro período e 142,06% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 34,08% em 1991 para 21,58% em 2000 e para 2,98% em 2010. A desigualdade diminuiu, pois o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,48 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,511	0,548	0,690
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	192,39	241,69	585,04

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Campo Bonito conseguiu ampliar significativamente o acesso da população a renda nos últimos anos, apesar de ainda possuir ainda 14, 87 % de pessoas pobres.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
<i>Renda per capita</i> (em R\$)	192,39	241,69	585,04
% de extremamente pobres	34,08	21,58	2,98
% de pobres	60,39	48,36	11,89
Índice de Gini	0,58	0,52	0,48

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.5 Trabalho

A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população economicamente ativa) passou de 58,71% em 2000 para 72,83% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da população que estava desempregada passou de 9,96% em 2000 para 3,22% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 50,26% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 6,78% na indústria de transformação, 3,87% no setor de construção, 0,25% nos setores de utilidade pública, 5,84% no comércio e 23,53% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	58,71	72,83
Taxa de desocupação	9,96	3,22

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.6 Vulnerabilidade Social

A tabela abaixo mostra que ainda existe um alto índice de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	30,57	7,77
% de crianças extremamente pobres	43,25	30,23	3,24
% de vulneráveis à pobreza	80,81	67,52	33,99
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal -	-	69,07	40,92

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.7 População

Entre 2000 e 2010, a população de Campo Bonito teve uma taxa média de crescimento anual de -1,50%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,15%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 1991 e 2000 e de 1,01% entre 2000 e 2010. No país, foram de 1,02% entre 1991 e 2000 e de 1,01% entre 2000 e 2010. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 100,25%, segundo os parâmetros oficiais que definem o espaço rural e urbano.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	5.059	100,00	5.128	100,00	4.407	100,00
Taxa de Urbanização	-	29,24	-	44,07	-	58,54
Urbana	1.479	29,24	2.260	44,07	2.580	58,54
Rural	3.580	70,76	2.868	55,93	1.827	41,46

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.8 Mortalidade Infantil

Apesar de considerável redução da taxa de mortalidade infantil o município de Campo Bonito apresenta um alto índice, conforme explicita a tabela a seguir.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	48,5	26,7	16,8
Mortalidade Infantil	42,20	23,10	14,40

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

1.9 Ranking

Campo Bonito ocupa a 2412^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.411 (43,32%) municípios estão em situação melhor e 3.154 (56,68%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Campo Bonito ocupa a 295^a posição, sendo que 294 (73,68%) municípios estão em situação melhor e 105 (26,32%) municípios estão em situação pior ou igual.

2 CANDÓI

Segundo Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do Censo Demográfico 2010 nesse município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 42,1%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 20,7%. O município de Candói deve um dos piores índices de acesso a renda da população de 2000 a 2010.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência - Candói - 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Candói, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	1518,13 km ²
IDHM 2010	0,635(médio)
População (Censo 2010)	14983hab.
Densidade demográfica	9,87 hab./km ²
Ano de instalação	1993
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Candói é 0,635, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,309	0,509	0,635

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A dimensão que mais cresceu no município foi a Educação sendo de 0,223 entre 1991 a 2000, e com crescimento de 0,188 entre 2000 a 2010, sempre seguida por Renda e por Longevidade.

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos de estudos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No de período 1991 e 2000, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 21,01% e entre 2000 a 2010 cresceu para 76,59% e. O número das crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 52,62% entre 2000 e 2010; e 248,58% entre 1991 e 2000. O número de jovens com idade entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 26,55%, no período de 2000 a 2010; e 58,48% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo era de 5.027,59% entre 1991 a 2000; e cresceu para 37,59% entre 2000 a 2010.

Assim, em 2010, 6,24% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, já o percentual entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 31,11%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso ao conhecimento e também compõe o IDHM da educação. Em 2010, 32,82% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental, e 17,21% o ensino médio e no Paraná, estes índices eram de 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 11,06% nas últimas duas décadas.

2.1.2 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 1991, Candói tinha 5,96 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 8,09 anos e em 2010 cerca de 9,90 anos Enquanto que Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000 e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,092	0,315	0,503

18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,32	18,61	32,82
5 a 6 anos frequentando a escola	15,78	48,92	86,39
11 a 13 anos frequentando anos finais do ensino fundamental	16,88	58,84	89,80
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	5,99	41,24	52,19
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,29	14,87	20,46

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.1.3 Longevidade

Em Candói, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,6 anos em 1991 para 66,1 anos em 2000, e para 71,7 anos em 2010.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,610	0,685	0,778
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,58	66,08	71,69

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Candói cresceu 126,34% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 208,71 em 1991 para R\$ 355,87 em 2000 e R\$ 472,40 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 70,51% no primeiro período e 32,75% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00 em agosto de 2010) passou de 19,29% em 1991 para 19,41% em 2000 e para 9,92% em

2010. A desigualdade aumentou, pois o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,63 em 2000 e para 0,54 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,524	0,610	0,655
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	208,71	355,87	472,40

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

A renda do município de Candói cresceu nos últimos anos, mas o índice de pobreza permanece com 32,44 % de pessoas pobres e extremamente pobres, sendo um município de quase 15 mil habitantes. Esses dados apontam para em torno de 4.500 pessoas em situação de risco e de vulnerabilidade social por falta de acesso aos direitos básicos de produção de sua existência.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	208,71	355,87	472,40
% de extremamente pobres	19,29	19,41	9,92
% de pobres	53,10	41,70	22,52
Índice de Gini	0,49	0,63	0,54

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.2 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população economicamente ativa) passou de 67,07% em 2000 para 65,16% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,54% em 2000 para 4,57% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 44,99% trabalhavam no setor agropecuário; 0,09% na indústria extrativa; 5,59% na indústria de transformação; 9,21% no setor de construção; 0,78% nos setores de utilidade pública; 8,60% no comércio; e 29,04% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	67,07	65,16
Taxa de desocupação	11,54	4,57

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.3 Vulnerabilidade social

Vale ressaltar com os dados da tabela abaixo o alto índice de pessoas fora da escola e de certa forma mais susceptíveis à falta de acesso aos direitos básicos.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	21,66	17,61
% de crianças extremamente pobres	26,39	27,88	13,68
% de vulneráveis à pobreza	78,31	68,38	46,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal -	-	63,84	53,35

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.4 População

Entre 2000 e 2010, a população de Candói teve taxa média de crescimento anual de 0,55%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,89%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,02% entre 1991 a 2000; e de 1,01% entre 2000 a 2010. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 271,36%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	11.982	100,00	14.185	100,00	14.983	100,00
Taxa de Urb.	-	12,63	-	36,36	-	46,89
Urbana	1.513	12,63	5.158	36,36	7.026	46,89

Rural	10.470	87,38	9.027	63,64	7.957	53,11
-------	--------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.5 Mortalidade Infantil

Ao comparar os dados de 2010 aos de 1991, percebe-se que o município reduziu drasticamente os índices de mortalidade infantil, no entanto, o município ainda apresenta uma taxa de 18,7 %, sendo muito alta comparada aos índices nacionais.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	61,8	32,5	21,9
Mortalidade Infantil	53,80	28,10	18,70

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

2.6 Ranking

Candói ocupa a 3393^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.392 (60,95%) municípios estão em situação melhor e 2.173 (39,05%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Candói ocupa a 378^a posição, sendo que 377 (94,49%) municípios estão em situação melhor e 22 (5,51%) municípios estão em situação pior ou igual.

3 CANTAGALO

Segundo Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do senso Demográfico 2010 nesse município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 47,5%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 23,5%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Canta Galo – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Cantagalo, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	584,89 km ²
IDHM 2010	0,635 (médio)
População (Censo 2010)	12952 hab.
Densidade demográfica	22,14 hab./km ²
Ano de instalação	1982
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.1 Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Educação, Longevidade e Renda

O (IDHM) de Cantagalo é 0,635, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). A dimensão que mais cresceu foi a Educação sendo que entre 1991 e 2000 o crescimento era de 0,228 e entre 2000 a 2010 de 0,176, sempre seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,334	0,516	0,635

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.1.1 Educação

As crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos de estudos indica compõe o IDHM Educação. Entre 2000 e 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 59,92% e no de período 1991 e 2000, cresceu 213,19%. O percentual de crianças de 11 a 13 anos que estavam frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 63,88% entre 2000 e 2010, e 242,43% entre 1991 e 2000.

O número de jovens entre 15 e 17 anos que possuem ensino fundamental completo, cresceu 5,28% no período de 2000 a 2010 e 389,53% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 112,61% entre 2000 e 2010 e 233,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 64,53% dos alunos entre 6 e 14 anos de Cantagalo estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 43,92% e, em 1991, 22,66%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 23,84% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 17,81% e, em 1991, 2,93%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 8,87% estavam cursando o ensino superior em 2010, 3,60% em 2000 e 1,09% em 1991. Assim é possível perceber que em 2010, 3,96% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 22,87%.

3.1.1.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Cantagalo tinha 10,12 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,98 anos e em 1991 8,16 anos. Enquanto que Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010, 10,11 anos em 2000 e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991 %	2000 %	2010 %
IDHM Educação	0,118	0,346	0,522
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	10,82	20,79	33,39
5 a 6 anos frequentando a escola	19,03	59,60	95,31
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	15,53	53,18	87,15
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	10,79	52,82	50,03
18 a 20 anos com ensino médio completo	4,00	13,32	28,32

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.1.2 Longevidade

Em Cantagalo, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,9 anos em 1991 para 66,0 anos em 2000, e 71,1 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,625	0,684	0,768
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,9	66,0	71,1

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

3.1.3 Renda

A renda per capita média de Cantagalo cresceu 116,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 195,95 em 1991 para R\$ 298,39 em 2000 e R\$ 424,57 em 2010. A extrema

pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00) passou de 45,25% em 1991 para 24,09% em 2000 e para 5,75% em 2010. A desigualdade diminuiu e o Índice de Gini passou de 0,65 em 1991 para 0,61 em 2000 e para 0,51 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,514	0,582	0,638
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	195,95	298,39	424,57

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	195,95	298,39	424,57
% de extremamente pobres	45,25	24,09	5,75
% de pobres	69,60	45,57	23,91
Índice de Gini	0,65	0,61	0,51

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população economicamente ativa, passou de 66,86% em 2000 para 66,69% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,07% em 2000 para 6,34% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 38,98% trabalhavam no setor agropecuário; 0,16% na indústria extrativa; 8,11% na indústria de transformação; 8,65% no setor de construção; 0,97% nos setores de utilidade pública; 10,64% no comércio; e 30,00% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	66,86	66,89

Taxa de desocupação	11,07	6,34
---------------------	-------	------

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.4 Vulnerabilidade social

O município de Cantagalo possui uma situação de vulnerabilidade social conforme expresso na tabela a seguir.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos - não estudam ou trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	22,19	17,40
crianças extremamente pobres	53,32	34,41	8,28
vulneráveis à pobreza	83,14	69,97	49,19
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	67,48	50,32

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Cantagalo teve uma taxa média de crescimento anual de 0,11%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,26%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000; e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 52,92%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	11.443	100,00	12.810	100,00	12.952	100,00
Taxa de Urbanização	-	42,96	-	57,08	-	65,70
Urbana	4.916	42,96	7.312	57,08	8.509	65,70
Rural	6.527	57,04	5.498	42,92	4.443	34,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.6 Mortalidade Infantil

O índice de mortalidade infantil de Canta Galo ainda é acima dos padrões, com um índice altíssimo de 19,90.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	60,1	32,7	23,3
Mortalidade infantil	52,40	28,30	19,90

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

3.7 Ranking

Cantagalo ocupa a 3393^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.392 (60,95%) municípios estão em situação melhor e 2.173 (39,05%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, ocupa a 378^a posição, sendo que 377 (94,49%) municípios estão em situação melhor e 22 (5,51%) municípios estão em situação pior ou igual.

4 CATANDUVAS

Segundo o Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do Censo Demográfico 2010, no município, no período de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 57,6%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 20,8%.

FDimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Catanduvás – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Catanduvás, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	582,79 km ²
IDHM 2010	0,678(médio)
População (Censo 2010)	10202 hab.
Densidade demográfica	17,52 hab./km ²
Ano de instalação	1960
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

4.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Catanduvás é 0,678, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 1991 a 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi

Educação (com crescimento de 0,224). E novamente entre 2000 a 2010, com crescimento de 0,149, sempre seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991; 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,421	0,569	0,678

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos de estudos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 97,72%; e no de período 1991 a 2000, 65,09%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 19,00% entre 2000 a 2010 e 97,38% entre 1991 e 2000.

O número de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 12,79% no período de 2000 a 2010 e 243,11% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 70,98% entre 2000 e 2010 e 229,49% entre 1991 a 2000.

Em 2010, 58,74% dos alunos entre 6 e 14 anos de Catanduvas estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 54,74%; e em 1991, 33,08%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 48,47% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 37,40%; e em 1991, 5,84%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 11,90% estavam cursando o ensino superior em 2010; 3,72% em 2000 e 0,82% em 1991. Nota-se que em 2010, 2,18% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 15,58%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 36,49% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 20,84% o ensino médio, no Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador aponta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 11,87% nas últimas duas décadas.

4.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar e o ano que tende a completar. Em 2010, Catanduvas tinha 10,27 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 9,72 anos; e em 1991 era de 9,01 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991 %	2000 %	2010 %
IDHM Educação	0,200	0,424	0,573
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,19	29,34	36,49
5 a 6 anos frequentando a escola	27,61	45,58	90,12
11 a 13 anos frequentando anos finais do ensino fundamental	34,39	67,88	80,78
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	19,37	66,46	74,96
18 a 20 anos com ensino médio completo	7,29	24,02	41,07

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.1.3 Longevidade

Em Catanduvas, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,6 anos em 1991 para 67,2 anos em 2000, para 73,3 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	64,63	67,19	73,28
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,6	67,2	73,3

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

4.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Catanduvas cresceu 102,10%. Nas últimas duas décadas, a renda passou de R\$ 266,91 em 1991 para R\$ 375,76 em 2000; e R\$ 539,43 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 40,78% no primeiro período e 43,56% no segundo. A extrema pobreza (proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00) passou de 34,74% em 1991 para 16,42% em 2000 e para 6,65% em 2010. A desigualdade diminuiu, pois o Índice de Gini passou de 0,64 em 1991 para 0,62 em 2000 e para 0,53 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,564	0,619	0,677
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	266,91	375,76	539,43

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	266,91	375,76	539,43
% de extremamente pobres	34,74	16,42	6,65
% de pobres	59,23	40,20	16,54
Índice de Gini	0,64	0,62	0,53

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, população economicamente ativa) passou de 60,62% em 2000 para 72,42% em 2010. Ao

mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 9,67% em 2000 para 1,89% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 40,96% trabalhavam no setor agropecuário, 0,45% na indústria extrativa, 9,74% na indústria de transformação, 5,74% no setor de construção, 0,00% nos setores de utilidade pública, 7,56% no comércio e 26,79% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 a 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	60,62	72,42
Taxa de desocupação	9,67	1,89

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.4 Vulnerabilidade social

Conforme expresso na tabela abaixo, os índices de vulnerabilidade social são altíssimos.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos - não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	20,19	5,69
Crianças extremamente pobres	44,49	23,93	10,47
Vulneráveis à pobreza	76,89	64,91	40,80
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	59,75	48,52

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Catanduvás apresentou taxa média de crescimento anual de 0,21%, na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,66%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000.

No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 38,54%.

População Total, Rural e Urbana: 1991, 2000 e 2010.

População	1991		2000		2010	
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	9.821	100,00	10.421	100,00	10.202	100,00
Taxa de Urbanização	-	37,80	-	47,44	-	52,36
Urbana	3.712	37,80	4.944	47,44	5.342	52,36
Rural	6.109	62,20	5.477	52,56	4.860	47,64

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.6 Mortalidade infantil

Apesar da redução significativa e o município apresenta um dos melhores índices do território ainda tem um índice elevado.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	47,8	29,1	17,6
Mortalidade Infantil	41,60	25,20	15,10

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

4.7 Ranking

Catanduvras ocupa a 2481^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.480 (44,56%) municípios estão em situação melhor e 3.085 (55,44%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Catanduvras ocupa a 308^a posição, sendo que 307 (76,94%) municípios estão em situação melhor e 92 (23,06%) municípios estão em situação pior ou igual.

5 DIAMANTE DO SUL

De acordo com o Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda

domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 49,1%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 27,4%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Diamante do Sul – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Diamante do Sul, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	361,23 km ²
IDHM 2010	0,608 (médio)
População (Censo 2010)	3510 hab.
Densidade demográfica	9,72 hab./km ²
Ano de instalação	1993
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

5.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Diamante do Sul é 0,608, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,183), seguida por Educação e por Longevidade.

Entre 2000 a 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,186), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991; 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,332	0,488	0,608

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos de estudos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. Entre os anos de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 88,58%; e no de período 1991; e 2000, 641,92%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 89,47% entre 2000 e 2010; e 16,99% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos, com ensino fundamental completo, cresceu 20,20% no período de 2000 a 2010; e 224,15% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 60,55% entre 2000 e 2010; e 63,49% entre 1991 e 2000.

5.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Diamante do Sul tinha 10,51 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 7,90 anos; e em 1991 8,97 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,152	0,293	0,479
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,46	16,98	26,27

5 a 6 anos frequentando a escola	6,68	49,56	93,46
11 a 13 anos frequentando anos finais do ensino fundamental	40,44	47,31	89,64
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	12,63	40,94	49,21
18 a 20 anos com ensino médio completo	9,97	16,30	26,17

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.1.3 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Diamante do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 63,2 anos em 1991 para 67,4 anos em 2000; e para 71,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos; para o país era de 73,9 anos.

IDHM longevidade: 1991 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,637	0,707	0,777
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,2	67,4	71,6

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Diamante do Sul cresceu 307,00% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 84,70 em 1991 para R\$ 264,97 em 2000, e de R\$ 344,73 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 212,83% no primeiro período e 30,10% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 57,17% em 1991 para 30,08% em 2000 e para 11,14% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,66 em 2000 e para 0,45 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,379	0,562	0,605
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	84,70	264,97	334,73

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Em relação à renda e redução da desigualdade houve sim um avanço considerável, porém ainda é município apresenta um dos piores índices do território.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	84,70	264,97	344,73
% de extremamente pobres	57,17	30,08	11,14
% de pobres	85,02	53,67	27,14
Índice de Gini	0,56	0,66	0,45

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 59,90% em 2000 para 66,17% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 4,43% em 2000 para 3,07.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 53,88% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 3,77% na indústria de transformação; 2,45% no setor de construção; 0,10% nos setores de utilidade pública; 11,70% no comércio; 27,17% no setor de serviços em 2010.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	59,90	66,17
Taxa de desocupação	4,43	3,07

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.4 Vulnerabilidade social

O índice de vulnerabilidade ainda é alto com quase 52 % da população em situação de risco, ou seja, mais da metade da população ainda vive com recursos oriundos de políticas de governo, como o programa bolsa família, por exemplo.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos - não estudam nem trabalham e vulneráveis à pobreza	-	22,83	14,05
Crianças extremamente pobres	61,15	41,71	15,88
Vulneráveis à pobreza	93,94	76,36	51,97
18 anos ou mais sem fundamental completo em ocupação informal	-	77,08	59,70

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Diamante do Sul teve taxa média de crescimento anual de -0,41%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,31%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 118,80%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	4.515	100,00	3.659	100,00	3.510	100,00
Taxa de Urb.	-	18,29	-	30,47	-	40,03
Urbana	826	18,29	1.115	30,47	1.405	40,03
Rural	3.689	81,71	2.544	69,53	2.105	59,97

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.6 Mortalidade infantil

O município reduziu drasticamente o índice de mortalidade infantil, conforme mostra a tabela abaixo:

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	53,5	28,4	20,6
Mortalidade infantil	46,90	24,60	17,70

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

5.7 Ranking

Diamante do Sul ocupa a 3957^a posição em 2010 em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.956 (71,09%) municípios estão em situação melhor e 1.609 (28,91%) municípios estão em situação igual ou pior. Perante os 399 outros municípios de Paraná, Diamante do Sul ocupa a 393^a posição, sendo que 392 (98,25%) municípios estão em situação melhor e 7 (1,75%) municípios estão em situação pior ou igual.

6 ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

Segundo o Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do senso Demográfico 2010, o município apresenta, no período de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 31,5%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 24,3%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Espigão Alto do Iguaçu – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Espigão Alto do Iguaçu, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	327,02km ²
IDHM 2010	0,636(médio)
População (Censo 2010)	4677 hab.
Densidade demográfica	14,3 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

6.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Espigão Alto do Iguaçu é de 0,636 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,230), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,319	0,529	0,636

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 69,03%; e no de período 1991 e 2000, 160,57%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 44,87% entre 2000 e 2010; e 141,75% entre 1991 e 2000.

O percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 18,43% no período de 2000 a 2010; e 510,57% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 78,62% entre 2000 e 2010; e 0,00% entre 1991 e 2000. Em 2010, 68,75% dos alunos entre 6 e 14 anos de Espigão Alto do Iguaçu estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 53,92%; e em 1991, 31,32%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 40,85% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 19,03%; em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 8,98% estavam cursando o ensino superior em 2010; 0,00% em 2000 e 0,00% em 1991. Nota-se que em 2010 2,08% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 17,73%.

6.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Espigão Alto do Iguaçu tinha 10,37 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 9,01 anos; e em 1991 - 8,28 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,114	0,334	0,521
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,70	20,51	31,88
5 a 6 anos frequentando a escola	20,57	53,60	90,60
11 a 13 anos frequentando anos finais do ensino fundamental	24,17	58,43	84,65
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,19	43,90	51,99
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	21,98	39,26

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.1.3 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,686	0,724	0,781
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,2	68,4	71,9

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em Espigão Alto do Iguaçu, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,2 anos em 1991 para 68,4 anos em 2000; e para 71,9 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e para o país, de 73,9 anos.

6.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Espigão Alto do Iguaçu cresceu 283,83% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 106,59 em 1991 para R\$ 323,85 em 2000 e R\$ 409,12 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 203,83% no primeiro período e 26,33% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 49,75% em 1991 para

25,36% em 2000; e para 18,67% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,50 em 1991 para 0,67 em 2000; e para 0,57 em 2010.

IDHM renda: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,416	0,595	0,632
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	106,59	323,85	409,12

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Destaca-se no município um aumento da renda em quase quatro vezes, no entanto ainda permanece menor que um salário mínimo nacional per capita.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	106,59	323,85	409,12
% de extremamente pobres	49,75	25,36	18,67
% de pobres	71,23	48,61	31,81
Índice de Gini	0,50	0,67	0,57

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,99% em 2000 para 64,60% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,63% em 2000 para 2,70% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 56,29% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 10,58% na indústria de transformação; 4,39% no setor de construção; 0,08% nos setores de utilidade pública; 6,42% no comércio; e 21,40% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	62,99	64,60
Taxa de desocupação	8,63	2,70

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.4 Vulnerabilidade social

Quase metade da população, conforme dados da tabela abaixo, ainda estão em situação de risco social.

Vulnerabilidade Social: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos - não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	28,86	13,47
Crianças extremamente pobres	57,03	34,17	27,09
Vulneráveis à pobreza	91,14	73,82	49,06
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	65,94	59,53

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.5 População

Em 2010, 31,88% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 18,18% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente.

Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,87% nas últimas duas décadas.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%
Total	7.972	100,00	5.388	100,00	4.677	100,00

Taxa de Urbanização	-	16,72	-	29,18	-	35,19
Urbana	1.333	16,72	1.572	29,18	1.646	35,19
Rural	6.639	83,28	3.816	70,82	3.031	64,81

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.6 Mortalidade infantil

Índice de mortalidade infantil ainda acima 18 %, o que pode ser considerado um índice alto.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	41,6	25,7	21,6
Mortalidade Infantil	36,20	22,20	18,40

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

6.7 Ranking

Espigão Alto do Iguaçu ocupava a 3378^a posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3377 (60,68%) municípios estão em situação melhor e 2.188 (39,32%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Espigão Alto do Iguaçu ocupa a 376^a posição, sendo que 375 (93,98%) municípios estão em situação melhor e 24 (6,02%) municípios estão em situação pior ou igual.

7 FOZ DO JORDÃO

Segundo o Portal ODM (2013), na análise de dados colhidos do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 54,2%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 23,8%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Foz do Jordão – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Foz do Jordão, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	234,96 km ²
IDHM 2010	0,645 (médio)
População (Censo 2010)	5420 hab.
Densidade demográfica	23,04 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

7.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Foz do Jordão é 0,645, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,173), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,181), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991; 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,363	0,516	0,645

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 78,50%; e no de período 1991 e 2000, 56,74%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 36,01% entre 2000 e 2010; e 91,78% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 13,37% no período de 2000 a 2010; e 2.284,62% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 127,12% entre 2000 e 2010; e 2.778,72% entre 1991 e 2000.

7.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Foz do Jordão tinha 9,26 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,15 anos; e em 1991 7,54 anos. Enquanto que Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,142	0,323	0,496
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	10,63	19,68	31,46
5 a 6 anos frequentando a escola	31,16	48,84	87,18
11 a 13 anos freqüentando os anos finais do ensino fundamental	32,62	62,56	85,09

15 a 17 anos com ensino fundamental completo	1,69	40,30	45,69
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,47	13,53	30,73

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.1.3 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Foz do Jordão, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,4 anos em 1991 para 69,2 anos em 2000; e para 74,7 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0.657	0,736	0,828
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,4	69,2	74,7

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

7.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Foz do Jordão cresceu 142,31% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 193,00 em 1991 para R\$ 289,16 em 2000 e R\$ 467,65 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 49,82% no primeiro período e 61,73% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 16,43% em 1991 para 17,08% em 2000 e para 7,59% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,41 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,54 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
--	------	------	------

IDHM Renda	0,512	0,577	0,654
Renda per capita (em R\$)	193,00	289,16	467,65

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

A tabela abaixo apresenta os dados de aumento significativo na renda da população nos últimos anos, apesar de ainda ser menor que um salário mínimo a renda *per capita*.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	193,00	289,16	467,65
% de extremamente pobres	16,43	17,08	7,59
% de pobres	43,15	43,59	19,52
Índice de Gini	0,41	0,58	0,54

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,12% em 2000 para 61,93% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 20,38% em 2000 para 9,19% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 26,02% trabalhavam no setor agropecuário; 0,11% na indústria extrativa; 4,77% na indústria de transformação; 16,47% no setor de construção; 5,71% nos setores de utilidade pública; 11,34% no comércio; e 31,60% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	60,12	61,93
Taxa de desocupação	20,38	9,19

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.4 Vulnerabilidade social

A situação de vulnerabilidade, conforme expressado na tabela abaixo ainda é de quase metade da população.

Vulnerabilidade Social: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	26,87	16,94
Crianças extremamente pobres	21,51	24,18	11,64
Vulneráveis à pobreza	80,53	75,82	47,34
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	67,02	55,20

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.5 População

Em 2010, 31,46% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 19,41% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,32% nas últimas duas décadas.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%
Total	6.299	100,00	6.378	100,00	5.420	100,00
Taxa de Urbanização	-	4,14	-	67,61	-	72,45
Urbana	261	4,14	4.312	67,61	3.927	72,45
Rural	6.039	95,87	2.066	32,39	1.493	27,55

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.6 Mortalidade infantil

O município apresenta um dos mais baixos índices de mortalidade infantil no território.

Mortalidade Infantil: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	48,6	23,7	15,3
Mortalidade Infantil	42,30	20,40	13,10

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

7.7 Ranking

Foz do Jordão ocupa a 3201^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.200 (57,50%) municípios estão em situação melhor e 2.365 (42,50%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Foz do Jordão ocupa a 363^a posição, sendo que 362 (90,73%) municípios estão em situação melhor e 37 (9,27%) municípios estão em situação pior ou igual.

8 GOIOXIM

Segundo o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, no período de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 41,4%; para alcançar a meta de redução de 50%, o município deverá apresentar em 2015, no máximo 28,8%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Goioxim – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Goioxim, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	704,28 km ²
IDHM 2010	0,641(médio)
População (Censo 2010)	7503 hab.
Densidade demográfica	10,65 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

8.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Goioxim é de 0,641 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,322), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Renda (com crescimento de 0,178), seguida por Educação e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,227	0,446	0,641

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.1.2 Educação

Entre 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 95,57%; e no de período 1991 e 2000 - 400,79%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 166,21% entre os anos de 2000 e 2010; e 259,83% no período de 1991 a 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 126,59%, no período de 2000 a 2010; e 702,22% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 628,66% entre 2000 e 2010; e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 70,31% dos alunos entre 6 e 14 anos de Goioxim estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 43,95%; e em 1991, apenas 12,10%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 40,64% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 9,21%; e em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,56% estavam cursando o ensino superior em 2010; 0,33% em 2000; e 0,00% em 1991. Nota-se que em 2010, 1,87% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 24,54%.

8.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Goioxim tinha 11,29 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 7,30 anos e em 1991, 5,85 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010, 10,11 anos em 2000 e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,051	0,225	0,547
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	4,18	13,69	32,22

5 a 6 anos frequentando a escola	8,84	44,27	86,58
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	10,33	37,17	98,95
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	3,60	28,88	65,44
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	4,71	34,32

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.2 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Goioxim, a esperança de vida ao nascer aumentou 11,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,6 anos em 1991 para 68,6 anos em 2000; e para 73,8 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos; e para o país, de 73,9 anos.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,627	0,726	0,813
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,6	68,6	73,8

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em Goioxim, a esperança de vida ao nascer aumentou 11,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,6 anos em 1991 para 68,6 anos em 2000, e para 73,8 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

8.2 Renda

A renda *per capita* média de Goioxim cresceu 314,45% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 77,25 em 1991 para R\$ 233,97 em 2000 e R\$ 320,16 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 202,87% no primeiro período e de 36,84% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 62,37% em 1991 para 34,02% em 2000 e

para 15,18% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,63 em 2000 e para 0,49 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,364	0,542	0,593
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	77,25	233,97	320,16

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.3 Renda, Pobreza e Desigualdade

Esse quesito destaca-se de forma preocupante, porque metade da população ainda se enquadra como pobre ou extremamente pobre.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	77,25	233,97	320,16
% de extremamente pobres	62,37	34,02	15,18
% de pobres	89,98	58,47	33,13
Índice de Gini	0,61	0,63	0,49

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.4 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 90,01% em 2000 para 76,79% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,81% em 2000 para 2,73% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 71,70% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 1,86% na indústria de transformação; 2,54% no setor de construção; 0,15% nos setores de utilidade pública; 4,50% no comércio; e 16,17% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	90,01	76,79
Taxa de desocupação	0,81	2,73

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.5 Vulnerabilidade social

Mais de 56 % da população ainda vive em situação de vulnerabilidade à pobreza.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	5,70	10,05
Crianças extremamente pobres	65,81	43,14	20,24
Vulneráveis à pobreza	95,60	78,53	56,80
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	69,63	57,44

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.6 População

Entre 2000 e 2010, a população de Goioxim apresentou taxa média de crescimento anual de -0,75%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,72%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 501,60%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%
Total	7.583	100,00	8.086	100,00	7.503	100,00
Taxa de Urbanização	-	3,89	-	22,66	-	23,40
Urbana	295	3,89	1.832	22,66	1.756	23,40

Rural	7.288	96,11	6.254	77,34	5.747	76,60
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.7 Mortalidade infantil

O município destaca-se por apresentar um baixo índice de mortalidade infantil.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	56,8	25,3	16,8
Mortalidade Infantil	49,50	21,90	14,40

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

8.8 Ranking

Goioxim ocupa a 3275^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.274 (58,83%) municípios estão em situação melhor e 2.291 (41,17%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Goioxim ocupa a 368^a posição, sendo que 367 (91,98%) municípios estão em situação melhor e 32 (8,02%) municípios estão em situação pior ou igual.

9 GUARANIAÇU

De acordo com o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 52,1%; para alcançar a meta de redução de 50%, deverá ter em 2015, no máximo 18,2%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Guaraniaçu – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Guaraniaçu, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	127,14 km ²
IDHM 2010	0,677 (médio)
População (Censo 2010)	14482hab.
Densidade demográfica	11,88 hab./km ²
Ano de instalação	1951
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

9.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Guaraniaçu é 0,677 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,138), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991; 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,398	0,575	0,677

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM em Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 48,64%; e no de período 1991 a 2000, 222,01%.

A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 77,74% entre 2000 e 2010; e 60,39% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 18,72%, no período de 2000 a 2010; e 203,86% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 21,86% entre 2000 e 2010; e 151,95% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 66,17% dos alunos entre 6 e 14 anos de Guaraniaçu estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 54,00%; e em 1991, 27,50%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 37,02% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 22,90%; e em 1991, 7,16%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,65% estavam cursando o ensino superior em 2010; 5,09% em 2000; e 0,97% em 1991.

Nota-se que em 2010, 3,13% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 21,77%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 34,49% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 20,92% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 11,19% nas últimas duas décadas.

9.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Guaraniaçu tinha 10,93 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 8,94 anos; e em 1991 9,45 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,181	0,390	0,528
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,85	29,06	34,49
5 a 6 anos frequentando a escola	16,72	53,84	80,03
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	32,52	52,16	92,71
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	16,82	51,11	60,68
18 a 20 anos com ensino médio completo	9,24	23,28	28,37

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.1.3 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Guaraniaçu, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 65,2 anos em 1991 para 70,9 anos em 2000; e para 75,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e para o país era de 73,9 anos.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,671	0,765	0,841
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,2	70,9	75,4

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Guaraniaçu cresceu 206,80% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 200,44 em 1991 para R\$ 418,62 em 2000 e R\$ 614,94 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 108,85% no primeiro período e 46,90% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 35,67% em 1991, para 13,67% em 2000, e para 5,53% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,62 em 2000 e para 0,54 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,518	0,636	0,698
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	200,44	418,62	614,94

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

O município apresenta uma excelente renda *per capita* e baixo índice de pobreza, e consequentemente representa uma das melhores índices do território.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	200,44	418,62	614,94
% de extremamente pobres	35,67	13,67	5,53
% de pobres	65,79	36,23	16,23
Índice de Gini	0,61	0,62	0,54

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,16% em 2000 para 74,79% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,76% em 2000 para

2,00% em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 42,80% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 4,46% na indústria de transformação; 5,58% no setor de construção; 0,78% nos setores de utilidade pública; 8,44% no comércio; e 30,33% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	69,16	74,79
Taxa de desocupação	7,76	2,00

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.4 Vulnerabilidade social

O município avançou consideravelmente reduzindo drasticamente o índice de pessoas pobres.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	17,64	10,47
crianças extremamente pobres vulneráveis à pobreza	45,49	21,30	9,03
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	82,52	59,84	35,37
	-	57,56	47,19

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Guaraniaçu apresentou taxa média de crescimento anual de -1,64%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,45%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 47,55%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991		2000		2010	
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	21.497	100,00	17.201	100,00	14.582	100,00
Taxa de Urbanização	-	36,27	-	47,24	-	53,52
Urbana	7.797	36,27	8.126	47,24	7.804	53,52
Rural	13.700	63,73	9.075	52,76	6.778	46,48

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

9.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	45,3	19,6	14,2
Mortalidade Infantil	39,40	16,90	12,10

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

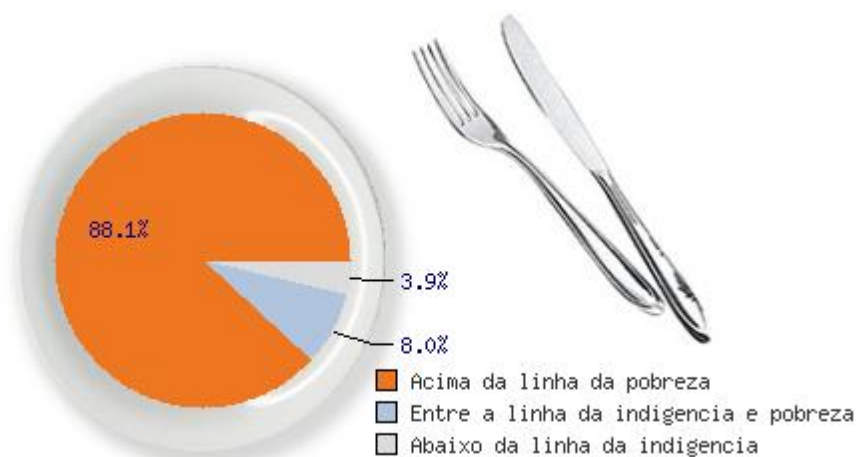
9.7 Ranking

Guaraniaçu ocupa a 2503^a posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.502 (44,96%) dos municípios estão em situação melhor, e 3.063 (55,04%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Guaraniaçu ocupa a 310^a posição, sendo que 309 (77,44%) municípios estão em situação melhor e 90 (22,56%) municípios estão em situação pior ou igual.

10 IBEMA

Conforme o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município de 2000 a 2010, aponta a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 - reduziu em 68,8%; para alcançar a meta de redução de 50% deverá ter, em 2015 no máximo 19,1%

Figura 12 - Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Ibema – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Ibema, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	146,52 km ²
IDHM 2010	0,685(médio)
População (Censo 2010)	6066hab.
Densidade demográfica	41,4 hab./km ²
Ano de instalação	1990
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

10.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

10.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ibema é de 0,685 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a

Educação (com crescimento de 0,258), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,199), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991, 2000 e 2010

1991	2000	2010
0,374	0,531	0,685

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 67,76%; e no de período 1991 e 2000, 434,18%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 21,42% entre 2000 e 2010; e 149,72% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 45,48%, no período de 2000 a 2010; e 234,67% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 263,31% entre 2000 e 2010; e - 17,78% entre 1991 e 2000. Em 2010, 74,42% dos alunos entre 6 e 14 anos de Ibema estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 61,84%, e em 1991, 28,35%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 49,34% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 17,90%; e em 1991, 7,36%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 8,81% estavam cursando o ensino superior em 2010; e 3,41% em 2000 e 4,05% em 1991. Nota-se que 2,00% das crianças de 6 a 14 anos, em 2010 não frequentavam a escola, percentual que entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 18,81%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 41,52% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 24,86% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais, diminuiu 10,46% nas últimas duas décadas.

10.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos com que a criança inicia a vida escolar, que no ano de referência tende a completar. Em 2010, Ibema tinha 10,91 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 9,79 anos; e em 1991 8,14 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; no ano 2000 - 10,11 anos; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,158	0,357	0,615
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,95	19,72	41,52
5 a 6 anos frequentando a escola	10,65	56,89	95,44
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	30,53	76,24	92,57
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	13,96	46,72	67,97
18 a 20 anos com ensino médio completo	14,62	12,02	43,67

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.1.2 Longevidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município de Ibema, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,6 anos em 1991 para 68,0 anos em 2000, e para 72,2 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,627	0,717	0,786
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,63	68,04	72,16

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

10.1.3 Renda

A renda *per capita* média de Ibema cresceu 131,02% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 216,10 em 1991 para R\$ 304,01 em 2000, e R\$ 499,24 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 40,68% no primeiro período, e de 64,22% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00 em agosto de 2010) passou de 26,36% em 1991 para 11,59% em 2000, e para 3,09% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,54 em 2000 e para 0,44 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,530	0,585	0,664
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	216,10	304,01	499,24

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

O município de Ibema conseguiu reduzir significativamente a quantidade de pessoas pobres, como demonstrado na tabela abaixo.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	216,10	304,01	499,24
% de extremamente pobres	26,36	11,59	3,09
% de pobres	52,50	38,11	11,07
Índice de Gini	0,53	0,54	0,44

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,97% em 2000 para 71,25% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da

população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 9,68% em 2000 para 5,30% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 34,46% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 20,39% na indústria de transformação; 5,55% no setor de construção; 0,68% nos setores de utilidade pública; 10,79% no comércio; e 26,47% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	64,97	71,25
Taxa de desocupação	9,68	5,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.4 Vulnerabilidade social

Avançou em relação à situação de pessoas pobres mais ainda apresenta 33 % de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	21,67	9,16
crianças extremamente pobres	35,45	16,09	4,98
vulneráveis à pobreza	78,12	67,91	33,48
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	59,10	42,50

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Ibema teve uma taxa média de crescimento anual de 0,33%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,43%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010, e de 1,01% entre 1991 e

2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010, e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 31,06%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991		2000		2010	
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	6.106	100,00	5.872	100,00	6.066	100,00
Taxa de Urbanização	-	62,15	-	75,58	-	81,45
Urbana	3.795	62,15	4.438	75,58	4.941	81,45
Rural	2.311	37,85	1.434	24,42	1.125	18,55

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.6 Mortalidade infantil

Em relação à mortalidade infantil os índices ainda são altos.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	56,7	26,7	21,0
Mortalidade Infantil	49,40	23,10	17,90

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

10.7 Ranking

O município de Ibema ocupa a 2309ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.308 (41,47%) municípios estão em situação melhor e 3.257 (58,53%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Ibema ocupa a 288ª posição, sendo que 287 (71,93%) municípios estão em situação melhor e 112 (28,07%) municípios estão em situação pior ou igual.

11 LARANJEIRAS DO SUL

Segundo o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, no período de 2000 a 2010, evidencia a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita*

inferior a R\$ 140,00 reduziu em 49,6%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 15,7%.

Figura 13 - Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Laranjeiras do Sul – 2010.



Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Laranjeiras do Sul, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	671,93 km ²
IDHM 2010	0,706(alto)
População (Censo 2010)	30777 hab.
Densidade demográfica	45,81 hab/km ²
Ano de instalação	1947
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

11.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Laranjeiras do Sul é 0,706, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos

foi a Educação (com crescimento de 0,145), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,203), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,464	0,598	0,706

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 39,25%; e no de período 1991 e 2000, cresceu 136,76%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 53,83% entre 2000 e 2010; e 37,33% entre os anos de 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 9,25% no período de 2000 a 2010; e 167,62% no período de 1991 a 2000.

Já a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 22,91% entre 2000 e 2010; e 282,20% entre 1991 e 2000. Em 2010, 63,71% dos alunos entre 6 e 14 anos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 56,16%; e em 1991, 41,04%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 33,39% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 26,88%; e em 1991, 10,88%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 15,81% estavam cursando o ensino superior em 2010; 5,96% em 2000 e 1,59% em 1991. Nota-se que em 2010, 3,65% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 19,67%.

Em 2010, 42,96% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental, e 27,68% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador demonstra grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 4,03% nas últimas duas décadas.

11.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar, no ano de referência tende a completar. Em 2010, Laranjeiras do Sul tinha 9,62 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 9,16 anos; e em 1991, 9,72 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,246	0,449	0,594
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	24,06	32,74	42,96
5 a 6 anos frequentando a escola	27,01	63,95	89,05
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	42,46	58,31	89,70
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,74	58,18	63,56
18 a 20 anos com ensino médio completo	7,81	29,85	36,69

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.1.3 Longevidade

Em Laranjeiras do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,3 anos em 1991 para 69,2 anos em 2000, e para 75,1 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,654	0,737	0,835
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,3	69,2	75,1

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos, e para o país, de 73,9 anos.

11.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Laranjeiras do Sul cresceu 73,72% nas últimas duas décadas, passando de R\$379,54 em 1991 para R\$447,07 em 2000; e de R\$659,33 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 17,79% no primeiro período e 47,48% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 24,29% em 1991 para 9,96% em 2000; e para 4,60% em 2010. A desigualdade diminuiu, desse modo, o índice de Gini passou de 0,69 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,54 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,620	0,647	0,709
Renda per capita (em R\$)	379,54	447,07	659,33

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

O município destaca-se por apresentar uma excelente renda per capita e um baixo índice de pobreza.

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	379,54	447,07	659,33
% de extremamente pobres	24,29	9,96	4,60
% de pobres	48,49	30,38	14,43
Índice de Gini	0,69	0,58	0,54

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.4 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,33% em 2000 para 68,80% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 12,04% em 2000 para 4,02% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 22,12% trabalhavam no setor agropecuário; 0,22% na indústria extrativa; 7,27% na indústria de transformação; 8,75% no setor de construção; 1,47% nos setores de utilidade pública; 14,60% no comércio; e 41,38% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	64,33	68,80
Taxa de desocupação	12,04	4,02

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.5 Vulnerabilidade social

Mesmo o município apresentando índices consideravelmente bons e ter avançado muito, reduzindo a metade das pessoas em situação de vulnerabilidade, ainda apresenta 32,75% de pessoas em risco de pobreza.

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	16,64	8,64
crianças extremamente pobres vulneráveis à pobreza	32,98	14,52	8,00
72,36	53,34	32,75	
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,31	44,96

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.6 População

Entre 2000 e 2010, a população de Laranjeiras do Sul teve taxa média de crescimento anual de 0,25%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,21%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 12,12%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	26.937	100,00	30.025	100,00	30.777	100,00
Taxa de Urbanização	-	72,54	-	78,47	-	81,33
Urbana	19.539	72,54	23.562	78,47	25.031	81,33
Rural	7.398	27,46	6.463	21,53	5.746	18,67

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.7 Mortalidade infantil

O município apresenta um excelente índice em relação à mortalidade infantil, com apenas 12,6 %.

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	49,4	23,7	14,7
Mortalidade Infantil	43,00	20,40	12,60

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

11.8 Ranking

Laranjeiras do Sul ocupa a 1720ª posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.719 (30,89%) municípios estão em situação melhor; e 3.846 (69,11%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Laranjeiras do Sul ocupa a 199ª posição, sendo que 198 (49,62%) municípios estão em situação melhor e 201 (50,38%) municípios estão em situação pior ou igual.

12 MARQUINHO

Segundo o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, teve a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$

140,00 - reduziu em 48,1%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter em 2015, no máximo 28,9%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Marquinho – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Marquinho, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	512,24 km ²
IDHM 2010	0,614(médio)
População (Censo 2010)	4981 hab.
Densidade demográfica	9,73 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

12.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Marquinho é 0,614 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,252), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e

2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,169), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991; 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,228	0,433	0,614

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 120,99%; e no de período 1991 e 2000, 138,87%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 156,14% entre 2000 e 2010; e 0,00% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 75,13% no período de 2000 a 2010; e 1.420,48% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 546,57% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 68,55% dos alunos entre 6 e 14 anos de Marquinho estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 33,33% e, em 1991, 14,92%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 37,93% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 8,02%; e em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 7,84% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,90% em 2000 e 0,00% em 1991. Nota-se que em 2010, 0,63% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 9,90%.

Em 2010, 24,66% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 13,38% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador demonstra grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,41% nas últimas duas décadas.

12.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar, no ano de referência tende a completar. Em 2010, Marquinho tinha 11,02 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 6,11 anos e em 1991 4,96 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,042	0,211	0,463
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	3,69	13,00	24,66
5 a 6 anos frequentando a escola	15,54	37,12	82,03
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	0,00	34,36	88,01
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	2,10	31,93	55,92
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	4,23	27,35

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.1.3 Longevidade

Em Marquinho, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,6 anos em 1991 para 68,4 anos em 2000, e para 73,8 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,693	0,724	0,814
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,6	68,4	73,8

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer para o estado segue média de 74,8 anos, e para o país, de 73,9 anos.

12.1.2 Renda

A renda per capita média de Marquinho cresceu 265,68% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 100,17 em 1991 para R\$ 216,85 em 2000; e R\$ 366,30 em 2010. A taxa

média anual de crescimento foi de 116,48% no primeiro período; e 68,92% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 60,27% em 1991 para 31,68% em 2000; e para 10,15% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,59 em 2000 e para 0,50 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,406	0,530	0,615
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	100,17	216,85	366,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.1.3 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	100,17	216,85	366,30
% de extremamente pobres	60,27	31,68	10,15
% de pobres	84,47	57,61	28,88
Índice de Gini	0,53	0,59	0,50

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.2 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 82,70% em 2000 para 79,72% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,24% em 2000 para 0,93% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 69,35% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 1,39% na indústria de transformação; 3,48% no setor de construção; 0,59% nos setores de utilidade pública; 3,02% no comércio; e 19,29% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	82,70	79,72
Taxa de desocupação	2,24	0,93

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.3 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	12,58	4,85
Crianças extremamente pobres	68,03	43,10	15,62
Vulneráveis à pobreza	94,99	74,72	55,38
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	75,08	69,48

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.4 População

Entre 2000 e 2010, a população de Marquinho apresentou taxa média de crescimento anual de -1,27%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,89%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 47,52%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	6.717	100,00	5.659	100,00	4.981	100,00
Taxa de Urbanização	-	7,13	-	10,04	-	10,52
Urbana	479	7,13	568	10,04	524	10,52
Rural	6.238	92,87	5.091	89,96	4.457	89,48

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

12.5 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	39,9	25,7	16,7
Mortalidade Infantil	34,70	22,20	14,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

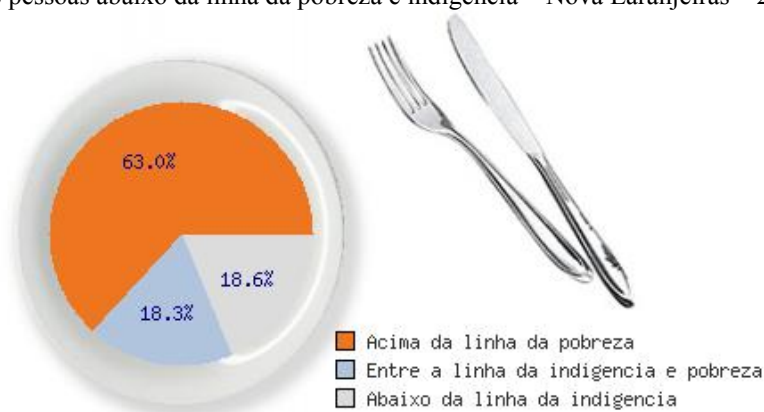
12.6 Ranking

Marquinho ocupa a 3820ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3819 (68,63%) municípios estão em situação melhor; e 1.746 (31,37%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Marquinho ocupa a 389ª posição, sendo que 388 (97,24%) municípios estão em situação melhor; e 11 (2,76%) municípios estão em situação pior ou igual.

13 NOVA LARANJEIRAS

Segundo Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* era inferior a R\$ 140,00 - reduziu em 23,5%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter em 2015, no máximo 24,2%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Nova Laranjeiras – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais

Caracterização do município de Nova Laranjeiras, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	1148,12km ²
IDHM 2010	0,642(médio)
População (Censo 2010)	11241 hab.
Densidade demográfica	9,79hab./km ²
Ano de instalação	1993
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

13.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Laranjeiras é 0,642, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,181), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,298	0 528	0,642

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. Entre 2000 e 2010, o número de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 63,66%; e no de período 1991 e 2000, 362,52%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 100,04% entre 2000 e 2010; e 143,33% entre 1991 e 2000. Os jovens entre 15 e 17 anos de idade com ensino fundamental

completo cresceu 6,22% no período de 2000 a 2010; e 713,14% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 67,97% entre 2000 e 2010; e 406,52% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 63,01% dos alunos entre 6 e 14 anos de Nova Laranjeiras estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 46,74%; e em 1991, 21,76%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 29,98% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 11,31%; em 1991, 1,38%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 13,19% estavam cursando o ensino superior em 2010, 4,93% em 2000; e 0,00% em 1991. Nota-se que em 2010, 4,49% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 20,00%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 30,77% da população com 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 18,81% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador demonstra grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 13,90% nas últimas duas décadas.

13.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Nova Laranjeiras tinha 9,98 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,51 anos; e em 1991 8,02 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010, 10,11 anos em 2000 e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,094	0,336	0,517
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,14	20,51	30,77
5 a 6 anos frequentando a escola	11,02	50,97	83,42
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	18,28	44,48	88,98
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	6,62	53,83	57,18

18 a 20 anos com ensino médio completo	4,45	22,54	37,86
--	------	-------	-------

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.1.3 Longevidade

Em Nova Laranjeiras, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,4 anos em 1991 para 69,9 anos em 2000; e para 75,0 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,657	0,748	0,833
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,4	69,9	75,0

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

13.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Nova Laranjeiras cresceu 220,27% nas últimas duas décadas, passando de R\$114,36 em 1991 para R\$308,58 em 2000; e R\$366,26 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 169,83% no primeiro período; e 18,69% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 51,04% em 1991 para 27,26% em 2000; e para 17,71% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,65 em 2000 e para 0,56 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,427	0,587	0,614
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	114,36	308,58	366,26

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	114,36	308,58	366,26
% de extremamente pobres	51,04	27,26	17,71
% de pobres	81,60	48,91	36,01
Índice de Gini	0,53	0,65	0,56

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,73% em 2000 para 71,46% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,14% em 2000 para 1,32% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 59,85% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 6,34% na indústria de transformação; 4,00% no de construção; 0,34% nos setores de utilidade pública; 4,15% no comércio; e 18,31% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	60,73	71,46
Taxa de desocupação	11,14	1,32

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	29,91	12,38

crianças extremamente pobres	58,02	36,48	24,39
vulneráveis à pobreza	91,68	70,40	57,85
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	67,37	56,79

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Laranjeiras teve taxa média de crescimento anual de -0,40%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,99%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 229,23%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991		2000		2010	
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	12.794	100,00	11.699	100,00	11.241	100,00
Taxa de Urbanização	-	6,41	-	15,50	-	21,10
Urbana	820	6,41	1.813	15,50	2.372	21,10
Rural	11.974	93,59	9.886	84,50	8.869	78,90

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	48,6	22,0	14,9
Mortalidade Infantil	42,30	19,00	12,80

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

13.7 Ranking

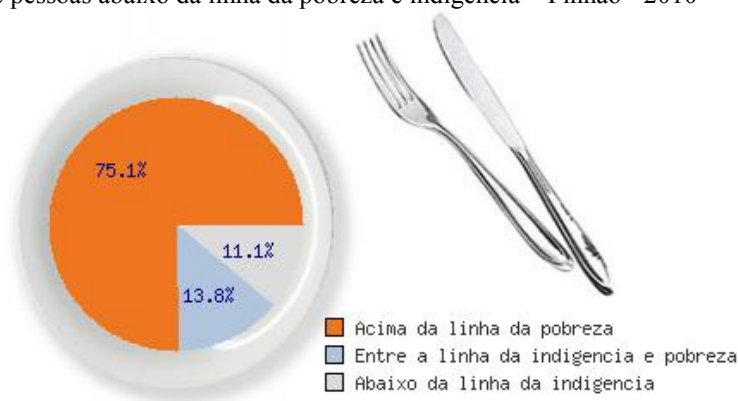
Nova Laranjeiras ocupa a 3254ª posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.253 (58,45%) municípios estão em situação melhor e 2.312 (41,55%)

municípios em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Nova Laranjeiras ocupa a 367ª posição, sendo que 366 (91,73%) municípios estão em situação melhor; e 33 (8,27%) municípios estão em situação pior ou igual.

14 PINHÃO

Conforme o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* era inferior a R\$ 140,00 reduziu em 43,4%; para alcançar a meta de redução de 50%, o município deve ter em 2015, no máximo 22,0%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Pinhão - 2010



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Pinhão, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	2004,74 km ²
IDHM 2010	0,654(médio)
População (Censo 2010)	30208 hab.
Densidade demográfica	15,08 hab/km ²
Ano de instalação	1964
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Pinhão é 0,654 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,186), seguida por Longevidade e por Renda. Na década anterior, de 1991 a 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,198), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,360	0,526	0,654

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 84,38%; e no de período 1991 e 2000, 60,74%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 67,70% entre 2000 e 2010; e 137,76% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 5,60% no período de 2000 a 2010; e 249,18% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 86,63% entre 2000 e 2010; e 664,60% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 60,23% dos alunos entre 6 e 14 anos de Pinhão estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 45,84%; e em 1991, 27,49%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 27,84% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 20,14%; e em 1991, 3,56%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,84% estavam cursando o ensino superior em 2010; 2,84% em 2000; e 0,35% em 1991. Nota-se que em 2010, 3,99% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que entre os jovens, de 15 a 17 anos, atingia 29,33%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 38,14% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 22,47% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 16,45% nas últimas duas décadas.

14.1.2 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Pinhão tinha 9,54 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 8,03 anos; e em 1991 - 7,68 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,150	0,348	0,534
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,46	25,51	38,14
5 a 6 anos frequentando a escola	27,20	43,72	80,61
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	22,01	52,33	87,76
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	14,11	49,27	52,03
18 a 20 anos com ensino médio completo	2,26	17,28	32,25

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.1.3 Longevidade

Em Pinhão, a esperança de vida ao nascer aumentou 11,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,1 anos em 1991 para 67,7 anos em 2000; e para 73,4 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,618	0,712	0,806
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,1	67,7	73,4

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

14.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Pinhão cresceu 147,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 183,24 em 1991 para R\$ 308,00 em 2000; e R\$ 454,31 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 68,09% no primeiro período; e 47,50% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00 em agosto de 2010) passou de 36,78% em 1991 para 20,83% em 2000; e para 10,89% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,61 em 2000 e para 0,53 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,503	0,587	0,649
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	183,24	308,00	454,31

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	183,24	308,00	454,31
% de extremamente pobres	36,78	20,83	10,89
% de pobres	64,20	43,27	24,66
Índice de Gini	0,58	0,61	0,53

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,89% em 2000 para 76,38% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 12,62% em 2000 para 3,45% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 40,97% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 3,87% na indústria de transformação; 8,07% no setor de construção; 0,81% nos setores de utilidade pública; 10,29% no comércio; e 32,60% no setor de serviços.

Taxa de atividade e de desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	64,89	76,38
Taxa de desocupação	12,62	3,45

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	23,85	12,10
Crianças extremamente pobres	46,74	28,78	16,63
Vulneráveis à pobreza	82,53	68,57	47,18
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	61,68	49,69

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Pinhão teve taxa média de crescimento anual de 0,62%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,59%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No

país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 27,18%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010

População	1991		2000		2010	
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	24.654	100,00	28.408	100,00	30.208	100,00
Taxa de Urbanização	-	39,87	-	48,35	-	50,71
Urbana	9.829	39,87	13.734	48,35	15.317	50,71
Rural	14.825	60,13	14.674	51,65	14.891	49,29

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	59,3	27,6	17,5
Mortalidade Infantil	51,60	23,80	15,00

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

14.7 Ranking

Pinhão ocupa a 3030^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.029 (54,43%) municípios estão em situação melhor e 2.536 (45,57%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 municípios de Paraná, Pinhão ocupa a 354^a posição, sendo que 353 (88,47%) municípios estão em situação melhor; e 46 (11,53%) municípios estão em situação pior ou igual.

15 PORTO BARREIRO

Segundo Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, apresenta a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 56,7%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter em 2015, no máximo 23,0%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Porto Barreiro - 2010



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Porto Barreiro, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	362,88 km ²
IDHM 2010	0,688(médio)
População (Censo 2010)	3663 hab.
Densidade demográfica	10,08 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

15.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto Barreiro é 0,688, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,232), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,237), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,327	0,544	0,688

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 40,45%; e no de período 1991 e 2000, 206,22%.

A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 59,78% entre 2000 e 2010; e 326,54% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 12,87% no período de 2000 a 2010; e 275,92% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 341,54% entre 2000 e 2010; e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 68,72% dos alunos entre 6 e 14 anos de Porto Barreiro estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 56,56%; e em 1991, 29,09%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 43,97% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 26,17%; e em 1991, 2,72%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 14,18% estavam cursando o ensino superior em 2010; 1,70% em 2000; e 1,02% em 1991. Nota-se que em 2010, 0,48% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 8,79%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 35,13% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 19,66% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador demonstra grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 11,43% nas últimas duas décadas.

15.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Porto Barreiro tinha 11,10 anos

esperados de estudo, em 2000 tinha 8,64 anos e em 1991 8,30 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,119	0,356	0,588
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	9,74	17,95	35,13
5 a 6 anos frequentando a escola	22,01	67,40	94,66
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	13,15	56,09	89,62
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	17,57	66,05	74,55
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	10,40	45,92

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.1.3 Longevidade

Em Porto Barreiro, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 65,1 anos em 1991 para 70,2 anos em 2000; e para 74,3 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,668	0,753	0,821
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,1	70,2	74,3

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

15.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Porto Barreiro cresceu 332,72% nas últimas duas décadas, passando de R\$123,73 em 1991 para R\$ 338,00 em 2000; e R\$ 535,40 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 173,18% no primeiro período; e de 58,40% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per*

capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 45,17% em 1991 para 21,06% em 2000; e para 4,95% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,60 em 2000 e para 0,52 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,440	0,602	0,676
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	123,73	338,00	535,40

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	123,73	338,00	535,40
% de extremamente pobres	45,17	21,06	4,95
% de pobres	75,16	45,94	18,74
Índice de Gini	0,53	0,60	0,52

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 83,26% em 2000 para 84,44% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,79% em 2000 para 1,91% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 77,97% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 0,40% na indústria de transformação; 2,18% no setor de construção; 0,00% nos setores de utilidade pública; 2,04% no comércio; e 15,01% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	83,26	84,44
Taxa de desocupação	2,79	1,91

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	7,12	4,84
Crianças extremamente pobres	51,76	34,06	8,88
Vulneráveis à pobreza	90,08	65,89	40,02
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal -	-	51,93	40,72

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Porto Barreiro teve uma taxa média de crescimento anual de -1,37%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,00%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 222,55%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	5.044	100,00	4.206	100,00	3.663	100,00
Taxa de Urbanização	-	5,85	-	9,80	-	18,86
Urbana	295	5,85	412	9,80	691	18,86
Rural	4.749	94,15	3.794	90,20	2.972	81,14

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

15.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	45,8	21,3	16,0

Mortalidade Infantil 39,90 18,40 13,70

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

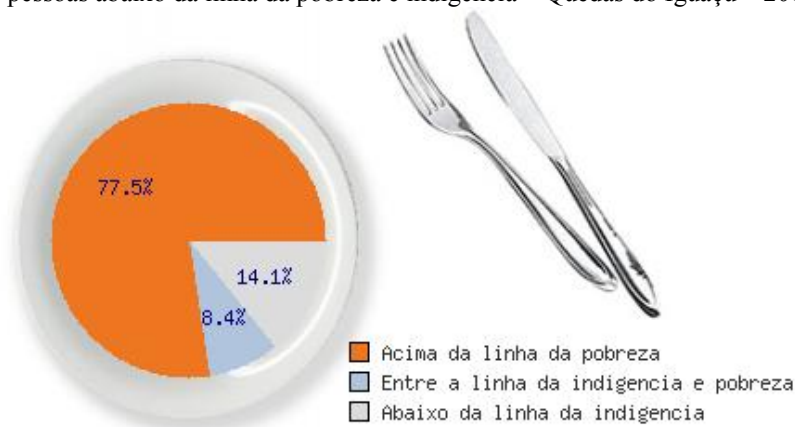
15.7 Ranking

Porto Barreiro ocupa a 2224ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.223 (39,95%) municípios estão em situação melhor e 3.342 (60,05%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Porto Barreiro ocupa a 272ª posição, sendo que 271 (67,92%) municípios estão em situação melhor e 128 (32,08%) municípios estão em situação pior ou igual.

16 QUEDAS DO IGUAÇU

Segundo Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, informa que a proporção de pessoas com renda domiciliar era *per capita* inferior a R\$ 140,00 - reduziu em 35,0%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 17,3%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Quedas do Iguaçu – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Quedas do Iguaçu, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	821,55 km ²
IDHM 2010	0,681(médio)
População (Censo 2010)	30605 hab.

Densidade demográfica	37,23 hab/km ²
Ano de instalação	1967
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

16.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Quedas do Iguaçu é 0,681 em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,138), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos também foi a Educação (com crescimento de 0,249), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,420	0,593	0,681

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 47,71%; e no de período 1991 e 2000, 111,77%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 21,03% entre 2000 e 2010; e 77,09% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 15,36% no período de 2000 a 2010; e 240,71% no período de 1991 a 2000.

A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 35,94% entre 2000 e 2010; e 546,89% entre 1991 e 2000. Em 2010, 57,26% dos alunos entre

6 e 14 anos de Quedas do Iguaçu estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 65,21%; e em 1991, 37,23%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 38,10% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 26,49%; e, em 1991, 6,12%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 8,39% estavam cursando o ensino superior em 2010; 4,24% em 2000; e 0,82% em 1991. Nota-se que em 2010, 2,86% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 25,14%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 41,91% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 25,08% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,02% nas últimas duas décadas.

16.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Quedas do Iguaçu tinha 8,76 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 9,89 anos; e em 1991 9,77 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,189	0,438	0,576
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	14,65	30,33	41,91
5 a 6 anos frequentando a escola	24,29	51,44	75,98
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	40,20	71,19	86,16
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	16,26	55,40	63,91
18 a 20 anos com ensino médio completo	4,99	32,28	43,88

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.1.3 Longevidade

Em Quedas do Iguaçu, a esperança de vida ao nascer aumentou 4,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,5 anos em 1991 para 69,2 anos em 2000; e para 72,7 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,724	0,737	0,794
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,45	69,20	72,65

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos; e para o país, de 73,9 anos.

16.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Quedas do Iguaçu cresceu 155,41% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 229,78 em 1991 para R\$ 442,64 em 2000; e R\$ 586,88 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 92,64% no primeiro período; e 32,59% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 27,11% em 1991 para 14,35% em 2000; e para 12,23% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,57 em 1991 para 0,64 em 2000 e para 0,58 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,540	0,645	0,690
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	299,78	442,64	586,88

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
--	------	------	------

Renda <i>per capita</i> (em R\$)	229,78	442,64	586,88
% de extremamente pobres	27,11	14,35	12,23
% de pobres	54,36	33,38	20,83
Índice de Gini	0,57	0,64	0,58

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,77% em 2000 para 71,53% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 14,17% em 2000 para 4,78% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 32,27% trabalhavam no setor agropecuário; 0,08% na indústria extrativa; 15,99% na indústria de transformação; 7,66% no setor de construção; 0,68% nos setores de utilidade pública; 12,16% no comércio; e 27,46% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	65,77	71,53
Taxa de desocupação	14,17	4,78

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	15,42	10,61
Crianças extremamente pobres	34,64	21,42	18,24
Vulneráveis à pobreza	76,56	59,35	36,10
pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,36	47,47

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Quedas do Iguaçu teve uma taxa média de crescimento anual de 1,13%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,70%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 8,82%.

População Total, Rural e Urbana: 1991, 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	23.522	100,00	27.364	100,00	30.605	100,00
Taxa de Urbanização	-	63,01	-	71,72	-	68,57
Urbana	14.822	63,01	19.626	71,72	20.987	68,57
Rural	8.700	36,99	7.738	28,28	9.618	31,43

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	33,2	23,7	20,1
Mortalidade Infantil	28,80	20,40	17,10

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

16.7 Ranking

Quedas do Iguaçu ocupa a 2412^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.411 (43,32%) municípios estão em situação melhor e 3.154 (56,68%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Quedas do Iguaçu ocupa a 295^a posição, sendo que 294 (73,68%) municípios estão em situação melhor; e 105 (26,32%) municípios estão em situação pior ou igual.

17 RESERVA DO IGUAÇU

Segundo Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, o município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 23,4%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 18,7%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Reserva do Iguaçu – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Reserva do Iguaçu, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	836,41 km ²
IDHM 2010	0,648(médio)
População (Censo 2010)	7307 hab.
Densidade demográfica	8,76 hab/km ²
Ano de instalação	1997
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

17.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Reserva do Iguaçu é 0,648, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,156), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Longevidade (com crescimento de 0,081), seguida por Educação e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991,2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,490	0,554	0,648

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 29,87%; e no de período 1991 e 2000, 57,08%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 55,77% entre 2000 e 2010; e 48,30% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 83,18% no período de 2000 a 2010; e 37,41% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 143,91% entre 2000 e 2010; e - 27,67% entre 1991 e 2000. Em 2010, 70,64% dos alunos entre 6 e 14 anos de Reserva do Iguaçu estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. E

Em 2000 eram 54,40%; e em 1991, 44,33%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 36,08% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 15,80%; e em 1991, 16,46%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 6,10% estavam cursando o ensino superior em 2010; 5,34% em 2000; e 6,17% em 1991. Nota-se que em 2010, 1,65% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 24,10%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 32,86% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 16,76% o ensino médio. Em Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente.

Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 2,60% nas últimas duas décadas.

17.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Reserva do Iguaçu tinha 10,53 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 8,33 anos; e em 1991 9,86 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,287	0,365	0,521
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,43	26,90	32,86
5 a 6 anos frequentando a escola	44,99	70,67	91,78
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	40,81	60,52	94,27
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,68	29,79	54,57
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	12,25	8,86	21,61

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.1.3 Longevidade

Em Reserva do Iguaçu, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,4 anos em 1991 para 69,3 anos em 2000, e para 74,2 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,657	0,738	0,820
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,44	69,29	74,21

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

17.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Reserva do Iguaçu cresceu 7,00% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 392,16 em 1991 para R\$ 404,93 em 2000; e R\$ 419,62 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 3,26% no primeiro período e 3,63% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 17,47% em 1991 para 22,53% em 2000; e para 13,61% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,65 em 2000; e para 0,57 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,625	0,631	0,636
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	392,16	404,93	419,62

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	392,16	404,93	419,62
% de extremamente pobres	17,47	22,53	13,61
% de pobres	31,87	36,75	27,81
Índice de Gini	0,55	0,65	0,57

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 63,27% em 2000 para 67,81% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da

população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,02% em 2000 para 7,67% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 40,15% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 7,83% na indústria de transformação; 11,00% no setor de construção; 2,29% nos setores de utilidade pública; 5,60% no comércio; e 31,65% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	63,27	67,81
Taxa de desocupação	10,02	7,67

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
peças de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	24,26	16,81
Crianças extremamente pobres	25,38	29,85	18,31
Vulneráveis à pobreza	55,85	62,94	53,48
18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	59,79	51,28

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Reserva do Iguaçu teve uma taxa média de crescimento anual de 0,90%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -4,76%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 561,29%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%
Total	10.357	100,00	6.678	100,00	7.307	100,00
Taxa de Urbanização	-	8,08	-	50,01	-	53,44
Urbana	837	8,08	3.340	50,01	3.905	53,44
Rural	9.520	91,92	3.338	49,99	3.402	46,56

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	48,6	23,4	16,1
Mortalidade Infantil	42,30	20,20	13,80

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

17.7 Ranking

Reserva do Iguaçu ocupa a 3156ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.155 (56,69%) municípios estão em situação melhor e 2.410 (43,31%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 municípios de Paraná, Reserva do Iguaçu ocupa a 362ª posição, sendo que 361 (90,48%) municípios estão em situação melhor e 38 (9,52%) municípios estão em situação pior ou igual.

18 RIO BONITO DO IGUAÇU

Segundo Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, no município, de 2000 à 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 54,9%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter em 2015, no máximo 27,6%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Rio Bonito do Iguaçu – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Rio bonito do Iguaçu, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	747,16 km ²
IDHM 2010	0,629(médio)
População (Censo 2010)	13661 hab.
Densidade demográfica	18,28 hab/km ²
Ano de instalação	1993
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

18.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Bonito do Iguaçu é 0,629, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,235), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,148), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,319	0,466	0,629

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 85,12%; e no de período 1991 e 2000, 82,23%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 74,03% entre 2000 e 2010; e 234,00% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 77,38% no período de 2000 a 2010; e 723,77% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 239,63% entre 2000 e 2010; e 16,64% entre 1991 e 2000. Em 2010, 61,04% dos alunos entre 6 e 14 anos de Rio Bonito do Iguaçu estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 42,90%; e em 1991, 23,15%.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, 32,45% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 11,22%; e em 1991, 1,89%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 6,35% estavam cursando o ensino superior em 2010; 1,45% em 2000 e 1,04% em 1991. Nota-se que em 2010, 2,42% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 20,25%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 26,77% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 14,61% o ensino médio. No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador demonstra grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 12,21% nas últimas duas décadas.

18.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Rio Bonito do Iguaçu tinha 9,01 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 6,97 anos; e em 1991 9,40 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,115	0,263	0,498
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,14	14,01	26,77
5 a 6 anos frequentando a escola	27,92	50,88	94,19
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	16,00	53,44	93,00
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	3,87	31,88	56,55
18 a 20 anos com ensino médio completo	7,03	8,20	27,85

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.1.3 Longevidade

Em Rio Bonito do Iguaçu, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,3 anos em 1991 para 66,9 anos em 2000; e para 72,5 anos em 2010.

IDHM longevidade: 199; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,654	0,698	0,792
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,3	66,9	72,5

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

18.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Rio Bonito do Iguaçu cresceu 242,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 118,37 em 1991 para R\$ 246,86 em 2000; e R\$ 405,76 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 108,55% no primeiro período; e 64,37% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 42,80% em 1991 para 26,36% em 2000; e para 9,67% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,46 em 1991 para 0,59 em 2000; e para 0,50 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,433	0,551	0,631
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	118,37	246,86	405,76

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	118,37	246,68	405,76
% de extremamente pobres	42,80	26,36	9,67
% de pobres	73,82	54,95	24,24
Índice de Gini	0,46	0,59	0,50

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,58% em 2000 para 81,02% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,62% em 2000 para 2,68% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 70,54% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 1,87% na indústria de

transformação; 4,99% no setor de construção; 0,16% nos setores de utilidade pública; 5,48% no comércio; e 14,76% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	71,58	81,02
Taxa de desocupação	3,62	2,68

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
peças de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	21,47	8,30
crianças extremamente pobres vulneráveis à pobreza	56,03	32,53	12,52
peças de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	77,50	46,14

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Rio Bonito do Iguazu teve taxa média de crescimento anual de -0,09%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 10,17%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e de 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 96,51%.

População Total, Rural e Urbana: 1991, 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	nº hab.	%	nº hab.	%	nº hab.	%
Total	5.770	100,00	13.791	100,00	13.661	100,00
Taxa de Urbanização	-	12,37	-	13,62	-	24,32

Urbana	714	12,37	1.878	13,62	3.322	24,32
Rural	5.056	87,63	11.913	86,38	10.339	75,68

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	49,4	30,1	19,0
Mortalidade Infantil	43,00	26,00	16,30

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

18.7 Ranking

Rio Bonito do Iguaçu ocupa a 3501^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.500 (62,89%) municípios estão em situação melhor e 2.065 (37,11%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 municípios de Paraná, Rio Bonito do Iguaçu ocupa a 383^a posição, sendo que 382 (95,74%) municípios estão em situação melhor; e 17 (4,26%) municípios estão em situação pior ou igual.

19 TRÊS BARRAS DO PARANÁ

De acordo com o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, no município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 53,5%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 19,3%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Três Barras do Paraná – 2010.



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Três Barras do Paraná, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	507,01km ²
IDHM 2010	0,681(médio)
População (Censo 2010)	11824 hab.
Densidade demográfica	23,32 hab./km ²
Ano de instalação	1980
Microrregião	Cascavel
Mesorregião	Oeste Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

19.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Três Barras do Paraná é 0,681, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,168), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,211), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010.

1991	2000	2010
0,402	0,568	0,681

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 41,72%; e no de período 1991 e 2000, 392,13%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 24,76% entre 2000 e 2010; e 82,86% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 30,49% no período de 2000 a 2010; e de 153,00% no período de 1991 a 2000.

E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 44,34% entre 2000 e 2010; e 241,38% entre 1991 e 2000. Em 2010, 74,28% dos alunos entre 6 e 14 anos de Três Barras do Paraná estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 66,82%; e em 1991, 31,59%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 38,79% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 27,83%; e em 1991, 3,21%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,56% estavam cursando o ensino superior em 2010; 3,24% em 2000 e 0,73% em 1991.

Nota-se que em 2010, 1,70% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 21,00%. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 38,00% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 21,73% o ensino médio.

No Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,43% nas últimas duas décadas.

19.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Três Barras do Paraná tinha 11,06 anos esperados de estudo; em 2000 tinha 10,23 anos; e em 1991 8,84 anos. Enquanto que o Paraná tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991; 2000 e 2010

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,178	0,389	0,557
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	14,58	22,97	38,00
5 a 6 anos frequentando a escola	9,79	48,18	68,28
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	39,14	71,57	89,29
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,34	53,99	70,45
18 a 20 anos com ensino médio completo	8,41	28,71	41,44

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.1.3 Longevidade

Em Três Barras do Paraná, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,2 anos em 1991 para 71,0 anos em 2000; e para 74,9 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,687	0,766	0,831
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,2	71,0	74,9

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e para o país, de 73,9 anos.

19.1.4 Renda

A renda *per capita* média de Três Barras do Paraná cresceu 159,28% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 216,84 em 1991 para R\$ 364,01 em 2000; e Para R\$ 562,22 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 67,87% no primeiro período; e 54,45% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 37,63% em 1991 para 19,27% em 2000; e para 7,37% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,64 em 1991 para 0,60 em 2000 e para 0,50 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,530	0,614	0,683
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	216,84	364,01	562,22

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	216,84	364,01	562,22
% de extremamente pobres	37,63	19,27	7,37
% de pobres	65,76	38,25	16,43
Índice de Gini	0,64	0,60	0,50

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,54% em 2000 para 74,70% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,08% em 2000 para 2,99% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 49,94% trabalhavam no setor agropecuário; 0,16% na indústria extrativa; 8,10% na indústria de transformação; 6,59% no setor de construção; 0,41% nos setores de utilidade pública; 8,93% no comércio; e 22,18% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	66,54	74,70
Taxa de desocupação	7,08	2,99

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
peçoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza -	-	15,92	11,39
crianças extremamente pobres vulneráveis à pobreza	46,61	28,12	11,57
peçoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	58,49	46,22

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Três Barras do Paraná teve uma taxa média de crescimento anual de 0,00%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,60%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 88,18%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010.

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%

Total	14.982	100,00	11.822	100,00	11.824	100,00
Taxa de Urbanização	-	27,39	-	41,71	-	51,55
Urbana	4.104	27,39	4.931	41,71	6.095	51,55
Rural	10.878	72,61	6.891	58,29	5.729	48,45

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	41,5	19,4	15,1
Mortalidade Infantil	36,00	16,70	12,90

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

19.7 Ranking

Três Barras do Paraná ocupa a 2412^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.411 (43,32%) municípios estão em situação melhor e 3.154 (56,68%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Três Barras do Paraná ocupa a 295^a posição, sendo que 294 (73,68%) municípios estão em situação melhor; e 105 (26,32%) municípios estão em situação pior ou igual.

20 VIRMOND

Segundo o Portal ODM (2013), na análise do Censo Demográfico 2010, no município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 50,7%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter em 2015, no máximo 15,9%.

Dimensão de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – Virmond - 2010



Fonte: Censo Demográfico – 2010. Organizado por Portal ODM, 2013. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

Caracterização do município de Virmond, Cantuquiriguaçu, Paraná.

Indicador	Aferimento/dado
Área	242,65 km ²
IDHM 2010	0,722(médio)
População (Censo 2010)	3950 hab.
Densidade demográfica	16,28 háb/km ²
Ano de instalação	1993
Microrregião	Guarapuava
Mesorregião	Centro-Sul Paranaense

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Renda, Longevidade e Educação

20.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Virmond é 0,722, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,227), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,246), seguida por Renda e por Longevidade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 1991, 2000 e 2010

1991	2000	2010
0,380	0,572	0,722

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.1.2 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 60,45%; e no de período 1991 e 2000, 45,97%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 30,09% entre 2000 e 2010; e 114,01% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 9,37% no período de 2000 a 2010; e 306,77% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 165,63% entre 2000 e 2010; e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 75,34% dos alunos entre 6 e 14 anos de Virmond estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 71,73%; e em 1991, 41,05%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 51,83% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 26,52%; e em 1991, 6,91%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 11,12% estavam cursando o ensino superior em 2010; 4,41% em 2000; e 1,26% em 1991. Nota-se que em 2010, 0,45% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 19,85%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso ao conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 40,09% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental; e 23,17% o ensino médio. Em Paraná, 55,53% e 38,52% respectivamente. Esse indicador apresenta grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 10,19% nas últimas duas décadas.

20.1.2.1 Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Virmond tinha 11,61 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 10,03 anos; e em 1991 9,03 anos. Enquanto que o Paraná, tinha 10,43 anos esperados de estudo em 2010; 10,11 anos em 2000; e 9,68 anos em 1991.

IDHM Educação: 1991, 2000 e 2010.

IDHM Educação	1991	2000	2010
	%	%	%
IDHM Educação	0,155	0,401	0,628
18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,07	21,98	40,09
5 a 6 anos frequentando a escola	42,18	61,57	98,79
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	33,04	70,71	91,99
15 a 17 anos com ensino fundamental completo	15,80	64,27	70,29
18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	19,96	53,02

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.1.2 Longevidade

Em Virmond, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,4 anos em 1991 para 71,0 anos em 2000; e para 75,9 anos em 2010.

IDHM longevidade: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Longevidade	0,690	0,767	0,848
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,4	71,0	75,9

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

20.1.3 Renda

A renda *per capita* média de Virmond cresceu 236,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 194,61 em 1991 para R\$ 351,57 em 2000; e R\$ 655,20 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 80,65% no primeiro período e 86,36% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 27,35% em 1991 para 11,14% em 2000; e para 7,74% em 2010. A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,45 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,53 em 2010.

IDHM renda: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,513	0,608	0,708
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	194,61	351,57	655,20

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.2 Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	194,61	351,57	655,20
% de extremamente pobres	27,35	11,14	7,74
% de pobres	49,41	32,17	14,58
Índice de Gini	0,45	0,53	0,53

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.3 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,26% em 2000 para 75,55% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,96% em 2000 para 2,69% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 50,92% trabalhavam no setor agropecuário; 0,12% na indústria extrativa; 9,81% na indústria de

transformação; 4,18% no setor de construção; 0,55% nos setores de utilidade pública; 5,54% no comércio; e 23,19% no setor de serviços.

Taxa de Atividade e de Desocupação 2000 e 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	71,26	75,55
Taxa de desocupação	2,96	2,69

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.4 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social: 1991; 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
	%	%	%
peças de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	14,69	6,79
crianças extremamente pobres vulneráveis à pobreza	37,86	20,19	12,57
peças de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	65,09	38,64

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.5 População

Entre 2000 e 2010, a população de Virmond teve taxa média de crescimento anual de 0,00%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,12%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010; e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 171,58%.

População Total, Rural e Urbana: 1991; 2000 e 2010

População	1991	1991	2000	2000	2010	2010
	n° hab.	%	n° hab.	%	n° hab.	%
Total	3.572	100,00	3.949	100,00	3.950	100,00
Taxa de Urbanização	-	17,53	-	35,43	-	47,59

Urbana	626	17,53	1.399	35,43	1.880	47,59
Rural	2.946	82,47	2.550	64,57	2.070	52,41

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.6 Mortalidade infantil

Mortalidade Infantil: 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	40,6	19,3	13,5
Mortalidade Infantil	35,30	16,60	11,60

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Organizado por Moraes, Vitor. 2013.

20.7 Ranking

Virmond ocupa a 1244^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.243 (22,34%) municípios estão em situação melhor e 4.322 (77,66%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Virmond ocupa a 115^a posição, sendo que 114 (28,57%) municípios estão em situação melhor e 285 (71,43%) municípios estão em situação pior ou igual.

Concluindo: O território Cantuquiriguaçu em movimento.

Conforme a análise dos dados dos censos IBGE 1991, 2000 e 2010, censo Agropecuário 1995/96, 2006, do atlas do IDHM do PNUD (2013), também dos dados do IPARDES (2012), do estudo bibliográfico, da análise das entrevistas, observa-se que mesmo com as políticas implantadas, por meio das lutas dos movimentos socioterritoriais, da implantação das políticas de desenvolvimento territorial em 2003, pela instalação do território da cidadania, em que o Território Cantuquiriguaçu foi denominado em 2008 pelo Governo Federal, percebe-se que as políticas não têm tido um efeito considerável, apesar de alguns avanços.

Observa-se ainda, a crescente desigualdade social, que mesmo com um acentuado reterritorialização de camponeses, existe e permanece petrificada uma formação histórica do latifúndio, na última década e consolidados pelas monoculturas do agronegócio. O que observamos como significativo é o desempenho pedagógico do Conselho de desenvolvimento

territorial, mas que seu empoderamento se fragiliza quando ocorre a ínfima quantidade de orçamento alocado pelo Governo federal e absolutamente nada pelo governo estadual e poucas políticas por meio de recursos dos municípios. Percebe-se que são muito mais disputados e seguros os recursos das emendas parlamentares dos Deputados federais que asseguram seus colégios eleitorais que outros recursos para o “Território da Cidadania Cantuquiriguaçu”. Dessa forma, é notório que muitos prefeitos, vereadores e outras lideranças do território, preferem gastar suas energias no diálogo direto com deputados, do que participar de reuniões do colegiado e disputando os poucos recursos.

Na realidade explicitada, contatam-se fortes contradições como na relação de poder existente no território: de um lado o agronegócio que defende a produção de larga escala de *commodities* com uso intensivo de agrotóxicos, e de outro os movimentos sociais populares que defendem o desenvolvimento a partir da permanência e efetiva concretização da agricultura familiar, na produção agroecológica, na formulação de políticas com subsídios para os pequenos agricultores para produção e para a comercialização de seus produtos.

O território possibilita espaço para os municípios, tanto para os movimentos socioterritoriais, para os prefeitos, políticos locais quanto para os sujeitos que representam a elite local, como protagonistas do desenvolvimento no Território. No entanto, percebe-se a fragilidade econômica dos programas de governo que não possibilitam avanços, ficando apenas em uma escala compensatória que, por conseguinte, reflete na reprodução de sua vida, das famílias mais pobres. Portanto, cabe afirmar que a política territorial de estado e a concepção capitalista se constituem como política social compensatória das massas excluídas de direitos básicos de saúde, educação, pertencimento e uso de seus territórios, enfim sem o direito de possuir uma vida de/com qualidade.

Nesse sentido, cabe a reflexão que da forma como está posto, os recursos praticamente escassos para decisões territoriais, as políticas são praticamente inexistentes. Mesmo assim, o que se observa é que o Conselho de desenvolvimento territorial bem como a associação dos municípios têm tido avanços, mas muito mais pela dinâmica dos sujeitos locais, dos movimentos socioterritoriais, do que pela ação governamental que continua com pontual controle social.